

UNIVERSIDAD DE SÃO PAULO  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de História  
Programa de Pós-graduação em História Social

LIDA ELENA TASCÓN BEJARANO

VIDA FAMILIAR NA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA E LIBERTA DA  
PROVÍNCIA DE POPAYÁN, COLÔMBIA (1780-1852)

Versão corrigida

São Paulo

Maio 2022

**LIDA ELENA TASCÓN BEJARANO**

**VIDA FAMILIAR NA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA E LIBERTA DA  
PROVÍNCIA DE POPAYÁN, COLÔMBIA (1780-1852)**

Tese apresentada como requisito parcial e final para obtenção do grau de doutora (dupla titulação), Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, sob a orientação do profe. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar, e Programa de Pós-graduação em História de América, Faculdade de Geografia e História, Universidade de Sevilha, sob a orientação da Profa.Dra Sandra Olivero Guidobono.

Versão corrigida.

São Paulo

Maio 2022

## RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar los resultados de la investigación de doctorado intitulada *Vida Familiar en la Población Esclavizada y Liberta de la provincia de Popayán (Colombia), 1780-1852*. La investigación tiene como objetivo analizar los modos en que la población esclavizada y liberta de las haciendas de la provincia de Popayán en la Nueva Granada (Colombia), establecían sus relaciones de pareja, formas familiares y de parentesco en sociedades estructuradas sobre jerarquías sociales, raciales y de género entre 1780 y 1852. Para ello, nos concentramos en grupos de esclavizados pertenecientes a una de las familias más prestigiosas de la ciudad de Popayán, la familia Arboleda. Intentando acompañar a estos grupos de esclavizados a lo largo del tiempo hicimos cruzamientos de varias fuentes como: inventarios, escrituras de ventas de esclavos, manumisiones, juicios criminales, archivos parroquiales y censos de población, para comprender la formación de sus relaciones de pareja; las características de las diversas formas familiares o de parentesco y su estabilidad; la formación de sus identidades a partir de valores dominantes sobre la familia; la importancia de la familia esclava como estrategia de supervivencia para la obtención de la libertad y resistencia a la esclavitud; y el papel de las mujeres esclavizadas y libertas en la formación de las familias y redes de parentesco.

Palabras claves: Esclavitud, Familia, Haciendas, Minas, Popayán, Colombia.

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é mostrar os resultados da pesquisa de doutorado intitulada *Vida familiar na população escravizada e liberta da província de Popayán, Colômbia (1780-1852)*. A pesquisa pretende analisar as relações familiares e de parentesco da população escravizadas e liberta das fazendas da Província de Popayán, na (Colômbia), entre 1780 e 1852, levando em conta as relações de poder, dominação e hierarquias sociais, raciais e de gênero próprias da instituição escravista. Para isso, nossa atenção estará centrada em grupos de escravos pertencentes à uma das famílias influentes da província de Popayán: a família Arboleda. Buscando problematizar as relações destes grupos de escravos na virada do século XVIII para o século XIX, fizemos cruzamentos de várias fontes, tais como: inventários, registros paroquiais, escrituras de vendas de escravos, manumissões e censos de população, visando à compreensão da formação de suas relações de casal; as características das diversas formas familiares ou de parentesco e sua estabilidade; a formação de suas identidades a partir de valores dominantes sobre a família; a importância das mulheres escravas e libertadas na formação de famílias e redes de parentesco; e a importância da família escrava como estratégia de sobrevivência, obtenção da liberdade e resistência à escravatura.

Palavras-chave: Escravidão, Família, Fazendas, Minas, Popayán, Colômbia.

## ABSTRACT

The objective of this thesis is to present the results of the PhD research entitled *Family Life in the Enslaved and Freed Population of the province of Popayán (Colombia), 1780-1852*. The research aims to analyze how the enslaved and freed population of the haciendas of the province of Popayán in New Granada (Colombia), established their couple relationships, family and kinship forms in societies structured on social, racial and gender hierarchies between 1780 and 1852. For this purpose, we focused on groups of enslaved people belonging to one of the most prestigious families in the city of Popayán, the Arboleda family. Trying to follow these groups of enslaved people through time, we cross-checked several sources such as: inventories, deeds of slave sales, manumissions, criminal trials, parish archives and population censuses, to understand the formation of their couple relationships; the characteristics of the various family or kinship forms and their stability; the formation of their identities based on dominant values about the family; the importance of the slave family as a survival strategy for obtaining freedom and resistance to slavery; and the role of enslaved and freed women in the formation of families and kinship networks.

Keywords: Slavery, Family, Farm, Mines, Popayán, Colombia

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer à Universidade de São Paulo por a oportunidade de fazer um doutoramento em História Social de excelente qualidade e sem pagar por isso. Isto mostra que é possível ter um ensino superior que cumpre elevados padrões de qualidade e é gratuito.

Gostaria também de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), uma das principais agências de promoção da investigação científica e tecnológica no país, que apoia a investigação científica e tecnológica através de subsídios e bolsas de investigação que cobrem todas as áreas do conhecimento: Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Ciência Humanas, Linguística, Letras e Artes.

No meu caso, graças à FAPESP, foi-me concedida uma bolsa (Processo Bolsa nº 2017/21673-4), que me permitiu pagar a minha manutenção durante quatro anos e realizar a minha estadia de investigação em Sevilha, Espanha, durante seis meses (Processo Bolsa BEPE 2019/02505-9).

Gostaria também de agradecer à Universidade de Sevilha por me permitir fazer uma dupla titulação em História. A sua secretaria Ana Moreno que teve a gentileza de facilitar o processo burocrático necessário para o efeito.

Os meus profundos agradecimentos ao Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar por ter sido meu orientador na USP. Seus conhecimentos, empenho e dedicação à academia e aos seus alunos proporcionaram um ambiente amigável e de confiança onde aprendi muito. Sendo uma estudante estrangeira, era essencial ter um orientador que compreendesse esta condição para a paciência e apoio que me dava.

Gostaria também de agradecer calorosamente à Dra. Sandra Olivero Guidobono da Universidade de Sevilha por ser a minha co-orientadora. Ela é uma pessoa de excelentes qualidades humanas. Ela acolheu-me muito amavelmente em Sevilha e ofereceu-me generosamente os seus conhecimentos e amizade. Graças à sua vontade e insistência, foi possível avançar com o convenio de dupla titulação com a Universidade de Sevilha.

Os meus agradecimentos à minha família pelo seu apoio, à minha mãe Lida Bejarano Mejía e ao meu pai Diego Camilo Tascón Gonzáles. Gostaria também de agradecer à minha filha Natalia Andrea Salazar Tascón pela sua compreensão e apoio durante este tempo. Ela é sempre a luz que ilumina o meu caminho.

A minha infinita gratidão aos meus amigxs no Brasil, porque eles eram a minha família. Não os nomeio por medo de esquecer qualquer nome, porque felizmente houve muitas pessoas que me deram a sua amizade, carinho, apoio, conhecimento, etc. Sem medo de estar errada diria que fiz dois doutorados: um com a USP/USP e outro com os movimentos sociais em São Paulo, ou seja, fora da academia aprendi muitas coisas com pessoas maravilhosas. Aprendi a ser prático, a adaptar-me mais facilmente às circunstâncias, a ter mais paciência, a ser mais empática, a compreender que não se pode controlar tudo, a ser mais grata porque na realidade ninguém é obrigado a dar-lhe nada, no entanto, sempre encontrei no meu caminho pessoas de tal generosidade comigo que nunca me faltou nada e sempre me senti acompanhada.

Graças a todos os Warmis (Warmis Base Team - Convergência das Culturas), um coletivo de mulheres migrantes voluntárias de diferentes países em São Paulo, Brasil. Faz parte da organização internacional Convergência das Culturas, cuja missão é estimular o diálogo entre culturas, denunciar e lutar contra todas as formas de discriminação e violência através da promoção e proteção dos direitos humanos, e a promoção da Metodologia Ativa Não-Violenta. Fazer parte deste coletivo permitiu-me compreender a questão da migração de uma forma diferente. Além disso, as Warmis eram a minha família no Brasil, com elas pude formar uma rede de apoio e enfrentar situações difíceis, tais como a pandemia.

Gostaria também de agradecer ao coletivo Roda a Palavra Paz, composto por pessoas colombianas que vivem em São Paulo. O objetivo deste grupo é compreender a realidade colombiana a partir do estrangeiro e fornecer ferramentas de análise e/ou reflexão para a construção da paz na Colômbia. Para além de sermos um grupo académico composto por professores e estudantes, éramos também amigos e cúmplices em aventuras. Aprendi muito com elas e eles, entre outras coisas, a compreender a Colômbia diversa, amigável e humana.

Finalmente, gostaria de agradecer a outras pessoas que conheci ao longo do caminho e que me deram muito apoio e amor: Corina; Liz; Diana; Jenny; Darío; Iván; Nuria;

Claudia Blanco; Mariela; Jobana, Andrea, Sandra, Bia, Elvira, Sam, Simone, Kamilla,  
Cris, Mauro, Max, entre outros. Muito, muito obrigada!



## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 .....	31
Mapa 2 .....	53
Mapa 3 .....	171

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	36
Figura 2.....	64
Figura 3.....	149
Figura 4.....	153
Figura 5.....	157
Figura 6.....	159
Figura 7.....	162
Figura 8.....	164
Figura 9.....	165
Figura 10.....	166
Figura 11.....	167
Figura 12.....	172
Figura 13.....	173

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 .....	32
Tabela 2 .....	37
Tabela 3 .....	38
Tabela 4 .....	40
Tabela 5 .....	49
Tabela 6 .....	50
Tabela 7 .....	51
Tabela 8 .....	52
Tabela 9 .....	54
Tabela 10 .....	57
Tabela 11 .....	58
Tabela 12 .....	58
Tabela 13 .....	59
Tabela 14 .....	59
Tabela 15 .....	67
Tabela 16 .....	68
Tabela 17 .....	69
Tabela 18 .....	69
Tabela 19 .....	70
Tabela 20 .....	70
Tabela 21 .....	70
Tabela 22 .....	71
Tabela 23 .....	73
Tabela 24 .....	73
Tabela 25 .....	74
Tabela 26 .....	74
Tabela 27 .....	75
Tabela 28 .....	75
Tabela 29 .....	77
Tabela 30 .....	78
Tabela 31 .....	80
Tabela 32 .....	81

Tabela 33 .....	81
Tabela 34 .....	82
Tabela 35 .....	82
Tabela 36 .....	83
Tabela 37 .....	84
Tabela 38 .....	85
Tabela 39 .....	85
Tabela 40 .....	86
Tabela 41 .....	87
Tabela 42 .....	89
Tabela 43 .....	90
Tabela 44 .....	91
Tabela 45 .....	92
Tabela 46 .....	93
Tabela 47 .....	95
Tabela 48 .....	95
Tabela 49 .....	96

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 .....	71
Gráfico 2 .....	77
Gráfico 3 .....	79
Gráfico 4 .....	84
Gráfico 5 .....	89
Gráfico 6 .....	90
Gráfico 7 .....	91
Gráfico 8 .....	94
Gráfico 9 .....	97

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 DEBATE HISTORIOGRÁFICO E CONCEITOS TEÓRICOS.....	8
1.2 METODOLOGIA.....	16
1.3 ESTRUTURA DO TEXTO.....	19
<b>PREFACIO: ECONOMIA E SOCIEDADE ESCRAVISTA.....</b>	<b>22</b>
2. AMÉRICA E CAPITALISMO MUNDIAL .....	23
2.1 A PROVÍNCIA DE POPAYÁN, SOCIEDADE ESCRAVISTA DO SUDOESTE COLOMBIANO .....	30
2.2 O COMÉRCIO DE ESCRAVOS EM NUEVA GRANADA.....	35
3. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DE POPAYÁN .....	49
3.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA PROVÍNCIA DE POPAYÁN NO SÉCULO XIX.....	56
3.2 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS ESCRAVOS DAS HACIENDAS E MINAS DE LOS ARBOLEDAS .....	61
3.3 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS ESCRAVIZADOS DAS MINAS DA FAMÍLIA ARBOLEDA .....	85
<b>PREFACIO: ESTABILIDADE EM FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS?.....</b>	<b>100</b>
4 FAMÍLIA E PAZ NAS FAZENDAS?.....	109
4.1 FUGAS E MATRIMÔNIO .....	110
4.2 DEBANDAGEM DE GADO .....	113
5. FAMÍLIA E TRÁFICO EXTERNO .....	119
5.1 FAMÍLIA DE PETRONA CARBONERO .....	122
5.2 FAMÍLIA DE JUSTO MANCILLA E ISADORA.....	122
5.3 FAMÍLIA DAMASCO VIVEROS E VICENTA VÁSQUEZ .....	123
5.4 FAMÍLIA FLORENCIA CHARRUPÍ.....	123
5.5 FAMÍLIA LAUREANA.....	123
5.6 FAMÍLIA JOSÉ MARÍA SINFOROSO E SALVADORA.....	124
5.7 FAMÍLIA CELESTINO E BONIFACIA .....	124
5.8 FAMÍLIA PASCUAL LUCUMÍ E BACILIA VÁSQUEZ .....	124
6. FAMÍLIA E RECRUTAMENTO PARA AS GUERRAS CIVIS .....	125
<b>PREFACIO: EXPERIÊNCIAS MATRIMONIAIS Y CONFLICTOS CONYUGALES.....</b>	<b>138</b>
8. DISPENSAS DE CASAMENTO NA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA .....	145
8.1 DOMINGO VÁSQUEZ E LUCIANA FORI.....	146
8.2 CIPRIANO GUARECHE E FRANCISCA CARABALÍ.....	147
8.3 FERNANDO VÁSQUEZ E PETRONA DE CARABALÍ.....	148
8.4 ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA FORI.....	149
9 REDES DE PARENTESCO E COMUNIDADE.....	151
10 O ADULTÉRIO ENTRE OS ESCLAVIZADOS .....	163
11 VIOLÊNCIA CONJUGAL .....	169
12 FAMÍLIA, HONRA E GÊNERO.....	176
13 AMOR OU FALTA DE AMOR ENTRE MARIDOS E FILHOS .....	179

<b>PREFACIO: MULHERES ESCRAVADAS E FAMÍLIA .....</b>	<b>182</b>
14 CONFLITOS INTER-RACIAIS E FILHOS ILEGÍTIMOS.....	187
14.1 RECORRER À JUSTIÇA PARA DEFENDER A LIBERDADE .....	188
14.2 CARTAS DE LIBERDADE COMPRADAS E DOADAS .....	189
14.3 NASCIMENTOS ILEGÍTIMOS E VIOLÊNCIA CONTRA O CORPO DE MULHERES ESCRAVIZADAS .....	190
15. O CIÚME DA PATROA COMO CAUSA DE MAUS TRATOS AOS ES CRAVIZADOS.....	196
16. A FUGA COMO RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA .....	197
17. LIBERDADE E FAMÍLIA .....	201
17.1 VALÉRIA CHAVEZ (MÃE).....	205
18 CORPOS ESCRAVIZADOS: DOR E DOENÇA .....	209
CONCLUSÕES.....	2206

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa pretende analisar as relações familiares e de parentesco da população escrava e liberta das fazendas da Província de Popayán, (Colômbia), entre 1780 e 1852, levando em conta as relações de poder, dominação e hierarquias sociais, raciais e de gênero próprias da instituição escravista. Para isso, nossa atenção estará centrada em grupos de escravos pertencentes à família Arboleda. Buscando problematizar as relações destes grupos de escravos na virada do século XVIII para o século XIX, faremos cruzamentos de várias fontes, tais como: inventários, registros paroquiais, escrituras de vendas de escravos, manumissões e censos de população, visando à compreensão da formação de suas relações de casal; a formação das suas identidades com base em valores dominantes sobre a família; a importância da família escravizada como estratégia de sobrevivência, obtenção de liberdade e resistência à escravatura; e o papel das mulheres escravizadas e libertadas na formação da família e das redes de parentesco.

### 1.1 DEBATE HISTORIOGRÁFICO E CONCEITOS TEÓRICOS

Em Colômbia, o tema da escravatura em geral e das famílias escravas são recentes quando comparados com o debate historiográfico no Brasil. O tema do *negro* na Colômbia configura-se como um problema histórico a partir da história econômica, história social e política, que narra a transição da ordem colonial à nova ordem republicana, como parte da nova historiografia que se gera no país nas últimas décadas, especificamente desde os anos 70. Antes deste momento, o tema do *negro* não foi considerado relevante no meio acadêmico, devido principalmente à subestimação da importância da escravidão no passado nacional e o menosprezo pelos escravizados e seus descendentes, submetidos à condição de marginalidade em que viviam e ainda vive a população negra. Também havia a suposição que, quantitativamente, este grupo entre a população colombiana era escasso, suscitando a crença de que não existia um “problema negro” comparável com a problemática estudada da “questão indígena” (ALMARIO GARCÍA y JIMENEZ, 2004).



Outro aspecto importante para essa *invisibilização*<sup>1</sup> do tema do *negro* foi o discurso sobre a mestiçagem na interpretação histórica e social na Colômbia, diferentemente do que tem ocorrido nos Estados Unidos, no Caribe e no Brasil, onde não pode se negar o legado social e cultural das antigas áreas escravistas e a importância das populações negras descendentes. Isso explica porque nestas últimas regiões os primeiros estudos sobre a escravidão e a cultura negra tenha se realizado desde o início do século XX, enquanto que na Colômbia estes estudos se iniciaram na segunda metade do dito século, sendo ainda que na antropologia se verifica somente duas décadas depois.

A obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*, publicada em 1933, que aborda o tema da escravidão, centra sua atenção na influência dos escravizados e de sua cultura na formação da família brasileira, e por meio dela, de toda a sociedade. As gerações posteriores de historiadores retomaram as interpretações de Freyre sobre as relações patriarcais entre o senhor e o escravizado e a centralidade da escravidão na vida brasileira.

Não obstante, as lutas dos movimentos civis da população negra dos anos 50 nos Estados Unidos, as fortes desigualdades sociais no Brasil, aliado ainda com o discurso sobre desenvolvimento, influenciaram a vida acadêmica brasileira. Neste contexto, jovens sociólogos de São Paulo durante as décadas de 1950 e 1960 se distanciaram das interpretações de Freyre e foram influenciados, a partir de então, pelas teorias marxistas. Seu principal objetivo foi será entender a repercussão do escravismo no desenvolvimento geral da economia brasileira e, em alguns casos, o sistema das relações raciais (SCHWARTZ, 2001). A “Escola de São Paulo”, como ficou conhecida, concentrou suas pesquisas principalmente no século XIX e na região sul do Brasil: Emilia Viotti da Costa estudou a região de São Paulo; o sociólogo Fernando Henrique Cardoso escreveu sobre a região do Rio Grande do Sul e Octavio Ianni, a região do Paraná. O também sociólogo Florestan Fernandes e Paula Beiguelman realizaram trabalhos mais teóricos sobre o escravismo e as relações raciais. (SCHWARTZ, 2001). Em geral, para estes autores, a vida em cativeiro era uma vida de “anomia social”, isto é, sem normas sociais e culturais. Aspectos como a separação por venda ou herança, a diferença numérica entre homens e

---

<sup>1</sup> O termo “invisibilização” do negro nas ciências sociais foi popularizado no meio acadêmico pela antropóloga Nina S. de Friedemann. FRIEDEMANN, Nina. “Estudios de negros en la antropología colombiana: presencia e invisibilidad”. In: FRIEDEMANN Nina S. y AROCHA Jaime (eds.). *Un siglo de investigación social: antropología en Colombia*, Bogotá, Etno, 1984.

mulheres, ou a promiscuidade sexual, não permitiam a estabilidade na formação da família escravizada.

No entanto, ao final da década de 70 e princípio dos anos 80, aparecem outras formas de interpretação da vida escravizada no Brasil. Kátia Mattoso vai atribuir vontade, invenções, adaptações e desejo de liberdade ao escravizado; no entanto, para a família escravizada serão poucos estes espaços de adaptação. Richard Graham, através de seu estudo sobre dois grupos familiares da Fazenda Santa Cruz, também considerará a temporalidade das uniões entre os escravizados. No entanto, o debate historiográfico sobre os Estados Unidos e a região do Caribe, representado especificamente por Herbert G. Gutman, Eugene D. Genovese e Barry Higman, contribuíram para outro entendimento sobre a vida familiar em cativeiro. Gutman, através da análise dos censos populacionais, enfatiza na existência de famílias nucleares e redes de solidariedade antes e após a Guerra Civil nos Estados Unidos. Enquanto Genovese destaca a formação de laços horizontais na família escrava e a família branca, Gutman analisa os laços verticais entre a família escravizada e a família senhorial num contexto patriarcal (GUTMAN, 1976); (GENOVESE, 1976). Deste modo, em finais da década de 1970 emergiu uma imagem nova, mais diferenciada, da família escravizada na América do Norte. Refuta-se a teoria que menciona que a desorganização contemporânea da família afroamericana teria suas origens na experiência da escravatura. Segundo estes historiadores, das múltiplas formas de violência e opressão que tinham padecido os escravos, se deviam resgatar a resistência e criatividade nas condutas e ideais familiares que estes tinham desenvolvido em cativeiro.

Esta influência norte-americana e o desenvolvimento da demografia histórica no Brasil permitiram uma nova forma de abordar as fontes. Os trabalhos de José Flavio Motta (1999), Iraci Del Nero Da Costa (1984), Robert Slenes (1987), Stuart Schwartz (1987), Carlos Bacellar (1991), Horacio Gutierrez (1984), Alida Christine Metcalf (1990), entre outros, demonstraram a partir das análises dos censos, listas nominativas, registros paroquiais de batismo e casamento, junto com outras fontes, a existência de uma vida familiar escravizada.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup>MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*, São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999; BACELLAR Carlos. *Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855*. São Paulo: USP-CEDHAL, 1991; GUTIÉRREZ Horácio e COSTA, Iraci del Nero, "Nota sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830)". In: *História: Questões e Debates*, vol. 5, núm. 9 (Curitiba, 1984); METCALF, Alida Christine, "A família escrava no Brasil colonial: um estudo de caso em São Paulo". In: *Congresso sobre a História da População da América. História e População: Estudos sobre a América Latina*, São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/ABEP/IUSSP/CELADE, 1990; COSTA, Iraci del Nero da; SLENES, Robert W., e SCHWARTZ, Stuart B., A "Família Escrava em Lorena (1801)". In: *Estudos Econômicos*,

Já nos anos 90, o debate historiográfico passou de comprovar a existência da família escrava a demonstrar sua estabilidade e a complexidade de suas redes parentais. O tema do escravo como agente histórico dentro do sistema escravista, com espaços de autonomia e dependência, encontra ressonância nas discussões historiográficas. Dentro dos principais estudos, podem-se destacar os de María Helena Machado (1988), Silvia Lara Hunold (1988), José Flavio Motta (1999), Robert Slenes (1999), Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997), Hebe Mattos (1998) Sheila de Castro Faria (1998).<sup>3</sup>

Tal como o demonstram estas investigações, a formação da família escravizada, não só a nuclear mas também a extensão de suas redes de parentesco foram importantíssimas para criar laços de solidariedade e resistência e, igualmente, para conservar alguns elementos de sua própria cultura e história. Ao redor do tema existem várias propostas, por exemplo, a obra *A Paz na Senzala*, de Manolo Florentino e José Roberto Goes (1997), que analisa a formação de parentescos que favoreceram ao senhor dono de negros escravos na pacificação de seu plantel. Por outro lado, Robert Slenes afirma que a família escrava, mais que uma forma de garantir uma tranquilidade no plantel, representava uma forma de resistência cultural, isto é, uma maneira de evitar se submeter por completo ao senhor escravista. (SLENES, 1999)

Algumas teses de doutorado, além de retomar as discussões sobre autonomia, dependência, estratégias e resistência da população escravizada, também se concentraram no tema da comunidade escrava. Jonis Freire, em seu trabalho *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista* (2009), destaca as estratégias políticas e identidades culturais da comunidade escrava para a conservação e re-significação de seus costumes africanos. De igual forma, as relações familiares e de parentesco dos cativos garantiram espaços de autonomia e resistência. Neste mesmo sentido, encontramos o trabalho de Isabel Cristina Ferreira dos Reis (2007), *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*, que analisa a experiência da vida familiar negra na cotidianidade da escravização. As famílias negras consensuais ou legítimas, nucleares ou parciais, foram importantíssimas para o desenvolvimento de

---

São Paulo: v.17, n.2, mai/ago, 1987.

<sup>3</sup>MACHADO, Maria Helena P.T. "Em tomo da autonomia escrava: urna nova direção para a história social da escravidão". In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n. 16, mar/ago, p. 143-160, 1988; LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro*: Nova Fronteira, 1998. SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (sudeste, século XIX)*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

solidariedades e estratégias na obtenção da liberdade e de uma vida com alguma dignidade. Para Carlos Engermann, a multiplicação dos laços parentais nos escravos do sudeste brasileiro no século XIX, tendiam a ampliar os espaços financeiros, temporários e sociais da comunidade (ENGERMANN, 2006).

Tendo em vista estas premissas, nossa investigação pretende fazer uma contribuição ao estudo da família negra na Colômbia, desde a análise de suas estratégias de resistência e sobrevivência num contexto de escravidão, já que é um tema que tem sido pouco desenvolvido. No entanto, há que destacar que Germán Colmenares e outros historiadores colombianos, a partir dos anos 70, introduziram conceitos como região histórica, sociedade escravista de Popayán, complexo mina-fazenda, espaço e padrões de população, entre outros, que foram os suportes fundamentais dos quais surgiram as ideias específicas sobre o negro, seus territórios e sociedades.<sup>4</sup> Sua análise do domínio colonial centrou-se na estrutura centro e periferia, o que serviu para iniciar estudos sobre a expansão de fronteiras, a formação das províncias e suas formas de população. Segundo Colmenares, o estudo da economia e a sociedade colonial da Nova Granada não poderiam ser feitos a partir do espaço urbano, com seus benefícios políticos administrativos, mas sim a partir das “*zonas de fronteiras*”. Para o caso da Província de Popayán, o olhar deveria se dirigir para seus distritos mineiros no século XVI (Anserma, Cartago, e Arma) e XVII (o Pacífico, Dagua, Raposo, Iscuandé e Barbacoas). (ALMARIO & JIMENEZ, 2004). A grande contribuição de Colmenares consistiu em evidenciar a existência do complexo mina-fazenda porque serviu para explicar a forma em que funcionava a estrutura econômica e social da Governação de Popayán (COLMENARES, 1997).

Os “*estudos de fronteira*” tomaram distância dos modelos de análises da história econômica e social das grandes áreas escravistas da América, como a *plantação* das Antilhas ou *plantação-engenho e a casa senhorial* (casa grande e senzala) do sul dos Estados Unidos e do nordeste brasileiro, pois não podiam explicar as condições da mineração praticada na Nova Granada, o sistema social de castas e a mobilidade social que se apresentou nesta zona.

Para entender a proposta de Colmenares, é importante explicar de maneira geral a dinâmica econômica e social da Província de Popayán. A Província foi uma região muito importante por sua grande extensão geográfica; no século XVIII, cobria boa parte do ocidente

---

<sup>4</sup>Ver: COLMENARES, Germán, 1970; DE GRANDA, Germán, 1971; MARZAHN, Peter, 1978; SHARP William, 1968.

colombiano, compreendida pelos atuais departamentos de Cauca, Nariño, Valle, Caldas, Risaralda, Quindío, Putumayo e Caquetá.<sup>5</sup> Em comparação com outras regiões, Popayán, ao lado de Cartagena, foi uma das sociedades escravistas mais poderosas do *Virreinato de la Nueva Granada*.

Durante o século XVIII, a Província ou Governação de Popayán apresentou um auge econômico com a exploração das jazidas de ouro do Chocou (região próxima à Província de Popayán). Esta prosperidade estimulou o rendimento em massa de *cuadrillas de escravos*.<sup>6</sup> Neste período, muitos escravos foram deslocados das minas às fazendas ou de um centro mineiro a outro. A fazenda abastecia de produtos agropecuários à mina, e a mina lhe proporcionava os excedentes em escravos. O comércio conseguia integrar a fazenda com a mina por meio do mercado. A fazenda, além de ser uma unidade produtiva, também era uma unidade de poder social, por meio da propriedade sobre a terra. Neste sentido, a mineração, o comércio e a fazenda foram os três eixos fundamentais da economia da Governação. A Costa Pacífica (grande parte dela localizada na Governação de Popayán) foi centro da economia mineira, sendo composta pelas vilas de Tumaco, Iscuandé, Barbacoas, Raposo e Micay. Em termos raciais, na Costa Pacífica, quase metade de sua população foram escravos negros e mulatos; em suas vilas, estavam 50% deles, em sua maioria de Barbacoas (59%) e Raposo (55%). A exploração da mineração não produziu uma mudança relevante nas populações próximas, nem tampouco significou atividades econômicas complementares que beneficiassem a seus povoadores. Caso contrário ocorreu nas economias agrícolas e pecuárias dos vales interandinos do Cauca, zona geográfica localizada também na Província de Popayán (BARONA, 1995).

Com respeito à composição populacional da Província de Popayán, viveram em seu território, segundo o censo de 1797, um total de 23.145 escravos, discriminados em 11.063 homens e 12.082 mulheres. No padrão da Governação de Popayán, em 1835, o número de escravos desceu a 18.338, entre eles 8.509 homens e 9.799 mulheres (TOVAR, 1994).

---

<sup>5</sup> “A extensão aproximada do território da Província de Popayán no século XVIII, era de 258.969 Km; isto é o 22.7 % da atual República de Colômbia“. BARONA, Guido. *La Maldición de Midas en una región de mundo colonial. Popayán, 1730-1830*. Cali: Editorial Facultad de Humanidades, Universidad del Valle, Fondo Mixto para la Promoción de la Cultura y las Artes del Cauca, 1995.

<sup>6</sup>A *cuadrilla de escravos* era uma forma de organização social de trabalho em minas e fazendas. O período de 1716 a 1738, na Província de Popayán, foi o mais importante em se tratando de escravos no século XVIII. Por exemplo, nestes anos a população escrava do Chocou passou de mil a quatro mil. COLMENARES Germán. *Popayán una sociedad esclavista 1680-1800*. In: *Historia económica y social de Colombia II*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1997.

Há que esclarecer que o maior número de mulheres se apresentava na zona urbana. Por exemplo, tendo em conta o escasso número de escravas nas minas, a formação de famílias e os laços de parentesco moldaram-se de acordo com as tradições e condições concretas dos grupos; por exemplo, as mulheres podiam manter relações com vários membros da *cuadrilla*. Esta situação, vista na perspectiva do modelo de família dominante, foi qualificada de aberrante ou “monstruosa”, incestuosa, e as escravas tidas como putas e imorais (ROMERO, 1995). Na fazenda predominou a escravização feminina, pois as atividades que desempenhavam as mulheres escravas ocupavam a maior parte de seu tempo, como cozinhar, lavar, passar, costurar, atender e acompanhar aos senhores, servir aos trabalhadores, limpar e ordenar as casas (PERÉZ, 2001). No entanto, devido ao aumento da escravatura no século XVIII, a propriedade de escravos deixou de ser um atributo das famílias nobres, já que a compra de um ou vários escravos se converteu num patrimônio de famílias mestiças e pardas. Nos centros urbanos, os escravos cumpriam com labores similares às das fazendas e estadias. Em particular as mulheres cativas desenvolveram outras atividades que se relacionavam com o comércio de rua e também trabalhavam como parteiras e curandeiras.

É inegável que a presença de mulheres escravas afetou de diversas maneiras as possibilidades de constituição das famílias. A esse respeito, sobre o tema da família escrava na Colômbia, alguns pesquisadores afirmam que tem prevalecido a ideia de que a população negra ainda não atingia o status de família no período colonial, por sua condição de escravos, pelo qual eram instáveis e sem organização definida. Foi só a partir da abolição da escravatura que teriam formado famílias e parentescos (ROMERO, 2000). Os trabalhos da antropóloga Virginia Gutiérrez de Pineda nos anos 70 sobre a família e a mulher em Colômbia têm constituído um esforço pioneiro (GUTIERREZ DE PINEDA, 1975). Para o caso da família negra, Gutiérrez expressa que as condições do trabalho escravo na mineração, na agricultura e no trabalho doméstico, não permitiram ao negro escravo reconstruir no ambiente latinoamericano as formas de sua cultura nativa. Portanto, sua vida sexual e familiar foi produto da estrutura da sociedade colonial.

Outro trabalho pioneiro sobre a população negra é o de outra antropóloga, Nina S. de Friedemann, que faz a proposta contrária ao de Virginia Gutiérrez de Pineda. Friedemann afirma que ainda que os escravos negros chegassem carentes de seus trajes, armas e ferramentas, de seus instrumentos musicais e de bens materiais, trouxeram com eles imagens de seus deuses e lembranças de seus avôs, canções e poesias e quiçá memórias de linhagens ou de suas famílias

estendidas. A esta bagagem cultural, transformada criativamente ao longo de séculos, ela denominou-lhe de *impressões de africanía*. (FRIEDEMANN, 1974). Um exemplo das *impressões de africanía* é seu estudo sobre os mineiros de Guelmambí (Departamento de Nariño, Colômbia). A autora propõe que a organização familiar destes mineiros tinham suas origens não só nas primeiras gerações de mineiros, que em condição de escravos foram introduzidos ali, senão que ademais tinham fortes nexos com características de estrutura familiar africana.

Neste sentido também está o trabalho do historiador Mario Diego Romero (2000), *População e Sociedade no Pacífico Colombiano, Séculos XVI ao XVIII*. Diante da condição de escravos e de uma estrutura escravista, que tentava negar toda a possibilidade de reconhecimento de parentes e de posse dos territórios, o autor propõe que na Costa Pacífica o povoamento estava definido pela formação de famílias desde o mesmo momento de vinculação de escravos às atividades mineiras; os escravos fizeram parentes para além da simples reprodução biológica do grupo, sendo mais importantes os reconhecimentos sociais dos integrantes de um grupo de trabalho como integrantes de uma comunidade. Em outro trabalho, *Família afrocolombiana e construção territorial no pacífico sul, século XVIII*, menciona que foi ao redor da figura da mãe e do líder do grupo de trabalho da *cuadrilla* que se construíram redes de parentesco (ROMERO, 2000).

Na mesma linha dos pesquisadores brasileiros como Robert Slenes, Manolo Florentino e J. Roberto Góes, entre outros, e a pesquisadora Nina Friedemann para o caso de Colômbia, queremos identificar que tradições e lembranças africanas sobreviveram no cativo e permitiram reconstruir novos laços de parentesco. Também se objetiva transcender os “*estudos de fronteira*” que se realizaram na Colômbia, isto é, queremos centrar nosso enfoque não só nos distritos mineiros, mas também nas fazendas e centros urbanos da Província de Popayán. O papel das mulheres também é outro aspecto para pesquisar na Província de Popayán, já que nesta região um maior número de mulheres escravas conseguiu sua liberdade frente aos homens de mesma condição. Escravas e libertas ocuparam diversas atividades agrícolas e comerciais, e ademais representaram uma porcentagem significativa na condição de mães solteiras com filhos ilegítimos.

Escolhemos o período de 1780 a 1852 por várias razões: nas últimas décadas do século XVIII apresentou-se a maior concentração de escravos em atividades produtivas, e as transações de escravos de maneira unitária e em grupos tinham-se multiplicado neste período. Os

proprietários de fazendas e minas da Governação de Popayán participaram com cerca de 35% do total dos escravos existentes na Nova Granada. Nos censos de 1825, 1835 e 1843, esta participação aproximou-se sempre aos 50% (COLMENARES, 1998). Além disso, a maior parte das fazendas estudadas (Cajibío, Japío, La Bolza e Quintero) foi implantada nas últimas décadas do século XVIII. Já no século XIX, com as guerras de independência, a economia escravista começou a se debilitar. No dia 19 de julho de 1821 sancionou-se a Lei de Ventre Livre. No entanto, essa liberdade teve que ser adiada por vários anos, até que finalmente ao dia 21 de julho de 1851 foi aprovada a Lei de Manumissão, entrando em vigência ao dia 1º de janeiro de 1852, data em que aproximadamente 16.000 escravizados acederam à liberdade pela via da manumissão republicana.

## 1.2 METODOLOGIA

Para analisar o cotidiano das famílias escravizadas e suas redes de parentesco para a criação de laços de solidariedade e estratégias de resistência, utilizamos várias fontes como inventários de propriedade, inventários post mortem, registros paroquiais, cartas de liberdade ou de manumissão, escrituras de venda de escravos e censos populacionais da província de Popayán, entre outras.

Do fundo judicial, analisamos 75 casos de manumissão e 250 arquivos judiciais, dos quais 19 casos tratavam de pessoas escravizadas pela família Arboleda. Entre as questões que identificamos estavam, além das alegações sobre promessas não cumpridas de liberdade, concubinato ou relações "ilícitas", filhos ilegítimos, as tensões e ambigüidades entre liberdade e escravidão, e formas de trabalho não escravo, entre outras.

José Rafael Arboleda, pai de Sergio e Julio Arboleda e proprietário das principais fazendas e minas que estudamos. 2. Manuel Esteban Arboleda, um importante proprietário de escravos e irmão de José Rafael Arboleda. Sergio Arboleda, filho de Rafael Arboleda e sobrinho de Manuel Esteban Arboleda, proprietário das fazendas Japio e Quintero. Estes testamentos me ajudaram a reconstruir as trajetórias dos membros mais importantes da família Arboleda e a identificar alguns dos nomes dos escravizados.

Os inventários de bens que identificamos das fazendas Japio, Bolsa e Quintero, analisamos os bens materiais dessas fazendas em diferentes períodos. Estas informações,



juntamente com a verificação cruzada de outras fontes, nos ajudaram a compreender os ciclos econômicos da família Arboleda e a compará-los com o contexto econômico geral da região de Popayán.

Documentos de correspondência entre alguns membros da família Arboleda também foram uma fonte que forneceu vários detalhes sobre as fazendas e o contexto político. Por exemplo, a correspondência de Matilde Pombo de O'Donnells, esposa de um dos patriarcas Arboleda, José Rafael Arboleda e mãe de Sergio e Julio Arboleda. Matilde ficou viúva aos 31 anos de idade e assumiu a responsabilidade de administrar o grande patrimônio econômico deixado por seu marido, representado nas fazendas do Japio, Asnenga, Quintero, La Bolsa, entre outros bens. Ela visitava frequentemente as fazendas, examinava as contas que lhe eram dadas por seus administradores, estudava os negócios que ia realizar, vigiava os dependentes que trabalhavam nas fazendas, inclusive os escravizados, etc. Ela comentava essas atividades nas cartas que enviava a seus filhos quando eles estavam em outros lugares a negócios ou no exílio devido às guerras civis na região.

Consultamos literatura costumbrista e relatórios de viajantes, pois o romance histórico "El Alferéz Real" é uma fonte de literatura costumbrista e narra diferentes situações dos habitantes da sociedade de Cali, uma cidade na província de Popayán no final do século XVIII. Um dos personagens principais é um escravo de uma fazenda, e embora seja uma história fictícia, o autor utilizou várias fontes históricas para construir o romance. Também revisamos o livro "Viaje por el interior de las provincias de Colombia" de John Hamilton, que narra as viagens deste diplomata inglês em Nova Granada durante a presidência de Simón Bolívar (1819-1831), em uma de suas histórias ele menciona sua visita às haciendas dos Arboledas.

As fontes quantitativas que utilizamos foram: as fontes quantitativas, os censos populacionais de Popayán que analisamos foram para os anos de 1779, 1797 e 1835. As dezesseis (16) listas eram as seguintes: Hacienda de Japio, quatro (4) listas: 1821, 1832, 1845 e 1851; Hacienda Quintero, quatro (4) listas: 1812, 1832, 1845, 1851; Hacienda la Bolsa encontramos três (3) listas: 1789, 1812 e 1821; mina Salina de Asnenga, uma (1) lista: 1832; mina San Vicente de Timbiquí, três (3) listas: 1819, 1821 e 1829. E finalmente, da Real de mina Santa Maria, uma (1) lista: 1819.

Nas listas de pessoas escravizadas podemos encontrar aproximadamente trinta a duzentas pessoas na mesma fazenda, minha ou Real. Entretanto, estas listas não são tão homogêneas e

ricas em detalhes quanto as listas nominativas da região de São Paulo no Brasil. Também não foram o resultado de um censo anual ou mais ou menos periódico da população escravizada na província de Popayán pelo governo imperial ou local. Ao contrário, sua existência obedece às necessidades particulares de cada senhor e sua família, por exemplo, as encontramos como parte da avaliação de bens para alguma venda posterior, como parte de um inventário de bens post mortem ou para serem apreendidos pelo Estado, como explicaremos mais adiante. Entretanto, as informações que contêm nos permitem ter uma idéia geral de algumas características das famílias cativas, tais como: estado civil, nomes de pais, mães, filhos e filhas; número e tipo de família (nuclear, matrifocal, patrifocal ou estendida ou estendida); doenças ou deficiências físicas e se foram fugidas. Algumas listas também mencionam idades e preços, mas estes não são a maioria.

Inicialmente começamos com as listas de escravizados das fazendas japonesas, Quintero e La Bolsa, mas começamos a encontrar listas de escravizados das minas de propriedade dos Arboledas, então eles foram introduzidos na análise da pesquisa. Organizar estas informações a partir das listas não foi fácil, pois começamos a transcrever as listas, mas precisávamos identificar se estas famílias eram encontradas em outras listas de outros anos, a fim de tentar uma análise demográfica. O resultado é que estas listas não têm um padrão. Em uma lista podemos encontrar nomes, idades, preços, crianças, etc., em outras apenas nomes e famílias, e em outras apenas nomes. Muitos nomes são repetidos, mas não há sobrenome, portanto não sei se é a mesma pessoa ou não.

Nossa intenção inicial era fazer a construção de trajetórias familiares pelo método de "ligação nominativa de fontes" e "referência cruzada de fontes". Entretanto, não tivemos acesso aos registros de batismo, casamento e morte dos escravizados. Assim, construímos um capítulo baseado em fontes quantitativas como censos ou registros populacionais e listas de pessoas escravizadas, a fim de compreender algumas características demográficas de famílias escravizadas na província de Popayán na primeira metade do século XIX.

Com estas fontes qualitativas e quantitativas tentamos fazer um cruzamento ou sobreposição de fontes qualitativas e quantitativas para seguir numa perspectiva longitudinal os níveis de estabilidade nas relações familiares dos escravos e libertados ao longo do tempo. A análise longitudinal, os deslocamentos nos permitiram compreender melhor as experiências e a vida cotidiana da população negra e livre em termos de sua vida familiar e emocional em cativo e em sua mobilidade ou transição para a vida livre. Além disso, com as fontes, podemos

seguir as vidas de certos grupos de escravos e famílias libertadas a longo prazo, reconstruindo (na medida em que as fontes permitam) certas trajetórias de vida ou biografias curtas. Para acompanhar grupos de escravos escolhemos uma das mais importantes famílias de escravos da província de Popayán, a família Arboleda. No Archivo Central del Cauca (ACC) na cidade de Popayán existe uma coleção de documentos desta família chamada "Fondo Arboleda", onde encontramos uma diversidade de documentos do século XIX pertencentes a membros desta família, como o "Fundo Arboleda". Aqui encontramos uma diversidade de documentos do século XIX pertencentes aos membros desta família, tais como transações comerciais, vendas de escravos, inventários de mercadorias onde podemos identificar as listas de escravos em suas propriedades, inventários post-mortem, cartas pessoais, relatórios sobre as guerras civis nas quais a família participou, entre outros.

### 1.3 ESTRUTURA DO TEXTO

Na primeira parte, abordamos de forma geral a discussão sobre a economia mundial capitalista e a escravidão. Apresentei algumas discussões do livro de Rafael Marquese e Ricardo Salle, *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX. Cuba, Brasil, Estados Unidos*, publicado em 2016. Esta compilação apresenta vários artigos analisando a relação entre a segunda escravidão e a reestruturação da economia industrial capitalista mundial do século XIX. Na Colômbia, a escravidão não tinha as mesmas características de plantação que no Brasil, porém, as dinâmicas econômicas, sociais e políticas locais não eram estranhas ao contexto capitalista e ao comércio global de escravos do Atlântico. Nosso interesse era compreender estas conexões locais e globais do sistema escravo na América a partir de uma perspectiva micro-histórica, na qual trabalhamos as fontes documentais a partir de pistas para estabelecer relações que nos levam a conjecturas para compreender contextos sociais e culturais mais amplos, nos quais casos particulares adquirem significado.

Nesta ordem de idéias, as fontes consultadas ofereceram informações fragmentadas ou particulares sobre a vida da população escrava e livre na Colômbia, que serão interpretadas a partir de um paradigma indicativo, a fim de compreender não apenas seu mundo simbólico e material, mas também as estruturas sociais em que estes indivíduos atuam.

Como explicado acima, as principais fontes de minha pesquisa nesta Parte Um foram os inventários das fazendas da família Arboleda. Nessas fontes encontramos listas da população escravizada onde são especificados os nomes de pais, mães, filhos e filhas. Algumas listas também mencionam preços e idades, mas esta não é a maioria, portanto não foi possível fazer uma tabela comparativa de todas as listas com estes dois últimos aspectos.

Na Parte Dois, desenvolvemos ainda mais a análise dos dados das listas de pessoas escravizadas na Parte Um. Explicamos que as famílias dos escravizados tinham uma estabilidade frágil devido a: 1) deslocamento físico ou migrações internas entre minas e fazendas; 2) fugitivos e cimarronaje; 3) tráfico interno e externo entre 1829 e 1850; 4) finalmente, recrutamento devido a guerras regionais neste período. Portanto, não podemos dizer que houve estabilidade, definida como a possibilidade das famílias permanecerem por vários anos, mesmo gerações na mesma fazenda ou em diferentes fazendas ou minas das Arboledas.

Na Parte Três, tentamos explicar as experiências conjugais e os conflitos conjugais, com base na análise de alguns casos e na reconstrução de algumas biografias familiares de pessoas escravizadas da família Arboleda. A metodologia para este capítulo é a mesma do capítulo quatro, escolhendo alguns "casos exemplares" e fazendo uma "descrição densa", no entanto, usarei também a "ligação nominativa de fontes", ou seja, para procurar os nomes que se repetem nas listas de pessoas escravizadas nos diferentes períodos e cruzar esta informação com outras fontes para a construção de pequenas biografias individuais e/ou familiares.

Nesta parte, tentamos abordar os seguintes objetivos de pesquisa: Analisar a formação da família escrava como estratégia de sobrevivência para obter liberdade e resistência diária ao sistema escravo na província de Popayán; compreender a importância da família escrava na formação da identidade da população cativa e libertada do Governado de Popayán, com base na conservação e re-significação de suas tradições africanas; e identificar a influência dos valores dominantes na família, honra, gênero e sexualidade na formação da família na província de Popayán.

Na Parte Quatro tentamos cobrir os seguintes objetivos de pesquisa (4, 5 e 6): identificar a influência dos valores dominantes na família, honra, gênero e sexualidade na formação da família na província de Popayán; estudar a importância das mulheres escravas e livres na formação de redes familiares e de parentesco; compreender as relações de ilegitimidade entre mulheres e homens escravos e livres de outros grupos étnicos.

Nesta seção, pretendemos analisar a vida das mulheres escravizadas a partir de uma perspectiva que considera a centralidade do gênero e da raça em um contexto de interações com as potências senhoriais, com as comunidades escravizadas e com os setores livres. Suas histórias de vida nos permitirão abordar alguns aspectos da sociedade escrava de Popayán, como a presença de mulheres livres e escravizadas em diferentes atividades laborais; sua dupla exploração como produtoras e reprodutoras; sua experiência de maternidade e sexualidade; seu papel na família e as tensões raciais que surgiram a partir disso. A metodologia desta quarta parte consistiu na análise de alguns "casos exemplares" de processos de manumissão e julgamentos criminais de mulheres escravizadas. Com estas informações pretendemos fazer uma "descrição densa", ou seja, uma descrição detalhada que nos permite compreender alguns aspectos da experiência de vida destas mulheres.

## PREFACIO: ECONOMIA E SOCIEDADE ESCRAVISTA

Germán Colmenares explica que o chamado capitalismo mercantil influenciou a quantidade e a natureza dos bens produzidos na América e, portanto, a exploração e escravização de indígenas e africanos. No entanto, as formas locais de produção não eram capitalistas. Sendo assim, se o modo de produção capitalista é definido pelo trabalho assalariado, como é possível que o capitalismo se baseie no trabalho dos escravos? Este foi um debate acadêmico em andamento por muitos anos, alguns autores fizeram a distinção entre centro e periferia, o que ajudou a compreender essa contradição (COLMENARES,1998). Assim, Immanuel Wallerstein, com a publicação de seu livro, *The Modern World-System*, em 1974, explicou como o controle do trabalho escravo nas zonas periféricas fez parte do estabelecimento da economia-mundo capitalista no século "prolongado". XVI (1450-1640) até sua abolição no século XIX (WALLERSTEIN, 2010).

Para Wallerstein, três coisas foram essenciais na ascensão da economia-mundo capitalista: 1) uma *expansão geográfica* por meio da exploração e colonização; 2) o desenvolvimento de vários métodos de controle do trabalho para diferentes produtos e áreas da economia-mundo, ou seja, uma *divisão mundial do trabalho* (por exemplo, países do centro, países da periferia e semi-periferia), e 3) a criação de aparelhos estatais relativamente fortes no que mais tarde se tornariam os *Estados centrais* dessa economia capitalista mundial. Wallerstein situa os países do centro no noroeste da Europa, porque no século XVI uma série de fatores históricos, ecológicos e geográficos melhorou as condições para diversificar sua especialização agrícola e industrial (têxtil, construção naval, metalurgia) com uma mão. O Leste Europeu e as Américas tornaram-se áreas periféricas especializadas na exportação de grãos, metais preciosos, madeira, algodão, açúcar etc., favorecendo a escravidão e o trabalho coercitivo nas lavouras para o mercado mundial. A Europa mediterrânea tornou-se uma área semiperiférica, ou seja, especializou-se em produtos industriais (sedas), atividades de crédito e transações em dinheiro. Assim, em 1640, as três áreas estruturais da economia mundial, núcleo, periferia e semiperiferia, haviam sido estabelecidas.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Wallerstein afirma que o que levou a Europa a conquistar novos territórios, além da busca por ouro e prata, foi a necessidade de alimentos. Na realidade, a Europa precisava de muitas coisas: ouro e prata, matérias-primas, proteínas, meios para conservar proteínas, alimentos, madeira, materiais para processar têxteis. Uma vez alcançada a expansão geográfica, era necessário controlar a força de trabalho em diferentes regiões como a força de trabalho

No entanto, em 1987 Steven Stern analisou o alcance e os limites da interpretação de Wallerstein na América Latina e no Caribe. Criticou a concepção do sistema-mundo como um todo onde o trabalho forçado ocorre na periferia, arranjos intermediários na semiperiferia e trabalho livre no centro. Para Stern, a exploração da prata em Potosí e do açúcar no Caribe e no Brasil, mais do que os locais de produção periféricos, como menciona Wallerstein, eram na verdade lugares onde existiam não apenas relações de trabalho forçado, mas também outros modelos de subsistência e mercado, estratégias populares de resistência, interesses da elite local e desenvolvimento tecnológico. Ainda segundo ele, “reduzir a periferia a um papel funcionalmente imbatível servindo ao centro do capitalismo internacional mostra-se mais fortuito, mais reduzido e atingido por forças causais independentes e contradições internas do que sugere o quadro teórico de Wallerstein”. (STERN,1987)<sup>8</sup>

Wallerstein, por sua vez, respondeu às críticas de Stern, dizendo que em sua explicação sobre a divisão global do trabalho, embora o trabalho coercitivo pago em espécie existisse na periferia, ele nunca disse que era o único. Em cada região geográfica havia uma miscelânea, caso se encontrem modelos explicativos, não devem ser tipos ideais inexistentes: “trata-se mais de procurar intensidades, onde o mais aparece, acima do menos” (WALLERSTEIN , 1989)<sup>9</sup>

## 2. AMÉRICA E CAPITALISMO MUNDIAL

Anos depois, em outro texto, *Americanity as a concept*, ou *Americas in the modern world-system*, Emmanuel Wallerstein e Aníbal Quijano analisaram com maior profundidade o papel das Américas no sistema-mundo moderno. Os autores argumentam que o sistema mundial moderno nasceu no século XVI com a criação das Américas como entidade geossocial:

The modern world-system was born in the long sixteenth century. The Americas as a geosocial construct were born in the long sixteenth century. The creation of this

---

escrava. Para Wallerstein, a divisão mundial do trabalho compreendia três áreas: *centro*, *periferia* e *semi-periferia*. O *centro geográfico* dominou a economia mundial e explorou o resto do sistema. A *periferia* eram as áreas que fornecem matéria-prima para o centro, e mantinham com ele, uma relação de troca desigual. A *semi-periferia* constituiu uma categoria residual que engloba uma série de regiões que se situam entre os exploradores e os explorados (Wallerstein, 2004, p, 88-100).

<sup>8</sup> No original: “reducir la periferia a un papel funcionalmente inmejorable que sirviera al centro del capitalismo internacional, prueba ser más fortuito, más reducido y golpeado por fuerzas causales e independientes y por contradicciones internas de lo que sugiere el marco teórico de Wallerstein.”

<sup>9</sup> No original: “se trata más bien de buscar intensidades, donde aparecen los más, por encima de los menos.”

geosocial entity, the Americas, was the constitutive act of the modern world-system. The Americas were not incorporated into an already existing capitalist world- economy. There could not have been a capitalist world-economy without the Americas.<sup>10</sup>

Para Quijano, na construção da América, como parte constitutiva do novo padrão de poder, ou seja, o moderno sistema-mundo capitalista, intervieram dois processos históricos: por um lado, as diferenças entre conquistadores e conquistados com a ideia de raça, que supunha uma estrutura biológica onde “naturalizava” a inferioridade de uns frente a outros. Nesta suposição, a população da América e do mundo depois foi classificada. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle sobre o trabalho, seus recursos e seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2014)

O conceito de raça não existia antes da criação da América como espaço geossocial. A formação de relações sociais a partir da ideia de raça gerou historicamente novas identidades sociais: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Nesse sentido, ser agora espanhol, português ou europeu não estava apenas associado a uma origem geográfica, mas também a uma conotação racial. (QUIJANO, 2014, p. 778)

En América, la idea de raza fue un modo de otorgar legitimidad a las relaciones de dominación impuestas por la conquista. La posterior constitución de Europa como nueva identidad después de América y la expansión del colonialismo europeo sobre el resto del mundo llevaron a la elaboración de la perspectiva eurocéntrica de conocimiento y con ella a la elaboración teórica de la idea de raza como naturalización de esas relaciones coloniales de dominación entre europeos y no-europeos.<sup>11</sup>

As formas históricas de controle do trabalho, numa perspectiva eurocêntrica, como a escravidão, a servidão e a produção mercantil, são concebidas como uma sequência histórica linear anterior à mercantilização da força de trabalho. São pré-capitalistas e, portanto, incompatíveis com o capital. No entanto, na América, embora essas formas surgissem de forma não linear, não eram incompatíveis com o capital. Segundo Quijano, a servidão imposta à população indígena e a escravidão dos africanos foram deliberadamente organizadas para produzir bens para o mercado mundial e, assim, atender aos propósitos e necessidades do capitalismo. (QUIJANO, 2014, p. 779)

<sup>10</sup> QUIJANO Aníbal y WALLERSTEIN Immanuel, op. cit., p.134

<sup>11</sup> Quijano define o eurocentrismo como uma racionalidade ou perspectiva específica de conhecimento que começou na Europa Ocidental em meados do século XVII e se tornou hegemônica em todo o mundo ao colonizar outros saberes (op. cit., p. 779).



Embora esses dois autores critiquem o eurocentrismo, problematizem a ideia de raça e a hierarquização que isso implicou nas sociedades coloniais e admitam a heterogeneidade das formas de controle do trabalho, continuam com uma visão *funcionalista* da escravidão e do sistema-mundo capitalista. Quijano diz:

Eso significa que todas esas formas de trabajo y de control del trabajo en América no sólo actuaban simultáneamente, sino que estuvieron articuladas alrededor del eje del capital y del mercado mundial. Consecuentemente, fueron parte de un nuevo patrón de organización y de control del trabajo en todas sus formas históricamente conocidas, juntas y alrededor del capital. (QUIJANO, 2014, 779)

Hoje há um consenso de que a América não esteve imersa no primeiro contato europeu em um modo de produção capitalista. Tampouco reproduziu um regime feudal, embora tenha características feudais. O que aconteceu foi que as condições criadas na América como resultado da conquista integraram um tipo de economia e exploração que preexistia à conquista no quadro de uma instituição original (COLMENARES, 1998, p. 9) Em outras palavras, a economia da América Latina colonial, apesar de fazer parte de um sistema econômico europeu, seguiu os princípios de uma evolução econômica qualitativamente diferente daquelas associadas a um modo de produção capitalista.

No caso do Brasil, Rafael de Bivar Marquese, em seu texto *As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira*, critica a proposta de João Fragoso e Manolo Florentino, quando expõem a total autonomia do espaço colonial português em relação ao mercado mundial e a ideia de que a escravização na América portuguesa não estava relacionada ao capital comercial europeu. Por outro lado, também critica as perspectivas que analisam o capitalismo como uma “totalidade supra-histórica”, como no caso de Wallerstein. Marquese a partir da proposta de Dale Tomich, propõe compreender o capitalismo a partir de sua alternância a e flexibilidade, nas múltiplas relações de produção e trabalho articuladas ao capitalismo global.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Marquese critica proposta de João Fragoso e Manolo Florentino em seu livro **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-1840**. MARQUESE Rafael. “As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira”. Revista de História São Paulo, nº 169, p. 223-253, julho / dezembro 2013, p, 244. MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial, 1831-1870*, volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383.

[...] remeto o leitor ao texto que escrevi com Dale Tomich, no qual demonstramos, empiricamente, como a cafeicultura do Vale do Paraíba foi construída em meio a um conjunto amplo e complexo de múltiplas relações entre as forças globais da economia-mundo capitalista (agora sob a égide da industrialização) e as forças locais no Brasil (a composição regional de terra, trabalho e capital, assim como a dinâmica dos conflitos entre fazendeiros, trabalhadores escravizados e agentes construtores do Estado nacional).<sup>13</sup>

A escravidão deve ser entendida em sua relação com o mercado mundial, com as demais forças de trabalho que a constituem, assalariadas ou não, o que nos permite entender a produção e o escambo, não como entidades distintas e separadas, mas como relações mutuamente interdependentes. Nessa visão do capitalismo histórico, as relações de trabalho escravo e assalariado não são externas uma à outra, mas sim dialeticamente integradas.<sup>14</sup>

Ora, dentro desse modelo explicativo da economia-mundo capitalista, embora a circulação de produtos pudesse ser um elemento uniforme, as sociedades que intervieram na produção tinham características particulares. Por exemplo, no Vice-Reino de Nova Granada (atual Colômbia, Venezuela, Panamá e Equador), não havia economia de plantação como no Caribe insular, no sul dos Estados Unidos e no Brasil.<sup>15</sup>

Para a América espanhola, um dos motores da expansão e ocupação do território americano foi a busca por metais preciosos como ouro e prata. No entanto, a economia de metais preciosos não surgiu por acaso ou apenas por causa da abundância desse recurso na América. A sua exploração foi imposta por uma necessidade no desenvolvimento das economias europeias. No entanto, concordamos com Stern quando menciona que nas colônias espanholas e portuguesas

<sup>13</sup> MARQUESE Rafael op, cit., p. 241

<sup>14</sup> MARQUESE Rafael op, cit., p. 249

<sup>15</sup> El Virreinato de la Nueva Granada fue creado y suprimido en varias oportunidades por problemas administrativos y financieros (1717-1723, 1739-1810 y 1816-1819) su capital fue Santafé de Bogotá. "La real cédula de 29 de abril de 1717, que creaba el nuevo virreinato, delimitaba su territorio en una extensión de más de dos millones seiscientos mil kilómetros cuadrados que comprendían "toda la provincia de Santafé, Nuevo Reino de Granada, las de Cartagena, Santa Marta, Maracaibo, Caracas, Guayana, Antioquia, Popayán y San Francisco de Quito, con todos los demás términos que en ellas estuviesen incorporados". Se designaba como capital a Santafé de Bogotá. (...) El 5 de noviembre de 1723 se firmó una nueva cédula real que dispuso la supresión del virreinato de la Nueva Granada, puesto que nada nuevo ni bueno se había obtenido y "permanece sin aumento de caudales, ni haberse podido evitar los fraudes y algunos desórdenes que se han ocasionado". En 1739 se establece de nuevo el Virreinato de la Nueva Granada (...). Se estableció así su jurisdicción: "Panamá, con el territorio de su capitania general y audiencia a saber: las de Portobelo, Veragua y el Darién; las del Chocó, reino de Quito, Popayán y Guayaquil. Provincias de Cartagena, Río del Hacha, Maracaibo, Caracas, Cumaná, Antioquia, Guayana y río Orinoco, islas de Trinidad y Margarita". Durante el resto del período colonial tan sólo se modificó el territorio al crearse la Capitanía General de Venezuela. No deja de ser significativo que la Colombia de 1819 a 1830 tuviera los mismos límites y jurisdicción que tuvo el renaciente virreinato neogranadino ". Hernández de Alba, Gonzalo. El Virreinato de la Nueva Granada. Credencial Historia N. 20, agosto de 1991. <https://www.banrepcultural.org/biblioteca-virtual/credencial-historia/numero>.

prevaleceram não apenas os interesses dos países do centro, mas também os interesses locais derivados de suas próprias dinâmicas econômicas, sociais e políticas, ao mesmo tempo complexas e contraditórias.

Às vésperas do primeiro contato com a América, o continente europeu passava por problemas demográficos que levaram à diminuição da renda senhorial e ao enfraquecimento do sistema feudal, porém, em alguns países europeus, o setor manufatureiro experimentou uma expansão. As fontes africanas de abastecimento de metais preciosos não eram suficientes para compensar o déficit da balança de pagamentos europeia em relação ao Oriente, e a moeda que circulava na Europa era escassa. “A economia europeia estava “faminta” de metais negociáveis para acompanhar os preços e com eles um estímulo à produção. (...)”. (COLMENARES, 1998, p. 12). Com a chegada dos metais preciosos da América à Europa, produziu-se um ciclo de inflação sustentada que manteve as expectativas dos produtores.

Segundo Colmenares, outro motivo importante para a escolha dos metais preciosos como mercadoria colonial foi o valor por unidade de peso e volume. Devido ao transporte lento e inseguro, apenas os produtos que representavam alto valor em relação ao seu peso e volume justificavam uma viagem por via marítima, como especiarias, corantes naturais para têxteis ou metais preciosos. Finalmente, a exploração do ouro e da prata deveu-se a uma relativa abundância de recursos na América que facilitou sua extração a um custo muito baixo. Todas essas circunstâncias criaram trocas mundiais e uma relação entre as economias coloniais e o centro europeu.<sup>16</sup>

O caso da América portuguesa foi diferente. A colônia portuguesa no Brasil no século XVI não tinha metais preciosos suficientes para compensar os altos custos da colonização em larga escala. A experiência portuguesa na Madeira e em São Tomé mostrou que o açúcar podia garantir a existência de uma colônia lucrativa. Além disso, os portugueses ainda dominavam o tráfico atlântico de escravos e conseguiram trazê-los para a América com mais facilidade e custo menor do que outras potências europeias. Embora seja verdade que os portugueses inicialmente tinham uma população indígena à sua disposição para explorar e escravizar, ao longo do tempo não foi economicamente viável devido às condições locais como geografia, doenças e guerras. No final do século XV nas ilhas atlânticas e início do século XVI no Brasil (províncias do nordeste de Pernambuco e Bahia), a produção açucareira foi introduzida, estabelecendo um

---

<sup>16</sup> COLMENARES, Germán. op. cit., p. 13.

regime escravista de *plantation* no Novo Mundo, caracterizado por grandes produções agrícolas, principalmente orientada para a exportação. Por outro lado, a descoberta de novas jazidas de ouro na região de Minas Gerais (Brasil) dará origem a um novo tipo de economia escravista, a *economia mineradora*. (LUNA; KLEIN, 2010).

Em Minas Gerais, predominava a economia extrativista, atingindo seu apogeu no final do século XVII e início do século XVIII. Em 1735, já havia mais de 100 mil escravizados, em 1786 o número subiu para 174 mil, um número muito significativo se compararmos com a província de Popayán que aproximadamente no mesmo período o número de escravizados não ultrapassou 24 mil. A forma de trabalho na extração do metal em Minas Gerais era semelhante à região do Chocó, ou seja, 90% dos escravizados trabalhavam em forma de *quadrilha*, unidades de mais ou menos 30 escravizados (KLEIN, H, 1987, p. 100). No entanto, a historiografia brasileira da década de 1980 mostrou que na economia extrativista mineira não predominava o grande proprietário de muitos escravos, mas, ao contrário, os pequenos proprietários predominavam tanto no período colonial quanto no imperial. Um mercado interno em contínuo crescimento garantiu uma diversificação econômica nas atividades agropastoris, comerciais e artesanais com a participação em todas elas da mão de obra de escravos, proprietários e não proprietários de cativos e também de trabalhadores livres (LUNA; DA COSTA; KLEIN, 2009).

Vários historiadores<sup>17</sup> argumentam que dois tipos de escravidão ocorreram no Novo Mundo. A primeira escravidão (1520 a 1800), estava ligada aos sistemas coloniais de escravidão elaborados pela Espanha, Portugal, Holanda, Grã-Bretanha e França. Tinha caráter colonial e era composto por duas novas instituições: o tráfico oceânico de escravos e a *plantation*. Seus fundamentos jurídicos e socioeconômicos foram derivados do Velho Mundo, principalmente do Mediterrâneo. A segunda escravidão (1800-1888) esteve intimamente relacionada ao processo de industrialização em larga escala e prolongada "acumulação primitiva". Isso significa que a industrialização e a chegada da modernidade não significaram automaticamente o fim da escravidão nas Américas, mas se intensificaram e se espalharam. O resultado foi uma nova escravidão americana, que reformulou e reorganizou a instituição. Os principais territórios da segunda escravidão apresentavam vantagens naturais para o cultivo das principais *commodities* –

---

<sup>17</sup> (Tomich, 2004); (Marquese, 2010); (Blackburn, 2016). El término de "Segunda esclavitud" fue inventado por Dale Tomich en su ensayo de 1988 republicado en *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital and World Economy*, Boulder Co., Rowman & Littlefield, 2004.

cana-de-açúcar em Cuba, algodão no sul dos Estados Unidos e café no Brasil (BLACKBURN, 2016).

No Brasil havia a maior concentração de escravizados de origem africana de todas as colônias americanas (aproximadamente 4,9 milhões de africanos em três séculos). Estima-se que não mais de um quarto dos escravos foram usados na agricultura e mineração em grande escala. Os demais cativos estavam nas cidades e na área urbana realizando todo tipo de atividade econômica. Embora a economia brasileira tenha passado pelos ciclos coloniais clássicos de crescimento e declínio, seu dinamismo permitiu o desenvolvimento de novos produtos, a abertura de novas regiões e a criação de um mercado interno dinâmico (LUNA; KLEIN, 2010).

Marcela Echeverri (2020) menciona que no debate sobre a segunda escravidão, a América continental é considerada periférica porque não houve grandes plantações entre os séculos XVIII e XIX. Também porque o número de escravizados era muito menor em relação ao Brasil e Caribe, então a abolição era inevitável. Portanto, a América hispânica peninsular não foi muito importante para a conformação do capitalismo global no século XIX. Embora a população escravizada não ultrapassasse 10% da população em todo o território espanhol, nas regiões em que se concentrava tinha importância econômica e social.

América espanhola continental, durante o século XVIII o vice-reinado de Nova Granada teve uma das maiores populações escravizadas, embora não na mesma medida que o Brasil, o sul dos Estados Unidos e as ilhas do Caribe (MCFARLANE, 1991). Seu porto mais importante era Cartagena das Índias na costa caribenha colombiana e deste porto abastecia não apenas os mercados de Nova Granada, mas toda a América do Sul.

Nova Granada tinha uma economia baseada na extração de ouro baseada principalmente no trabalho escravo nas regiões de Chocó, Antioquia e Popayán; na audiência de Quito, a escravidão era principalmente importante em torno do vale de Chota (cana) e Guayaquil (estaleiros). Portanto, para Echeverri, a América continental deve ser considerada o epicentro de dinâmicas históricas mais amplas que moldaram os significados de liberdade e republicanismo no continente americano (ECHEVERRI, 2020, p. 23-24).

The centrality of slavery to the regional economies of Old Colombia, and to the political projects woven around these, suggests that the importance of slavery in Old Colombia was not just a question of numbers. Indeed, while slavery across Old Colombia never reached the proportions it had in the plantation economies of the Caribbean and Brazil, it was nonetheless very entrenched both ideologically and economically following

independence. Slavery was a key institution through which state power was articulated. In the decades between 1810 and 1860, the battles over slavery, among regional elites and between them and the Afro-Colombian populations, had consequences for the tensions that developed at the core of Old Colombia as a republican project (ECHEVERRI, 2020, p. 24).

A escravidão na Velha Colômbia (Velha Colômbia, 1821) nunca atingiu as proporções das economias de plantação do Caribe e do Brasil, mas foi enraizada ideológica e economicamente mesmo após a independência. A escravidão era uma instituição-chave por meio da qual o poder do Estado era articulado. Nas décadas de 1810 e 1860, as disputas pela escravidão entre as elites regionais e entre as populações afro-colombianas tiveram consequências para o desenvolvimento do projeto republicano.

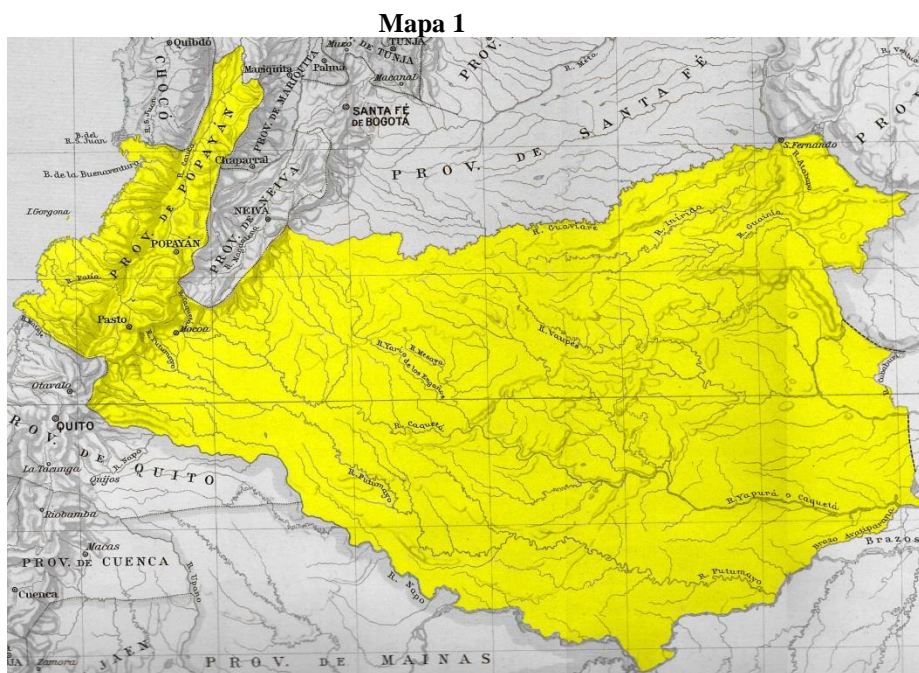
## 2.1 A PROVÍNCIA DE POPAYÁN, SOCIEDADE ESCRAVISTA DO SUDOESTE COLOMBIANO

No século XIX encontramos mudanças na ordem territorial e administrativa das regiões da Colômbia. Portanto, é difícil comparar em nível local alguns censos do século XVIII com aqueles realizados no século XIX. Após a independência da Espanha, alguns dos antigos territórios que compunham o Vice-Reino de Nova Granada tornaram-se parte da Grande Colômbia. Mais tarde, a Constituição de 1821 organizou o território nos departamentos de Cundinamarca, Venezuela e Equador. Uma vez dissolvida a Gran Colombia, foi sancionada a Constituição de 1832, dando origem à República de Nova Granada e dividindo o território em províncias, cantões e distritos paroquiais. As províncias eram Antioquia, Barbacoas, Bogotá, Cartagena das Índias, Mompós, Neiva, Pamplona, Panamá, Pasto, Popayán, Socorro, Tunja, Vélez e Veraguas, que mais tarde seriam chamadas de “departamentos” (AGUILERA, 2012).

A economia de Nova Granada caracterizou-se por mais de três séculos como uma economia baseada na exploração do ouro. Durante este período, foram identificados dois grandes ciclos do ouro: o primeiro entre 1550 e 1640, principalmente em Santa Fé, Antioquia, Cartago e Popayán. A população indígena foi utilizada para a exploração do ouro nesta fase. Embora nas novas descobertas de Antioquia de 1580, o trabalho escravo foi incorporado. O *segundo* ciclo abrangeu os anos de 1680 a 1800, tendo como centro as províncias de Chocó sob o controle de Popayán e outras áreas de Antioquia. Nesse ciclo, os donos de grandes bandos de escravizados de

Popayán conviviam com o surgimento de pequenos empresários ou proprietários. Santafé havia perdido sua importância como produtora de ouro, mas continuava sendo o suporte agrícola do distrito de Antioquia (COLMENARES, 1998, p. 15).

A Província ou Governo de Popayán foi muito importante devido à sua grande extensão geográfica que no século XVIII e parte do século XIX cobriu grande parte do oeste da Colômbia, incluindo uma grande área da costa do Pacífico. Incluiu os atuais departamentos de Cauca, Nariño, Valle, Caldas, Risaralda, Quindío, Putumayo e Caquetá (HERRERA, 2009, p. 10). Em comparação com outras regiões, Popayán, juntamente com Cartagena, foi uma das sociedades escravistas mais poderosas do vice-reinado de Nova Granada.<sup>18</sup>



Fonte: CODAZZI, Agustín. Atlas de Colombia. Mapa de la Provincia de Popayán 1810-1830.

No final do século XVIII, a província de Popayán compreendia três regiões geograficamente diferenciadas: a região mineira de *Chocó-Barbacoas*, localizada na costa do Pacífico, que apesar de explorar ouro com mão de obra escrava, dependia para sua subsistência

<sup>18</sup> A divisão territorial da província de Popayán apresentou diversas mudanças durante o período colonial e republicano. Com a criação da Gran Colombia (1819), foi criado o Departamento de Cauca, formado pelas províncias de Popayán e Chocó. Com a dissolução da Gran Colombia e a criação em 1832 da República de Nova Granada, o território nacional passou a ser composto por dezenove províncias, incluindo a província de Popayán, composta pelos cantões de Popayán, Caloto e Almaguer (CASTELLANOS, 1980, p.8).

de outras regiões; o *vale do rio Cauca*, com exploração mineira e produção agrícola, principalmente cana-de-açúcar e pecuária com mão-de-obra também escravizada e livre; e a *planície de Popayán*, quase autossuficiente em produtos agrícolas e população predominantemente indígena (DÍAZ, 1983). Nosso estudo se concentra na região do *vale do rio Cauca*, principalmente na cidade de Popayán e no cantão de Caloto com suas respectivas paróquias, onde se localizava a maioria das fazendas e minas que foram objeto deste estudo.

No século XVIII, a mineração de ouro na província de Antioquia entrou em crise, enquanto na Gobernación ou província de Popayán, o sistema de exploração era mais lucrativo devido ao tráfico e à incorporação de um grande número de escravizados para atender às demandas de mineração, atividades pecuárias, usinas de açúcar, transporte e atividades doméstica.<sup>19</sup> Por exemplo, a **Tabela 1** mostra a superioridade numérica de escravizados no governo de Popayán com 18.761 enquanto Antioquia apresenta 8.929 escravos.

**Tabela 1: Población esclava en Antioquia y Gobernación de Popayán**

	Antioquia (1778)	Popayán (1779)
Casados	1175	3247
Solteros	3721	5726
Casadas	1117	3073
Solteras	2916	6715
TOTALES	8929	18761

Fonte: TOVAR, Hermes; TOVAR, Camilo; TOVAR, Jorge. *Convocatoria al Número. Censos y Estadísticas de la Nueva Granada 1750-1830*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

Essa *economia do ouro* não se desenvolveu uniformemente em um único centro de uma unidade territorial, ou dentro de um quadro administrativo centralizado. A exploração do ouro percorreu sucessivas fronteiras ao longo do Novo Império e da província de Popayán. Essa situação gerou diferentes períodos de riqueza e prosperidade em regiões isoladas umas das outras. Mesmo as ligações entre uma região mineira e uma região vizinha podem ser mais fracas do que aquelas com o mercado mundial. Em alguns casos, a prosperidade da exploração do ouro só chegava aos centros comerciais ou agrícolas que abasteciam a região mineira (COLMENARES, 1998).

<sup>19</sup> PÉREZ, María Teresa, “Las mujeres caucanas”. In: *Historia, Geografía y cultura del Cauca. Territorios posibles*. BARONA, Guido, GNECCO, Cristóbal (eds.), Editorial Universidad del Cauca, Popayán, 2001, p. 225.



Nos primeiros centros de mineração, a mão de obra indígena era essencial. Os indígenas encomienda trabalhavam nas jazidas da região de Popayán, nos veios Cartago, Arma, Anserma e Pamplona e nos aluviões do vale Magdalena. Quase todas as cidades fundadas nas regiões andinas tinham distritos mineiros tributários no século XVI. Esses centros de mineração não poderiam se estabelecer sem o apoio das cidades que os abasteciam ou das quais dependiam administrativamente. Os centros podem ser desde acampamentos temporários até pequenas cidades (COLMENARES, 1998).

O declínio na produção de ouro após 1610 foi devido a mudanças conjunturais na economia mundial. No entanto, a técnica utilizada na exploração do ouro também apresentava limites intransponíveis. Além disso, diz Colmenares:

[...] A isso deve-se acrescentar o fato de que a força de trabalho (seja indígena ou escrava negra) estava se deteriorando muito rapidamente e os custos de sua manutenção aumentavam à medida que a exploração mineira tirava empregos da agricultura. Assim, do ponto de vista dos fatores envolvidos na produção (técnica, mão de obra, insumos), as crises da mineração se devem à estrutura de produção (COLMENARES, 1998, p.19)<sup>20</sup>.

Assim, as curvas de produção das diferentes jazidas apresentam o mesmo perfil, uma subida inicial até atingir um teto, que se manterá por uma ou duas décadas e depois cairá uniformemente. Por exemplo, diante de uma nova descoberta, foi feito um investimento inicial em instalações e mão de obra. Os investimentos aumentaram a produtividade até os limites do rendimento do trabalho e da riqueza dos depósitos. Uma vez atingido o limite, os valores de produção diminuíram e apenas a descoberta de um novo achado poderia manter o nível de produção anterior, o que explica os constantes movimentos além-fronteiras. No século XVII, com a incorporação de novos distritos do Pacífico, como Nóvita, Citará e Raposo (província de Chocó), acentuou-se ainda mais o isolamento fronteiriço, não produzindo assentamentos estáveis.

Em suma, três séculos de economia aurífera, com depósitos dispersos, influenciaram a formação econômica e social dessas regiões. Em primeiro lugar, o seu isolamento obrigou-os a manter alguma ligação com as zonas de abastecimento agrícola, o que trouxe consigo um lento desenvolvimento das vias de comunicação. Em segundo lugar, o tipo de exploração, incapaz de

---

<sup>20</sup> No original: A esto debe agregarse el hecho de que la fuerza de trabajo (fuera indígena o de esclavos negros) se deterioraba muy rápido y los costos de su mantenimiento se elevaban a medida que la explotación minera iba restando brazos a la agricultura. Así, desde el punto de vista de los factores que intervenían en la producción (técnica, mano de obra, abastecimientos), las crisis mineras obedecían a la estructura de la producción.

sustentar a produtividade a longo prazo porque atingiu o pico e depois desmoronou com frequência, mais uma vez condenou regiões inteiras ao isolamento. (COLMENARES, 1998, p.21).

A maioria das jazidas de ouro do Novo Reino de Granada, como Popayán, Antioquia e Chocó, eram de aluvião. Algumas minas de veios e costuras foram localizadas nos distritos de Pamplona, Anserma-Cartago, Santa Fe de Antioquia, Popayán e Almaguer. **Reales de Minas** se instalaram em torno das minas, pequenas cidades localizadas nas proximidades de cidades intermediárias, às vezes com uma capela como único núcleo de assentamento.

Durante o **primeiro ciclo** de mineração (1550-1640) a maioria dos **Reales de Minas** utilizou o sistema de encomienda como fonte de trabalho. Foi um caso diferente nas jazidas de Antioquia que a partir de 1580 empregaram massivamente africanos escravizados, o mesmo aconteceu no século XVIII em Nóvita, Citará e Raposo. Segundo Robert West, os espanhóis adaptaram os procedimentos antes usados pelos indígenas para a extração do ouro, já que os peninsulares não tinham treinamento adequado em técnicas de mineração..

A ideia de que o trabalho indígena foi substituído pelo trabalho africano, porque os negros escravizados eram mais aptos e resistentes ao árduo trabalho das minas, não é totalmente verdadeira. O investimento em africanos escravizados parecia muito caro para quem tinha acesso ao trabalho indígena, essa situação só mudou quando o trabalho indígena se tornou escasso. Vários estudos mostraram, por um lado, que em muitas regiões as técnicas de exploração do ouro dependiam do conhecimento indígena. Por outro lado, a instituição da encomienda por muito tempo exigia o pagamento de tributos em ouro, situação que servia para utilizar quadrilhas indígenas na exploração das jazidas (WEST, 1998) Segundo Colmenares, em Pamplona, depois de 1551, foram lideradas gangues de mais de cem indígenas retirados das parcelas da província de Tunja. Na província de Popayán, o trabalho indígena nas minas foi generalizado até o século XVII. (COLMENARES, 1998, p.25).

O trabalho indígena nas minas foi diminuído por conflitos de interesse dentro do próprio sistema de encomienda. O uso de mão de obra indígena dependia de sua relativa abundância. No entanto, em regiões onde a população indígena era pequena ou muito hostil, os negros escravizados eram empregados. Também havia conflito de interesses com o abastecimento agrícola das cidades, que dependia da mão de obra indígena, também necessária para a mineração do ouro.

O **segundo ciclo** (1680-1800), iniciado com a conquista de Chocó, teve outras características no trabalho das minas. Primeiro, as gangues eram maiores compostas por negros africanos; Em segundo lugar, houve um equilíbrio entre a produção mineira e a oferta agrícola. E terceiro, a reprodução do trabalho aumentou devido a condições mais favoráveis. (COLMENARES, 1998, p.27).

É importante analisar mais detalhadamente esse terceiro aspecto, pois Colmenares diz que há um crescimento vegetativo da população escravizada. Segundo o autor, as fazendas e o serviço doméstico atingiram desde muito cedo taxas positivas de crescimento populacional. Embora as minas continuassem a se abastecer com bozales escravizados, o que explica seu alto preço em comparação com os crioulos escravizados dedicados ao serviço doméstico e à agricultura. (COLMENARES, 1998, p.28).

## 2.2 O COMÉRCIO DE ESCRAVOS EM NUEVA GRANADA

Os africanos que chegaram à Colômbia não iam trabalhar nas grandes plantações de cana-de-açúcar porque não existiam, eram usados principalmente nas minas localizadas na selva tropical ou nos engenhos e fazendas de gado dos vales interandinos (vale entre as cadeias montanhosas ocidentais e orientais). Eles também trabalharam em fazendas de gado na costa atlântica, conectadas a mercados urbanos em Cartagena, Santa Marta, Riohacha, Porto Belo e Cumaná. Outros eram remadores no rio Magdalena ou estivadores nos portos marítimos e fluviais do vice-reinado. (MAYA, 1996)

Figura 1



Fonte: "River Transport, Magdalena River, Colombia, 1826", *Slavery Images: A Visual Record of the African Slave Trade and Slave Life in the Early African Diaspora*, Acesso em: 2 mar. 2021. Disponível em: <http://slaveryimages.org/s/slaveryimages/item/921>.

Em Nova Granada (como Vice-Reino ou República), os africanos não se agrupavam em quartéis ou grandes quartéis como as grandes plantações de açúcar, onde a maior concentração humana permitia o encontro de várias pessoas da mesma etnia. Portanto, as grandes plantações foram espaços de habitat que permitiram a formação de grupos para a rememoração de um legado africano. O trabalho nas minas da costa do Pacífico, savanas atlânticas e vales interandinos na Colômbia foi muito diferente. Na costa do Pacífico, por exemplo, os escravizados eram organizados em *quadrilhas*, ou seja, um grupo de cativos com uma organização social específica de trabalho, a maioria homens e viviam em áreas dispersas ao longo dos rios e córregos com poucas possibilidades de interação entre africanos do mesmo grupo étnico e mais oportunidades de interação entre diferentes grupos étnicos. Nas *haciendas* podiam ser mais numerosos e concentravam-se em torno da casa do patrão. Nas áreas semi-urbanas, a influência da Inquisição se acentuou a partir de 1610 para detectar e expor práticas e crenças consideradas heréticas, como era o caso dos africanos.

De acordo com o censo de 1778-1779, a população escravizada em Nova Granada ocupava 7,9% (62.529 pessoas) da população total (792.572 pessoas) composta por livres ou mestiços (46,5%), brancos (25,7%) e índios (19,9%) (ver **Tabela 2**).

**Tabela 2: Censo de Población de 1778 de la Nueva Granada**

Grupo étnico		%
Blancos	203510	25,7
Indios	157944	19,9
Libres	368589	46,5
Esclavos	62529	7,9
<b>TOTAL</b>	<b>792572</b>	<b>100</b>

Fonte: TOVAR, Hermes; TOVAR, Camilo; TOVAR, Jorge. *Convocatoria al Número: Censos y Estadísticas de la Nueva Granada 1750-1830*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

Os escravizados foram distribuídos desigualmente em diferentes regiões de Nova Granada (ver tabela 2). Por exemplo, na província de Santa Fé de Bogotá, os escravos constituíam apenas 1,8% da população; na província de Tunja 9,6%; nas províncias do Caribe a proporção era alta, em Santa Marta era de 6,4% e na província de Cartagena aproximadamente 15,4%. No entanto, a maior proporção de escravos pode ser encontrada nas áreas sul e oeste, nas províncias de Popayán e Antioquia (44,2%), onde a mineração de ouro desempenhou um papel importante.

**Tabela 3: Censo de 1778. Distribución de la población esclava de la Nueva Granada por Regiones**

Regiones Naturales	Provincias	Esclavos	%	Total Provincias*	%
<b>Caribe</b>	Cartagena	9622	15.39	118378	14.94
	Santa Marta	3988	6.38	39942	5.04
	Rio Hacha	469	0.75	3966	0.50
		14079	22.52	162286	20.48
	<b>% sobre Región</b>	8.68		100.0	
<b>Andina</b>	Tunja	6047	9.67	259612	32.76
	Girón	814	1.30	7005	0.88
	Salazar	126	0.20	2677	0.34
	Vetas	65	0.10	2321	0.29
	Popayán	18725	29.95	97697	12.33
	Antioquia	8931	14.28	46461	5.86
	Santa Fe	1174	1.88	88308	11.14
	Guaduas	289	0.46	9198	1.16
	Mariquita	4110	6.57	47608	6.01
	Neiva	884	1.41	26542	3.35
		41165	65.83	587429	74.12
<b>% sobre Región</b>	7.00		100.0		
<b>Pacífico</b>	Chocó	5756	9.21	14659	1.85
	Barbacoas	1290	2.06	3465	0.44
	Tumaco	36	0.06	2669	0.34
	Darién	81	0.13	1174	0.15
		7163	11.46	21967	0.03
<b>% sobre Región</b>	32.60		100.0		
<b>Orinoquía</b>	Los Llanos	122	0.20	20887	2.64
	<b>% sobre Región</b>	0.58		100.0	
<b>GRAN TOTAL</b>		62529	100.0	792569	100.0

\* El total de las provincias es la suma de todos los grupos étnicos: blancos, indios, libres y esclavos. Fuente: TOVAR, Hermes; TOVAR, Camilo; TOVAR, Jorge. *Convocatoria al Número: Censos y Estadísticas de la Nueva Granada 1750-1830*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

Os africanos escravizados chegaram a Cartagena para serem comercializados e transportados para diferentes lugares em Nova Granada, Quito, Peru, Panamá e Venezuela. No caso da província de Popayán, chegaram às fazendas e minas como Gélima, Quinamayó, La Teta, nos distritos mineiros de Caloto e Almaguer.

No início do século XVIII, a Compañía de los Mares del Sur (Companhia do Mar do Sul) fornecia um número crescente de escravizados para a província de Chocó, onde vários senhores de Popayán tinham suas minas. Por volta de 1730, estimavam-se quatro mil escravos nas minas de Popayán e nas lavadeiras do Pacífico, mais de três mil. Dez anos depois já eram dez mil e em 1759 só na província de Novita em Chocó, havia 56 quadrilhas com um total de 4.322 escravos. Segundo outros números, o povo escravizado de Chocó teria aumentado para apenas 5.756 em 1778 e 7.088 em 1782, para cair para 4.968 em 1804 (COLMENARES, 1979). Não há um número exato sobre os escravizados que entraram em Cartagena, pois no período das "Licenças"

entre 1533-1595, muitas delas não foram realizadas, ou foram vendidas a terceiros que transportavam os africanos para outros portos, também não há números para 1687-1689 e depois de 1796.<sup>21</sup>

No entanto, Colmenares faz uma aproximação com base nos números de Curtin (1969). Ele argumenta que entre 1521 e 1865 as importações para a América Latina foram de aproximadamente 1,5 milhão de africanos e para o território de Nova Granada, Panamá e Audiência de Quito (excluindo a Venezuela) deve ter sido um número de 200 mil pessoas. Para Colmenares, desse número pelo menos 120 mil africanos devem ter correspondido ao território colombiano.<sup>22</sup>

Quanto à proporção entre os sexos, o número usual de mulheres era um terço. No entanto, houve algumas variações no período do comércio com os ingleses, com a tendência de aumento do número de mulheres sendo de 37,18% entre 1714-1718 e 33% entre 1722-1736.<sup>23</sup>

Colmenares também mostra um aumento na proporção de mulheres devido às demandas do mercado popaiano. Aparentemente, houve uma escolha deliberada para equilibrar a relação entre os dois sexos, uma saturação do trabalho masculino destinado às minas (embora as mulheres também trabalhassem nas minas) e um aumento do serviço doméstico.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> O tráfico de escravos na cidade de Cartagena teve três períodos: as "Licenças" (1533-1595), as "Sedes" (1595-1791) e o "Livre Comércio" (1791-1812) onde permaneceu a importação de escravos é proibida, mas não a sua comercialização. (Gutiérrez). As "licenças" ou alvarás, inicialmente concedidas a funcionários régios, e posteriormente a alguns particulares, instituições e entidades, como concelhos, conventos e comunidades religiosas. O número de africanos importados aumentou quando o comércio foi regulamentado por meio de "Asientos", contratos de fornecimento de mão de obra, com caráter monopolista, estabelecidos entre a coroa espanhola e as companhias escravistas com a intervenção dos países e governos que possuíam fábricas no continente africano. costas e colônias do Novo Mundo, como Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Foi o período mais importante do tráfico de escravos na América (ZULUAGA, 2010, p. 95).

<sup>22</sup> COLMENARES German. Popayán una sociedad esclavista...43

<sup>23</sup> GUTIERREZ Idelfonso. "Comercio y mercado de negros en Cartagena de Indias"...192.

<sup>24</sup> COLMENARES, Germán. Historia económica y social de Colombia. Popayán: una sociedad esclavista 1680-1800. Tomo II. Bogotá: Editorial La Carreta, 1979, p.52

**Tabela 4: Porcentaje por edades de los esclavizados vendidos en Cartagena**

Edades	1705-1713		1715-1727		1730-1738	
	H	M	H	M	H	M
<b>0-10</b>	5.4	0.8	6.0	2.6	1.3	2.0
<b>11-15</b>	17.1	4.6	13.0	7.3	23.9	15.0
<b>16-20</b>	36.7	11.2	29.3	19.6	36.5	18.7
<b>21-25</b>	13.3	4.5	14.9	1.3	2.3	0.4
<b>26-30</b>	5.3	0.3	3.7	0.5	0	0
<b>Más 31</b>	0.5	0.2	0	1.6	0	0
	<b>78.3</b>	<b>21.6</b>	<b>66.9</b>	<b>32.9</b>	<b>64.0</b>	<b>36.1</b>

Fonte: COLMENARES, Germán. *Historia económica y social de Colombia, Popayán: una sociedad esclavista 1680-1800*, tomo II. Bogotá: Editorial La Carreta, 1979.

Em termos de idades, a companhia inglesa por volta de 1730 trouxe mais escravos com menos de 21 anos, principalmente entre 11 e 15 anos. Isso não se deveu necessariamente, diz Colmenares, a uma mudança de preferência no mercado, mas sim a mudanças nos métodos de captura utilizados, uma vez que a partir de 1730 as fontes de tráfico deslocaram-se para o Golfo do Benin e Angola.<sup>25</sup>

Segundo Idelfonso Gutierrez, na prática do tráfico de escravos, eram estabelecidas faixas etárias:

[...] crías o bambos se les denominaba a los que tenían meses o dependía de su madre para su sustento, muleques hasta que cumplían quince o dieciseis años, mulequillos a los que no sobrepasaban los diez años, y mulecones a los que estaban entre los diez y quince años”. De ahí en adelante hasta los treinta años se les consideraba como “pieza de Indias”. Sin existir una regla, se mantuvo más o menos la misma proporción que entre los sexos, dos terceras partes de adultos por un tercio de muleques en cada cargazón de esclavizados.<sup>26</sup>

Durante o segundo ciclo do ouro (1680-1800), em determinado momento houve um crescimento vegetativo da população escravizada que conseguiu garantir sua reprodução sem depender exclusivamente do comércio de bozales escravizados. Em algumas gangues a presença de focinheiras era, até meados do século XVIII, superior a 60%. Antes que outra geração se

<sup>25</sup> COLMENARES, Germán. *Historia económica y social de Colombia. Popayán: una sociedad esclavista 1680-1800*. Tomo II. Bogotá: Editorial La Carreta, 1979, p. 53.

<sup>26</sup> GUTIERREZ Idelfonso. “Comercio y mercado de negros en Cartagena de Indias”... p. 192.



passasse, a proporção havia se invertido em favor dos crioulos. Segundo Colmenares, o crescimento vegetativo favorável não ocorreu simultaneamente em várias regiões geográficas, onde ocorreram diferentes tipos de produção e a população negra foi submetida a diferentes graus de opressão.<sup>27</sup>

Colmenares diz que, embora não haja informações precisas sobre as taxas de natalidade e mortalidade das gangues mineiras de Chocó, é evidente que o crescimento da população escravizada entre 1711 e 1770 deve ser atribuído às compras permanentes de escravizados. Em 1759, por exemplo, 484 dos escravizados eram bozales e representavam 19% da população escrava adulta em Nóvita e Citará. Após essa data, a venda de criollos e mulatos praticamente substituiu a venda de focinheiras, pelo menos em Popayán. Se, como é provável, as introduções também diminuíram no Chocó, o crescimento experimentado entre 1759 e 1782 (de 2.800 escravos, ou seja, a uma taxa de 2,2% ao ano) deve ser atribuído em parte ao crescimento natural da população.<sup>28</sup>

Embora a população de Chocó tenha diminuído entre 1780 e 1808, esse fenômeno não deve ser atribuído apenas a uma queda demográfica ou à frequência das alforrias, mas mais simplesmente à transferência de tripulações inteiras para a região de Popayán. Entre 1778 e 1788, a população escravizada de Popayán cresceu a um ritmo acelerado (3,8% ao ano) que não se explica pela reprodução vegetativa. Devia haver uma migração interna que não fosse constituída por bozales escravizados trazidos de Cartagena.<sup>29</sup>

### **Vale geográfico do rio Cauca**

No vale geográfico do rio Cauca – que fazia parte da província de Popayán – seus principais depósitos de ouro estavam localizados em três lugares: o primeiro, no setor Cartago-Anserma entre o cinturão da Cordilheira Central e parte do rio Cauca; o segundo era constituído pelo distrito mineiro de Popayán, formado pelo aluvião Patía, parte dos rios Esmita e Quilcasé e o

---

<sup>27</sup> COLMENARES, Germán. *Historia económica y social de Colombia. Popayán: una sociedad esclavista 1680-1800*. Tomo II. Bogotá: Editorial La Carreta, 1979, p. 77

<sup>28</sup> Ibid, p. 78.

<sup>29</sup> Ibid, p. 87.

setor de terras planas do vale do Cauca, como o cantão Caloto; e a terceira sede foi a zona de Almaguer na encosta da serra central (DÍAZ, 1996).

Nesta região do vale do rio Cauca no século XVIII, a produção agrícola não correspondia exatamente a um modelo de fazenda ou plantação. A fazenda usava as relações de peonagem como mão de obra para um mercado local. A lavoura, ao contrário, recorreu à mão de obra escrava e sua produção é voltada para o mercado internacional. As fazendas do Valle del Cauca combinavam mais ou menos os dois modelos, ou seja, como as plantações, usavam mão de obra escrava, mas os produtos agrícolas destinavam-se a abastecer a mineradora e o mercado local. Seu desenvolvimento foi condicionado a mudanças nas operações de mineração até o ponto de estagnação quando a mineração de ouro entrou em declínio. No final do século XVIII, começou a surgir um sistema de colonato associado ao cultivo do tabaco, que se generalizou no século XIX, especificamente após a abolição da escravatura (COLMENARES, 1998).

Como unidade de produção, as fazendas do Valle del Cauca plantavam cana-de-açúcar com bananeiras, cultivavam arroz e destinavam grandes reservas de pastagens para a pecuária extensiva. Em algumas áreas ao norte entre Roldanillo e Riofrío, nas proximidades de Cali e no sul do vale, na jurisdição de Caloto, estabeleceram-se pequenos agricultores, às vezes pardos e mestiços. As fazendas permitiam o assentamento de "agregados" que mantinham pocilgas, clareiras e algumas cabeças de gado. A presença destes produtores cresceu, formando povoados que mais tarde foram reconhecidos como freguesias ou vice-freguesias (COLMENARES, 1998).

### **Mineiros, fazendeiros e comerciantes**

As fortunas dos mineiros deram origem a dinastias familiares baseadas em alianças matrimoniais. Outra das estratégias para preservar seu patrimônio, em caso de falecimento do chefe da família, era melhorar a filha do herdeiro mais adequado para o negócio, ou manter parte de seu patrimônio em parcelamento por meio da figura da vinculação.<sup>30</sup> Embora os comerciantes

---

<sup>30</sup> “El proceso constitutivo del mayorazgo arranca a partir de la crisis del siglo XVI, cuando la nobleza castellana defiende esta figura con la finalidad de mantener integras sus propiedades, aún en casos de una mala administración del patrimonio, haciendo posible la reproducción de su poder y, naturalmente, su preeminencia social y política. El fundador o fundadores de un mayorazgo, en muchas ocasiones era un matrimonio, incluían una cantidad de bienes que “para siempre jamás” formarían parte de este vínculo, que como tal, se heredaría generación tras generación, siguiendo las normas de sucesión, normalmente la progenitura, establecidas por el fundador. A los bienes vinculados, que no se podían “vender, enajenar ni empeñar”, se les atribuye un doble valor, por un lado, el material y, por otro, su valor social, referido a oficios y cargos, lo que implicaba algo más que un posible coste económico. Se reproducen

pudessem ter fortunas comparáveis às dos mineiros, elas não duravam mais de uma geração. No entanto, em muitas ocasiões os mineiros eram os próprios latifundiários e comerciantes, também concentravam o poder político no nível local em função de seu poder econômico, muitos eram prefeitos, vereadores, procuradores, etc. (BARONA, 1995).

O tamanho e a distribuição interna das fortunas dependiam do crescimento da economia mineira na região de Popayán. Tantos mineiros, latifundiários ou mercadores no final do século XVII e início do XVIII dificilmente ultrapassaram o limite de 50.000 patacones. Por exemplo, comerciantes como Sebastian Correa tinham 94.000 patacones em 1716, Don Francisco Antonio Correa 107.000 em 1738 e Don Antonio García Lemos quase 200.000 em 1741. Em Nova Granada, no século XVIII, o limite de fortunas podia ser fixado em 300 mil patacones (fortuna de Don Pedro Agustín de Valencia, o homem mais rico da região). Este montante pode não ter sido excedido durante grande parte do século XIX. Quanto ao tamanho das quadrilhas, entre 1610 e 1710 os mineiros de Popayán consolidaram seu domínio nas regiões mineiras de Chocó. Em 1711, quatorze proprietários Payan possuíam pouco menos da metade dos escravizados (356 de 821, ou 43,4%) que trabalhavam em Chocó, junto com outros proprietários de Cali, Cartago, Anserma, Toro e Santa Fé. Entre os proprietários payaneses, destacaram-se as Mosqueras e as Arboledas, possuindo quase um quarto do total de escravizados (COLMENARES, 1979).

Os Mosqueras eram uma família com uma tradição que remonta ao século XVI de encomenderos, latifundiários e mineiros. No início do século 18, suas gangues passaram de 200 em 1699 para 1.600 em 1713. Em 1759 eles tinham 400 escravizados em Chocó. Mais tarde, os Mosqueras concentraram-se mais na região mineira de Caloto. No entanto, os Groves possuíam grande parte das terras nesta região (COLMENARES, 1979).

---

y perpetúan sistemas de control y dominio social, así como redes clientelares que estos oficios o cargos conllevan, al mismo tiempo que se consolida la posición y el status social adquirido por generaciones anteriores. La transmisión del patrimonio lo más integra posible, era una de las estrategias indispensables, quizá la principal, para que los linajes del Antiguo Régimen consiguieran su reproducción social y económica. El mayorazgo será el instrumento jurídico institucional que dará amparo a esta medidas que, adoptados por las élites buscarán perpetuar el binomio patrimonio-linaje” (PÉREZ, 2000, p. 133-135).

## **A família Arboleda**

A família Arboleda foi uma das famílias escravas mais importantes da província de Popayán. Eles possuíam enormes extensões de terra e possuíam várias minas. Parte de sua riqueza e poder veio da exploração das minas de Caloto e Chocó. O fundador de sua dinastia foi Jacinto de Arboleda Salazar, que se estabeleceu em Popayán no século XVII e acumulou sua fortuna como comerciante de diferentes gêneros. Mais tarde, tornou-se proprietário de gangues escravizadas e ocupou cargos como Oficial Real, Executor Fiel e Tesoureiro Oficial Real. Por sua influência econômica e política na região, adquiriu o poder de controlar direitos e explorações em favor de sua família, como aconteceu com seu filho Francisco (I) de Arboleda (VELÁSQUEZ, 2019).

Francisco Arboleda (I), por sua vez, adquiriu mais propriedades como Calaya, La Riza e Fucha e ampliou a propriedade de Caloto, herdada algum tempo depois por seu filho Francisco José (II). O segundo Francisco (José) Arboleda administrou os bens da família que manteve indivisíveis até sua morte em 1745. Comprou as fazendas de Antala, San Antonio e Pulibío na jurisdição de Caloto e San Isidro e Helvará. Outra maneira de concentrar a riqueza era por meio de um sistema de alianças matrimoniais. O primeiro Francisco Arboleda casou suas duas filhas com Don Francisco Bonilla Delgado e com Martín Prieto de Tovar que possuía minas e escravizou em Caloto e Chocó. O segundo Francisco (José) casou sua filha Bartolomea (Bartola) com Cristóbal Mosquera, membro de outra das famílias mais ricas da região, e María Ana com Juan Tenorio Torrijano, de uma família de comerciantes e mineiros. A família Arboleda cruzou por várias gerações com os descendentes de Don Alonso Hurtado del Águila, outro grande comerciante e dono de minas. Um exemplo de seu poder e riqueza pode ser visto em 1711, quando os Arboledas faziam parte dos quatorze proprietários payaneses que possuíam pelo menos metade dos escravizados que trabalhavam no Chocó, 356 de 821 pessoas, ou seja, 43,4% (COLMENARES, 1979).

O terceiro Francisco (Antonio), nasceu em 13 de junho de 1732 e morreu em janeiro de 1793. Casou-se com Dona Juana María Francisca de Arrechea em 1751 e tiveram filhos legítimos: Francisco Josef; María Inácio; Maria Manuela, Manuel Maria Paulino; Julián María e Antonio María Simphoroso. Francisco Antonio comprou algumas fazendas que haviam pertencido aos jesuítas: Coconuco-Poblazón em 1771 e Japio-Matarredonda em 1778 e a fazenda

Novirao perto de Popayán e mais terras em Piendamó e Quilichao. Em seu testamento, foram declaradas suas propriedades as fazendas da jurisdição de Caloto, que incluíam terras, gado, gangues escravizadas, minas em Santa María de Quinimayó, Honduras, e na região de Iscuandé, nos rios Timbiquí, Seré e Guapi. Seus ativos também faziam parte dos engenhos de La Bolsa, San Josef, Japio e Matarredonda com os rebanhos de gado de Quilichao, Mazamoras e Asnenga, e na jurisdição de Popayán, as terras de Coconuco, Poblazón, Paletará e Novirao (VELÁSQUEZ, 2019, p.105).

No ano de 1793, faz-se a leitura de seu testamento e estipula-se a fundação de uma vinculação em sua fazenda la Bolsa, com o esclarecimento de que os titulares da vinculação não podem “vender, permutar, trocar, penhorar ou alienar de qualquer forma, ou por qualquer causa necessária, voluntária ou onerosa, obra piedosa, dote, doação, casamento, resgate de cativos, ou qualquer outro, pois todos os imóveis acima mencionados, como móveis e escravos, eles devem permanecer inalienáveis por sua natureza [...]”.(ACC, Fondo Arboleda, assinatura 21, p. 25-26)<sup>31</sup>. Os escravizados também faziam parte do estado, assim como seus descendentes:

[...] quienes nacesen y se procrearan de ellos han de quedar pertenecientes al mayorazgo y sin poderse enajenar de modo alguno”. [...] sólo podrán ser vendidos aquellos que cometan algún vicio de sedición, robo o cimarronaje o que corrompa a otros esclavos con cargo de comprar otro con el mismo precio para reponerlo al fondo [...] (ACC, Fondo Arboleda, assinatura 21, p. 25-26).

Diz também que somente o cacau pode ser cultivado e incrementado de acordo com seu consumo e sua utilidade. O trapiche também tinha que ser preservado e sempre manter os canaviais necessários para ter corrente para moagem durante todo o ano. Era um requisito para os sucessores serem católicos, cristãos e vassalos fiéis de Sua Majestade. Além de garantir sua legitimidade e "pureza de sangue":

Item que todos los hijos, nietos y demás descendientes de dicho Don Francisco Antonio de Arboleda, que por su orden deben suceder en este mayorazgo sean precisamente legítimos, habidos y procreados en legítimo matrimonio (...) porque todos los sucesores en este mayorazgo deben concenbar la nobleza y limpieza de sangre del fundador que fue su objeto principal en esta disposición. Y por lo mismo deveran ser excluidos de ella los que contrajesen matrimonio con persona desigual en calidad y sangre, y tenidos por excluidos de ella desde ahora [...] (ACC, Fondo Arboleda, assinatura 21, p. 28).

---

<sup>31</sup> No original: “vender, trocar, cambiar, empeñar, ni enajenar en manera alguna, ni por ninguna causa necesaria, voluntaria, ni onerosa, obra pia, dote, donación, nupcias, redención de cautivos, ni otra alguna, porque todos los expresados bienes así raices, como muebles y esclavos, han de quedar inalienables por su naturaleza [...]”.

O estado também foi fundado em duas outras fazendas, Novirao e Asnenga, terras, escravizados, gado, cacaguales, ferramentas e utensílios. Ele também teve a contribuição de 10.000 patacones do testamento de seu tio Diego Arboleda. Tudo somava 132.533 pesos, 5 reais, o que equivalia ao restante do quinto de sua herança e a um terço dos bens do fundador, “libres de todo gravamen, censo e hipoteca”. (ACC, Fondo Arboleda, signatura 21, folio 25). A maior parte dos bens do patrimônio eram vinculados, ou seja, menos da metade dos bens vinculados pertenciam ao sucessor e o restante destinava-se a cobrir capelanias, padroados de leigos, obras pias, etc. (VELÁSQUEZ, 2019).<sup>32</sup>

O estado da fazenda La Bolsa passou para Francisco José (IV), que era casado com sua prima Francisca Vergara, mas não teve filhos, então o mayorazgo foi transferido para José Rafael Arboleda, filho mais velho de seu irmão Julián María (ou Mariano) e Gabriela Pérez de Arroyo y Valencia. Julián María, foi o terceiro filho dos homens de Francisco Antonio Arboleda e herdou a fazenda Japio em 1796. Por sua vez, esta fazenda foi herdada por seu filho mais velho José Rafael Arboleda em 1807.<sup>33</sup>

José Rafael Arboleda, nasceu em Popayán em 19 de novembro de 1795. Apoiou financeiramente a causa da independência e lutou pessoalmente na Batalha de El Palo em julho de 1815. Foi membro do conselho republicano de Popayán, professor de literatura na Universidade de Cauca e coronel do exército. Casou-se com Matilde Pombo e O'Donnell e tiveram dois filhos, Julio e Sergio Arboleda. Ele foi perseguido pelo general espanhol Pablo Murillo, e teve que abandonar suas propriedades em Caloto e se mudar com sua esposa para as minas que possuíam na cidade de Timbiquí, na província de Chocó. Seu filho mais velho Julio Federico Arboleda nasceu lá em 1817 e anos depois (1822) seu segundo filho Sergio Probo nasceu na cidade de Popayán. Devido à sua saúde debilitada, José Rafael mudou-se para a Itália

---

<sup>32</sup> As capelanias eram “fundaciones perpetuas por las cuales una persona segregaba de su patrimonio ciertos biens y formaba con ellos un vínculo que se destinaba a la manutención o congrua sustentación de un clérigo, quien quedaba por ello obligado a rezar cierto número de misas por el alma del fundador o de su familia. Los Protocolos Notariales son una de las principales fuentes para el estudio de las capellanías. Podían establecerse en vida del fundador, y así constituían un tipo específico de documento independiente, o por el contrario, se erigían tras la muerte del fundador, apareciendo entonces como una cláusula más del testamento. Todo lo concerniente a la elección del capellán y a la administración de los bienes quedaban en manos del patrón, cuyo nombramiento y características también venían estipulados en el documento de fundación.” (Irigoyen, 2000, p. 38).

<sup>33</sup> Cecilia Velásquez (2019) comenta sobre o assunto que: “En la documentación no se ha hallado información precisa sobre la forma en que fueron repartidos los bienes de Francisco Antonio Arboleda, debido posiblemente a su expresa voluntad de hacerlo privadamente y sin que mediaran avalúos judiciales. Por actuaciones notariales dispersas se ha podido determinar que el Mayorazgo fue para Francisco José; las haciendas de Coconuco y Poblazón, con derechos de minas en Guapi, para Manuel María (Pbro.) y la hacienda de Japio para Julián María. Ver A.C.C. Fondo Arboleda sig. 334 e 1ª nota, ano 1819, tomo 78.

para tratamento, mas morreu um ano depois em Pisa, em 1831, aos trinta e seis anos (VELÁSQUEZ, 2019, p.109).

Antes de sua viagem à Itália, em 4 de fevereiro de 1830, José Rafael compareceu perante o escrivão da cidade de Popayán para conceder seu poder testamentário. Disse que estando doente e prestes a partir para a Europa para tratamento, concedeu o poder testamentário à sua mulher Matilde Pombo, aos Srs. Joaquín e Manuel José Mosquera, Manuel Antonio e Manuel Esteban Arboleda. Ele também afirmou que “siendo su intención igualar las fortunas de sus dos hijos, mejora al segundo [Sergio] en todo el tercio de sus bienes, o en la parte que sea necesaria del dicho tercio, y del quinto para igualar las dos herencias” (ACC, Fondo Arboleda, assinatura 626).

Após a morte de Dom José Rafael, sua esposa Matilde Pombo tornou-se a guardiã e curadora de seus filhos até que tivessem idade suficiente para administrar seus bens. Como outras mulheres também viúvas no século XIX, Matilde, aos trinta e um anos, assumiu a responsabilidade de administrar e aumentar o patrimônio financeiro da família, representada pelas fazendas de Japio, Quintero, La Bolsa, Novirao, Puracé, a mina de sal Asnenga, várias casas em Popayán e uma parte da fazenda Vique no Panamá.<sup>34</sup>

Em 1845 seus dois filhos, Julio e Sergio Arboleda, repartiram os bens herdados de seu pai. Eles expressaram que agora podiam aliviar sua mãe do pesado fardo de administrar a propriedade de seu falecido pai. O filho mais velho, Julio Arboleda, ficou com a fazenda la Bolsa, segundo as avaliações de 1832, e metade da dívida do senhor Juan Bautista Feraud e sua renda dos negócios do Panamá, com mais seis escravizados que ele teve que escolher das fazendas de Japio e Quintero. A mina de sal de Asnenga, a nova casa localizada nesta cidade de Popayán, e metade do enxoval e móveis que existiam na propriedade também fizeram parte de sua herança.

Por sua vez, o segundo filho, Sergio Arboleda, ficou com a fazenda Quintero, segundo as avaliações de 1832, com mais de um quarto do valor total do globo terrestre que constituía a fazenda de la Bolsa, que foi segregada desta fazenda e a ele cede, e cujos limites serão oportunamente designados; a quinta do Japio, também segundo as avaliações de 1832, menos três

---

<sup>34</sup> Alguns desses ativos continuaram vinculados ao estado constituído por Francisco Antonio de Arboleda, como Bolsa, Novirao, Puracé e a mina de sal de Asnenga, apesar de a figura ter se extinguido na Espanha desde 1820 e na Gran Colombia desde 1824 por ordem do Congresso (Lei 7 de 10 de julho de 1824). (VELÁSQUEZ, 2019, p. 119).

alambiques, que foram atribuídos a Julio Arboleda; a fazenda Puracé, também segundo as avaliações do ano de 1832; toda a parte do edifício entre a Calle del Humilladero e a Calle de la Universidad, excluindo apenas a referida casa nova que foi concedida ao outro herdeiro; a outra metade dos móveis do enxoval e móveis existentes no testamento; e o site Buenavista localizado nesta cidade (ACC, Fondo Arboleda, signatura 381, p. 1-2).

No entanto, Julio Arboleda não ficou satisfeito com a divisão dos bens e em 1849 processou seu irmão Sergio. Alegou que tinha direito a um terço e meio quinto da vinculação dos bens avaliados em 1825, o que equivale a 69.988 pesos. Este valor está representado nos escravizados dos patrocínios que seu pai Dom Rafael arranhou, sob a condição de impor seu valor ao censo sobre os imóveis com as devidas garantias (ACC. Fundo Arboleda, sig. 71). Aparentemente os irmãos chegaram a um acordo extrajudicial porque não há mais referências ao julgamento. Apesar das disputas entre irmãos sobre questões de herança, ideologicamente estavam de acordo. Das suas ações na política, na imprensa, nos assuntos administrativos e económicos da região, não hesitaram em confrontar o governo central quando os seus interesses foram ameaçados.

Julio Arboleda aos onze anos de idade foi levado pelo seu pai para Londres, onde continuou a sua educação sob os cuidados de um professor espanhol. Regressou a Popayán em 1836 e estudou jurisprudência e foi ativo na imprensa, editando vários jornais como El Independiente, El Patriota e El Payanés. Participou ativamente na guerra civil de 1839-1840, em defesa do governo contra as forças Obandistas, onde atingiu a patente de tenente-coronel. Foi várias vezes representante na Câmara dos Representantes para a província de Buenaventura e Barbacoas. Em 1851, foi o principal conspirador da revolução, tendo de ir para o exílio no Peru. Aí se dedicou a escrever o jornal El Intérprete del Pueblo (O Intérprete do Povo). Depois regressou ao país, participando novamente na política em várias funções como membro do Partido Conservador. Foi nomeado Chefe da Sexta Divisão do Exército e numa das suas operações militares foi assassinado em 1862. Sergio Arboleda nasceu em Popayán a 11 de Outubro de 1822 e morreu a 18 de Junho de 1888. Foi reitor da Universidade del Cauca e participou na Guerra de los Supremos. Participou na imprensa em El Clamor, El Semanario e La Voz de la Unión. Em 1860, lutou em defesa do conservadorismo e ocupou vários cargos de alto nível.



### 3. CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DE POPAYÁN

A província ou governo de Popayán em 1778 tinha 64.283 habitantes, dos quais 13.351 (21%) eram brancos; 15.692 (24%) índios; 22.799 (36%) eram livres e 12.441 (19%) eram escravos. A população escravizada do Governo era relativamente alta, depois da província de Chocó, onde os escravos constituíam ao redor de 39% da população total, e em terceiro lugar estava a província de Antioquia, com 18%.<sup>35</sup> Segundo o censo de 1779, o Governo de Popayán tinha 100.366 habitantes, dos quais 21.066 (21%) eram brancos; 27.764 (28%) índios; 32.775 (32%) gráti; 18.761 (19%) foram escravizados.

Se analisarmos os diferentes grupos raciais (ver tabela 5) verificamos que na população indígena há um maior número de casamentos (12.072), seguido pela população livre (9.796). No entanto, dentro deste último grupo, a proporção de homens e mulheres solteiros é muito maior (22.979) do que na população indígena (15.692) (Tovar, 1994). Isso pode significar que dentro da população livre havia muitas uniões consensuais não legitimadas em um casamento por diferentes impedimentos, inclusive econômicos, raciais ou consanguíneos (Tascón, 2015, p.52). Para a população escravizada, foram registrados 3.247 casados e 3.073 casados, número que não difere muito da população branca. Entre os solteiros há um número maior de mulheres, 6.715, em relação aos homens, 5.726.

**Tabela 5: Composición socioracial de la Gobernación de Popayán 1779**

Casta	Casados	Casadas	Solteros	Solteras	Totales
Blancos	3063	3602	6076	7275	21066
Indios	6022	6050	7172	8520	27764
Libres	4793	5003	10615	12364	32775
Esclavos	3247	3073	5726	6715	18761
<b>Total</b>	<b>17125</b>	<b>17728</b>	<b>29589</b>	<b>34874</b>	<b>100366</b>

Fonte: TOVAR, Hermes; TOVAR, Camilo; TOVAR, Jorge. *Convocatoria al Número: Censos y Estadísticas de la Nueva Granada 1750-1830*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

Na tabela 6 observamos a relação de casados e solteiros entre a população escravizada por municípios e províncias. Não sabemos quais foram os critérios para classificar as pessoas casadas, provavelmente viúvas e viúvos também estavam nessa categoria. O maior número de

<sup>35</sup> COLMENARES Germán (comp.). *Relaciones e Informes de los Gobernantes de la Nueva Granada*. Tomo II, Bogotá: Banco de la República, 1989.

homens e mulheres casados ocorre em Caloto, seguido por Buga, Cali e Popayán. Na cidade de Popayán (capital) a diferença entre homens e mulheres casados não é muito grande, mas isso não acontece com o número de homens e mulheres solteiros. Para um homem há uma diferença de 1,6 mulheres. Nas demais cidades também há um maior número de mulheres, com exceção de Raposo, Almaguer e Isquandé, cidades onde se exerciam atividades de mineração e talvez a mão de obra masculina fosse mais exigida. No entanto, na cidade de Caloto, que também era uma área de mineração próxima à cidade de Popayán, o número de mulheres foi maior (1.855) do que o número de homens (1.549).

**Tabela 6: Población esclava Gobernación de Popayán 1779**

	Casados	Casadas	Solteros	Solteras	Total	%
Popayán	286	297	804	1288	2675	14.26
Cali	364	325	823	1027	2539	13.53
Buga	517	371	813	1169	2870	15.30
Cartago	120	115	158	282	67	3.60
Caloto	1370	1370	1549	1855	6144	32.75
Anzerma	31	34	134	154	353	1.88
Toro	6	4	69	75	154	0.82
Raposo	331	331	940	439	2041	10.88
Almaguer	41	41	81	67	230	1.23
Pasto	15	13	34	69	131	0.70
Los Pastos	2	3	17	18	40	0.21
Isquandé	162	167	290	254	873	4.65
Tumaco	2	2	14	18	36	0.1
TOTALES	3247	3073	5726	6715	18761	100

Fonte: TOVAR, Hermes; TOVAR, Camilo; TOVAR, Jorge. *Convocatoria al Número: Censos y Estadísticas de la Nueva Granada 1750-1830*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

Se observarmos a composição racial por região, identificamos na **Tabela 6** que a Costa do Pacífico concentra uma alta população de escravizados (9.405), porém, a maior concentração de escravizados (12.277) é encontrada em outras regiões onde predominava a agricultura e o comércio como em Popayán, Cali, Buga, Caloto e Cartago. Em relação à tendência do casamento, observamos que a população escrava registra um total de 3.452 homens casados e 3.584 mulheres casadas. Se compararmos com o censo de 1779, o número de homens casados (3.247) e de mulheres casadas (3.073) não variou muito. Se analisarmos os dados por cidades e províncias, o maior número de pessoas casadas encontra-se em Barbacoas, seguido por Caloto, Raposo, Cali e Popayán. Entre os solteiros encontramos maior proporção de mulheres solteiras 8.498 em comparação com homens solteiros 7.611, com exceção das cidades de Barbacoas, Raposo e

Almaguer. Esta tendência se repete com o censo de 1779 nas cidades de Raposo e Almaguer (Barbacoas não estava neste censo).

No censo de 1797 (**Tabela 7**) o Governo de Popayán era composto por: a cidade de Popayán (capital do Governo); cidade de Almaguer; cidade de Pasto; província de Pastos; cidade de churrasco; cidade de Isquande; Ilha de Tumaco; província de Micay; cidade de Caloto; província de Paez; cidade de Cáli; cidade de Buga; cidade de Cartago; cidade de Anserma; cidade de Toro e província de Raposo (TOVAR *et al.*, 1994).

Para este ano, houve um aumento da população total de 26% (136.383) em relação ao censo de 1779 com 100.366 habitantes. A cidade de Popayán registrou a maior população (18.714), seguida pela Província de Pastos (17.887), Cali (16.455) e Buga (12.766). A zona mineira da Costa do Pacífico era composta por Tumaco, Iscuandé e Barbacoas e as províncias de Raposo e Micay com uma população de 18.795 habitantes.

**Tabela 7: Censo de población de la Gobernación de Popayán 1797**

Nombre de los lugares	Total	%
Ciudad de Popayán Capital del		
Gobierno	18714	13.74
Ciudad de Almaguer	8932	6.56
Ciudad de Pasto	12461	9.15
Provincia de los Pastos	17887	13.21
Ciudad de Barbacoas	6618	4.86
Ciudad de Iscuandé	2435	1.79
Isla de Tumaco	4119	3.02
Provincia de Micay	1464	1.08
Ciudad de Caloto	10819	7.95
Provincia de Paez	4539	3.04
Ciudad de Cali	16455	12.08
Ciudad de Buga	12766	9.44
Ciudad de Cartago	5324	3.91
Ciudad de Anzerma	5761	4.24
Ciudad de Toro	3920	2.88
Provincia de Raposo	4159	3.05
TOTAL	136383	100.0

Fonte: TOVAR, Hermes; TOVAR, Camilo; TOVAR, Jorge. *Convocatoria al Número: Censos y Estadísticas de la Nueva Granada 1750-1830*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

Em relação à composição sociorracial, na **Tabela 8** observamos que a população branca equivalia a 23,6% (32.151), livre 36% (48.877), índios 23,5% (32.010) e escravos 17% (23.145). Em todos os grupos sócio-raciais registra-se um aumento em relação ao censo de 1779. No entanto, o grupo com maior crescimento foi o setor livre de todas as cores, mestiço ou pardo.

Tabela 8: Composición sociorracial de la Gobernación de Popayán 1797

CASTA	HOMBRES	%	MUJERES	%	TOTAL	%
Blancos	16323	24.67	15828	22.61	32151	23.60
Indios	15463	23.37	16547	23.53	32010	23.50
Libres	23318	35.24	25559	36.50	48877	35.90
Esclavos	11063	16.72	12082	17.26	23145	17.00
<b>TOTAL</b>	<b>66167</b>	<b>48.59</b>	<b>70016</b>	<b>51.41</b>	<b>136183</b>	<b>100.00</b>

Fonte: TOVAR, Hermes; TOVAR, Camilo; TOVAR, Jorge. *Convocatoria al Número: Censos y Estadísticas de la Nueva Granada 1750-1830*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

Vários autores explicam extensivamente o papel dos setores livres no século XVIII.<sup>36</sup> A crescente miscigenação fez surgir um setor de mulatos livres, pardos, negros, mestiços que ocupavam os espaços não utilizados das fazendas nas margens dos extensos territórios da província de Popayán. Grande parte do campesinato do vale do rio Cauca emergiu desse processo e, posteriormente, as propriedades foram legalizadas por meio de títulos de herança, latifúndios, obras piedosas e compras e doações de pequenas propriedades. No final do século XVIII, a população camponesa aumentou, desenvolvendo uma economia de subsistência que ao longo do tempo gerou excedentes de cacau, aguardente e tabaco que foram comercializados nas fronteiras mineiras.<sup>37</sup>

Em relação à população escravizada, em 1797 de um total de 23.145 escravizados, 11.063 eram homens e 12.082 mulheres. Ou seja, há um aumento de 4.384 (19%) escravizados em relação ao censo de 1779. Talvez uma das razões para o aumento do número de escravizados seja de ordem econômica, pois, a partir de 1760, a venda de focinheiras diminuiu e, depois de 1780, elas não foram vendidas no mercado de Popayán. No entanto, o comércio manteve-se ativo através da venda de escravos soltos, muitos deles crioulos e mulatos. Alguns mineiros também vendiam tripulações inteiras, o que significa que o tráfico de escravos no governo de Popayán estava ativo no século XVIII (COLMENARES, 1977). Outra razão para esse crescimento populacional pode ser que, diante do aumento considerável dos preços dos bozales negros, os proprietários de escravos dedicados quase que exclusivamente à mineração, tenham promovido uma política demográfica voltada para o aumento da natalidade da população escrava.<sup>38</sup>

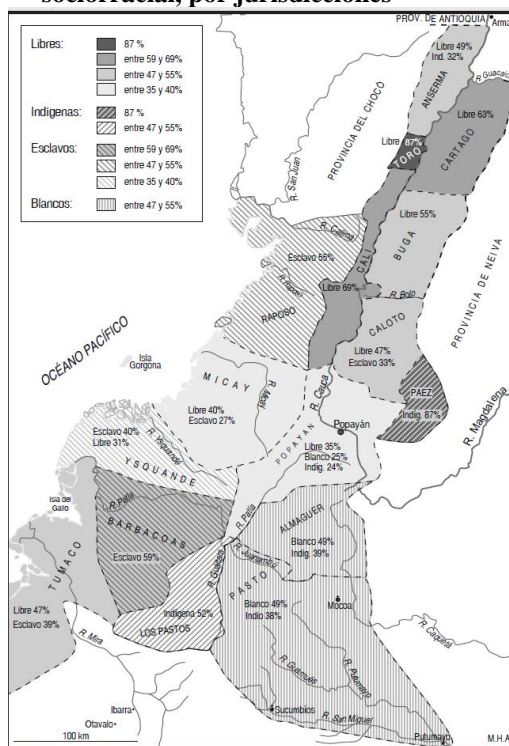
<sup>36</sup> (Valencia, 2003); (Escorcia, 1983); (Mejía, 1996).

<sup>37</sup> (Valencia, 2003).

<sup>38</sup> Ver: (Maya, 1996); (Colmenares, 1973).

No **mapa 2**, ao observar a proporção percentual da população por jurisdição, identificamos que o maior número de escravizados se encontra na área de mineração da Costa do Pacífico: Barbacoas (59%), seguido de Raposo (55%) ; Tumaco (39%); Isquande (31%); e Micay (27%). No entanto, Caloto é outra região mineira, que concentra um número significativo de escravizados que não são do Pacífico (33%). Embora Caloto esteja localizado no vale do rio Cauca, vemos que nesta região predominava a população livre: Popayán, Caloto, Buga, Anserma, Cali, Cartago e Toro.

**Mapa 2: Província de Popayán, 1797. Proporção porcentual de la población, según su clasificación sociorracial, por jurisdicciones**



Fuente: HERRERA Marta. Popayán: *La unidad de lo diverso*. Territorio, población y poblamiento en la provincia de Popayán, siglo XVIII. Bogotá: Uniandes, 2009.

**Tabela 9: Población esclava de la Gobernación de Popayán 1797**

	Casado	Casadas	Solteros	Solteras	Total	%
Popayán	339	359	796	1440	2934	12.68
Cali	398	396	1305	1515	3614	15.61
Buga	101	187	373	455	1116	4.82
Cartago	127	129	342	411	1009	4.36
Caloto	529	523	1216	1336	3604	15.57
Anzerma	118	115	254	369	856	3.70
Toro	90	97	84	55	326	1.41
Raposo	415	415	738	733	2301	9.94
Almaguer	27	29	98	70	224	0.97
Pasto	16	8	26	63	113	0.49
Los Pastos	0	0	0	0	0	0.00
Isquandé	230	220	250	256	958	4.13
Tumaco	326	326	463	487	1622	7.01
Barbacoas	640	644	1485	1138	3907	16.88
Micay	75	74	139	105	393	1.70
Paez	21	62	22	65	170	0.73
TOTALES	3452	3584	7611	8498	23145	100

Fonte: TOVAR, Hermes; TOVAR, Camilo; TOVAR, Jorge. *Convocatoria al Número: Censos y Estadísticas de la Nueva Granada 1750-1830*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1994.

A comparação dos dois censos populacionais do Governo de Popayán de 1779 e 1797 nos leva a concluir que houve um aumento da população em geral e dos escravizados em particular. Isso pode ser explicado por dois motivos: o primeiro, pela existência de um ativo comércio interno de crioulos escravizados, uma vez que o aumento do preço dos bozales escravizados (trazidos diretamente da África) diminuiu sua compra.<sup>39</sup> A segunda razão, intimamente relacionada à primeira, deveu-se à promoção de uma política demográfica pelos senhores de escravos para aumentar a natalidade da população escrava. Para Adriana Maya, o aumento das taxas de natalidade positivas é mencionado em alguns trabalhos de historiadores, mas eles não explicam *as estratégias* da política demográfica escravista para reproduzir os escravizados ao invés de importá-los, essa tendência diferenciaria o caso de Nova Granada do resto da América, pois tanto para o caso cubano como para o norte-americano e o brasileiro, os senhores se abasteceram de focinheiras escravizadas até pelo menos a primeira metade do século XIX (MAYA, 1996, p.32).

<sup>39</sup> O crescimento das plantações nas Antilhas no século XVII e início do XVIII afetou a economia açucareira brasileira, especificamente no nordeste brasileiro. Consequentemente, os preços mundiais do açúcar caíram em meados do século XVIII e a demanda por escravos nas Antilhas provocou um aumento no preço dos cativos africanos no mercado mundial (HERBERT, 2008, p. 77).

No entanto, a afirmação de Maya é verdadeira para a região de Minas Gerais, mas não para algumas regiões do sudeste do Brasil. Em Minas Gerais, além de importar escravos diretamente da África, eles também reexportavam escravos para as minas de ouro do interior do país (KLEIN, 1987, p. 83). Caso contrário, foi em Villa de Apiaí, no sudeste do Brasil, que a economia extrativa aurífera não era muito dinâmica nas primeiras décadas do século XIX, para a qual os pequenos senhores de escravos utilizavam a estratégia de reprodução natural de seus escravizados para obter um aumento de o tamanho do campo (MOTA, 2002, p. 161).

Voltando ao caso da Colômbia, em todo o governo ou província de Popayán em 1779 havia mais mulheres escravizadas 6.715 do que homens na mesma condição 5.726. Se olharmos para as cidades, vilas e aldeias, descobrimos que nas áreas de mineração da costa do Pacífico, como Isquandé, Raposo e Micay, predominava o trabalho masculino, com exceção de Tumaco. Isso se explica, como afirmam vários autores, porque a força de trabalho masculina foi priorizada para a atividade de mineração. No entanto, para a mesma data, descobrimos que na cidade de Caloto, outra área mineira mais próxima da área urbana da cidade de Popayán, o número de mulheres solteiras (1.855) era superior ao de homens (1.549).

Essa mesma tendência se repete para 1797. Dos 23.145 escravizados, 12.082 eram mulheres e 11.063 homens. No entanto, há uma mudança para a Costa do Pacífico, por exemplo, se somarmos os casados aos solteiros, observamos que em Isquandé, as mulheres (476) praticamente igualam o número de homens (480); na Raposo a diferença entre homens e mulheres é significativamente reduzida, 1.153 homens e 1.148 mulheres; em Micay, os homens (214) são a maioria em relação às mulheres (179). Em Tumaco, a maioria continua sendo mulheres (813) em relação aos homens (789). Em Caloto, encontramos 1.859 mulheres e 1.745 homens. Relativamente ao censo de 1779, verifica-se um aumento de homens, embora as mulheres continuem a ser a maioria.

O maior número de escravizados não se concentrava na costa do Pacífico, mas em outras áreas onde a extração mineral não predominava. Isso pode sugerir que no final do século XVIII, paralelamente à ativação da fronteira mineira na área do Pacífico, um grande número de escravizados foi encontrado nas áreas de exploração agrícola. Se levarmos em conta que não havia *economia de plantação* no governo de Popayán, as atividades agrícolas estavam voltadas para as necessidades da fazenda e do mercado interno. O aumento da população livre também é significativo, pois em 1779 registrou 32.775 e em 1797 passou para 48.877 pessoas.

Agora, se analisarmos os números dos casamentos nos dois censos, observamos que praticamente não houve grandes mudanças entre 1779 e 1797. O que aumentou significativamente foram os números da população solteira de ambos os sexos. Isso sugere que é necessário investigar outras fontes que nos ajudem a encontrar explicações sobre os motivos pelos quais os escravizados no período entre 1779 e 1797 preferiram não se casar ou estabelecer uniões de fato não legitimadas pela Igreja. Outra conclusão que podemos deduzir desses dois censos é que em ambos as mulheres escravizadas são maioria; para 1779 encontramos 9.788 mulheres contra 8.973 homens e em 1797, 12.082 mulheres e 11.063 homens.

### 3.1 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA PROVÍNCIA DE POPAYÁN NO SÉCULO XIX

Para o período escolhido neste trabalho, encontramos apenas um censo oficial para o ano de 1843. No entanto, este censo apenas nos dá a população total da província de Popayán e de seus cantões, sem especificar os setores sociais ou o estado civil dos seus habitantes. Assim, é melhor nos determos nos censos populacionais dos cantões de Popayán e Caloto de 1835 que localizamos nos documentos do Arquivo Central de Cauca em Popayán.

Uma vez que a República de Nova Granada foi formada, foi dividida em 1835 nas províncias de Cauca, Popayán, Buenaventura e Pasto. A província de Cauca era composta pelos cantões de Buga (sua capital), Anserma, Cartago, Palmira, Supía, Toro e Tuluá; a província de Popayán por Almaguer, Caloto e Popayán (sua capital); a província de Buenaventura passando por Cali (sua capital), Isquandé, Micay, Raposo e Roldanillo; e a província de Pasto por Pasto (sua capital), Túquerres, Tumaco e Barbacoas (DÍAZ, 2015, p. 64).

Segundo o censo populacional de 1835 (**Tabela 10**), a província de Popayán, composta por seus três cantões: Popayán, Caloto e Almaguer, tinha uma população total de 47.506 habitantes. Por sua vez, o cantão de Popayán era constituído pelos seguintes distritos paroquiais: Popayán (capital da província), Paniquita, Puracé, Guambía, Cajibío, Tunía, Tulumito, Tambo, Timbío, San Antonio e Patía. Com uma população total de 25.245 pessoas, incluindo 12.153 homens e 13.092 mulheres. O cantão de Caloto era formado por Caloto (capital), Quilichao, Gélina, Caldono, Pitayó, Toribio e Celandia. Sua população era de 10.330 habitantes, sendo 4.885 homens e 5.445 mulheres. E, finalmente, o cantão de Almaguer era constituído pelas



freguesias de Almaguer (capital), Trapiche, Mercaderes, La Cruz e Pancitará. Sua população total era de 11.931 habitantes divididos em 6.572 homens e 5.359 mulheres.

Tabela 10

Provincia de Popayán 1835					
Cantón de Popayán		Cantón de Caloto		Cantón de Almaguer	
H	M	H	M	H	M
12.153	13.092	4.885	5.445	6.572	5.359
25.245		10.330		11.931	
<b>Total: 47.506</b>					

Fonte: ACC, Fondo Arboleda, signatura 8025 (JI -12-cv). Elaboração própria.

A população total do cantão de Popayán era de 25.165 habitantes, dos quais 12.073 homens e 13.092 mulheres (tabela 9). Entre a população livre, observamos que o maior número de homens e mulheres casados (600) encontra-se em Timbío (cidade indígena), seguido pela cidade de Popayán com 494 homens e mulheres casados. O maior número de homens solteiros (728) também é encontrado em Timbío, na proporção de 1,3 homens para uma mulher. Por outro lado, no caso das mulheres solteiras, encontramos uma proporção maior na cidade de Popayán, 1.218 mulheres contra 520 homens solteiros, ou seja, 2,3 mulheres para um homem. Com relação à população escrava encontramos 1.349 mulheres em relação a 1.048 homens. O maior número de casamentos está em San Antonio (119), Tulumito (56) e Popayán (45); Entre os homens solteiros, verificamos que a cidade de Popayán tem um número maior de mulheres solteiras (497) em relação aos homens solteiros (177), ou seja, 2,8 mulheres para cada homem. Enquanto em Tulumito, os homens solteiros são a maioria (145) em relação a 96 mulheres escravizadas.

Em geral, entre a população escrava do cantão de Popayán, as mulheres são a maioria (1.348) em relação aos homens (1.048). No entanto, se discriminarmos por zona urbana e zona rural, verificamos que as mulheres têm um número superior na zona urbana (542), enquanto na zona rural são ligeiramente inferiores (806) do que os homens (826) (ver **Tabela 11**).

**Tabela 11: Censo de población del Cantón de Popayán 1835**

Censo de población del cantón de Popayán de la provincia del mismo nombre formado del conjunto de los censos de los distritos parroquiales del cantón por el jefe político que suscribe, para el censo general de la República para el año de 1835																
Distritos parro.	HOMBRES								MUJERES							
	Eclesiásticos		Casados	Jovns- Párbulos	Solteros		Esclavos		Religiosas	Casadas	Jovns.-Párbulas	Solteras		Esclavas		
	Seculares	Regulares			De 16 a 50 años	Más de 50 años	Casados	Solteros				De 16 a 50 años	Más de 50 años	Casadas	Solteras	
Popayán	34	13	494	928	74	486	45	177	33	494	1017	969	249	45	497	
Paniquita	1	0	472	601	146	39	21	34	0	476	599	201	27	21	35	
Puracé	1	0	235	357	112	16	15	7	0	235	298	111	39	15	9	
Guambía	1	0	427	423	119	27	0	5	0	427	443	14	39	0	4	
Cajibío	1	0	179	316	92	7	33	19	0	176	404	100	20	29	14	
Tunía	1	0	229	498	63	5	11	31	0	229	492	207	41	11	23	
Tulumito	1	0	240	351	122	17	56	145	0	240	389	193	32	56	96	
Tambo	2	0	308	452	200	14	30	45	0	309	442	215	114	29	64	
Timbío	2	0	600	504	600	128	40	85	0	600	520	450	100	40	80	
San Antonio	1	0	174	289	117	16	119	77	0	174	277	77	49	119	121	
Patía	1	0	149	184	142	14	23	30	0	149	31	26	16	23	18	
	46	13	3507	4903	1787	769	393	655	33	3509	4912	2563	726	388	961	
<b>Totales</b>	59		3507	4903	2556		1048		33	3509	4912	3289		1349		
	<b>Total de hombres: 12073</b>								<b>Total de mujeres: 13092</b>							

Fonte: Signatura 8025 (JI -12-cv), Archivo Central del Cauca.

**Tabela 12: Población esclava del Cantón de Popayán 1835**

	Área urbana Popayán				Area rural de Popayán			
	Mujeres		Hombres		Mujeres		Hombres	
	Casadas	Solteras	Casados	Solteros	Casadas	Solteras	Casados	Solteros
	45	497	45	177	342	464	348	478
<b>Total mujeres:</b>	<b>542</b>		<b>222</b>		<b>Total hombres:</b>	<b>806</b>		<b>826</b>

Fonte: Signatura 8025 (JI -12-cv), 1835. Archivo Central del Cauca.

Em 1835 o cantão de Caloto tinha uma população total de 10.330 habitantes, divididos em 5.445 mulheres e 4.885 homens (ver **tabela 13**). Se olharmos para a população livre, os homens solteiros somaram também os jovens menores de 16 anos e os pabulos foram 1.966 com respeito e as mulheres solteiras (2.491). Só consideramos os maiores de 16 anos, dando-nos que 640 eram homens contra 1041 mulheres. Em ambas as situações, as mulheres são maioria. Agora, a população escrava era de 3.375 pessoas, das quais 1.665 eram homens e 1.710 eram mulheres. A tendência do casamento registra que a população solteira era a maioria e que havia uma porcentagem maior de mulheres solteiras (1.147) em relação aos homens (1.102).

**Tabela 13: Censo de población del Cantón de Caloto de 1835**

Censo de población del cantón de Caloto formado del conjunto de los censos de los distritos del mismo cantón por el jefe político que suscribe, para el censo general de la provincia en el año de 1835															
Parroquias	HOMBRES								MUJERES						
	Eclesiásticos		Casados	Jovns. y Párbulos	Solteros		Eslavos		Religiosas	Casadas	Jovns. y Párbulos	Solteras		Eslavas	
	Seculares	Regulares			De 16 a 50 años	Más de 50 años	Casados	Solteros				De 16 a 50 años	Más de 50 años	Casadas	Solteras
Caloto	2	0	196	216	96	60	176	394	0	196	191	199	70	176	398
Quilichao	2	0	194	297	99	10	89	239	0	194	260	215	37	89	213
Gelima	2	0	143	166	69	11	182	266	0	143	165	98	100	182	366
Caldono	1	0	54	59	40	8	22	49	0	54	83	32	9	22	40
Pitayó	1	0	326	272	98	13	22	40	0	326	376	38	60	22	46
Toribio	1	0	185	164	44	10	4	16	0	185	185	78	25	4	15
Celandia	1	0	146	169	57	8	68	98	0	146	190	71	9	68	69
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>1244</b>	<b>1343</b>	<b>503</b>	<b>120</b>	<b>563</b>	<b>1102</b>	<b>0</b>	<b>1244</b>	<b>1450</b>	<b>731</b>	<b>310</b>	<b>563</b>	<b>1147</b>
<b>Total de hombres: 4885</b>								<b>Total de mujeres: 5445</b>							

Fonte: Signatura 8025 (JI -12-cv), 1835. Archivo Central del Cauca.

Na **Tabela 14**, observamos a tendência matrimonial da população escrava do cantão de Caloto em 1779, 1797 e 1835.

**Tabela 14: Población esclava de Caloto y su jurisdicción 1779, 1797 y 1835**

POBLACIÓN ESCLAVA DE CALOTO Y SU JURISDICCIÓN											
1779				1797				1835			
H		M		H		M		H		M	
Casados	Solteros	Casadas	Solteras	Casados	Solteros	Casadas	Solteras	Casados	Solteros	Casadas	Solteras
1370	1549	1370	1855	529	1216	523	1336	563	1102	563	1147
2919		3225		1745		1859		1665		1710	
Totales: 6144				Totales: 3604				Totales: 3375			

Fonte: Signatura 8025 (JI -12-cv), Archivo Central del Cauca.

Notamos que o número de casamentos em 1779 era maior do que em 1797, mais que o dobro. Enquanto entre 1797 e 1835 a diferença não foi significativa. Isso nos leva a repensar a instituição do casamento versus as uniões de fato. O número de solteiros e solteiras também apresentou maior percentual em 1779, apresentando queda em 1797 e em

1835. Tendo em vista que Caloto era uma região dedicada à mineração e à agricultura, como já dissemos, é interessante observar que nos três censos as mulheres são maioria. Isso nos leva a buscar explicações posteriormente sobre a participação das mulheres nas diferentes áreas de mineração da província de Popayán.

Em conclusão, vemos que as mulheres livres e escravizadas eram a maioria no cantão de Popayán e Caloto y. No entanto, quando discriminamos por área urbana e rural, no cantão de Popayán, encontramos um número maior de mulheres na cidade do que no campo. No que diz respeito às áreas de exploração mineira, sabemos que no início do século XVIII (1710) formou-se o núcleo primordial das quadrilhas e nesta época o número de mulheres era escasso. Já no ano de 1770, as quadrilhas alcançaram uma certa estabilidade porque a população ativa não foi substituída por bozales adultos, mas com a incorporação ao trabalho de uma crescente população crioula.<sup>40</sup> Essa estabilidade pode explicar o crescimento do número de mulheres nas áreas de mineração observado no censo de 1797.

Quando o número de mulheres escravizadas nas minas era menor, a formação das famílias e os laços de parentesco eram moldados de acordo com as tradições e condições concretas dos grupos; Por exemplo, as mulheres podem manter relacionamentos com vários membros da *quadrilha*. Essa situação, vista na perspectiva do modelo de família dominante, foi descrita como escandalosa e aberrante.<sup>41</sup> Nas haciendas, as cativas passavam a maior parte do tempo cozinhando, lavando, passando, costurando, cuidando e acompanhando os senhores, servindo os trabalhadores, ordenhando, limpando e ordenando as mansões.<sup>42</sup> No entanto, com o aumento da escravidão no século XVIII, a propriedade dos escravizados deixou de ser um atributo das famílias nobres, pois a compra de um ou vários escravizados passou a ser patrimônio das famílias mestiças e pardas. Nos centros urbanos, os escravizados cumpriam tarefas semelhantes às das haciendas e ranchos. Em particular, as escravas desenvolviam outras atividades relacionadas ao comércio ambulante e também trabalhavam como mensageiras, parteiras e curandeiras.

---

<sup>40</sup> COLMENARES Germán. *Popayán: una sociedad esclavista 1680-1800*. Bogotá: La Carreta Inéditos Ltda. 1979, p. 84.

<sup>41</sup> ROMERO, Mario Diego, *Poblamiento y sociedad en el Pacífico colombiano, siglos XVI al XVII*. Universidad del Valle, Cali, 1995, p.p 64-70

<sup>42</sup> PÉREZ, María Teresa, Las mujeres caucanas. GUIDO, Barona; GUIDO, Gnecco; VALENCIA, Cristobal (edit.). In: *Historia, Geografía y cultura del Cauca. Territorios posibles*. Editorial Universidad del Cauca, Popayán, p. 225.

### 3.2 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS ESCRAVOS DAS HACIENDAS E MINAS DE LOS ARBOLEDAS

#### FAZENDA JAPIO

A fazenda Japio, ainda hoje existente, está localizada entre os municípios de Santander de Quilichao e Caloto, ao norte do departamento de Cauca, a 95,5 km da cidade de Popayán. Em 1767, após a expulsão dos jesuítas, Japio passou a ser administrado pela Junta de Temporalidades<sup>43</sup>, incapaz de mantê-lo produtivo e lucrativo. No entanto, a fazenda conseguiu se manter graças ao circuito econômico organizado pela Companhia de Jesus entre suas grandes propriedades (possuíam mais de cem fazendas no vice-reinado de Nova Granada), que criou uma rede de sustentabilidade e auto-suficiência (VELÁSQUEZ, 2010).

Em 1774, Dionísia Pérez de Manrique, viúva do Marquês de San Miguel de la Vega, doou suas minas de Quinamayó nas proximidades de Japio à Companhia de Jesus, provavelmente adquiridas por herança de seu marido, que as possuía antes de seu casamento em 1708.

Em 1770, segundo avaliadores contratados pelas Juntas de Temporalidades, a fazenda tinha cerca de 4.000 bovinos e 135 escravizados. Entre suas instalações, havia uma casa baixa com cinco cômodos com telhado de palha, outro com telhado de telha e mais um com três cômodos, cozinha de palha e forno, capela com telhado de telha, torre e três sinos dedicados a o culto de Nossa Senhora. Senhora de Loretto Havia também um engenho de açúcar com equipamentos, gado, galpões e um tear.

Em 1774, 22 hectares foram plantados com cana-de-açúcar para fazer mel, trapiche de madeira, 2.000 bois, 100 bois, 40 cavalos, e algumas colheitas de banana e milho para alimentar os 127 escravizados; Da gordura do gado tirei a gordura para o trapiche e as velas.

Para o ano de 1776, o administrador informou que os prédios estavam prestes a desmoronar e que muitos escravos haviam sido vendidos ou haviam morrido, e a produção havia caído significativamente. Reclamava também do roubo de gado e da falta de cavalos

---

<sup>43</sup> Op. Cit.

e mulas para o trabalho do trapiche, não havia vacas, apenas alguns bois e não havia comida para os escravos.<sup>44</sup>

No ano seguinte, em 1777, Francisco Antonio de Arboleda (III) adquiriu a fazenda com escravos, gado, sítios, casas, galpão de telha e tijolo, capela, engenhos de açúcar, campos de sementeira, canaviais, plantações de banana, ferramentas e outros implementos. A sua extensão era de 1.153 hectares e 2.800 jardas quadradas e equivalia a cerca de 7.000 patacones.<sup>45</sup> Essa aquisição se somou a outras propriedades que ele possuía na mesma área, como a fazenda Mataredondas.

Francisco Antonio de Arboleda morreu em 1793 e a propriedade foi mantida pela família, sucessivamente por Julián María Arboleda Arrechea, Francisco José e José Rafael Arboleda Arroyo e seus filhos Sergio e Julio Arboleda Pombo.

As guerras de independência afetaram significativamente a produtividade das fazendas e minas da família Arboleda, pois sofreram saques e impostos para favorecer os lados em conflito. As tropas que subsistiam com seu gado e outros produtos acampavam em suas terras (MINA, 1975).

Aparentemente o período entre 1820 e 1821 foi o mais crítico, pois encontramos referências a este período em vários documentos. Por exemplo, o administrador da fazenda Japio e da mina San Vicente diz que quando recebeu as propriedades em 1822, a fazenda ficou reduzida a três prédios de igrejas, uma casa, um engenho e alguns escravos (ACC, Sala Arboleda, signatura 453).

No entanto, a fazenda conseguiu se recuperar produtivamente. Com o cultivo de cana-de-açúcar e outros produtos agrícolas, a fazenda abastecia os escravizados das minas que a família Arboleda possuía em Popayán e Chocó. Isso é confirmado pelo depoimento de John Potter Hamilton, diplomata britânico, que viajou pela Colômbia entre 1824 e 1825. Quando visitou Popayán em 1824, foi recebido por Dom José Rafael Arboleda, na fazenda Japio. Ficou muito impressionado com a hospitalidade e refinamento de seu anfitrião, a ponto de se sentir um herói das Mil e Uma Noites:

---

<sup>44</sup> Citado por Velasquez: MINA, Mateo. *Esclavitud y libertad en el Valle del río Cauca*. Bogotá: Rosca, p. 34. VELASQUEZ, María Cecilia; DIAZ, Martha; MORALES, Sory. Recuerdo de una molienda. Hacienda Japio. In: *Huellas históricas y arquitectónicas de las haciendas caucanas*. Popayán: Instituto Universitario Colegio Mayor del Cauca, Gobernación del Departamento del Cauca, 2010.

<sup>45</sup> Notaria Primera de 1793. Retirado de VELASQUEZ, María Cecilia, op., cit. p. 126. Ver: ACC, Col. C III-22 it. Sig 11495 p. 107.

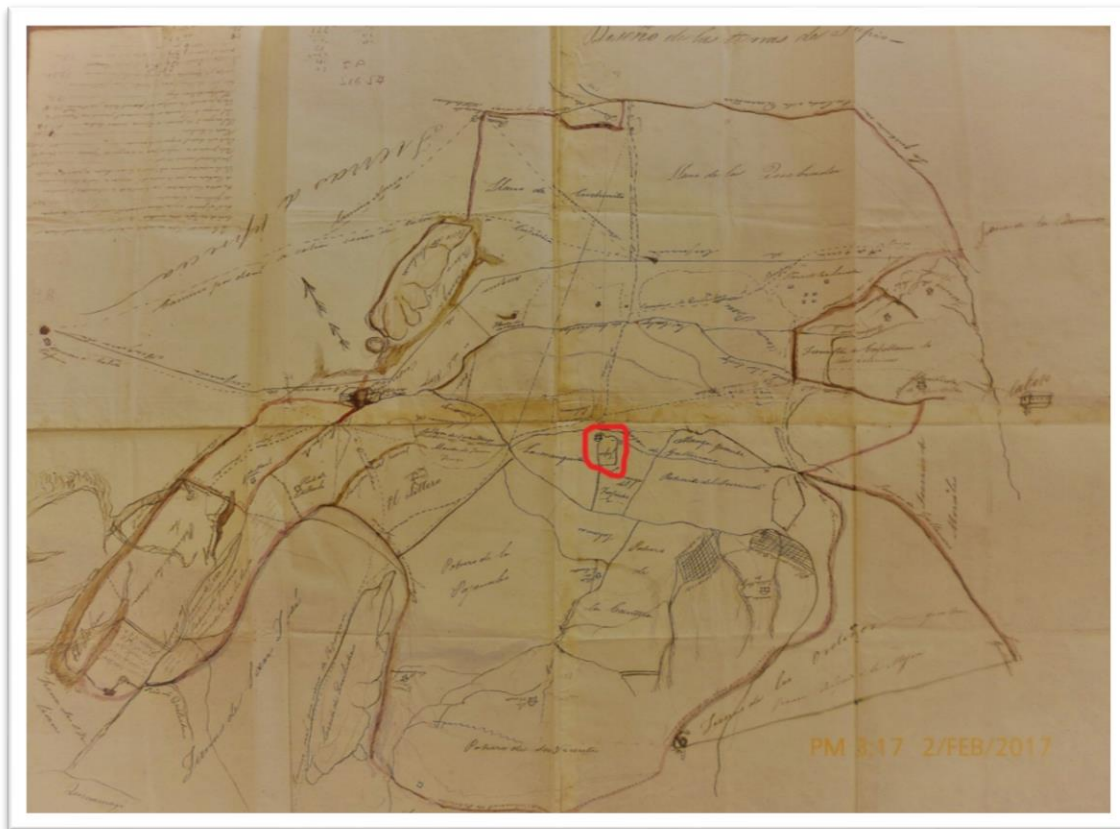
Al entrar a la alcoba que se me destinara, quedé pasmado ante el exquisito primor del decorado con que todo estaba, y el lujo de los artículos de tocador que sólo gastan las familias más ricas de Europa y que nunca esperé encontrar en el remoto aunque bellísimo Valle del Cauca. Servían de dosel al lecho cortinas a estilo francés, ornadas de flores artificiales, y en una consola se veían frascos de agua de colonia, jabón de Windsor, aceite de Macassar, "creme d'amendes amères", cepillos, etc. Dormí profundamente en mi lujosa cama que bien podía considerarse por todo aspecto como un lecho de rosas.

Todo aquello me parecía cosa de ensueño mágico o encantamiento y me sentí como un héroe de las Mil y una Noches transportado por los aires a un palacio; tan mezquinos habían sido los alojamientos y tan pobre la mesa de que había podido disfrutar durante mi viaje. El buen gusto con que todo estaba dispuesto en aquella casa (...) debo confesar que nunca había encontrado en Colombia nada que pudiera parangonarse con aquella morada. (HAMILTON, 1827, p. 472).

Halmilton comenta que José Rafael Arboleda lhe disse que tinha 800 escravizados em suas fazendas no Valle del Cauca e Chocó, a maioria trabalhando na lavagem do pó de ouro.

Antes de la guerra de independencia, pastaban 10.000 reses en la hacienda de Japio número que quedó reducido a una décima parte, pues los españoles continuamente imponían contribuciones hasta de cuatrocientas cabezas cada una, y si la entrega se demoraba, se propinaban al mayordomo Cien o doscientos estacazos como pena a la renuencia. Nos aseguró el señor Arboleda que antes de la lucha emancipadora pastaban en el Valle del Cauca no menos de un millón de reses, al paso que ahora apenas podrían encontrarse 200.000 en toda la provincia (HAMILTON, 1827, p. 473).

**Figura 2: Desenho das terras de Japio**



Fonte: AGN Mapoteca.

“La casa de Japio (encerrada en rojo) tomando la mitad del camino real hasta el lado de río Japio diez cuadras.  
 De id [la casa] al paso de agua Lucia o cunado del ciruelo de quando las orillas de Gallinazo o la Chamba. ....21-34  
 De allí a Quebrada Seca por la orilla de la Chamba y cuadras de Quebrada Seca por la orilla del sanjón a Cabito 24 ½ cuadras.  
 De la mitad del camino vial frente a la casa hasta la puerta de la Cuelga por el actual camino de Cali .....12+44  
 De la puerta de la Cuelga al paso de la acequia de la (ilegible) .....12+41  
 De allí hasta el mojón de laguinita .....18-76  
 Hasta la Quebrada ..... 2 (ilegible) -10  
 Del mojón a la puesta de (ilegible) junto a Cadenas .....16-32  
 Del mojón Laguinita en línea recta hasta el paso del río Japio ..... 45  
 De la puerta de la Cuelga al paso de Cabito por el camino real .....38-6  
 El callejón de Juan .....19 ½”

Um ano após a morte de José Rafael, em 1832 foi realizada a avaliação das minas de sal de Japio, La Bolsa, Quintero e Asnenga.

A fazenda de Japio consistia em uma casa alta de azulejos com portas e janelas comuns, três grandes vitrais, três janelas pequenas e uma cozinha de palha com portas e



janelas comuns; a casa de palha dos mordomos, com portas e janelas comuns, e a capela de azulejos surrados. Em gado tinha: 75 novilhos, 25 touros, 123 cabeças de gado, 19 mulas regulares e 6 muito velhas, 21 muletos, 15 cavalos de tropa, 17 potros maiores e menores, 76 éguas, 1 cavalo de estábulo, 2 burros, 1 novo e um velho inútil.

O trapiche era uma ramada coberta de azulejos que, por estar um pouco danificada, foi avaliada em 650 pesos; a máquina de trapiche muito velha e gasta pesando 27 arrobas; o quadro do mesmo; duas canoas muito antigas. O galpão era composto por seis mil tijolos crus; trinta e oito mil cozidos; um grande forno com a sua ramada um pouco desmoronada; um pequeno forno; três poços e uma casa de fundação coberta de palha com seu forno; 50 arrobas de sal de Asnenga, ferramentas e 167 escravizados. Acrescenta-se o valor das terras, incluindo nelas uma pequeníssima parte daquelas que pertenceram a São Vicente e que o Sr. Rafael Arboleda vendeu. Todos aqueles que por dia pertencem à fazenda Japio foram avaliados no valor de cinco mil pesos, e disso um piquete, que é considerado em partes separadas da fazenda. Todos avaliados em 37.357 pesos e  $\frac{3}{4}$  de real, mais 1.021 pesos com os livros (ACC, Fondo Arboleda, assinatura 86).

A fazenda foi palco de vários atos violentos, como tortura, execuções e recrutamento forçado de escravos. Durante a Guerra dos Supremos (1840-1841) cujos protagonistas eram os generais Tomás Cipriano de Mosquera e José María Obando, a fazenda que pertencia a Julio Arboleda, é novamente um lugar de confronto, já que Obando revolta os escravos e causa grandes perdas. Em 1843 a fazenda foi invadida por escravos rebeldes sob o comando do alfaiate José Antonio Tascón e armas, alimentos e remédios foram roubados. A intenção era levantar todos os escravos da região, tomando Caloto como centro de operações (VELÁSQUEZ, 2010, p. 129).

Em 1845, na partilha dos bens do espólio de Rafael Arboleda, seu segundo filho, Sergio Arboleda, recebeu o espólio de Japio. Naquela data a fazenda era composta por: as terras por seus limites conhecidos; a casa da fazenda coberta de telhas e um pouco de chumbo; a cozinha; a casa do mordomo e uma casa hospitalar de palha inacabada; o engenho de açúcar ramada e sua máquina de 24 arroba; os fornos, poços e ramadas de galpões e serralherias; e a igreja coberta de azulejo, muito antiga. Além de diversas ferramentas de trabalho e carpintaria; 21 lotes de cana; animais que incluíam: 75 bovinos reprodutores, 38 éguas e 1 cavalo, 7 potros, 77 bois, 8 tourinhos, 21 mulas, 5 mulas, 15

bezerros e 89 novilhos. Quanto à população escravizada, recebeu 77 escravizados, 113 alforriados menores de 18 anos e 19 concertados.

Após a guerra de 1851, durante o governo de José Hilario López, a fazenda Japio foi apreendida -em represália por serem os Arboledas que iniciaram a guerra- e sua administração passou para as mãos do Estado até 1853. Foi devolvida quase em ruínas e embora se tenha tentado recuperá-lo, não foi possível devido a tantos conflitos civis e à resistência dos ex-escravizados. Sergio Arboleda, comenta o estado lamentável da fazenda devido à revolta dos escravizados:

En el año siguiente de 1851 tuvo lugar el transtorno social que trajo al fin la guerra entonces fui yo violentamente despojado de mis propiedades [...] la finca Japio sufrió un inmenso deterioro por la sublevación de los esclavos que volvieron contra ella el resentimiento y el furor que la esclavitud engendra” (ACC, Fondo Arboleda, Carta Sergio Arboleda, Popayán, agosto 3 de 1854. Citado por ROMERO, 2009).<sup>46</sup>

Nos anos seguintes, a fazenda dedicou-se ao cultivo e processamento da cana-de-açúcar, para a produção de açúcar, mel, rapadura e aguardente. Em menor medida, o cacau era cultivado para comercializá-lo em Antioquia, embora sua principal fonte de renda fosse o arrendamento de suas terras.<sup>47</sup>

No caso da fazenda Japio, analisamos as listas de 1777, 1821, 1832, 1845 e 1851. A primeira lista que encontramos sobre a fazenda Japio está no documento de entrega da fazenda Japio e Matarredonda a Francisco Antonio Arboleda, devido a sua compra entre 1770 e 1777, os cativos que aparecem são em sua maioria crianças:

---

<sup>46</sup> Citamos a tese de doutorado do professor Mariaio Diego Romero intitulada: Territorialidade e família entre comunidades negras no sul do vale geográfico do rio Cauca, Colômbia, da colônia ao século XX. Universidade de Huelva, 2009. Esta tese foi publicada em 2017 com o título: Territorialidade e família entre sociedades negras no sul do vale do rio Cauca. Editorial Universidade do Vale.

<sup>47</sup> Ibid, p. 130

**Tabela 15**

<b>Hacienda Japio</b>		
1	It: sesenta pesos por un negrito Alejandro de cerca de dos años de edad	60
2	It: cien patacones po un negrito Marcelo de cinco años de edad, quien está quebrado en la ingle	100
3	It: ochenta patacones por una negrita Maria Clemencia de cosa de dos años y ocho meses de edad	80
4	It: cincuenta patacones por Una negrita María Dorotea de un año de edad	50
5	It: ciento cincuenta patacones por Estefania nacida después de los avaluos	50
6	It: cincuenta patacones por Romualdo de dos años de edad	50
7	It: veinte y cinco patacones por Maria de seis días de edad	25
8	It: veinte y cinco patacones por Baltazara de edad de un mes	25
9	It: cien patacones por Micaela de tres años de edad	100
10	It: setenta patacones por Maria Antonia de dos años de edad	70
11	It: ochenta patacones por Maria Isidra de poco más de tres años de edad	80
12	It: treinta patacones por Josef Tomás de cuatro meses de edad	30
13	It: cincuenta patacones por Agustin de edad de un año	50
14	It: ciento veinte y cinco patacones Antonia de cosa de cinco años de edad, se alla con la lesión de tener los dedos de un pie caidos	125
15	It: sesenta patacones por Prudencio de cosa de tres años de edad	70
16	It: cincuenta patacones por Juan Josef de edad de diez y ocho meses	50
17	It: veinte y cinco patacones por Juan Vicente de edad de cuatro meses	25
18	It: sesenta patacones por Maria alejandra de edad de tres años	70
19	It: sesenta patacones por Josef de la misma edad	60
20	It: cincuenta y cinco patacones por Julián de edad de casi dos años	55
21	It: cincuenta patacones por el mulatico Isidoro huérfano de tres años de edad	50
22	It: treinta y cinco patacones por Pedro Pablo de edad de un año	35
<b>Hacienda Matarredonda:</b>		
1	It: ciento veinte y cinco patacones por la negrita Manuela Paula, nacida después de los avaluos	125
2	It: veinte y cinco patacones por Josef Fernando de edad de cinco meses	25
3	It: ciento veinte y cinco patacones por Felipe Santiago de cinco años de edad	125
4	It: setenta y cinco patacones por Francisco Antonio de más de dos años	75
5	It: ciento veinte y cinco patacones por María Manuela de más de cinco años	125
6	It: cincuenta patacones por Juana hermana suya de cosa de dos años	50
7	It: ciento veinte y cinco patacones por Prudencio de cosa de cinco años	125
8	It: veinte y cinco patacones por María Francisca de cosa de un año	25
9	It: treinta y cinco patacones por Manuel Josef hijo de Catarina de veinte meses	35
10	It: veinte y cinco patacones por Juana de dos años y medio	25
11	It: ciento veinte y cinco patacones por Alejandra de tres años	125
12	It: treinta patacones por Josef Domingo de edad de seis meses	30
13	It: cincuenta patacones por Maria Eusebia nacida despúes de los avaluos	50
14	It: ciento cincuenta patacones por Tomás mulato llanograndeño cotudo y lisiado de un brazo, que se le quebró	150
15	It: docientos patacones po la negra Silveria de cuarenta y cinco años de edad al parecer enferma de galico quien vino de Llanogrande despúes de los avaluos	200
16	It: trecientos patacones por Nicolasa su hija de diez y seis años al parece quien vino en junta de la madre depues de los avaluos	300

Fonte: ACC, Col. C III- 22 it. Signatura 11495 folio 107

Observamos que, no Japio, os 22 escravizados eram todos infantes e não maiores de 5 anos de idade. No caso de Mataredonda, das 16 pessoas da lista, 13 tinham menos de 5 anos.

O que aconteceu com os pais dessas crianças? Não encontramos informações a respeito, o mais provável é que tenham sido vendidos ou doados para quitar algumas dívidas.

Em 1821, a fazenda Japio pertencia a Julián María Arboleda, depois passou para seu filho, José Rafael, e depois para seu filho, Sergio Arboleda. Em 1821 encontramos uma lista de escravizados da fazenda Japio e da Bolsa com um total de 103 escravizados, sendo 45,6% homens e 54,4% mulheres.

**Tabela 16**

<b>Lista de esclavos de Japio y la Bolsa 1821</b>			
<b>H</b>		<b>M</b>	
Casados	Solteros	Casadas	Solteras
1	46	2	54
47		56	
<b>Totales: 103</b>			

Fonte: ACC, Sala Arboleda, signatura 364.

Entre 1820 e 1821, foi um período de consequências devastadoras para as fazendas do vale do rio Cauca devido à guerra da independência. A fazenda Japio era um local onde os diferentes grupos se instalavam para consumir alimentos e recrutar escravos. Temos também outro exemplo, sobre o desaparecimento das famílias escravizadas do Japio, e é o caso da família Fori. Encontramos em vários documentos sobre dispensas de casamento em que alguns escravizados da fazenda Japio, em 1800, solicitaram permissão para se casar por estarem impedidos por diferentes graus de consanguinidade. Em três casos de dispensa, os requerentes são membros da família Fori e todos são parentes de Antonio Fori. Segundo seus depoimentos, essa família formava uma ampla rede de parentesco. No entanto, na lista de 1821 não encontramos ninguém com o sobrenome Fori, embora muitos não apareçam com sobrenome, então não sabemos ao certo se eram membros dessa família.

Para o ano de 1832, identificamos um total de 167 escravizados apenas na fazenda Japio. Observamos um aumento no número de homens (53,2%) em relação às mulheres

(46,8%). O número de homens e mulheres casados é de vinte e dois (22), embora o número de homens e mulheres solteiros (123) seja ainda maior.

**Tabela 17**

<b>Lista de escravos hacienda Japio 1832</b>					
<b>H</b>			<b>M</b>		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
22	63	0	22	59	0
85			81		
<b>Totales: 167</b>					

Fonte: ACC, Fondo Arboleda, signatura 86

Quanto à conformação das famílias no ano de 1832, a fazenda contava com 23 famílias formadas por pai, mãe e filhos; 4 famílias com mãe solteira, 6 com pai e 1 (uma) família extensa composta por pai, 2 filhas e dois netos (tabela 18).

**Tabela 18**

<b>Hacienda Japio 1832</b>			
Familia nuclear	Familia matrifocal	Familia patrifocal	Familia extensa
23	5	6	1
<b>Totales: 32</b>			

Fonte: ACC, Fondo Arboleda, signatura 86

Esse número de famílias praticamente permaneceu o mesmo para o ano de 1845, pois encontramos 25 famílias, todas nucleares. No entanto, muitos deles aparecem com apenas um filho ou sem filhos, ou seja, apenas os dois cônjuges. O número total de pessoas escravizadas é 77, incluindo 36 homens e 41 mulheres. Há também uma lista de 133 pessoas alforriadas menores de 18 e 19 anos alforriadas por arranjo, pode ser que alguns filhos e filhas estejam nessas listas. Se somarmos o número de alforriados mais os alforriados alforriados (152), eles equivalem a 67,7% da população negra que vivia na fazenda.

Tabela 19

Hacienda Japio 1845					
H			M		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
25	11	0	27	14	0
36			41		
<b>Totales: 77</b>					

Fuente: ACC, Fondo Arboleda, signatura 761

Tabela 20

Hacienda Japio 1845					
Esclavizados		Manumitidos < 18 años		Manumitidos concertados	
H	M	H	M	H	M
36	41	50	83	9	10
77		133		19	

Fonte: ACC, Fondo Arboleda, signatura 761

As listas de 1851 relatam apenas o total da população escravizada (76), incluindo 43 homens e 33 mulheres. O número de alforriados é de 159, assim distribuídos: 22 homens alforriados, 24 mulheres alforriadas, 37 alforriados menores de 18 anos, 31 alforriados menores de 18 anos, 13 alforriados menores de 7 anos, 10 alforriados menores de 7 anos de idade e 22 filhos de alforriados. Esta lista não especifica como as famílias foram constituídas. Aqui acontece algo semelhante a 1845, o número de alforriados e arranjados supera (67,3%) o número de escravizados (32,7%).

Tabela 21

Hacienda Japio 1851									
Esclavizados		Concertados		Manumitidos < 18 años		Manumitidos < de 7 años		Hijos de manumitidos	
H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
43	33	22	24	37	31	13	10	11	11
76		46		68		23		22	

Fonte: ACC, Fondo Arboleda, signatura 846

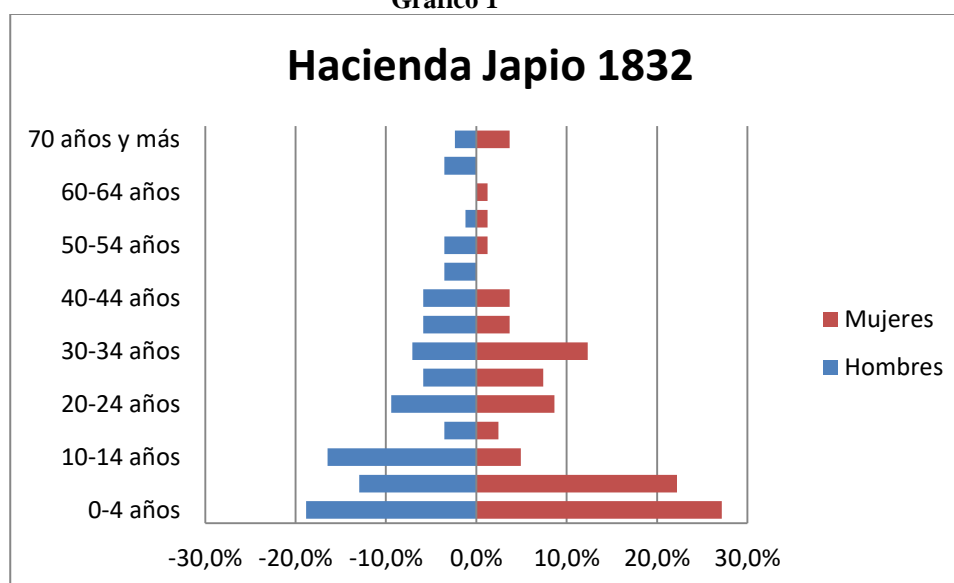
## Pirâmide etária

No caso da fazenda Japio, encontramos apenas informações completas sobre as idades dos escravizados na lista de 1832. Aqui pudemos observar que dos 167 escravizados, 51,2% eram crianças; 39% da população adulta e da população idosa 9%.

Tabela 22

Hacienda Japio 1832						
Edades	Hombres	%	Mujeres	%	Total esclavizados	%
0-4 años	16	18,8%	22	27,2%	38	22,9%
5-9 años	11	12,9%	18	22,2%	29	17,5%
10-14 años	14	16,5%	4	4,9%	18	10,8%
15-19 años	3	3,5%	2	2,5%	5	3,0%
20-24 años	8	9,4%	7	8,6%	15	9,0%
25-29 años	5	5,9%	6	7,4%	11	6,6%
30-34 años	6	7,1%	10	12,3%	16	9,6%
35-39 años	5	5,9%	3	3,7%	8	4,8%
40-44 años	5	5,9%	3	3,7%	8	4,8%
45-49 años	3	3,5%	0	0,0%	3	1,8%
50-54 años	3	3,5%	1	1,2%	4	2,4%
55-59 años	1	1,2%	1	1,2%	2	1,2%
60-64 años	0	0,0%	2	1,2%	2	0,6%
65-69 años	3	3,5%	0	0,0%	3	1,8%
70 años y más	2	2,4%	3	3,7%	5	3,0%
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,0%</b>	<b>81</b>	<b>100,0%</b>	<b>167</b>	<b>100,0%</b>

Gráfico 1



Fonte: ACC, Fondo Arboleda, signatura 86

Se analisarmos por grupos familiares, identificamos que 85% dos escravizados na fazenda tinham vínculos familiares. Destes, a média de idade dos cônjuges escravizados foi de 40,1 anos para os homens e 32,3 anos para as mulheres. A idade média das mães

solteiras foi de 35,2 anos, 8 anos a menos que a idade média dos pais solteiros (43,1 anos). A média de filhos foi de 2,7 e dos 87 filhos e filhas pertencentes a 32 famílias, observou-se que 62 tinham menos de 10 anos e 8 tinham menos de 14 anos.

## FAZENDA LA BOLSA

La Bolsa hacienda fazia parte do mayorazgo fundado por Don Francisco Antonio Arboleda em 1790. La Bolsa hacienda, como Japio, eram locais de acampamento e abastecimento de tropas monarquistas ou patrióticas. Por exemplo, em 1820, Matilde de Pombo recebeu uma ordem do tenente-coronel Simón Muñoz, para entregar todo o cacau que possuía na fazenda La Bolsa, com o esclarecimento de que lhe pagaria depois. Matilde obedeceu e mandou-lhe 16 arrobas de cacau no valor de 96 patacones. No entanto, o pagamento nunca chegou, Matilde nunca mais o viu após a revolução (J. C.V. Signatura 4279, 1822).

No inventário de 1832, a Bolsa de Valores foi avaliada com os seguintes bens: a igreja coberta de azulejos com paredes de taipa e rafas de tijolo; uma pintura de Nossa Senhora de Chiquinquirá com seu véu; uma imagem de Nossa Senhora do Rosário com seu vestido; as casas eram uma casa de azulejos muito danificada desde o terremoto; a cozinha de palha sem portas ou janelas; dois bancos, costas ou braços descobertos, uma velha mesa de jantar, duas cadeiras e duas mesas muito velhas, duas camas comuns.

O trapiche compunha-se da ramada do trapiche antigo e outras pequenas rancherías da hacienda; Ferramentas. As sementeiras incluíram trinta tipos de cana; sete mil duzentos e seis (7.206) cacauzeiros, bastante antigos; outros três mil seiscentos e dezenove (3.619) cacauzeiros; doze mil e quatrocentas (12.400) bananeiras, a maioria abandonada como inútil. Os grãos existentes eram, 111 arrobas de cacau; 100 alqueires de milho invendáveis devido à sua abundância. Os rebanhos eram de 107 cabeças de gado reprodutor; 26 touros destinados a bois; 95 bois; 11 porcos gordos; 52 novilhos de um paddock; 21 novilhos de outro paddock; 8 cavalos de tropa; 9 cavalos leiteiros; 6 mulas, 7 chicanas (sic); 9 mulas velhas. Os outros ativos eram os terrenos que tinham o valor de 15 mil pesos; 204 escravizados o que deu uma avaliação total de 59.419, 7 ½ reais.



No caso da Fazenda La Bolsa, analisamos as listas de 1789, 1812 e 1832. Não encontramos nenhuma família que se repetisse nas três listas. Aparentemente, esta fazenda era a mais móvel. No entanto, como essa fazenda fazia parte do mayorazgo, os escravizados não podiam ser vendidos, de modo que sua mobilidade se dava nas mesmas propriedades dos Arboledas.

Tabela 23

Lista de escravizados hacienda La Bolsa 1789					
H			M		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
24	70	1	24	66	14
95			104		
<b>Totales: 199</b>					

Fonte: ACC, Sala Arboleda, assinatura 21.

No **Quadro D**, a fazenda possui um total de 199 escravizados, sendo 95 homens e 104 mulheres. Observamos que desses homens 70 são solteiros enquanto na população feminina há 66 mulheres solteiras. O número de pessoas casadas é de 24 casais; observa-se elevado número de viúvas 14 em relação a um único caso de viúvo.

Encontramos 48 famílias escravizadas. Destas 24 famílias são nucleares, ou seja, são compostas por mãe, pai e filhos. As restantes famílias (24) são constituídas por um único progenitor e filhos, a maioria viúvas (24 famílias), e uma (1) família com pai viúvo (**Quadro E**).

Tabela 24

Hacienda La Bolsa 1789			
Familia nuclear	Familia matrifocal	Familia patrifocal	Familia extensa
24	24	1	0
<b>Totales: 48</b>			

Fonte: ACC, Sala Arboleda, assinatura 21

Em 1812, 139 escravizados foram enviados do Real de Minas de Santa María para a Fazenda la Bolsa por ordem de José Rafael Arboleda. Nesta lista (**Quadro F**) observamos

que dos 139 escravizados, 72 são mulheres e 67 homens. Na população feminina observa-se que o número de mulheres solteiras é maior (53) do que o de homens (47). Encontramos apenas um único caso de viúvo (**Quadro F**). Se compararmos os anos de 1789 e 1812 vemos uma diminuição da população, pois passou de 199 pessoas para 139, ou seja, 60 pessoas a menos. O que aconteceu com aquelas 60 pessoas? Para onde elas foram?

Uma possível resposta pode ser encontrada na lista de 1819 do Real de Minas de Santa María de Quinamayó. Lá constatamos que 11 famílias (47 pessoas) da fazenda La Bolsa foram devolvidas ao Real de Minas. Das outras 13 pessoas não sabemos seu paradeiro.

Tabela 25

LISTA DE ESCLAVOS HACIENDA LA BOLSA 1812					
H			M		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
19	47	1	19	53	0
67			72		
<b>Totales: 139</b>					

Fonte: ACC, Sala Arboleda, assinatura 335.

No ano de 1812 observamos (tabela 25) 28 famílias, ou seja, 12 famílias a menos em relação a 1789. Destas famílias, 17 são famílias nucleares; 2 são famílias extensas, ou seja, compostas por mãe, pai, filhos e netos; 7 são compostas por mães solteiras; 1 família com um dos pais solteiros e uma com um (1) pai viúvo (Quadro G).

Tabela 26

Hacienda La Bolsa 1812			
Familia nuclear	Familia matrifocal	Familia patrifocal	Familia extensa
17	7	2	2
<b>Totales: 28</b>			

Fonte: ACC, Sala Arboleda, assinatura 335.

Na **Tabela 26** observamos que após 23 anos há uma diminuição de 60 pessoas escravizadas. Em 1812, a proporção entre o número de mulheres e homens aumentou 7% em relação aos homens do que em 1789 (3%).

Observamos também que há uma mudança na proporção de solteiros. Em 1789 o número de homens solteiros (13%) era maior que o de mulheres solteiras e em 1812 as mulheres passaram a ser 11,4% a mais que os homens. Outra mudança importante é a diminuição do número de viúvas, em 1789 encontramos 14 casos e em 1812 nenhum caso.

**Tabela 27**

<b>Lista de escravos hacienda La Bolsa 1832</b>					
<b>H</b>			<b>M</b>		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
25	76	0	25	78	0
101			103		
<b>Totales: 204</b>					

Fonte: ACC, Fondo Arboleda, signatura 86

No Tabela 27, observamos um total de 204 escravizados, sendo 101 homens e 103 mulheres. Se compararmos com 1812, observamos um aumento da população escravizada (65 pessoas).

Para o ano de 1832 na fazenda La Bolsa 43 famílias escravizadas. Observamos um aumento de 15 famílias. Isso também se deve ao aumento de escravizados (65). O número de famílias nucleares é de 25, seguido por 14 famílias com apenas uma mãe e 4 famílias com apenas um pai. Não encontramos famílias extensas nem com pais viúvos ou viúvas (Tabela 27).

**Tabela 28**

<b>Hacienda la Bolsa 1832</b>			
Familia nuclear	Familia matrifocal	Familia patrifocal	Familia extensa
25	14	4	0
<b>Totales: 43</b>			

Fonte: ACC, Fondo Arboleda, signatura 86

O que isso pode significar? Comparando os dados dos três anos: 1789, 1812 e 1832, verifica-se um decréscimo em 1812 e depois uma "recuperação" da população em 1832. Pode ser que, em 1812, no contexto das guerras de independência, muitos homens tenham ido à guerra, mas como explicar o caso das mulheres que também diminuíram quase na mesma proporção que os homens?

Por exemplo, em 1849, Julio Arboleda novamente solicitou uma avaliação da propriedade de seu pai Rafael Arboleda. Em sua reclamação, ele afirma que entre 1825 e 1832, 135 escravizados desapareceram da fazenda La Bolsa. Para Julio, o fato de quase metade de seus escravizados terem morrido em 6 anos não é uma explicação plausível, ao contrário, ele considerou que eles foram levados da fazenda. Embora não diga quem os tirou, talvez se refira ao facto de terem sido recrutados para a guerra da independência. No entanto, nos documentos consultados, não identificamos que o número de escravizados recrutados fosse tão alto para um único proprietário.

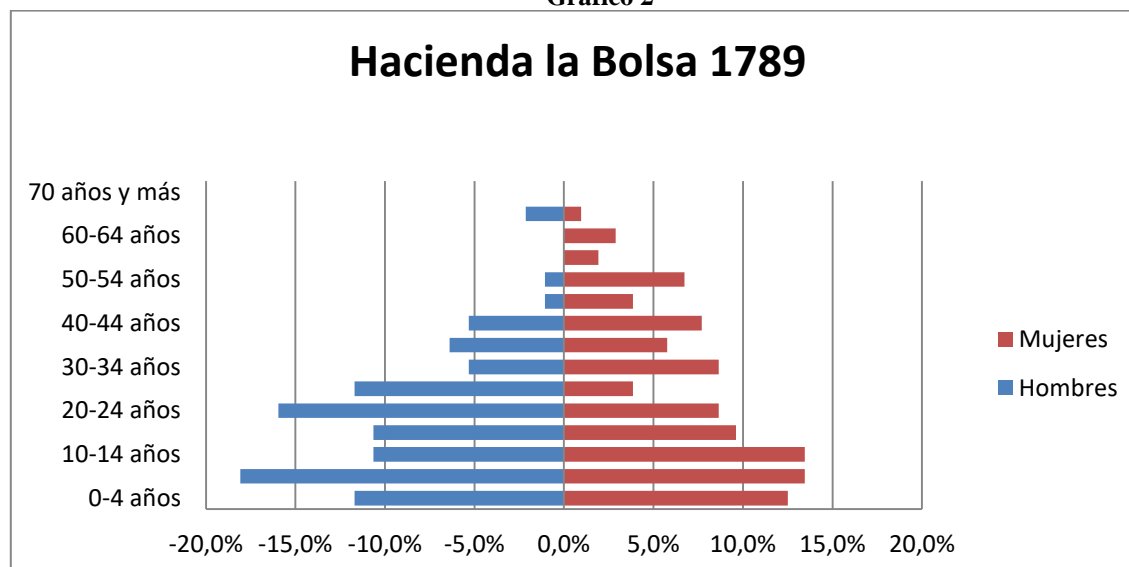
### **Pirâmide etária**

Na fazenda la Bolsa 1789 observamos que sua população infantil é de 39,9%. A população adulta equivale a 52,1%. Em relação à população idosa em 1789 é de 8%. A idade média dos cônjuges é de 37,2 anos para os homens e 33,4 anos para as mulheres. No caso das mães solteiras, a média de idade é de 47,1 anos. O número médio de filhos é de 2,3. Foram contabilizados 110 filhos e filhas nas 48 famílias, destas 76 são menores de 15 anos.

Tabela 29

Hacienda la Bolsa 1789						
Edades	Hombres	%	Mujeres	%	Total esclavizados	%
0-4 años	11	11,7%	13	12,5%	24	12,1%
5-9 años	17	18,1%	14	13,5%	31	15,7%
10-14 años	10	10,6%	14	13,5%	24	12,1%
15-19 años	10	10,6%	10	9,6%	20	10,1%
20-24 años	15	16,0%	9	8,7%	24	12,1%
25-29 años	11	11,7%	4	3,8%	15	7,6%
30-34 años	5	5,3%	9	8,7%	14	7,1%
35-39 años	6	6,4%	6	5,8%	12	6,1%
40-44 años	5	5,3%	8	7,7%	13	6,6%
45-49 años	1	1,1%	4	3,8%	5	2,5%
50-54 años	2	2,1%	7	6,7%	8	4,0%
55-59 años	0	0,0%	3	1,9%	3	1,0%
60-64 años	0	0,0%	3	2,9%	3	1,5%
65-69 años	2	2,1%	1	1,0%	3	1,5%
70 años y más	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>95</b>	<b>100,0%</b>	<b>104</b>	<b>100,0%</b>	<b>199</b>	<b>100,0%</b>

Gráfico 2



Fonte: ACC, Sala Arboleda, signatura 335.

Em fazenda La Bolsa, no ano de 1832, observamos que sua população infantil é de 36,5% se compararmos com o ano de 1789 não há muita variação (3,4%). Enquanto na

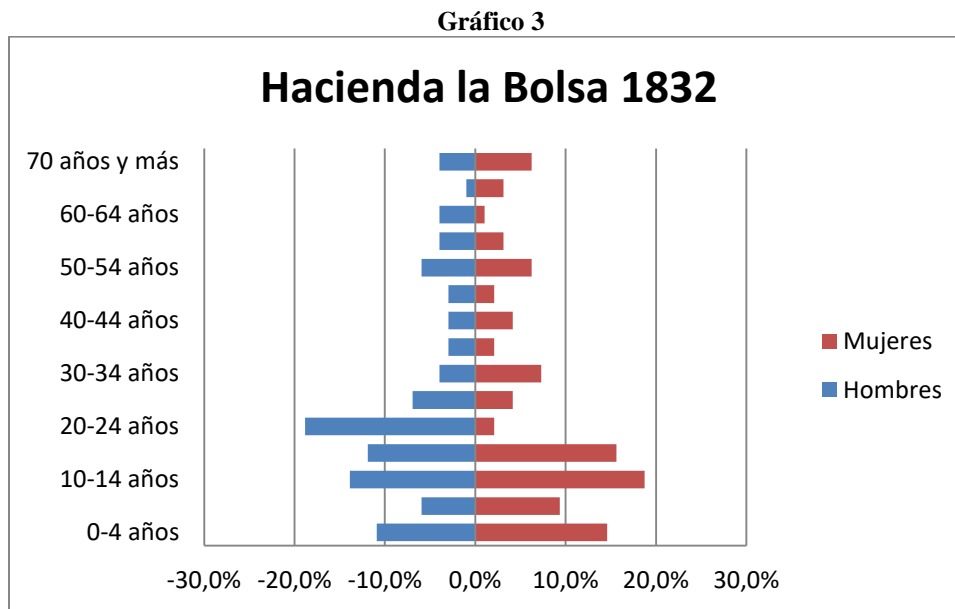
população adulta (44,2%) há um decréscimo de 7,9% em relação a 1789. No caso da população idosa houve um aumento de 11,3%.

Se compararmos a população infantil com a fazenda Japio (51,2%) e a fazenda Quintero (43,6%), notamos que o percentual de meninos e meninas nas três fazendas variou entre 40 e 50% da população escravizada.

Tabela 30

Hacienda la Bolsa 1832						
Edades	Hombres	%	Mujeres	%	Total esclavizados	%
0-4 años	11	10,9%	14	14,6%	25	12,7%
5-9 años	6	5,9%	9	9,4%	15	7,6%
10-14 años	14	13,9%	18	18,8%	32	16,2%
15-19 años	12	11,9%	15	15,6%	27	13,7%
20-24 años	19	18,8%	2	2,1%	21	10,7%
25-29 años	7	6,9%	4	4,2%	11	5,6%
30-34 años	4	4,0%	7	7,3%	11	5,6%
35-39 años	3	3,0%	2	2,1%	5	2,5%
40-44 años	3	3,0%	4	4,2%	7	3,6%
45-49 años	3	3,0%	2	2,1%	5	2,5%
50-54 años	6	5,9%	6	6,3%	12	6,1%
55-59 años	4	4,0%	3	3,1%	7	3,6%
60-64 años	4	4,0%	1	1,0%	5	2,5%
65-69 años	1	1,0%	3	3,1%	4	2,0%
70 años y más	4	4,0%	6	6,3%	10	5,1%
<b>Total</b>	101	100,0%	96	100,0%	197*	100,0%

Fuente: ACC, Fondo Arboleda, signatura 86. \* El total de la población esclavizada es de 204 pero a 7 personas no les aparece las edades, por lo cual, no están incluidas en esta tabla.



Fuente: ACC, Fondo Arboleda, signatura 86

Dos 204 escravizados, 83,9% (171 pessoas) possuem algum tipo de vínculo parental. A idade média dos cônjuges escravizados foi de 42,8 anos para os homens e 32,5 anos para as mulheres. A idade média das mães solteiras é de 53 anos, enquanto a idade média dos pais solteiros é de 51,8 anos. O número médio de filhos é de 3,2. Dos 103 filhos e filhas pertencentes a 43 famílias, observamos que 41 eram menores de 10 anos e 22 menores de 14 anos.

## FAZENDA QUINTERO

A fazenda Quintero fazia parte de um grande território que, juntamente com as fazendas Japio e La Bolsa, cobria a parte plana das bacias hidrográficas dos rios Palo, Japio, Quilichao e Desbaratado que desaguavam no rio Cauca. Sua produção agrícola era composta de cana (mel, açúcar e aguardente). Outras atividades produtivas foram a pecuária, a mineração e a produção de tijolos e telhas (ROMERO, 2017).

Em 1812, 155 escravizados foram transferidos do Real de Minas de Santa María distribuídos em 29 famílias para a fazenda Quintero. Em 1819, dessas 29 famílias, 16 famílias (74 pessoas) retornam novamente ao Real de Minas de Santa María. Entre eles a

família de Juan Victor Lucumí e Marcelina Colorado com seus dois filhos: Juana María e Jacobo Felipe.<sup>48</sup>

Em 1832, a família de Juan e Marcelina é transferida novamente para a fazenda Quintero. Juan tinha 46 anos e Marcelina tinha 40 anos em estado “inútil” junto com dois filhos, Jacobo Felipe, 22 anos, e Bárbara, 13 anos, cega. Sua filha Juana María não aparece nesta lista.<sup>49</sup>

Em 1845, aparece Marcelina Colorado, descrita como "inútil" e sem especificar sua idade. Esta lista não está agrupada por famílias ou idades, por isso assumimos que as duas pessoas que aparecem na lista como Felipe Lucumí e María Juana Lucumí, são seus filhos, Bárbara não aparece nesta lista.<sup>50</sup> Em 1851 Marcelina Colorado reaparece como "inválida" junto com seus dois filhos Felipe e Juana Lucumí como "escravizados úteis".<sup>51</sup>

Em 1853, um ano após a abolição da escravatura, Marcelina e seu filho Felipe aparecem como duas das 174 alforrias reunidas por Sergio Arboleda, para receber a divisão das terras da selva que faziam parte da fazenda Pílamo.<sup>52</sup>

A fazenda Quintero era de propriedade de José Rafael, mais tarde em 1832 passou para sua esposa Matilde e depois em 1845 para seu segundo filho Sergio. Na lista do ano de 1812, encontramos um total de 155 escravizados, dos quais 72 são homens e 83 são mulheres. Quanto ao estado civil, observamos 19 casais. O número de mulheres solteiras é ligeiramente maior (57) em comparação com homens solteiros (53) (Tabela 31).

**Tabela 31**

Lista de esclavizados Hacienda Quintero 1812					
H			M		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
19	53	0	19	57	7
72			83		
<b>Totales: 155</b>					

Fonte: ACC, Sala Arboleda, assinatura 335.

<sup>48</sup> ACC, Fondo Arboleda, Sig. 335, folio 5.

<sup>49</sup> ACC, Fondo Arboleda, Sig. 86, documento sin foliación.

<sup>50</sup> ACC, Fondo Arboleda, Sig. 53, folios 1 al 3.

<sup>51</sup> ACC, Fondo Arboleda, Sig 846, folios 4 al 8.

<sup>52</sup> MINA Mateo, pag 59?



Na Tabela 32, observamos 29 famílias compostas da seguinte forma: 17 são famílias nucleares e 2 são extensas. Vemos também que é significativo o número de famílias chefiadas pela mãe (10).

**Tabela 32**

<b>Hacienda Quintero 1812</b>			
Familia nuclear	Familia matrifocal	Familia patrifocal	Familia extensa
17	10	0	2
<b>Totales: 29</b>			

Fonte: ACC, Sala Arboleda, signatura 335.

No inventário de 1832, a fazenda Quintero possuía os seguintes bens: a casa do mordomo coberta de palha; a ramada do engenho de açúcar com utensílios; a máquina do mesmo trapiche; três fundos embalsamados amplamente utilizados. Sementeras: 11 tipos de cana; 4.976 cacauzeiros maiores, algumas pequenas plantações novas; a barra semeada; 20 arrobas de cacau. Pecuária: 40 bovinos reprodutores; 28 bois; 16 touros; 27 mulas; 10 cordeiros; 24 cabras; 1 mula e um bezerro. Terras: são as mesmas da hacienda de la Bolsa; 133 escravizados e ferramentas. A casa do mordomo com telhado de colmo, bastante pequena e em ruínas; a cozinha; a ramada do sal de cozinha; a Igreja coberta de palha muito maltratada. Animais: 28 bois; 3 bestas muars todas muito velhas; Ferramentas; 133 escravizados. Tudo deu um total de 23.726,5 pesos.

**Tabela 33**

<b>Lista de esclavos hacienda Quintero 1832</b>					
<b>H</b>			<b>M</b>		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
20	51	0	20	42	0
71			62		
<b>Totales: 133</b>					

Fonte: ACC, Fondo Arboleda, signatura 86

Dos 133 escravizados, observamos um número maior de homens (71) em relação às mulheres (62). O número de pessoas casadas é de 20, sem nenhum caso de viúva ou viúvo.

No caso dos solteiros, observamos maior número de homens (50) em relação às mulheres solteiras (43).

**Tabela 34**  
**Hacienda Quintero 1832**

Familia nuclear	Familia matrifocal	Familia patrifocal	Familia extensa
19	5	0	2
<b>Totales: 26</b>			

Fonte: ACC, Fondo Arboleda, signatura 86

Na tabela 35, vemos que no ano de 1832, a fazenda Quintero tinha 26 famílias escravizadas. O número de famílias nucleares foi de 19, enquanto encontramos apenas 2 famílias extensas, também observamos 5 famílias com mãe solteira e nenhuma com pai solteiro.

No Tabela 34, vemos que no ano de 1845 há uma diminuição de 40% (79 pessoas no total) da população escravizada em relação a 1832.

**Tabela 35**  
**Lista de esclavizados hacienda Quintero**

<b>1845</b>		<b>1851</b>	
H	M	H	M
37	42	18	31
79		49	

Fonte: ACC, Fondo Arboleda, Signatura 53 y 846

Em 1845 informa-se que há 115 alforriados, destes 76 homens e 39 mulheres menores de 18 anos, isto significa que 59,2% da população que trabalhava na fazenda foi alforriada. Também é mencionado que há dois fugitivos escravizados e três alforriados. Os fugitivos escravizados foram: Juan de la Cruz Grande e Faustino Mandinga. Os fugitivos alforriados foram: Rafael Ramos, José Emidio e Manuel José.

Em 1851 encontramos 49 escravizados, dos quais 18 homens incluindo 3 "inválidos" e 31 mulheres com 8 "inválidos". Assim como na fazenda Japio, o número de homens e mulheres alforriados (85) é maior que a população escravizada (63,4%) e destes, 81% eram menores de 18 anos: 9 arrançados; 7 concertados; 28 menores alforriados

menores de 18 anos; 24 menores alforriados menores de 18 anos; 8 menores de 7 anos alforriados; 5 menores de 7 anos alforriados; 2 filhos de alforriados e 2 filhas de alforriados.

No mesmo ano de 1851, encontramos outro documento que menciona os nomes dos “inúteis” escravizados e fugitivos:

**Tabela 36**

<b>Hacienda de Quintero 1851</b>		
Agustín	58	inútil
Casimiro	32	prófugo
Francisco	63	prófugo
Jose Feliz	56	inútil
Damaso	55	inútil
Eusebio	70	inútil
Ana María	Id	inútil
Isidro	Id	inútil
Bárbara Peña	60	inútil
Aguedad	60	inútil
Juan de Dios	53	inútil
Cacilda	mayor de 60	inútil
Manuela	mayor de 60	inútil
Benita	48	inútil
Juana	54	inútil
Aguedad Alegria	32	inútil

Fuente: ACC, fondo Arboleda, signatura 2

### **Pirâmide etária**

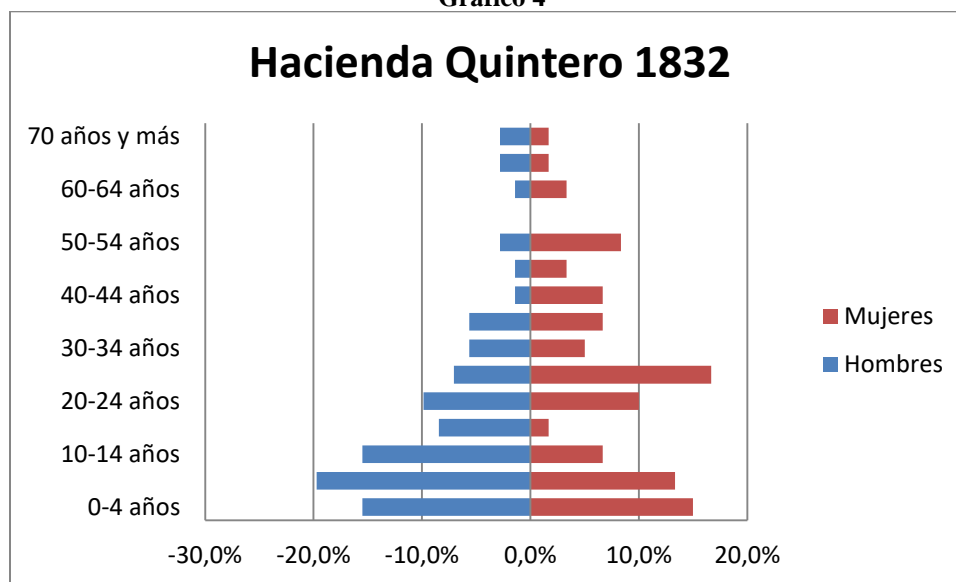
No ano de 1832, a fazenda Quintero tinha uma população infantil de 43,6%, enquanto sua população adulta era equivalente a 44,2% e sua população idosa 12,2%. Constatamos que dos 133 escravizados, 115 (86,5%) tinham algum vínculo familiar.

Tabela 37

Hacienda Quintero 1832						
Edades	Hombres	%	Mujeres	%	Total esclavizados	%
0-4 años	11	15,5%	9	15,0%	20	15,3%
5-9 años	14	19,7%	8	13,3%	22	16,8%
10-14 años	11	15,5%	4	6,7%	15	11,5%
15-19 años	6	8,5%	1	1,7%	7	5,3%
20-24 años	7	9,9%	6	10,0%	13	9,9%
25-29 años	5	7,0%	10	16,7%	15	11,5%
30-34 años	4	5,6%	3	5,0%	7	5,3%
35-39 años	4	5,6%	4	6,7%	8	6,1%
40-44 años	1	1,4%	4	6,7%	5	3,8%
45-49 años	1	1,4%	2	3,3%	3	2,3%
50-54 años	2	2,8%	5	8,3%	7	5,3%
55-59 años	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
60-64 años	1	1,4%	2	3,3%	3	2,3%
65-69 años	2	2,8%	1	1,7%	3	2,3%
70 años y más	2	2,8%	1	1,7%	3	2,3%
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100,0%</b>	<b>60</b>	<b>100,0%</b>	<b>131*</b>	<b>100,0%</b>

Fuente: ACC, Fondo Arboleda, signatura 86. El total de la población esclavizada es de 133 personas pero a 2 personas no les aparece su edad, por lo cual, no son contabilizadas en esta tabla.

Gráfico 4



Fuente: ACC, Fondo Arboleda, signatura 86

A média de idade dos cônjuges escravizados foi de 44,5 anos para os homens e 35,9 anos para as mulheres. A média de idade das mães solteiras foi de 49,3 anos. A média de

filhos foi de 3,1. Dos 69 filhos e filhas pertencentes a 26 famílias, observamos que 43 tinham menos de 10 anos e 13 tinham menos de 15 anos.

### 3.3 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DOS ESCRAVIZADOS DAS MINAS DA FAMÍLIA ARBOLEDA

No caso da mina San Vicente, localizada próxima à costa do Pacífico, encontramos três listas de escravizados agrupados por famílias em diferentes períodos: 1819, 1821 e 1829. A lista de 1819 fala de "pretos soltos" que pertenciam a Dom José Rafael Arboleda. Esta lista inclui vinte e sete (27) pessoas agrupadas em cinco (5) famílias. Destes, quatro (4) são nucleares e um (1) matrifocal.

**Tabela 38**

<b>Mina San Vicente de Guapi 1819</b>			
Familia nuclear	Familia matrifocal	Familia patrifocal	Familia extensa
4	1	0	0
<b>Totales: 5</b>			

Fonte: ACC, Sala Arboleda, signatura 379.

Um olhar mais amplo sobre a formação das famílias constatou que em 1819 a mina de São Vicente tinha um total de 27 escravizados, divididos em 15 homens e 12 mulheres. O número de homens e mulheres casados é de 4 e os homens solteiros (11) superam ligeiramente o número de mulheres solteiras (7).

**Tabela 39**

<b>Lista de escravizados mina San Vicente de Guapi 1819</b>					
<b>H</b>			<b>M</b>		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
4	11	0	4	7	1
15			12		
<b>Totales: 27</b>					

Fonte: ACC, Sala Arboleda, assinatura 379.

Na lista de 1821 (Tabela 39) observamos que na mina de São Vicente há um aumento (32,5%) no número de escravizados de 27 pessoas em 1819 para 83 em 1821. Observamos um total de 15 famílias nucleares (não existem outros tipos de famílias). Comparando a lista de 1819 com a lista de 1821, não encontramos correspondência de pessoas. No entanto, na lista de 1821 e na lista de 1829 encontramos duas famílias que coincidem. Se levarmos em conta que em 1821 havia quinze (15) famílias e destas apenas duas (2) aparecem em 1829 no mesmo local, a pergunta inevitável é: O que aconteceu com as outras treze (13) famílias? Uma possível resposta encontra-se em um documento de 1845, no qual Sergio Arboleda, um dos herdeiros de José Rafael Arboleda, pede a Luis Velazco, administrador da fazenda Japio e da mina San Vicente, que o informe sobre a situação de suas propriedades. antes da revolução e depois de 1820 a 1821. Luis Velazco menciona que entre 1820 e 1821, ele não foi o administrador até 1822. Quando recebeu as propriedades, estavam muito deterioradas e cerca de 50 pessoas escravizadas do rio São Vicente de Guapi ou Guapi, foram transferidos para a fazenda Japio porque Don Rafael Arboleda teve que abandonar a mina. Além disso, muitos cativos foram recrutados para as guerras de independência e outros eram fugitivos. (ACC, Sala Arboleda, sig 453 folios 1 y 2, grifo meu).

**Tabela 40**

<b>Mina San Vicente de Guapi 1821</b>					
<b>H</b>			<b>M</b>		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
15	24	0	15	28	0
39			44		
<b>Totales: 83</b>					

Fonte: ACC, Sala Arboleda, assinatura 364.

No entanto, na lista de Japio de 1821 e 1832, alguns nomes foram repetidos, mas é difícil dizer que são as mesmas pessoas da mina de São Vicente que foram transferidas para

o Japio porque não têm sobrenomes e as idades não coincidem em muitos casos, pode ser que algumas pessoas sejam iguais, mas foram poucas.

As duas famílias da mina San Vicente que se repetem nas listas de 1821 e 1829 são as seguintes: A primeira família é Manuel de Jesús, 36 anos, e María Encarnación, 29 anos, com seus quatro filhos: Damián (9 anos), Polônia (7 anos), Micaela (4 anos) e Gabriela (9 meses).

Em oito anos essa família aumentou seus membros de quatro filhos para seis. Manuel de Jesús, o pai, surge aos 44 anos (neste caso a idade coincide) e é descrito como tendo “meio dedo a menos no pé”. María Encarnación, a mãe, tem 35 anos (no caso dela a idade não coincide, pois deveria ter 37 anos) aparece como “aleijada por afogamento”. Seus filhos, Damián aparece com 16 anos, Polônia com 13 anos, Micaela com 11 anos e Gabriela com 8 anos. Pablo María e Juan de la Cruz são os novos membros da família com 5 anos e 5 meses de idade respectivamente.

A segunda família que encontramos é a composta por Antonio Arrechea, 60 anos, e Melchora, sua esposa, 50 anos. Seus filhos são seis: Teodora, 20 anos, Juan Pedro, 12 anos, Polônia, 9 anos, Toribia, 7 anos, Juan Braulio, 5 anos e María de Mercedes, 2 anos.

Em 1829 esta mesma família é assim descrita: Antonio Arrechea aparece mais jovem (57), Melchora 49 anos. Ou seja, eles aparecem com menos de oito anos. No caso dos filhos, as idades mais ou menos correspondem, Juan Pedro tem 22 anos, Polônia 18 anos, Toribia 14 anos, Juan Braulio 12 anos e Maria Mercedaria 8 anos. Sua filha mais velha Teodora não aparece.

Para 1829 encontramos 108 escravizados, ou seja, um aumento de 23,2% em relação a 1821. Destas pessoas, 53 são homens e 55 são mulheres (ver tabela AAA). Há também um aumento no número de famílias, passamos de 15 famílias em 1821 para 26 em 1829, entre elas 16 famílias nucleares e 10 matrifocais.

**Tabela 41**

<b>Mina de San Vicente 1829</b>					
<b>H</b>			<b>M</b>		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
16	37	0	16	37	2
53			55		
<b>Totales: 108</b>					

Fonte: ACC, Sala Arboleda, assinatura 143.

Se somarmos a população dos três anos (1819, 1821 e 1829), observamos que dos 218 escravizados, cerca de 97% tinham vínculo familiar.

### **Pirâmide etária**

As pirâmides etárias nos dão a seguinte informação: em 1819, a idade média dos homens casados era de 42,7 anos e a das mulheres casadas era de 37,2 anos. De um total de 18 crianças, 10 eram menores de 10 anos e 5 menores de 15 anos. Em relação à faixa etária, observamos que a população infantil, ou seja, de 0 a 14 anos, representou 55,5% do total de escravizados. A população adulta de 15 a 49 anos foi equivalente a 37% e a população idosa 7,4%.

Em 1821, a população infantil representava 54,9% do total de escravizados. A população adulta 32,8% e a população idosa 12,2%. Em 1829, observamos uma diminuição da população infantil representada por 44,4%, enquanto a população adulta equivalia a 51% e a população idosa 4,7%.

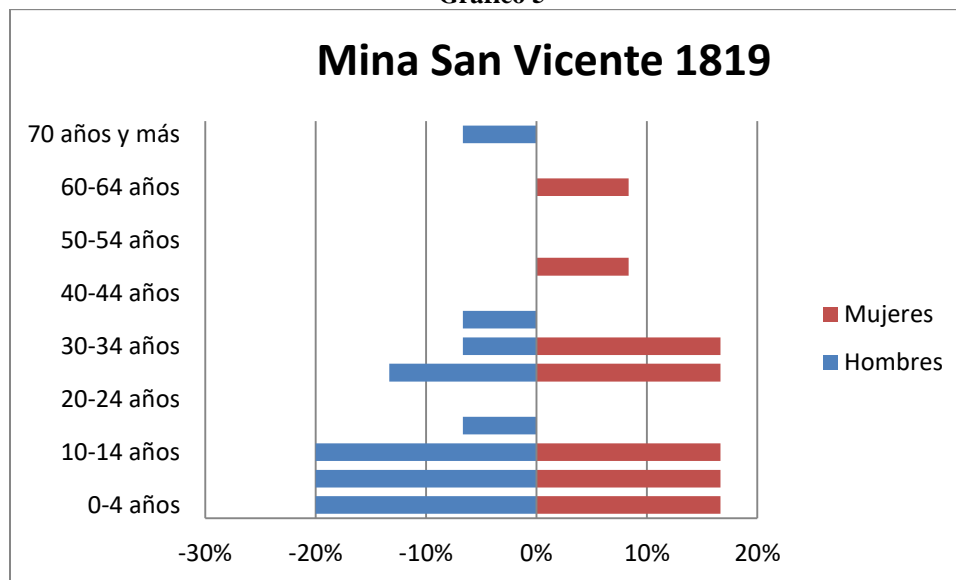
A idade média dos cônjuges escravizados era de 46 anos para os homens e 36 anos para as mulheres, notamos que não variou muito em relação a 1819. O contrário aconteceu em 1829, pois a idade média dos homens casados diminuiu para 35,8 anos e a das mulheres casadas era de 32,7 anos. Quanto ao número médio de filhos em 1819, era de 1,5; em 1821 era 1,6 e em 1829 era 1,8. E quanto às idades em 1819, de 18 crianças, 15 tinham menos de 15 anos; em 1821, de 49 crianças, 47 eram menores de 15 anos e em 1829 de 60 crianças, 48 eram menores de 15 anos.



Tabela 42

Mina de San Vicente 1819						
Edades	Hombres	%	Mujeres	%	Total esclavizados	%
0-4 años	3	20%	2	16,7%	5	18,5%
5-9 años	3	20%	2	16,7%	5	18,5%
10-14 años	3	20%	2	16,7%	5	18,5%
15-19 años	1	7%	0	0,0%	1	3,7%
20-24 años	0	0%	0	0,0%	0	0,0%
25-29 años	2	13%	2	16,7%	4	14,8%
30-34 años	1	7%	2	16,7%	3	11,1%
35-39 años	1	7%	0	0,0%	1	3,7%
40-44 años	0	0%	0	0,0%	0	0,0%
45-49 años	0	0%	1	8,3%	1	3,7%
50-54 años	0	0%	0	0,0%	0	0,0%
55-59 años	0	0%	0	0,0%	0	0,0%
60-64 años	0	0%	1	8,3%	1	3,7%
65-69 años	0	0%	0	0,0%	0	0,0%
70 años y más	1	7%	0	0,0%	1	3,7%
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100%</b>	<b>12</b>	<b>100,0%</b>	<b>27</b>	<b>100,0%</b>

Gráfico 5

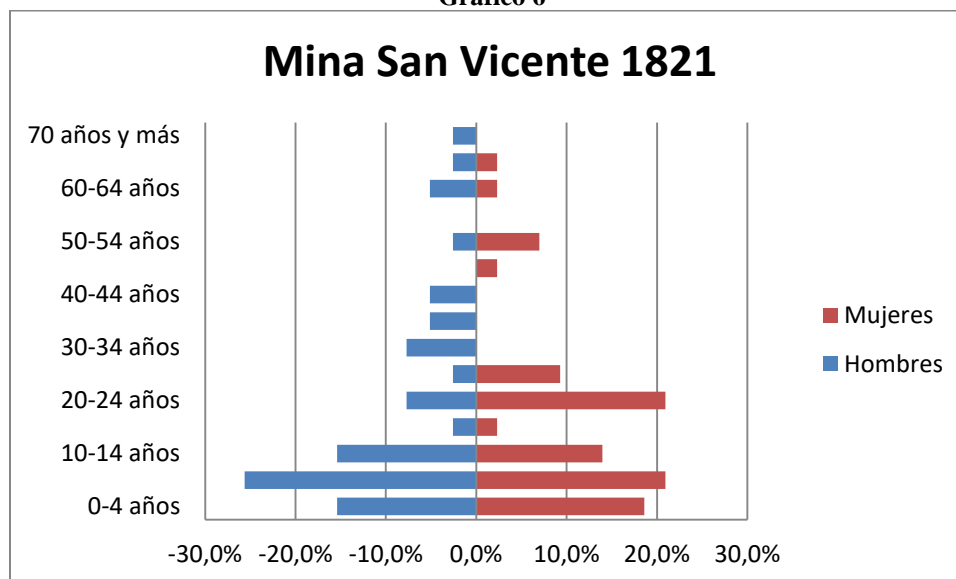


Fonte: ACC, Sala Arboleda, signatura 379.

Tabela 43

Mina de San Vicente 1821						
Edades	Hombres	%	Mujeres	%	Total esclavizados	%
0-4 años	6	15,4%	8	18,6%	14	17,1%
5-9 años	10	25,6%	9	20,9%	19	23,2%
10-14 años	6	15,4%	6	14,0%	12	14,6%
15-19 años	1	2,6%	1	2,3%	2	2,4%
20-24 años	3	7,7%	9	20,9%	12	14,6%
25-29 años	1	2,6%	4	9,3%	5	6,1%
30-34 años	3	7,7%	0	0,0%	3	3,7%
35-39 años	2	5,1%	0	0,0%	2	2,4%
40-44 años	2	5,1%	0	0,0%	2	2,4%
45-49 años	0	0,0%	1	2,3%	1	1,2%
50-54 años	1	2,6%	3	7,0%	4	4,9%
55-59 años	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
60-64 años	2	5,1%	1	2,3%	3	3,7%
65-69 años	1	2,6%	2	2,3%	3	2,4%
70 años y más	1	2,6%	0	0,0%	1	1,2%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>100,0%</b>	<b>44</b>	<b>100,0%</b>	<b>83</b>	<b>100,0%</b>

Gráfico 6

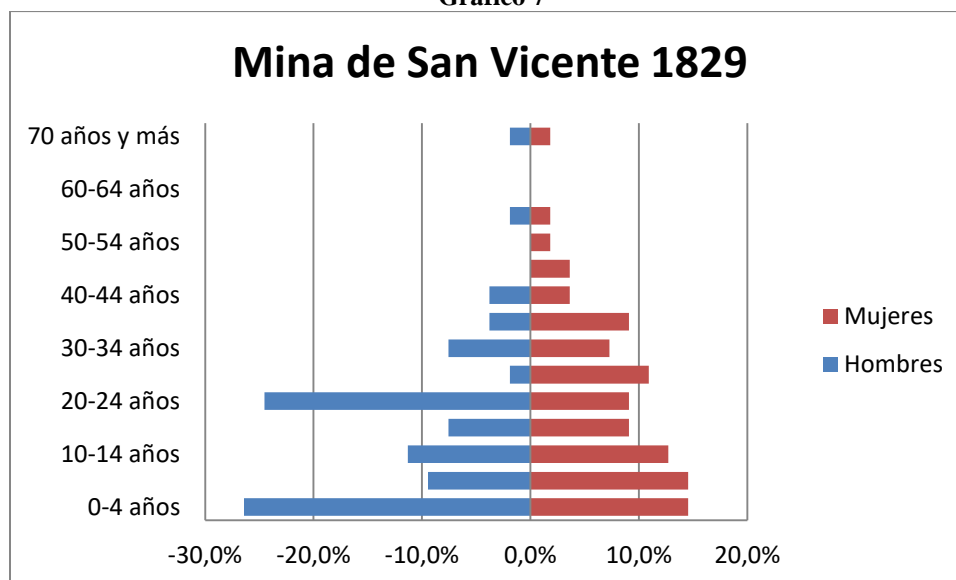


Fonte: ACC, Sala Arboleda, assinatura 364.

Tabela 44

Mina de San Vicente 1829						
Edades	Hombres	%	Mujeres	%	Total esclavizados	%
0-4 años	14	26,4%	8	14,5%	22	20,4%
5-9 años	5	9,4%	8	14,5%	13	12,0%
10-14 años	6	11,3%	7	12,7%	13	12,0%
15-19 años	4	7,5%	5	9,1%	9	8,3%
20-24 años	13	24,5%	5	9,1%	18	16,7%
25-29 años	1	1,9%	6	10,9%	7	6,5%
30-34 años	4	7,5%	4	7,3%	8	7,4%
35-39 años	2	3,8%	5	9,1%	7	6,5%
40-44 años	2	3,8%	2	3,6%	4	3,7%
45-49 años	0	0,0%	2	3,6%	2	1,9%
50-54 años	0	0,0%	1	1,8%	1	0,9%
55-59 años	1	1,9%	1	1,8%	2	1,9%
60-64 años	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
65-69 años	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
70 años y más	1	1,9%	1	1,8%	2	1,9%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>100,0%</b>	<b>55</b>	<b>100,0%</b>	<b>108</b>	<b>100,0%</b>

Gráfico 7



Fonte: ACC, Sala Arboleda, signatura 143.

## MINA-FAZENDA DE ASNENGA

A mina de Asnenga era uma mina de sal também composta por uma fazenda e fazia parte do mayorazgo. Encontramos apenas uma lista de escravizados do ano de 1832. Encontramos também outra lista sobre a libertação de 33 escravizados entre os anos de 1819 e 1830, dos quais 29 aparecem com preços entre 50 e 300 pesos. Das 33 pessoas, 15 são homens e 18 mulheres.

No Quadro X, a mina de sal de Asnenga em 1832 tem um total de 47 escravizados, dos quais 24 são homens e 23 mulheres. Observamos que desses homens 18 são solteiros enquanto na população feminina há 17 mulheres solteiras. O número de casados é de 6 casais.

**Tabela 45**

<b>Lista de escravos salina de Asnenga 1832</b>					
<b>H</b>			<b>M</b>		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
6	18	0	6	17	0
24			23		
<b>Totales: 47</b>					

Encontramos um total de 9 famílias, sendo 6 delas nucleares, 2 parifocais e uma (1) matrifocal. Em outro documento, é mencionada a libertação de 29 escravizados entre 1819 e 1830, com preços que variam de 50 a 300 pesos. Destes, 17 eram mulheres e 12 eram homens. Dessas mulheres, 7 eram casadas, mas seus cônjuges continuavam escravizados; 4 eram filhos de escravizados; 4 casais; e um homem “libertado por sua esposa”; os restantes (13 pessoas) eram aparentemente solteiros porque não são mencionados laços familiares (ACC, Fondo Arboleda, signatura 5).

### **Pirâmide etária**

No caso da mina de Asnenga, encontramos uma situação semelhante à da mina de San Vicente, com alta porcentagem da população com menos de 14 anos (46,7%). A

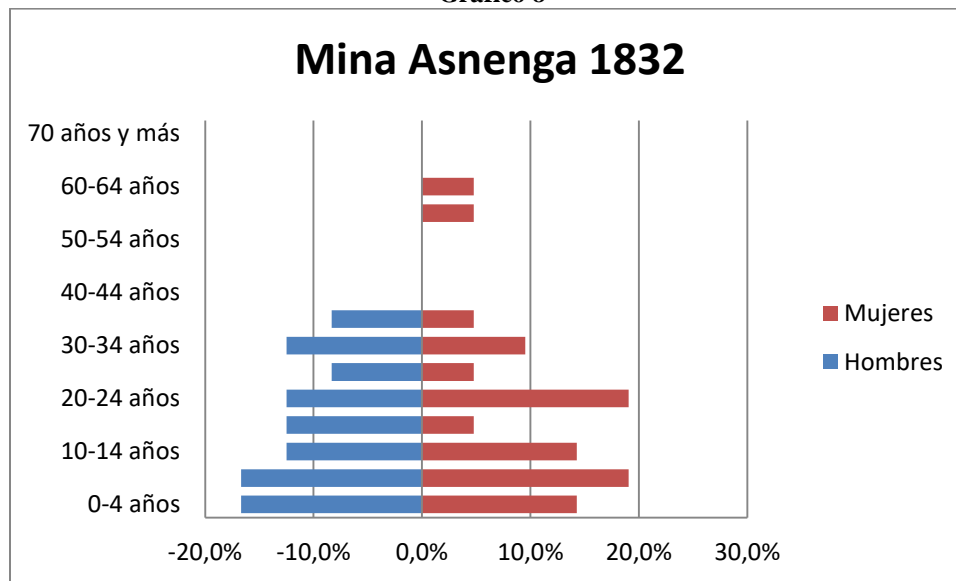
população adulta 49% e 4,4% para a população idosa. De um total de 47 pessoas na mina de Asnenga, 76% tinham parentesco.

Observamos que nesta mina os cônjuges eram mais jovens do que nas demais propriedades das Arboledas, pois a idade média dos homens era de 29,5 anos e a das mulheres de 28,8 anos. O número médio de filhos foi de 3. De um total de 21 filhos e filhas pertencentes a 9 famílias, 15 eram menores de 10 anos e 5 menores de 15 anos.

Tabela 46

Mina Asnenga 1832						
Edades	Hombres	%	Mujeres	%	Total esclavizados	%
0-4 años	4	16,7%	3	14,3%	7	15,6%
5-9 años	4	16,7%	4	19,0%	8	17,8%
10-14 años	3	12,5%	3	14,3%	6	13,3%
15-19 años	3	12,5%	1	4,8%	4	8,9%
20-24 años	3	12,5%	4	19,0%	7	15,6%
25-29 años	2	8,3%	1	4,8%	3	6,7%
30-34 años	3	12,5%	2	9,5%	5	11,1%
35-39 años	2	8,3%	1	4,8%	3	6,7%
40-44 años	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
45-49 años	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
50-54 años	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
55-59 años	0	0,0%	2	4,8%	2	2,2%
60-64 años	0	0,0%	2	4,8%	2	2,2%
65-69 años	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
70 años y más	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>100,0%</b>	<b>23</b>	<b>100,0%</b>	<b>47</b>	<b>100,0%</b>

Gráfico 8



## REAL DE MINAS

No ano de 1819, os escravizados na lista do Real de Mina de Santa María, faziam parte do fundo de três capelanias cujo patrono é Dom José Rafael Arboleda, pertencentes ao testamento de Dom Francisco José de Arboleda, seu falecido tio. A primeira capelania foi fundada pelo bacharel Dom Jacinto de Arboleda composta de 142 peças (ou seja, escravizados) por 24.123 pesos; a segunda capelania pertencia a Dom Francisco José de Arboleda com 52 peças por 8.880 pesos; e a terceira capelania fundada por Dom Pedro de Arboleda composta de 193 peças por 36.985 pesos, somando as três capelanias um valor de 69.988 pesos; Também foram adicionados a este fundo 4.000 pesos de Don Diego de Arboleda.<sup>53</sup>

<sup>53</sup> Era comum para os novos hispânicos que tinham algum dinheiro ou propriedade extra para onerar em algum momento de suas vidas, muitas vezes antes de morrer, fundar uma capelania em massa. Essas fundações, que pertenciam ao gênero das obras piedosas, consistiam na “celebração de certo número de missas anuais em determinada capela, igreja ou altar, afetando para seu sustento a renda dos bens que eram especificados”. O fundador da capelania doou uma quantia para o sustento de um capelão e o referido capelão foi obrigado a rezar um certo número de missas em sua memória. O valor doado foi investido e o capelão recebeu a renda que o investimento produziu. 6 O fundador obteve o benefício espiritual do capelão orando por sua alma e, além disso, teve a possibilidade de purificar alguns de seus pecados, pois, através da doação de capital da capelania, podia “restituir” o dinheiro obtido na uma forma usurária.

Tabela 47

Real de minas de Santa María 1819					
H			M		
Casados	Solteros	Viudos	Casadas	Solteras	Viudas
39	115	1	30	97	19
155			146		
<b>Totales: 301</b>					

Fonte: ACC, Sala Arboleda, signatura 451.

Este Real de Minas de Santa María de Quinimayó tinha uma população escravizada de 301 pessoas. Entre eles 155 (51,5%) homens e 146 (48,5%) mulheres. Vemos que a diferença numérica entre os sexos não foi significativa. No entanto, os homens casados superam as mulheres casadas em 3%. A explicação se deve ao fato de que na lista de escravizados aparecem muitos homens que são casados com escravizadas de outra vontade, ou seja, que pertencem a outro membro da família Arboleda, e por isso não são contabilizados a lista de Dom José Rafael.

Tabela 48

Mina Santa María De Quinimayó 1819			
Familia nuclear	Familia matrifocal	Familia patrifocal	Familia extensa
43	23	1	5
<b>Totales: 72</b>			

Fuente: ACC, Sala Arboleda, signatura 451.

Encontramos 72 famílias, sendo 43 nucleares, 23 matrifocais, 1 patrifocal e 5 estendidas (Quadro). Em relação às faixas etárias, o escravizado menor de 14 anos equivale a 41,2%. A população adulta de 15 a 49 anos correspondeu a 49,2% e a de idosos de 50 a mais de 70 anos correspondeu a 9,3% (Tabela 48).

### **Pirâmide etária**

De uma população de 301 pessoas, 89,4% tinham vínculo familiar. A média de idade dos homens casados foi de 35,8 anos, enquanto a média de idade das mulheres casadas foi de 33 anos. A média de idade das mães solteiras foi de 43 anos, porém, no caso

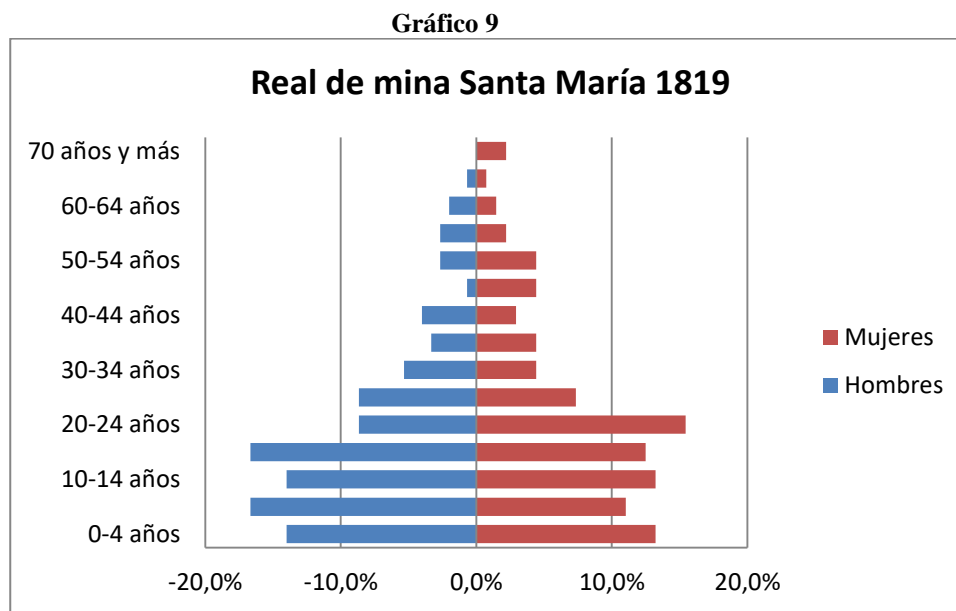
dos pais solteiros, encontramos apenas um caso com 61 anos. A média de filhos foi de 2,5. Dos 181 filhos e filhas pertencentes a 72 famílias, observamos que 83 tinham menos de 10 anos e 39 tinham menos de 15 anos.

Tabela 49

Real de minas de Santa María 1819						
Edades	Hombres	%	Mujeres	%	Total esclavizados	%
0-4 años	21	14,0%	18	13,2%	39	13,6%
5-9 años	25	16,7%	15	11,0%	40	14,0%
10-14 años	21	14,0%	18	13,2%	39	13,6%
15-19 años	25	16,7%	17	12,5%	42	14,7%
20-24 años	13	8,7%	21	15,4%	34	11,9%
25-29 años	13	8,7%	10	7,4%	23	8,0%
30-34 años	8	5,3%	6	4,4%	14	4,9%
35-39 años	5	3,3%	6	4,4%	11	3,8%
40-44 años	6	4,0%	4	2,9%	10	3,5%
45-49 años	1	0,7%	6	4,4%	7	2,4%
50-54 años	4	2,7%	6	4,4%	10	3,5%
55-59 años	4	2,7%	3	2,2%	7	2,4%
60-64 años	3	2,0%	2	1,5%	5	1,7%
65-69 años	1	0,7%	1	0,7%	2	0,7%
70 años y más	0	0,0%	3	2,2%	3	1,0%
<b>Total</b>	150	100,0%	136	100,0%	286*	100,0%

Fuente: ACC, Fondo Arboleda, signatura 451.\*De las 301 personas, 15 no aparecen con edades por eso no son contabilizadas en la tabla.





Fuente: ACC, Fondo Arboleda, signatura 451.

### Tipos de famílias

Nas três haciendas, minas e no Real de minas da família Arboleda, predominou a família nuclear, seguida pela família matrifocal. Observamos que mais de 80% da população escravizada tinha algum tipo de vínculo familiar, ou seja, tinham cônjuge, filhos, irmãos, netos. Em alguns casos de famílias numerosas encontramos um genro ou uma nora, mas isto não foi frequente. Não encontramos nenhum outro tipo de relação familiar, tais como sogra, sogro, cunhado, primos, etc.

A idade média dos cônjuges era de quase 40 anos para os homens nas três fazendas e na mina de San Vicente. Para as mulheres, a idade média era de 35 anos. Somente na mina de Asnenga e no Real de Minas de Santa Maria, a idade média para ambos os sexos era de menos 32,6 anos para os homens e 30 anos para as mulheres. O número médio de crianças nas fazendas e na mina de Asnenga e Real de Minas de Santa Maria estava entre 2,5 e 3 crianças. Enquanto na mina de San Vicente, nos três períodos (1819, 1821 e 1829) eram 1,6 filhos por família.

### **A proporção de sexo entre a população escravizada**

Na fazenda japonesa, por exemplo, o número de homens escravizados era ligeiramente maior. Por exemplo, em 1821, 54,3% dos escravizados eram mulheres; em 1832, 46,7%; em 1845, 44,8%; e em 1851, 41%. No caso das outras duas fazendas de Quintero e La Bolsa, o oposto era verdadeiro: o número de mulheres era ligeiramente maior. Na fazenda Quintero, 53,5% das mulheres foram escravizadas em 1812, 47,3% em 1832, 53,1% em 1845 e 51,1% em 1851. Na fazenda La Bolsa, 51,7% das mulheres foram escravizadas em 1789, 51,7% em 1812 e 53,4% em 1832.

Na mina de San Vicente, a porcentagem de mulheres escravizadas era: 1819 (44,4%); 1821 (55%); 1829 (51%). Enquanto na mina de sal de Asnenga, em 1832, a porcentagem de mulheres era ligeiramente menor (49%) em comparação com a de homens. No Real de minas de Santa Maria, observamos que em 1819, as mulheres respondiam por 48,5%.

Estes números nos levam a concluir que a diferença entre os sexos não era tão significativa nas fazendas, minas e Real de minas da família Arboleda. Isto é contrário ao que aconteceu na área urbana do cantão de Popayán, onde em 1807 o número de mulheres escravizadas era significativamente alto (76,9%) (Pérez, 2018, p.263). Esta pode ser uma das razões pelas quais a família matrifocal não predominou nas propriedades dos Arboledas.

### **As crianças e os encianos**

Observamos também uma alta porcentagem de crianças, o que confirma a tese de Colmenares sobre o crescimento vegetativo da população escrava das cuadrilhas e das haciendas.

Com relação à população infantil, encontramos o seguinte nas listas que pudemos elaborar das pirâmides etárias:

- A Hacienda Japio em 1832 tinha 51,2%.
- A Hacienda La Bolsa em 1789 tinha 39,9% e em 1832 tinha 36,5%.
- Hacienda Quintero, em 1832, tinha 43,6%.
- Mina San Vicente: 1819 tinha 55,5%; 1821 tinha 54,9%; e 1829 tinha 44,4%.

- Mina Asnenga, em 1832, tinha 46,7%.
- O Real de Minas de Santa Maria em 1819 tinha 41,2%.

Em outras palavras, entre 40 e 50% da população escravizada tinha menos de 15 anos de idade.

### **Os libertos**

Se observarmos a população de alforriados das três haciendas da família Arboleda, vemos que a hacienda Japio em 1845 tinha 77 (32,3%) escravizados e 152 (67,7%) manumitted, dos quais 59 (39%) eram homens e 93 (61%) mulheres. Em 1851, a mesma hacienda tinha 76 (33%) escravizados, dos quais 43 (55,5%) eram homens e 33 (44,5%) mulheres. O número de escravos libertos aumentou de 152 em 1845 para 159, com 83 (52,2%) homens e 76 (47,8%) mulheres.

Por outro lado, a fazenda Quintero em 1845 tinha uma população escravizada de 79 pessoas, 37 (46,8%) homens e 42 (53,2%) mulheres. Com relação aos libertos, eram 115, com um número maior de homens (66%) do que de mulheres (44%). Em 1851, o número de pessoas escravizadas diminuiu para 49, com 18 (36,7%) homens e 31 (63,3%) mulheres. O número de pessoas com libertos também diminuiu de 115 para 85, dos quais 47 (55,2%) eram homens e 38 (44,8%) mulheres. Segundo estas informações, observamos que mais de 60% da população que trabalhou nas fazendas (Japio e Quintero) entre 1845 e 1851 foi alforriada e a maioria com menos de 18 anos de idade.

## **PREFACIO: ESTABILIDADE EM FAMÍLIAS ESCRAVIZADAS?**

Em 1812, 139 escravizados foram transferidos do Real de Minas de Santa María, distribuídos em 28 famílias, para a Fazenda la Bolsa por ordem de José Rafael Arboleda. Entre estes escravizados estava Regina Colorado e sua família composta por seus dois filhos, Ana María e Manuel Agustín. Em 1819, das vinte e oito (28) famílias que se mudaram para a Hacienda la Bolsa em 1812, onze (11) famílias (totalizando 48 pessoas), são devolvidas ao Real de Minas de Santa María, entre elas estavam novamente Regina e sua família.

Quando José Rafael Arboleda assumiu o Mayorazgo, Regina Colorado, que fazia parte da capelania fundada por Jacinto de Arboleda, tornou-se sua propriedade. Na lista de escravizados do Real de Minas de Santa María, ela foi descrita como casada com pessoa de outro testamentário, ou seja, de outro proprietário, mas não constava o nome de seu cônjuge. Nessa época, ela tinha 24 anos e era mãe de dois filhos: Ana María (3 anos) e Manuel Agustín (2 meses).<sup>54</sup>

Em 1832, Regina reapareceu com os filhos na fazenda Japio. Nesta lista (a mais completa de todas) ela aparece com 33 anos e desta vez o nome de seu cônjuge é identificado como Manuel María Carabalí, 44 anos. Em 13 anos (de 1819 a 1832) a família cresceu somando seis filhos no total: Ana María (12 anos), Manuel Agustín (11 anos), Justa (7), Visitación (5 anos), Eufracia (3 anos) velho) e Manuel Maria (1 ano e meio).<sup>55</sup>

Na lista de 1845, Manuel Carabalí e Regina Colorado aparecem com apenas quatro filhos, Ana María Carabalí e Agustín (Manuel Agustín) Carabalí. Mais tarde nessa mesma lista aparece como "alforsado menor de 18 anos" um Manuel María Carabalí, assumimos que poderia ser seu filho. E como "alforria arranjada"<sup>56</sup> encontramos Justa Carabalí, sem filiação familiar ou idade, portanto, assumimos que ela também era sua filha.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> ACC, Fondo Arboleda, Sig. 451, p. 12. O Real de Minas de Santa María em 1819 pertencia à vontade de Don Francisco José Arboleda.

<sup>55</sup> ACC, Fondo Arboleda, Sig. 86, documento sem numeração de páginas. Note-se que Ana María e Manuel Agustín em 1819 tinham uma diferença de idade de três anos, agora é apenas um ano. Isso nos mostra que as idades eram aproximações.

<sup>56</sup> O arranjo era uma forma de prolongar a escravização. A pessoa que nasceu depois da Lei do Ventre Livre, em 1821, e atingiu a idade de 18 anos, devia comparecer perante as autoridades municipais, conforme a Lei

Em 1851, encontramos a lista de escravizados das duas fazendas Japio e Quintero, com uma classificação diferente dos grupos familiares (pai, mãe e filhos). A sua classificação é a seguinte: “escravos úteis, inválidos, inválidos, homens concertados, escravos concertados, menores alforriados menores de 18 anos, menores alforriados menores de 18 anos, menores alforriados menores de 7 anos, menores alforriados menores de 7 anos de idade, idade, filhos de alforriados e filhas de alforriados”.<sup>58</sup>

Nesta lista, na parte que corresponde a Japio, aparecem as seguintes pessoas da família Carabalí Colorado: Regina Colorado, Agustín Carabalí e Ana María Carabalí como “escravos úteis”. Manuel María Carabalí (filho) aparece como um “homem concertado” com 18 anos. Eufracia Carabalí aparece como “combinada” com 21 anos. Manuel María Carabalí (pai) aparece como “inútil” de 60 anos, Justa e Visitación, suas outras filhas, não aparecem na lista.<sup>59</sup>

Muito tempo depois, em outro documento sobre um julgamento nos limites entre a fazenda la Bolsa e a fazenda de Pílamo, aparece o nome de Manuel María Carabalí como arrendatário junto com sua família de algumas terras em Caloto. No entanto, o documento não diz mais sobre ele. Não sabemos se este Manuel é o mesmo Carabalí Colorado, nem se era o pai ou o filho. Talvez fosse o filho que poderia ter cerca de 40 anos e ter sua própria família. A testemunha do processo sobre os limites disse a esse respeito:

[...] Que el platanar que hay en la isla que llaman de los Carabalíes la cual no es sino un pedazo de la de Playadura (...), se plantó en tiempo que Don Manuel E. (Esteban) Arboleda era dueño de San Nicolás, siendo el declarante bodeguero para el servicio de la mina, y que **desde la libertad de los esclavos en adelante** se quedó sin arrendatario hasta que la ocupó **Manuel Maria Carabalí con su familia** y empezó a pagar arrendamiento a los dueños de Pílamo [...] (ACC, Fondo Arboleda, Sig 110, folio 6. Subrayado mío).

Se esses dados forem verdadeiros e se tratar da mesma família Carabalí Colorado, significa que conseguimos rastrear uma família escravizada por quase duas gerações, incluindo alguns de seus membros após a abolição da escravatura. Pelo menos de 1819 a

---

da Aprendizagem de 1842, que decidia se o candidato à liberdade podia ser alforriado ou pelo contrário, teve que permanecer sob a "tutela" do mestre até os 25 anos. (DÍAZ, 2015, p. 21).

<sup>57</sup> ACC, Fondo Arboleda, Sig. 86, documento sem numeração de páginas.

<sup>58</sup> ACC, Fondo Arboleda, Sig 846, p 1-8.

<sup>59</sup> ACC, Fondo Arboleda, Sig 846, p. 1-4.

1851 (32 anos) a maioria dos membros da família permaneceu na mesma propriedade de Japio.<sup>60</sup>

Pessoas como Regina Colorado, Manuel María Carabalí fizeram parte das centenas de escravizados da poderosa família Arboleda na província de Popayán durante a última parte do período colonial e a primeira parte do período republicano no século XIX. Ao analisar seu caso, nos perguntamos o seguinte: era comum uma família escravizada ficar mais ou menos unida em um período de 20 a 30 anos no mesmo local?

Embora seu caso não tenha sido o único, também não foi o mais frequente. Nas listas de escravizados das três principais fazendas estudadas (Japio, Bolsa e Quintero), mina Asnenga, mina San Vicente e Real de Minas de Santa María, não encontraram a continuidade de muitos grupos familiares em um período de 72 anos (1780 a 1852). Neste período identificamos 224 famílias nas três fazendas e apenas 24 delas se repetem em várias listas. Nas minas identificamos 46 famílias, mas nenhuma se repete nas listas e no Real de Minas encontramos 57 famílias e só encontramos o já citado caso de Regina Colorado.

O que aconteceu com as outras famílias? Para onde eles foram? Existem várias hipóteses provisórias. A primeira coisa é que não sabemos se havia outras listas em que essas famílias apareciam. No entanto, assumimos que não deveria ter havido muitas listas, porque na realidade estas foram feitas quando era necessário, para venda de quadrilha, para avaliação de bens ou para apreensão de propriedades. Outra explicação poderia ser que as famílias escravizadas foram divididas ou fragmentadas quando o proprietário de escravos morreu, como aconteceu em algumas regiões do Brasil, onde a estabilidade dos grupos familiares era mais ou menos garantida enquanto o proprietário do estabelecimento estivesse vivo. O problema estava no momento da morte do senhor ou da senhora, pois havia o perigo de ruptura ou separação das famílias escravizadas devido à divisão de bens entre os herdeiros.<sup>61</sup> No entanto, nas grandes fazendas e minas da família Arboleda com

---

<sup>60</sup> El Congreso de la República dictó la ley de 21 de mayo de 1851 por medio de la cual los esclavizados quedarían libres a partir del 1 de enero de 1852.

<sup>61</sup> Ver: Motta, José Flavio e Agnaldo Valentín. “La estabilidad das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP)”. Afro-Ásia, núm. 27, 2002, pp. 161-192 Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil. Cristiany Miranda Rocha, “A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 175-192 – 2006.

cerca de 100 a 300 escravizados, a estabilidade das famílias escravizadas não foi afetada porque o proprietário de escravos, neste caso José Rafael Arboleda, morreu.

Assim, tendemos a pensar que uma das razões pelas quais as famílias não aparecem nas listas se deveu ao fato de haver uma **estabilidade frágil** e não depender, pelo menos no período estudado, do fato de que o dono da escola estava vivo, mas do contexto econômico e político da região, o deslocamento físico entre as minas e fazendas, o tráfico interno e o recrutamento causado pelas guerras regionais neste período.

Algumas famílias, como o caso de Regina, conseguiram ficar juntas por vários anos, mas não foi o caso da maioria das famílias. Quando havia estabilidade (havia uma política dos proprietários de conservar as famílias, com exceção de duas grandes vendas que foram feitas para o Panamá e Peru), as famílias permaneciam no circuito mina-fazenda de Los Arboledas. O problema era quando surgiam as guerras civis, pois nessa época era muito provável que membros de uma mesma família fossem separados para serem recrutados, alguns, depois das guerras, se sobrevivessem, fugiam e não voltavam para seus antigos senhores.

Os deslocamentos físicos das famílias dos escravizados não eram poucos, as famílias podiam estar em um Real de Minas na costa do Pacífico e depois serem necessárias em uma fazenda no vale do rio Cauca ou em uma fazenda na província do Panamá, dependendo as demandas de trabalho ou negócios dos proprietários. Abaixo apresentaremos dois casos: a família de Juan de la Cruz e a família de Manuel Cruz Peña.

#### FAMÍLIA DE JUAN DE LA CRUZ

Quando Júlio e Sérgio, os dois filhos de José Rafael Arboleda, atingiram a idade de reivindicar a herança do pai (1845), a princípio a distribuição da propriedade parecia ser em boas condições ou de comum acordo. No entanto, anos depois, em 1849, Julio Arboleda compareceu perante o Tribunal Superior da Comarca de Popayán reclamando a propriedade de dois escravizados, Juan de la Cruz Grande e Juana Biáfara, da fazenda Quintero, propriedade que fazia parte da herança de seu irmão.

Antes de 1845, Julio Arboleda mudou a família de Juan de la Cruz para a fazenda Asnega. Mais tarde, foram levados para Buenaventura e ali vendidos a Javier Velasco

Córdoba. Em Buenaventura, Juan de la Cruz escapou, mas foi capturado e levado para a prisão. Devido a esta situação, Javier Velasco desfez o negócio de compra dos escravizados e devolveu a família a Julio Arboleda, que por sua vez os transferiu de volta para a fazenda Quintero. Descobriu-se que esta fazenda fazia parte da herança de Sergio, razão pela qual Julio reivindicou a propriedade dessa família de escravizados, por tê-los alienado antes da partilha de bens, como evidenciado pela venda fracassada com Javier Velasco. Por fim, a sentença do Superior Tribunal foi favorável a Sergio Arboleda (30 de agosto de 1849) e Julio Arboleda teve que pagar as custas do processo.

Francisco José Velasco, agente de Sergio Arboleda, expressou o seguinte a esse respeito:

Después de tres o cuatro años de que mi parte se haya en pacífica posesión y propiedad de dicha hacienda [Quintero], pretende el señor Julio Arboleda tener derecho a unos esclavos correspondientes a ella, por decir dispuso de ellos antes del otorgamiento de la escritura de fojas 45.

[...] De las declaraciones de fojas 31 dadas por los señores Manuel Valencia, Raimundo Palacios y Ricardo Silva, aparece que los esclavos en cuestión, han pertenecido a la hacienda de Quintero: que hallandose prófugo **Juan de la Cruz**, después de que fue capturado, fue inmediatamente entregado al mayordomo de dicha hacienda [...] (ACC, Fondo Arboleda, Sig 53)<sup>62</sup>

Com base neste arquivo judicial e no cruzamento com outras fontes, pudemos reconstruir as seguintes informações sobre a vida de Juan de la Cruz Grande e sua família. A família de Juan era composta por sua esposa, Juana Biáfara e seus três filhos, Tomasa, Marcela e Juan Benito (ACC, assinatura 1246, Rep. J I -24 cv).

Na lista da fazenda Quintero de 1832 são mencionadas suas idades e preços: Juan de la Cruz Grande, 34 anos, preço 220; Juana María Biáfara, 25 anos, preço 200; seus filhos Tomasa, 4 anos, sem preço; Marcela, 2 anos, sem preço; e José Benito, sete meses, sem preço (ACC, Fondo Arboleda, assinatura 86).

Finalmente, em 1845, Juan de la Cruz Grande é um fugitivo, mas é capturado pouco depois. Na lista de 1845 aparece Juana Biáfara, mas não encontramos informações sobre

---

<sup>62</sup> Três ou quatro anos depois de minha parte estar em posse e propriedade pacífica da referida fazenda [Quintero], o Sr. Julio Arboleda pretende ter direito a alguns escravos que lhe correspondam, para dizer que os alienou antes da outorga do título de propriedade da escritura das páginas 45.

[...] Pelas declarações na página 31 dos senhores Manuel Valencia, Raimundo Palacios e Ricardo Silva, parece que os escravos em questão pertenciam à fazenda Quintero: que Juan de la Cruz estava foragido, depois de ter sido capturado, foi imediatamente entregue ao capataz da referida fazenda [...] (tradução nossa).



seus filhos. Em 1851, descobrimos que Juan de la Cruz Grande tem 48 anos e seu preço é de 125 pesos. Sua esposa não aparece, mas presumimos que apareçam duas filhas (a lista não diz o vínculo familiar, apenas o sobrenome): Marcela e Tomasa como alforriadas arranjadas, com 20 e 18 anos, respectivamente.

Observamos os diferentes deslocamentos desta família, primeiro eles estavam na fazenda Quintero, depois foram transferidos para a fazenda Asnenga, de lá foram para Buenaventura e novamente voltaram para a fazenda Quintero. Vemos também que era comum que toda a família fosse vendida. Por outro lado, o voo foi para alguns a oportunidade perfeita entre deslocamentos ou migrações internas como foi para Juan de la Cruz.

#### FAMILIA DE MANUEL CRUZ PEÑA

Vejamos outro caso em que houve mais movimento ou deslocamento físico. Manuel Cruz Peña, escravizado do Real de Minas de Santa María em Guapi, em 1812 é transferido com sua família para a fazenda Quintero. Sua esposa era María Josefa Cachimbo e seus filhos: María Santos (filha legítima), María Francisca (filha natural) e Juan Francisco (filho natural).<sup>63</sup>

Em 1819, Manuel junto com sua família aparece na lista do Real de Minas de Santa María. Não sabemos quando foram transferidos de volta para o Real, o que sabemos é que nessa data Manuel estava foragido. Esta lista mostra as idades de todos os membros da família: Manuel, 25 anos, María Josefa, sua esposa, 27 anos, María Francisca, a filha mais velha, 11 anos, Juan Francisco, 9 anos e María Santos, 5 anos de idade.

Em outro documento sobre uma ação judicial sobre os limites entre a fazenda La Bolsa e a fazenda Pílamo, Manuel Cruz Peña, 90 anos, aparece como testemunha. Em sua declaração ele descreve vários eventos de sua vida até 1831:

[...] Que cuenta unos noventa años de edad porque cuando murió don Francisco Antonio Arboleda (1793) bisabuelo de la parte que lo presenta por testigo, ya él era niño y que cuando empezó la primera guerra, ya era hombre y después de la

---

<sup>63</sup> Não sabemos se “natural” se refere ao fato de que seus filhos nasceram antes do casamento de Manuel e María, ou se são filhos de outra mãe ou pai.

batalla de Calibío, en que estuvo como peón, fue a dar hasta Guayaquil hombre hecho y derecho.

Que desde la época de la batalla de Pitayó cuando vino por primera vez el Libertador Bolívar aquí, hasta el año de 1831 fue capitán de la cuadrilla de Japio [...].

Que desde que entró de capitán de la cuadrilla en Japio, conoció las Perezosas de la Dominga [tierras] y Japio de este lado del río, con mucho monte; pues estaban allí las labranzas de doña Teresa Hurtado, y luego las de Japio, y la de la Dominga y la de varios agregados [...]” (ACC, Fondo Arboleda, Sig 110, folio 4).<sup>64</sup>

Muito provavelmente, sua transferência para Guayaquil foi devido à sua participação nas guerras de independência. Talvez tenha sido neste movimento Popayán-Guayaquil-Popayán que Manuel começou a fugir. Não sabemos se ele retornou à fazenda Japio por vontade própria ou porque foi capturado, mas o certo é que ele se tornou capitão de gangue nessa fazenda. Após estar na fazenda Japio, Manuel Cruz Peña foi transferido para a fazenda Quintero. Na lista de 1832 aparece com 35 anos, formando outra família: Petrona, sua esposa, 32 anos, e seus filhos: María Juliana, 12 anos; São João de 10 anos; Pioquinto, 7 anos; María Eufracia, 5 anos, e María Regina, 2 anos. Tentamos rastrear sua família anterior, mas não encontramos seus nomes em listas posteriores ou outros documentos. Talvez quando Manuel voltou de Guayaquil, ele não encontrou sua primeira família, talvez sua esposa tenha morrido ou eles tenham sido vendidos, ou talvez sua esposa tenha reconstruído outra família. Quando as famílias foram separadas pelo recrutamento do marido, as chances de eles retornarem eram poucas, seja porque morreram em batalha ou porque fugiram como foi o caso de Manuel.

Pode acontecer que a formação de uma nova família também tenha acontecido porque o casamento não deu certo. Como no caso de Domingo Mariano Viáfara e María Francisca Carabalí, que se casaram no Real de Minas de Santa María e devido ao adultério de Domingo com a prima de sua esposa, ele foi transferido para a fazenda La Bolsa para constituir sua nova família (Arquidiócesis de Popayán, signatura 8133).

---

<sup>64</sup> [...] Que tem cerca de noventa anos porque quando morreu Dom Francisco Antonio Arboleda (1793), bisavô do partido que o apresentou como testemunha, já era criança e quando começou a primeira guerra já era um homem e depois da batalha de Calibío, onde foi operário, acabou em Guayaquil como um homem de pleno direito.

Que desde a batalha de Pitayó quando o Libertador Bolívar aqui veio pela primeira vez, até o ano de 1831 ele foi capitão da quadrilha Japio [...].

Que desde que se tornou capitão da quadrilha no Japio, conhece as Preguiças de Dominga e Japio desse lado do rio, com muita mata; Bem, lá estavam as fazendas de Dona Teresa Hurtado, depois as de Japio, e a de Dominga e a de vários agregados [...]” (ACC, Fondo Arboleda, Sig 110, folha 4) (tradução nossa).

Em 1845, encontramos Manuel Cruz Peña novamente em uma lista da fazenda Quintero, mas as famílias não são especificadas nesta lista. O nome de Petrona aparece, mas não sabemos se ela é sua companheira e não encontramos os nomes de seus filhos (ACC, Fondo Arboleda, Sig 53, folio 1).

Finalmente, na lista de 1853, Manuel aparece ao lado do nome de Pioquinto Peña, que poderia ser seu filho, como parte das 174 alforrias das famílias Arboledas, Arroyo e Larrahondo, que receberam terras da antiga fazenda Pílamo por Sergio Arboleda, em troca de terra, que era um pagamento de *arrendamiento* para a terra em espécie ou trabalho.

Observando a vida de Manuel, podemos identificar os deslocamentos que teve ao longo de 90 anos. Ele aparece pela primeira vez na lista do Real de Minas de Santa María, depois foi para Guayaquil recrutado para as guerras de independência; voltou a Caloto para a fazenda Japio onde permaneceu como capitão da tripulação até 1831; depois, em 1845, a encontramos na fazenda Quintero. E uma vez livre, no período pós-abolição, Manuel possivelmente ficou com sua família nas terras próximas às fazendas de seus antigos senhores.

O caso da família de Juan de la Cruz Grande e das duas famílias de Manuel Cruz Peña, mostra-nos as migrações que os escravizados tiveram a nível individual ou por pequenos grupos familiares. No entanto, os deslocamentos geográficos também foram feitos por grandes grupos familiares entre as diferentes fazendas e minas reais da Arboleda ou por grandes vendas, como no caso do Panamá, Guayaquil e Peru. Por isso, nas listas de escravizados das três principais fazendas estudadas (Japio, Bolsa e Quintero) não encontramos a continuidade de muitos grupos familiares em um período de 63 anos (1789 a 1852).

O deslocamento físico pode ser a oportunidade certa para escapar, como foi o caso de Juan de la Cruz e Manuel Cruz Peña. Devido a esses movimentos constantes, os escravizados conheciam muito bem as rotas, caminhos e geografia do local. Não é por acaso, por exemplo, que Manuel Cruz Peña foi chamado para depor sobre um problema com os limites da Bolsa.

O primeiro grande deslocamento físico ocorreu em 1812 do Real de Minas de Santa María de Quinamayó para a fazenda La Bolsa e a fazenda Quintero. A mudança seguinte

foi em 1819, quando várias famílias dessas duas fazendas foram devolvidas ao Real de Minas. Esses escravos foram recebidos em Guapi, em outra lista encontramos que alguns deles foram encaminhados para a mina San Vicente (22) e outros (5) foram entregues a José María Mosquera. Mais tarde, entre 1820 e 1821, 50 escravos foram transferidos da mina de San Vicente, na costa do Pacífico, para a fazenda Japio. Isso confirma o que diz Colmenares (1979) sobre o crescimento da população escravizada em Popayán no final do século XVIII e início do século XIX. Este crescimento deveu-se mais à migração interna devido à transferência massiva de tripulações para as fazendas e não apenas à reprodução vegetativa.

Por outro lado, como demonstra Mario Diego Romero, os deslocamentos ou a ampla mobilidade dentro e fora das fazendas transformaram os espaços de produção econômica agrícola e mineira em cidades negras, competindo pelo território com os grandes latifundiários. As comunidades negras construíram uma sociedade camponesa no final dos séculos XVIII e XIX nas imagens das haciendas. Ao contrário da região do Pacífico, onde predominava o absenteísmo dos mineiros devido às difíceis condições geográficas, que favoreciam um "pactismo" com as comunidades negras permitindo-lhes maior controle sobre os territórios, no Vale do Cauca era diferente, os administradores das haciendas ou havia minas, a distância da cidade às fazendas era de horas e alguns filhos ou parentes dos proprietários das fazendas eram os mesmos administradores das propriedades, enfim, o que significava que a formação das sociedades negras e a ocupação dos territórios era um situação de grande confronto entre latifundiários e escravizados (ROMERO, 2009).

#### 4. FAMÍLIA E PAZ NAS FAZENDAS?

A paz nas fazendas e nas minas não era garantida pela formação das famílias, embora fosse crença dos senhores, pois na prática a realidade da escravidão era tão complexa que a dita "paz" muitas vezes dependia da capacidade de adaptação e adaptação dos escravizados. Resistência, ou seja, às possibilidades de negociação e, claro, a família foi um elemento-chave nessas situações. Ou seja, as famílias dos escravizados sempre estiveram presentes em tempos de paz e em tempos de guerra, não foi por acaso que em 1847 147 famílias foram exportadas para o Peru por "rebeldes", como veremos mais adiante. Em tempos de "paz", ou seja, quando não havia guerra civil, famílias escravizadas e redes comunais de cativos e livres serviam de suporte para outras formas de resistência, como fugas, maroonage e roubo de gado. Estiveram também no cotidiano das pequenas negociações e da resistência cotidiana nas fazendas, minas e Real de Minas, como veremos nas partes III e IV.

Voltando ao debate historiográfico no Brasil sobre a família escravizada mencionado na introdução, para Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997), a família cativa foi o pilar da escravidão, o que gerou um pacto de paz entre escravizados e senhores, reduzindo os conflitos entre escravizados de diferentes origens. Para Hebe Mattos (1995), o casamento escravo e seus benefícios na ocupação de um cargo especializado ou doméstico e a formação de uma comunidade separada das "senzalas" dificultavam a mobilidade coletiva da revolta. Ao contrário, Robert Slenes (1999), reconhece que houve disputas para conseguir um casamento ou uma posição doméstica especializada, mas isso foi superado pela partilha da mesma herança cultural centro-africana. Para Ricardo Figueiredo Pirola (2011), com a análise do plano de uma revolta de escravos de 15 engenhos de açúcar em 1832 em São Carlos (Campinas, Brasil), verificou que os rebeldes moravam há mais de 10 anos nas mesmas propriedades, eram casados, tinham família, conheciam a língua portuguesa, as estratégias de controle senhorial e as terras da região. Alguns dos desordeiros tinham tarefas especializadas dentro das propriedades, ou seja, tinham mais oportunidades de economizar e comprar sua liberdade. Em outras palavras, o que Pirola descobriu é que a família escravizada e a ocupação de um cargo doméstico especializado

não foram fatores suficientes para desmobilizar as "senzalas", além disso o perentescos escravizado ajudou a união de várias senzalas para a rebelião (PIROLA, 2011, p. 244).

No caso das fazendas do vale do rio Cauca, o maroonismo e as fugas coletivas e a formação de povos livres nas margens das haciendas desafiaram não apenas a ordem escravista, mas também escravizados, libertos e livres foram construindo formas alternativas de vida e população, tirando a tranquilidade e claro a "paz" dos donos de escravos (ROMERO, 2017).

Para Romero, o matrimônio ocorrido na zona sul do vale do rio Cauca foi uma manifestação social da comunidade, para a qual ele a chama de sociedade quilombola. Na medida em que as fugas individuais foram direcionadas para cidades livres ou escravizadas que os protegem clandestinamente, a comunidade se envolveu com o maroonismo e com seu apoio aos fugitivos (ROMERO, 2017). A sociedade quilombola formou cidades “en donde los procesos sociales de construcción familiar y comunitaria estuvieron asociados a la resistencia, la participación de la comunidad en los procesos de liberación y en la construcción de economías propias agropecuarias y mineras”<sup>65</sup> (ROMERO, 2017, p. 131).

Sem negar que poderia ter havido uma paz nas fazendas como resultado da formação das famílias, essa paz não durou. Nas fazendas de Los Arboledas, essa paz era condicional, negociada e, embora às vezes pudesse ter sido em benefício dos senhores, outras não, como no caso de fugas, animais selvagens e roubo de gado, casamento e debandagem de gado. Vejamos:

#### 4.1 FUGAS E MATRIMÔNIO

É o caso de Juan María Mina e Juliana Nango. Em 15 de maio de 1823, José María Montañó, um negro escravizado pelo senhor Antonio Arboleda da mina de Santa María, compareceu perante o prefeito de Pedáneo do Partido del Palo, para informá-lo de que “andando en los montes de la hacienda del Jagual de la pertenencia del señor José Cayetano Escobar, aprehendió al expresado negro que dice llamarse Juan María Mina y a su concubina Juliana Nango en un rancho que tenía de habitar y a sus alrededores unas matas

---

<sup>65</sup> “onde os processos sociais de construção familiar e comunitária estiveram associados à resistência, à participação da comunidade nos processos de libertação e na construção das suas próprias economias agrícolas e mineiras” (tradução nossa).

de tabaco, cuyo número serán de treinta poco más o menos y mal cultivadas [...]”<sup>66</sup> (ACC, Signatura: 1442, Ind. J I -2 r).

Na declaração de Juan María Mina, ele disse que abandonou o serviço de seu mestre Antonio Arboleda há dez meses. Ele levou sua concubina Juliana há três meses da fazenda Jagual e eles sobreviveram fazendo e vendendo chapéus de palha. Com esse dinheiro compraram carne e sal e roubaram bananas. Embora admita que cultivou plantas de tabaco, diz que fez “con el sólo fin de consumirlo en su propio uso”<sup>67</sup> (ACC, Signatura: 1442, Ind. J I -2 r).

Para o mês de junho, o prefeito foi à plantação de tabaco de Juan María Mina, e observou cerca de setenta pés de tabaco que podiam produzir uma arroba e valer doze reais devido à má qualidade de seu cultivo, então com outros dois homens escravizados eles destruiu a plantação de tabaco.

O processo durou quatro meses, para o mês de setembro o prefeito emitiu a sentença de que Juan María Mina seja punido "corretamente" pelo prefeito. Ficaria sob sua vigilância para não se dedicar ao plantio fraudulento de fumo. E “bajo responsabilidad del mismo mayordomo deberá darse cuenta a la justicia de Caloto en caso de nueva fuga del esclavo, o de sospecha en el defraude a la renta de este ramo”<sup>68</sup> (ACC, Signatura: 1442, Ind. J I -2 r).

O controle do contrabando de tabaco era muito importante porque os Arboledas estavam envolvidos no cultivo do tabaco desde a primeira década do século XIX. Em 1814, em comunicação de José Rafael Arboleda ao Administrador Principal do Tabaco, informa-o do êxito obtido com a tentativa de plantar tabaco nas margens do rio Palo: "Se ha producido con una abundancia que me tiene bastante satisfecho de mis primeras experiencias. No dudo que la calidad corresponda al esmero con que se ha cultivado y a la elección muy circunspecta que se ha hecho de las semillas".<sup>69</sup> Rafael calculou para poder embalar 60

---

<sup>66</sup> “Andando pelas montanhas da fazenda Jagual pertencente ao senhor José Cayetano Escobar, prendeu o mencionado negro que diz se chamar Juan María Mina e sua concubina Juliana Nango em um rancho onde ele teve que viver e em seus arredores alguns plantas de tabaco, cujo número será trinta mais ou menos e mal cultivadas [...]” (tradução nossa).

<sup>67</sup> “com o único propósito de consumi-lo para seu próprio uso” (tradução nossa).

<sup>68</sup> “Sob a responsabilidade do próprio prefeito, ele deve informar à justiça de Caloto em caso de nova fuga do escravo, ou suspeita de fraude no aluguel deste ramo” (tradução nossa).

<sup>69</sup> “Foi produzido em tal abundância que estou bastante satisfeito desde as primeiras experiências. Não tenho dúvidas de que a qualidade corresponde ao cuidado com que foi cultivado e à escolha muito criteriosa que foi feita das sementes.” (tradução nossa).

cargas e solicitou autorização para seu acondicionamento e encaminhamento (ACC, Signatura: 4595, Ind. C II -22 et).

Essa situação de assentamentos nas margens das haciendas por escravos fugidos, libertos e população livre preocupava a elite escravista do sudoeste. Nestes territórios a população cultivava produtos agrícolas para sua subsistência e os excedentes eram vendidos nas minas. O que gerou uma dinâmica mais ou menos autônoma dessas comunidades longe do controle das autoridades. Assim, o contrabando de tabaco pelas comunidades era uma situação que precisava ser regulamentada pelos proprietários, pois eles tinham interesse em comercializar o produto no exterior.

Após várias tentativas, finalmente em 1845 conseguiram exportar tabaco sob a presidência de Tomás Cipriano de Mosquera (DÍAZ, 2015).

No mesmo ano de 1845, Julio Arboleda, filho mais velho de Rafael Arboleda, escreveu uma carta ao tio Tomás Cipriano de Mosquera, na qual comentava sua preocupação com as plantações clandestinas de fumo. Pediu-lhe que regulasse os rendimentos das colheitas, entregando-os a "pessoas de reconhecida responsabilidade" para terem maior controle e assim impedir que os alforriados ou libertos se tornassem proprietários dessas terras:

Las siembras clandestinas de tabaco son inmensas allí. Puede calcularse que hay más de mil personas dedicadas exclusivamente a aquella ilícita industria. El resguardo tala apenas las pocas sementeras que puede hallar cerca de las orillas de los montes puestas algunas veces de propósito a su avance por aquellos inveterados contrabandistas para distraerlos de las mejores y más pingues, que en lo más seguro de la selva cultivan y benefician. Los manumitidos van reuniéndoseles como van entrando en el goce de su libertad, formando parte de esa horda de criminales, que así se roban diez o veinte reses como siembran diez o veinte mil plantas de tabaco en la tierra ajena. Este mal se va extendiendo mucho: antes casi no había contrabandistas en el distrito parroquial de Buenos Aires, y en el día ya hay algunos que roban lo mismo que los del Palo. [...] Dentro de nueve o diez años el demonio nos va a llevar a los que tenemos propiedades en ese maldito lado de caloto. **Los nuevos libertos serán dueños de todas nuestras tierras**- no habrá crías- ni jornaleros- porque mejor es ser contrabandista. Entonces ¿Qué hacemos? – Nada, porque el remedio que ahora es posible y aún fácil será imposible ya entonces. (ACC, Fondo Arboleda, Carta de Julio Arboleda a Tomás Cipriano de Mosquera, Noviembre 10 de 1845. Retirado de DÍAZ, 2015, p. 158)<sup>70</sup>

<sup>70</sup> As plantações clandestinas de tabaco são imensas ali. Pode-se estimar que existam mais de mil pessoas dedicadas exclusivamente a essa indústria ilícita. A reserva mal corta as poucas colheitas que pode encontrar perto das bordas das montanhas, às vezes reservadas para seu avanço por contrabandistas inveterados para distraí-los dos melhores e maiores, que cultivam e aproveitam na parte mais segura do selva. Os alforriados



No entanto, o *boom* do tabaco gerou pressão para abolir o monopólio do cultivo, para o qual, em 1846, o Congresso decretou a liberdade de cultivo e estabeleceu o imposto de exportação do tabaco. No ano seguinte foi decretado um imposto sobre o plantio da folha.

No caso de Los Arboledas encontramos vários casos de vazamentos. Por exemplo, no diário de gastos da fazenda Japio entre os anos de 1830 e 1838 encontramos 8 fugas – uma média de uma fuga por ano – dessas fugas, sete correspondiam a homens e uma mulher. Levando em conta que eles poderiam ter entre 100 a 200 escravizados nesta fazenda, o número de fugitivos não era alto.

A fuga significavam um processo de resistência, era também a forma de ocupar e usufruir de um território. Era também a forma de formar famílias sem as restrições ou o controle do mestre e da Igreja. Era para sair da consanguinidade a que muitos eram forçados por não terem mais opções de casamento, mas dentro da mesma fazenda ou mina de seu senhor ou senhora. Em outras palavras, a fuga e o maroonage, além de ser um ato de resistência econômica e política como desafio à autoridade para alcançar a liberdade, era também um ato de livre escolha do cônjuge e da formação da família.

#### 4.2 DEBANDAGEM DE GADO

No matrimônio também vemos as cumplicidades entre os livres e os escravizados e como as redes comunais e parentais facilitaram ações como o roubo de gado. Em 1799, no Real de Minas de Cerrogordo, Feliciano e Lauro, escravos fugidos da propriedade das freiras mães de Carmen, feriram Dom Cristóbal Manzano e Dom Julián Manzano quando este tentou recuperar uma vaca roubada.

Dom Julián Manzano foi com seu tio, Dom Cristóbal Manzano, procurar uma novilha que lhe faltava porque não estava entre seu gado no sítio de Taula (Caloto). Quando

---

vão juntando-se a eles quando começam a gozar da liberdade, fazendo parte dessa horda de criminosos, que assim roubam dez ou vinte bois enquanto plantam dez ou vinte mil pés de tabaco em terras alheias. Este mal está se espalhando muito: antes quase não havia contrabandistas no distrito paroquial de Buenos Aires, e hoje já existem alguns que roubam os mesmos que os de El Palo. [...] Dentro de nove ou dez anos o diabo vai levar aqueles de nós que têm propriedades naquele lado maldito de Caloto. Os novos libertos serão donos de todas as nossas terras - não haverá crianças - nem diaristas - porque é melhor ser contrabandista. Então o que fazemos? – Nada, porque o remédio que agora é possível e ainda fácil será impossível mesmo assim. (tradução nossa).

foram procurá-la, encontraram um rancho com três negros e duas negras que cortavam carne. Estes, percebendo sua presença, fugiram. Imediatamente, Julián e Cristóbal se aproximaram do local e reconheceram a carne da vaca perdida. Quando começaram a recolher a carne, os dois pretos (Manuel e Lauro) saíram do esconderijo e começaram a atirar pedras neles até que uma delas atingiu o ombro de Cristóbal. Mais tarde, os dois negros se aproximaram para atacá-los com sabres, ferindo-os, então Julián e Cristóbal fugiram do local.

É claro que a situação foi denunciada às autoridades, levando à captura dos presos Manuel e Lauro no sítio Cocorocó junto com outros negros e negras que fugiram.

Uma das primeiras detentas a depor foi Bárbara Candela, em seu depoimento ela nega ser cúmplice do roubo, por coincidência estava na casa de Feliciano e Lauro quando aconteceu o ataque a Julián e Cristóbal: “[...] Que se llama Bárbara Candela que es vecina de esta jurisdicción que es de estado soltera y que su oficio es ser lavadora de oro, y también labradora. Cuando se le preguntó los motivos por los que fue aprendida, ella contestó que fue por estar ella con su hija María Manuela en casa de los negros Feliciano y Lauro esclavos del Real de Minas de Cerrogordo [...]”<sup>71</sup> (ACC, Fondo Arboleda, signatura 8041, folhas 5-6).

Questionada também se sabia se Feliciano e Lauro haviam praticado outros furtos de gado, ela respondeu que não sabia de nada. A declaração de sua filha María Manuela é mais específica, pois reconhece sua cumplicidade não só neste assalto, mas em vários outros e confessa ter tido uma amizade ilícita com Lauro:

Responde que ella se llama Maria Manuela que es vecina de esta jurisdicción que es mayor de veinte años que es de estado soltera que su oficio es lavar oro. [...] que el motibo de su prisión es por haberla encontrado el señor Alcalde inmediata a la casa en donde estaban unos negros que solicitaba el dicho señor Alcalde quien la prendió. [...] que conoce a los negros referidos que con el uno que es Lauro tubo ilícita amistad y que el otro es su compadre y que sabe andan huidos. [...] que le consta que el día dos del corriente los negros Feliciano y Lauro se robaron una vaca que decían era de Don Cristóbal Manzano con cuyo motivo convidaron a la confesante para que le ayudase a beneficiar y concurrieron también Luisico Vergara, Bartolo Aguilar, Pedro Aguilar, su madre Barbara Candela, Rita Vergara y Maria Vergara quienes estuvieron en aquel día por

<sup>71</sup> “[...] O nome dela é Bárbara Candela, que mora nesta jurisdição e é solteira e seu trabalho é ser garimpeira e também agricultora. Questionada sobre os motivos de sua prisão, ela respondeu que era porque estava com sua filha María Manuela na casa dos negros Feliciano e Lauro, escravos do Real de Minas de Cerrogordo [...]” (tradução nossa).

convite que les echo a comer de la res , y que habiendo llegado Don Chistóbal Manzano con su sobrino echaron a huir todos y después que estuvo a pie el dho Manzano recogiendo la carne, Rita Vergara le dio con una piedra a Manzano en el hombro y luego inmediatamente salió Feliciano y Lauro tirándoles de cuchilladas hasta que los heridos exclamaron diciendo no los matasen y luego los dejaron y les quitaron sus armas y después cargaron con la carne, trayendo la confesante y los demás compañeros cada uno su pedazo de carne [...]”<sup>72</sup>. (ACC, Fondo Arboleda, Signatura 8041, folios 6 y 7).

Observamos que quando Feliciano e Lauro roubaram uma vaca, eles não agiram sozinhos, pois um grupo de amigos livres os aguardava para distribuir a carne e o sebo. Assim explica Manuela:

[...] que tambien io como que a todo estubo presente que el negro Lauro mató una baca negra..., que oyó decir era del Doctor Don Julian y que el dicho negro combinaro en esa noche a la confesante su madre, Luisico Vergara, Bartolo y Pedro Aguilar que al otro día se unió la declarante con su madre triendo cada una su pedazo de carne y que tambien comió de la carne Agustin Aguilar que supo era esta res de la Dominga perteneciente al Doctor Don Julián. Que también vio que en rastrojo que llaman de Don Javier Ordoñez se mató una novillonita pintadita galana del Doctor Don Julián y que quien la mató fue Bartolo Aguilar, que para ayudarla a pasar del rio fue la confesante y despues ayudó a beneficiarla Agustin Aguilar y Manuela Mulata Patiana que despues de despedasada cada uno llevó su pedazo y se fueron para sus casas, que el cuero lo hicieron pedazos y lo enterraron, y que el sebo lo repartieron ente todos (ACC, Fondo Arboleda, Signatura 8041, folio 8)<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> que ela tem mais de vinte anos que ela é solteira que seu trabalho é garimpar ouro. [...] que o motivo de sua prisão é porque o Prefeito a encontrou bem ao lado da casa onde havia uns negros que pediram ao referido Prefeito que a prendesse. [...] que conhece os referidos negros que teve uma amizade ilícita com aquele que é Lauro e que o outro é seu compadre e que sabe que estão foragidos. [...] que ele sabe que no segundo dia do dia atual, os negros Feliciano e Lauro roubaram uma vaca que diziam ser de Dom Cristóbal Manzano, razão pela qual convidaram o confessor para ajudá-lo a beneficiar e Luisico Vergara, Bartolo Aguilar, também compareceram Pedro Aguilar, sua mãe Bárbara Candela, Rita Vergara e Maria Vergara que estavam lá naquele dia como um mimo que eu os fiz comer da carne, e que Don Chistóbal Manzano tendo chegado com seu sobrinho, todos fugiram e depois que ele Enquanto Manzano pegava a carne, Rita Vergara acertou Manzano no ombro com uma pedra e logo em seguida Feliciano e Lauro saíram, esfaqueando-os até que os feridos exclamaram dizendo não os matem e então os deixaram e levaram suas armas e, em seguida, carregados com a carne, o confessor e os outros companheiros trazendo cada um seu pedaço de carne [...]

<sup>73</sup> [...] que ele também soube que estava tudo presente que o preto Lauro matou um baca preto..., que ele soube que era do doutor Don Julian e que o dito negro combinou naquela noite com o confessor, sua mãe, Luisico Vergara, Bartolo e Pedro Aguilar, que outro dia o depoente se juntou à mãe, cada um trazendo seu próprio pedaço de carne, e que também comeu a carne de Agustín Aguilar, que ele sabia ser esse bife de Dominga do doutor Don Julián. Que também viu que no restolho que chamam Don Javier Ordoñez, foi morta uma novilha galantemente pintada do doutor Don Julián e que quem a matou foi Bartolo Aguilar, que para ajudá-la a atravessar o rio foi o confessor e depois Agustin Aguilar e Manuela ajudou a beneficiar a sua Mulata Patiana que, depois de despedaçada, cada uma pegou o seu pedaço e foi para casa, que o couro foi despedaçado e enterrado, e que o sebo foi distribuído entre todos (tradução nossa).

Feliciano, por sua vez, confessa o furto do gado e dá detalhes de como foram cometidos: “Responde que se llama Feliciano que es vecino de esta jurisdicción que es de estado casado que es de edad de mas de veinte y cinco años que su oficio es ser labrador en las labranzas de sus señoras las Monjas del Carmen de Popayán de quien es esclavo.”<sup>74</sup>

Quando questionado sobre os motivos pelos quais está preso, responde que por ter fugido de seus senhores junto com o negro Lauro, também escravo das mães freiras. Ele também reconhece ter ferido Don Cristóbal Manzano e que roubou gado de diferentes proprietários em várias ocasiões.

A la pregunta: “quantas reses se han robado desde antes y despues que handan huidos diga el número de ellas y quienes fueron sus dueños y que personas concurrieron a su cojidad y comieron de aquellas carnes. Responde que en los Ranchos de la orilla del llano mataron una vaca [...] que la cojieron en el Palo, y que comieron de esta res, el confesante, Lauro, Bartolo, Barbara y Manuela Duendes (Duendes es el alías de la madre y la hija). Que en un rancho que llaman el Tambo mataron otra vaca colorada del mismo fierro, y que comieron de ella los mismos arriba dichos. Que en el rancho de la anegación que llaman Campo mataron otra vaca, negra que tenia otro fierro y que allí mismo mataron otra vaca colorada con el fierro que queda expresado al margen, que comieron de estas reses los mismos que quedan nominados.

La familia esclavista Arboleda también era un objetivo frecuente del robo de ganado. El mismo Feliciano mencionó que una vez en el rancho donde quebaba el paltana de Lorenzo Frayle mataron otra vaca de la quebrada abajo perteneciente a los **señores Arboledas** y que comieron de ella Feliciano, Lauro, Agustín, Bárbara y Manuela, Bartolo y Luis Vergara, y que el sebo de esta res lo derretían para comer plátanos fritos. Que otra vez mataron que era torito mediano en el sitio de Campo que su dueño era el Dr. Don **Julián Arboleda** y que comieron de esta carne el confesante, Lauro, Bartolo y Agustín. Que también mataron otra vaca del **Doctor Arboleda** en el bebedero y que el confesante con Lauro y Bartolo la mataron. Que antes de huirse se robó seis vacas, (...) que el confesante y Lauro las cojieron y comieron de ellas: Bárbara, Manuela Duendes y Gregoria Aguilar que entre estas reses entró un buey negro que a su acordar tenia el fierro del margen que de este buey comió Luis Vergara y sus hermanos, Bárbara, Manuela Duendes y Bartolo Pedro y Lorenzo Frayles. [...] (ACC, Fondo Arboleda, Signatura 8041, folios 12 y 13).<sup>75</sup>

<sup>74</sup> “Ele responde que se chama Feliciano, que é residente desta jurisdição, que é casado, que tem mais de vinte e cinco anos, que seu trabalho é ser agricultor nas fazendas de suas senhoras, os Freiras de Carmen de Popayán, cujo trabalho ele é escravo.” (tradução nossa).

<sup>75</sup> À pergunta: “Quantos gados foram roubados desde antes e depois de fugirem, diga o número deles e quem eram seus donos e que pessoas vinham à sua cojidad e comiam essas carnes. Responde que en los Ranchos de la orilla del llano mataron una vaca [...] que la cojieron en el Palo, y que comieron de esta res, el confesante, Lauro, Bartolo, Barbara y Manuela Duendes (Duendes es el alías de la madre y a filha). Que em um rancho chamado Tambo mataram outra vaca vermelha feita do mesmo ferro, e que as mesmas pessoas mencionadas acima comeram dela. Que na fazenda da enchente que eles chamam de Campo mataram outra vaca, uma preta que tinha outro ferro e que ali mesmo mataram outra vaca vermelha com o ferro que está expresso na margem, que os mesmos que estão indicados comeram esse gado.

A família escrava Arboleda também era alvo frequente de roubo de gado. O próprio Feliciano mencionou que certa vez, na fazenda onde crescia o abacate de Lorenzo Frayle, mataram outra vaca da ravina inferior dos Srs.

De acordo com uma testemunha, os negros em fuga também roubaram alguns pratos e roupas para eles e suas esposas. O gado foi preso com amarras e as peles enterradas, as gorduras foram levadas para as mulheres negras “para hacer velas, y jabón y que éste lo llevaban a vender a Quilichao [...]” (ACC, Fondo Arboleda, Signatura 8041, folio 10).<sup>76</sup>

Finalmente, Feliciano e Lauro são condenados à forca, os outros cúmplices de açoitamento, prisão e exílio:

En la causa criminal que se ha seguido de oficio contra Louro y Feliciano, negros esclavos del Monasterio de Carmelitas de Popayán, sobre robos de ganado mayor, heridas robando a Don Chistóbal y Don Julián Manzano, y violencia en despoblado a María Dominga negra libre: contra Luiz Vergara, Pedro, Agustín, Bartolo, y Juan Aguilar, Barabara y Manuela Candela, Rita y Maria Vergara por cómplices en los mismos robos: visto el proceso y lo que en el resulta probado y contestado, con arreglo a las leyes, siete y nueve, título once, tres, título trece, dos y seis, título veinte y tres, libro ocho, de la recopilación de Castilla, veinte y uno, y veinte y dos, título cinco, libro siete de la de Indias: fallo, que debo condenar y condeno a los esclavos Lauro y Feliciano en la pena ordinaria de horca, en se mantendran suspensos por espacio de tres horas. A Luis Vergara, pedro, Agustín, Bartolo, y Juan de Aguilar en la de docientos azotes, y ocho años de servicio arración y sueldo, ej uno de los pcedios de la Plaza de Cartagena [...] a Bárbara y Manuela Candela, Rita y María Vergara en la de cien azotes y ocho años de destierro de la jurisdicción de esta ciudad, a cincuenta leguas de distancia por la via de Chocó, adonde seguirán con apercebimiento a lo que haya lugar en justicia [...] (ACC, Fondo Arboleda, Signatura 8041, folio 51).<sup>77</sup>

---

Arboledas e que Feliciano, Lauro, Agustín, Bárbara e Manuela, Bartolo e Luis Vergara comiam dela, e que o sebo desta carne foi derretido para comer banana frita. Que mais uma vez mataram que era um touro de tamanho médio no sítio do Campo que seu dono era o Dr. Don Julián Arboleda e que o confessor, Lauro, Bartolo e Agustín comiam esta carne. Que mataram também outra vaca do doutor Arboleda no bebedouro e que o confessor com Lauro e Bartolo a mataram. Que antes de fugir roubou seis vacas, (...) que o confessor e Lauro as levaram e comeram delas: Bárbara, Manuela Duendes e Gregoria Aguilar que entre estas vacas entrou um boi preto que segundo o seu acordo tinha o ferro da margem que Luis Vergara e seus irmãos, Bárbara, Manuela Duendes e Bartolo Pedro e Lorenzo Frayles comeram este boi. [...] (tradução nossa)

<sup>76</sup> para fazer velas e sabão e que levaram para Quilichão para vender [...] (tradução nossa)

<sup>77</sup> No processo criminal que foi julgado ex officio contra Louro e Feliciano, escravos negros do Mosteiro Carmelita de Popayán, sobre roubo de gado grande, ferimentos durante o roubo de Dom Chistóbal e Dom Julián Manzano, e violência em uma área despovoada contra um negra livre María Dominga: contra Luiz Vergara, Pedro, Agustín, Bartolo e Juan Aguilar, Barabara e Manuela Candela, Rita e Maria Vergara por cúmplices nos mesmos roubos: tendo visto o processo e o que nele se prova e responde, conforme com as leis, sete e nueve, título onze, três, título treze, dois e seis, título vinte e três, livro oito, da compilação de Castela, vinte e um e vinte e dois, título cinco, livro sete do uma das Índias: decretando que devo e faço condenar os escravos Lauro e Feliciano à pena ordinária de enforcamento, na qual ficarão suspensos por três horas. A Luis Vergara, Pedro, Agustín, Bartolo e Juan de Aguilar naquela de duzentas chicotadas e oito anos de serviço e salário, por exemplo um dos prefeitos da Praça de Cartagena [...] a Bárbara e Manuela Candela, Rita e Maria Vergara nas cem chicotadas e oito anos de exílio da jurisdição desta cidade, a cinquenta léguas de distância pela estrada do Chocó, onde continuarão com a advertência do que for necessário na justiça [...] (tradução nossa).

Observese que los hombres son sentenciados a azotes y prisión, en este caso en Cartagena. Para las mujeres también se le inflingía la pena de los azotes pero eran desterradas. Este tipo de castigos diferenciados por género era común en la Colonia y temprana República.<sup>78</sup> Sin embargo, la sentencia no pudo ser aplicada, hasta nos permite saber el documento, porque los reos huyeron antes de ser ejecutada.

---

<sup>78</sup> Ver: TASCÓN, Lida 2015...

## 5. FAMILIA E TRÁFICO EXTERNO

A Lei do Ventre Livre de 1821 aboliu o comércio internacional de escravos na Grande Colômbia <sup>79</sup>. No entanto, em 1829 Rafael Arboleda assinou um contrato com Juan Bautista Feraud, onde prometeu levar de 150 a 200 escravos, entre oito e quarenta anos, a Buenaventura e Guapi para serem transferidos para o Istmo do Panamá e Juan Bautista ao seu tempo, prometeu investir e produzir no Istmo. O objetivo do contrato era investir no cultivo de cana-de-açúcar para a produção de mel e licor, posteriormente seria estendido ao cultivo de café e cacau.

Pessoas escravizadas com menos de oito anos de idade eram obrigadas a permanecer junto com suas famílias até os dezoito anos de idade sob a lei de alforria. A ironia da situação é que essa mesma lei também proibia a comercialização de escravizados entre províncias, questão que, como podemos ver, foi ignorada. O capital investido nos escravizados foi de 33.750 pesos, sem contar o valor dos menores de 8 anos e os custos de transporte do Valle del Cauca a Buenaventura e da mina Timbiquí ao Porto de Guapi.

De sua parte, Feraud teve que introduzir capital igual nos seguintes:

1° En la propiedad rural por el precio de que se ha comprado de diez y seis mil quinientos pesos. 2° En los costos de transportar los esclavos al Ismo. 3° En novillos para bueyes en mulas. 4° En los alimentos y vestuario de los esclavos durante el primer, segundo y tercer años, cargandoles en cuenta a principales y costos. 5° En un molino de fierro que se encargará a los Estados Unidos y los fondos o mas útiles de metal herramientas [...] que exija al establecimiento también a principales y costos. 6° Un alambique que tiene en el Istmo por el precio en que lo ha comprado de (4.625) cuatro mil seiscientos veinte y cinco pesos. 7° En los sueldos del administrador y demas artesanos que sea precio hacer trabajar en el establecimiento, compra de cal y ladrillos u otros materiales que seanecesario ampliar. 8° En fin, en todos los gastos que ocurran en los tres primeros años hecho con anuencia de Arboleda o de la persona que el designe. [...] Si todo lo dicho no alcanza a sumar un capital igual al que ha introducido Arboleda, Feraud le cubrirá el residuo al termino que se convenga entre los dos (ACC, Fondo Arboleda, signatura 390, folios 1- 2).<sup>80</sup>

<sup>79</sup> A partir dessa data foi chamada a grande Colômbia...

<sup>80</sup> 1° Na propriedade rural pelo preço adquirido de dezesseis mil e quinhentos pesos. 2° Nos custos de transporte dos escravos para o Ismo. 3° Em novilhos para bois em mulas. 4° Na alimentação e vestuário dos escravos durante o primeiro, segundo e terceiro anos, cobrando principais e custas. 5° Em uma usina de ferro que será encomendada aos Estados Unidos e os fundos ou ferramentas de metal mais úteis [...] que o estabelecimento também exige principais e custos. 6° Um alambique que ele tem no Istmo pelo preço pelo qual o comprou de (4.625) quatro mil seiscientos e vinte e cinco pesos. 7° Nos vencimentos do administrador e demais artesãos que se precifiquem para trabalhar no estabelecimento, compra de cal e tijolos ou outros

Por fim, o contrato estabelecia que Rafael Arboleda deveria enviar um administrador à fazenda sob a fiscalização de Feraud, “a quien deberá dar cuentas cada seis meses presentándole los libros que haya llevado y Feraud instruirá a Arboleda del resultado de las cuentas cada semestre poniendo a su disposición lo que le pertenezca de producto” (ACC, Fondo Arboleda, ACC sig 390, folios 1- 2).<sup>81</sup>

A revolução de São Domingos em 1789 gerou diversos impactos em todo o mundo, não só no mercado açucareiro, mas também nos imaginários da ordem social da época. Uma revolução liderada por escravizados contra o poder institucional dos brancos e que conseguiu dar certo tornou-se não apenas um alerta, mas também um medo permanente das elites brancas em outras regiões escravistas. Nova Granada não foi exceção, somada a isso, a invasão francesa do Império Espanhol em 1809 aumentou a preocupação com a escravidão para evitar que ela se tornasse uma crise social (TOVAR, 1994).

A ideia era conceder a liberdade antes que os escravizados a adquirissem pela força. Embora tenha havido várias tentativas de juristas e personalidades políticas interessadas em propor às autoridades espanholas a abolição da escravidão, foi somente até 1821, com a criação da República, que o Congresso de Cúcuta decretou a liberdade de ventres em 21 de julho. A intenção era abolir a escravidão aos poucos para não prejudicar os proprietários. Para isso, foi proposta a liberdade de nascimentos e a obrigação dos senhores de alimentar, vestir e educar os filhos libertos e em consideração que deveriam servir aos senhores até os 18 anos. Os proprietários podiam libertar os escravizados de antemão, desde que pagassem o que havia sido investido em sua manutenção. A lei baseava-se em quatro postulados: 1) *A liberdade dos ventres*, ou seja, todos os filhos de mulheres escravizadas seriam juridicamente livres; 2) *trabalho semi-livre* em que os donos dos escravizados podiam se beneficiar do trabalho dos libertos até os dezoito anos; 3) *a alforria dos escravizados*, que criou as juntas de alforria locais; e 4) a abolição do tráfico, ratificou o decreto de 1811 que aboliu o comércio internacional de escravos (CASTELLANOS, 1980, p. 31).<sup>82</sup>

---

materiais que sejam necessários à ampliação. 8º Em suma, em todas as despesas que ocorrerem nos três primeiros anos feitas com o consentimento de Arboleda ou da pessoa por ele designada.

[...] Se tudo o que foi dito não somar um capital igual ao que Arboleda introduziu, Feraud cobrirá o restante no prazo acordado entre os dois (tradução nossa).

<sup>81</sup> “A quem ele deve prestar contas semestralmente, apresentando os livros que guardou e Feraud instruirá Arboleda sobre os resultados das contas a cada semestre, colocando à sua disposição o que lhe pertence como produto” (tradução nossa).

<sup>82</sup> O Congresso de Cúcuta criou a Lei de 21 de julho sobre Liberdade de Parto, Alforria e Abolição do Tráfico



Outras leis se seguiram, por exemplo, em 1823 foi proibido o comércio de escravos, com exceção da comercialização dos escravos utilizados nos serviços, que na prática deu continuidade ao comércio já que os escravos eram utilizados como servos. Isso resultou na reiteração da proibição do comércio em 1825 (TOVAR, 1994).

A lei de 1821 também regulamentava as Juntas de Alforria, que eram compostas por um juiz local, o padre, dois vizinhos e um tesoureiro. O dinheiro para manter as Juntas geralmente vinha dos necrotérios. Os fundos foram depositados a um tesoureiro nomeado pelo governador da província (TOVAR, 1994).

O funcionamento das Câmaras era muito precário devido ao interesse dos proprietários em conservar seus escravizados. Entre 1831 e 1845, na província de Popayán, 58 pessoas foram alforriadas (TOVAR, 1994). Como vimos anteriormente, o número de alforriados nas fazendas de Los Arboledas excedeu em muito esse número (TOVAR, 1994).

Em 21 de julho de 1839, deveria entrar em vigor a lei de 21 de julho de 1821, ou seja, os filhos ou filhas de mulheres escravizadas que tivessem 18 anos deveriam ser livres. Devido à pressão dos proprietários para não perder o que haviam investido em seus escravizados, o Estado buscou a conciliação na promulgação da lei de 27 de julho de 1839, que ordenava aos padres que enviassem relatórios dos filhos de escravizados nascidos entre 1821. e 1824, de modo que as Juntas deveriam entregar um documento aos escravizados informando-os quando seus filhos entrariam para gozar de sua liberdade. No entanto, a lei não foi eficaz porque entre 1839 e 1841 começou a Guerra dos Supremos. Terminado o conflito, o Estado promulgou a lei de 29 de maio de 1842, que estendeu a dependência dos

---

de Escravos. “A lei estabelecia: 1) que os filhos dos escravos nascidos a partir do dia da publicação da lei nas capitais provinciais seriam livres, mas permaneceriam sob a jurisdição dos senhores de suas mães até a idade de dezoito anos; 2) que os senhores eram obrigados a cuidar e educar os "libertados" e estes, por sua vez, deveriam trabalhar para os senhores de suas mães até o momento de sua total libertação; 3) que os escravos não poderiam ser vendidos fora da província em que residiam, nem fora do território da Colômbia; 4) que era proibida a introdução de escravos sob qualquer forma; 5) que com certos impostos sobre heranças, especificados na lei, seria criado um fundo para a alforria de escravos; 6) que, para arrecadar esses fundos e utilizá-los na alforria dos escravos, foi fundada uma junta chamada alforria em cada chefe de cantão, composta pelo primeiro juiz do lugar, o vigário eclesiástico estrangeiro, se houver, e em na sua ausência, o pároco, dois vizinhos e um tesoureiro de responsabilidade, nomeados pelos governantes de cada província; 7) que anualmente, nos dias 25, 26 e 27 de dezembro, a Junta de cada cantão libertaria os escravos que pudesse de acordo com os recursos disponíveis; 8) que todos os escravos emancipados por ordem dos governos republicanos anteriores e posteriormente reduzidos à escravidão devem recuperar a liberdade perdida (CASTELLANOS, 1980, p.30).

escravizados por mais 7 anos por meio de concerto ou *aprendizado*. Essa lei estabelecia que os escravos de 18 anos seriam apresentados aos prefeitos que deveriam arranjá-los para servir seu antigo senhor ou outra pessoa que pudesse "educá-los e instruí-los" em um ofício, arte ou profissão (TOVAR, 1994).

Voltando ao caso da venda de famílias escravizadas no Panamá, na verdade foram 196 escravizados que finalmente chegaram à fazenda Vigue. A lista dessas pessoas foi elaborada em Quilichao por Fermín Rengifo em seu retorno do Panamá. Esta lista detalha os nomes, relacionamento, estado civil e idade. Notamos que dessas 196 pessoas, 95 eram homens e 101 mulheres, incluindo 55 alforriados. Eles também formaram 44 famílias, das quais 28 nucleares e 16 matrifocais. Pudemos verificar que 8 dessas famílias pertenciam ao espólio Japio em 1821 (ACC, Fondo Arboleda, signatura 379).

### 5.1 FAMÍLIA DE PETRONA CARBONERO

A família de Petrona Carbonero aparece em 1821 na lista unificada das propriedades Japio e La Bolsa e depois foi transferida para o Panamá. Em 1821, Petrona aparece como mãe solteira com quatro filhos: Pedro Pablo, María Paula, José María e Juan de la Cruz. Mais tarde, Petrona aparece na lista da fazenda Vigue, sem data, mas supomos que foi depois de 1829 quando as famílias já estavam instaladas no Panamá. Na fazenda Vigue encontramos mais uma criança para um total de cinco crianças: Pedro Pablo, 15 anos; Maria Paula, 12 anos; José Maria, 10 anos; Sebastián, 10 anos, e Juan de la Cruz, 18 anos. Sebastián aparece nesta última lista e é impressionante que seja um menino grande, até tem a mesma idade de José María se estivesse em Japio. Isso pode significar duas coisas: uma, que não foi considerado na primeira lista do Japio; dois, que no Panamá foi “adotado” pela família, talvez porque estivesse sozinho.

### 5.2 FAMÍLIA DE JUSTO MANCILLA E ISADORA

Justo Mancilla e Isadora aparecem na lista do "Povo do Valle del Cauca" com seus filhos: Leonarda, José María, Pedro Isabel (alforriado), María Gregoria (alforriada), María Rosa (alforriada), María Marta (alforriada) e Fortunato (alforriado). No Panamá Justo é

capitão de tripulação, seus filhos aparecem com as seguintes idades: Leonarda (12), José María (10), Pedro Isabel (6), María Gregoria (6), María Rosa (4) e María Marta (1). Fortunato não aparece.

### 5.3 FAMÍLIA DAMASCO VIVEROS E VICENTA VÁSQUEZ

Encontramos a família Damasco e Vicenta na lista unificada das propriedades Japio e La Bolsa em 1821. Aqui sua família era composta por duas filhas: Juana María e María Josefa. Mais tarde os encontramos na lista de “Povo do Valle del Cauca”. Finalmente, eles aparecem na lista da fazenda Vigue. No caso desta família podemos observar as mudanças ao longo das três listas. Na lista de "Povo do Valle Cauca" a família cresceu e de duas filhas passou a cinco filhos: María Josefa, José María, Domingo (alforriado), María Lustrísima (alforriada) e Juana Petrona (alforriada). Na fazenda Vigue, a família permaneceu com o mesmo número de filhos: Juana María, 14 anos; Maria Josefa, 12 anos; José Maria, 10 anos; Domingo, 8 anos, e María Lustrísima, 2 anos. Notamos que Juan María, o filho mais velho, não estava nas listas anteriores, por isso assumimos que ele também é “adotado”.

### 5.4 FAMÍLIA FLORENCIA CHARRUPÍ

Florencia Charrupí é mãe solteira, em 1821 aparecem quatro filhos: Manuela María, María Cosme, María Cecilia e Isidoro de León. na fazenda Vigue em 1829, Florencia reaparece com seus quatro filhos: Manuel María, 18 anos; Isidoro de León, 8 anos; María Cosme, 14 anos, e María Cecilia, 10 anos.

### 5.5 FAMÍLIA LAUREANA

Em 1821 Laureana é mãe solteira de duas filhas: María Cruz e María Pascuala. Na lista de “Gente do Valle del Cauca”, sua família cresce, além de María Cruz e Pascuala (alforriado), Micaela (alforriada) e Francisco (alforriado) também aparecem. No entanto, no

Panamá, Laureana reaparece com apenas duas filhas: María Cruz, 12 anos, e Pascuala, 9 anos.

#### 5.6 FAMÍLIA JOSÉ MARÍA SINFOROSO E SALVADORA

A família de José María Sinforoso e Salvadora aparece na fazenda Japio em 1821 com seus dois filhos: Pedro Pablo e Camila. Na lista do "Povo do Valle del Cauca" aparecem como alforriados os filhos Pedro Pablo, Camila e "outro filho", cujo nome não é mencionado. Para o ano de 1829 no Panamá, a família é novamente reduzida a dois filhos: Pedro Pablo, 3 anos, e Camila, 2 anos.<sup>83</sup>

#### 5.7 FAMÍLIA CELESTINO E BONIFACIA

No ano de 1821, a família de Celestino Biáfara e Bonifacia María era composta por seus filhos: María Petrona, María Francisca, María Juana e Ruperto. Na lista de "Povo do Valle del Cauca" sua filha María Petrona não aparece, María Juana e Ruperto aparecem como alforriados. Na lista da fazenda Vigue, aparece María Petrona, 2 anos; Maria Francisca, 9 anos; María Juana, 5 anos, e Ruperto, 2 anos.

#### 5.8 FAMÍLIA PASCUAL LUCUMÍ E BACILIA VÁSQUEZ

Em 1821 Pascual e Bacilia têm como filhos: María Rosalía, Agustín, Manuel María, Martina e Domingo. Na lista do "Povo do Valle del Cauca", encontramos Pascual sem Bacilia e os seguintes filhos: Agustín, Victoria, Manuel María, Martina e María Angela (manumisa). Na fazenda Vigue, Bacilia reaparece com mais filhos (7): María Rosalia, 18 anos; Agustín, 16 anos; Manuel Maria, 14 anos; Martina, 10 anos; Domingo 8 anos; Ângela, 6 anos, e Victoria, 12 anos. Ildefonso Manzano, genro de Pascual, também aparece, assumimos que ele é o marido de sua filha mais velha María Rosalia.

---

<sup>83</sup> Podemos ver que as idades não coincidem, pois entre 1821 e a data em que foi feita a lista da fazenda Vigue – aproximadamente 1829- devem ter passado pelo menos 9 anos. Ambas as crianças devem ser mais velhas.

## 6. FAMÍLIA E RECRUTAMENTO PARA AS GUERRAS CIVIS

Em 1827, José Benito de la Cadena, morador de Cali, compareceu perante o Prefeito Municipal de Popayán para o reconhecimento do valor de dois escravos mais três cavalos, que considerou valer 560 pesos. José Benito explicou ao juiz que, em 1820, o governo decretou que todo "homem útil" se apresentasse para o serviço armado, "livre ou escravo". Assim, apresentou 3 "pedaços de escravos", os únicos homens úteis que tinha na sua casa de campo, chamados: José, Melchor e Matías, destes “el primero después de la acción del Pitayo, se restituyó a mi poder con el correspondiente pasaporte de los Jefes de aquel Cuartel, y el segundo, murió sin haberse vuelto a mi poder y el Matías que es el tercero se halla en la actualidad sirviendo en el ejército del Perú en clase de tambor.”<sup>84</sup> Embora seu caso tenha sido aprovado pelo Tribunal da Fazenda, o Superior Tribunal de Justiça declarou "o recurso improcedente" (ACC, Signatura: 5463 Ind. J I -11 cv).

As guerras de independência abrangeram o período de 1811 e 1824 na província de Popayán. Os confrontos trouxeram ocupações de ambos os lados em cidades e fazendas que incluíram recrutamento, empréstimos forçados e demanda de suprimentos para as tropas. Os proprietários desenvolveram estratégias aderindo a um lado ou ao outro para não serem prejudicados. As consequências destrutivas das guerras não foram as mesmas para os donos da região. Pequenos latifundiários como José Benito Cadena foram muito afetados em suas propriedades e eram comuns as reivindicações de indenização pelo recrutamento de seus poucos escravizados para o exército.

As *guerras de independência* (1810-1819) envolveram todos os atores sociais do sudoeste colombiano, como escravos, indígenas, negros, mulatos, brancos pobres, mestiços e famílias da elite mais tradicional. Alta participação popular, alistamento, recrutamento em troca de promessas de liberdade, confisco de propriedades, entre outros, caracterizaram esse momento. As fazendas que no século XVIII se beneficiaram do boom da mineração, no século XIX entraram em situação de declínio causado pela devastação dos campos e pela desconexão entre o circuito comercial das minas e das fazendas. Da mesma forma, esta

---

<sup>84</sup> “O primeiro, após a ação de Pitayo, foi restituído à minha posse com o passaporte correspondente dos Chefes daquele Quartel, e o segundo, morreu sem ter retornado à minha posse, e Matías, que é o terceiro, está atualmente servindo em o exército do Peru na aula de bateria.” (tradução nossa).

situação foi agravada pelo boom da economia camponesa nas margens das haciendas (DÍAZ, 2015).

Para a população da província de Popayán, as guerras de independência tiveram consequências diversas. Por um lado, os confrontos armados geraram maior mobilidade entre a população, possibilitando a fuga de escravos que levou a um processo de abandono. Por outro lado, muitos habitantes do campo passaram de camponeses livres a recrutas forçados que tiveram que marchar para lugares distantes de seu local de residência. A instauração do regime republicano deslocou o eixo do poder colonial tradicional dos Payanés para Cali na primeira metade do século XIX, que começava a se consolidar como a cidade mais importante do sudoeste de Nova Granada. Em contrapartida, ao longo da vida republicana, Popayán tornou-se o epicentro de conflitos como a Guerra do Supremo (1840-1841), a *guerra de 1851* e a *guerra de 1863* (DÍAZ, 2015).

A independência de Nova Granada, como nos demais países da América Latina, foi acelerada pela crise e posterior desaparecimento da monarquia espanhola. Entre 1801 e 1807, Manuel Godoy, ministro de confiança do rei Carlos IV, fez várias alianças com Napoleão para atacar Portugal, permitindo ao exército francês atravessar o território espanhol.

Depois de subjugar Portugal, as tropas permaneceram em Espanha e em 1808 ocuparam o território a norte do Ebro. Perante a ameaça de perda da soberania espanhola, deu-se uma revolta de nobres, que resultou na prisão de Godoy, a renúncia ao trono de Carlo IV e a ascensão ao poder de seu filho Fernando VII. No entanto, Napoleão, em 1808, exigiu que ambos cedessem o trono a ele. O que gerou uma resistência generalizada na Espanha liderada pelos conselhos locais (PALACIOS; SAFFORD, 2002).

Enquanto isso, a elite crioula, muito bem informada sobre o que acontecia na Europa, surpresa e escandalizada com a situação, reconheceu a Junta de Sevilha e contribuiu com meio milhão de pesos para financiar a guerra contra os franceses. No entanto, a velha tensão entre espanhóis e crioulos não tardou. Em setembro de 1808, o vice-rei Antonio Amar y Borbón convocou uma reunião entre oficiais espanhóis e notáveis crioulos, incomodados com a afirmação de autoridade da Junta de Sevilha sobre a América Latina, e a convocação do vice-rei para uma reunião na qual não lhes permitia falar (PALACIOS; SAFFORD, 2002).

A elite crioula inicialmente apoiou a monarquia, no entanto, essa lealdade não durou muito. Os crioulos também queriam criar conselhos autônomos na América Latina, além de ficar evidente a precariedade da autoridade dos governos *ad hoc*. Apesar de o Conselho Central em 1809 ter proclamado que a América não deveria ser considerada colônia, mas sim partes do reino e que as colônias podiam eleger representantes para o conselho que legislaria para a Espanha e a América Latina, a elite crioula sabia que o Conselho espanhol não considerou igual aos espanhóis e hispano-americanos. As velhas tensões e um governo *ad hoc* fraco finalmente fizeram as colônias começarem a se revoltar. No caso de Nova Granada, diferentes cidades como Cartagena, Socorro e Pamplona começaram a derrubar as autoridades locais. Em Santa Fé, capital do vice-reinado, ocorreu uma mobilização que deslocou o vice-rei e a Audiência, o que significou um golpe para o governo central de todo o vice-reinado. Os líderes Santaferreños assumiram a responsabilidade do governo. Convidaram as províncias a enviar representantes para a elaboração de uma nova constituição. No entanto, surgiram rivalidades regionais e muitas províncias se recusaram a cooperar com Santa Fé. Por exemplo, Cali e Popayán, disputavam o controle geográfico do vale de Cauca, uma rivalidade que existia desde os tempos coloniais (PALACIOS; SAFFORD, 2002).

Várias províncias como Cartagena, Antoquia, Tunja, Pamplona e Neiva, queriam um governo federal. Por outro lado, Cundinamarca, sob a influência de Antonio Nariño, acreditava mais em um governo central forte para enfrentar qualquer investida do governo espanhol. Enquanto isso, guerras entre monarquistas e patriotas ocorreram em diferentes partes de Nova Granada.

Na província de Popayán, o controle monarquista era exercido por soldados do Peru, mas principalmente por indígenas da região de Pasto e por guerrilheiros formados pela população negra do Vale do Patía. O apoio dos negros de Patía à causa monarquista deveu-se à promessa de libertação dos escravizados que se juntaram às suas fileiras, e também à rivalidade ou antagonismo com a elite escravista local.

No ano de 1813, o general espanhol Juan Sámano controlava o vale do rio Cauca. Dois anos depois, em 1815, outro general espanhol, Pablo Morillo sitiou a cidade de Cartagena, que resistiu ao ataque por 108 dias, onde mais de um terço de sua população de 18.000 morreu de fome ou doença. Após a capitulação de Cartagena em 5 de dezembro de

1815, seguiu-se uma rápida reconquista do resto de Nova Granada. Em julho de 1816, Nova Granada estava novamente sob domínio espanhol (PALACIOS; SAFFORD, 2002).

Este período de 1810-1816, uma tentativa fracassada de independência em Nova Granada, tem sido tradicionalmente chamado de Pátria Tola. A inexperiência na formação de um governo unificado para enfrentar o exército monarquista e as rivalidades regionais surgidas ou se acentuaram neste período, foram as principais causas da vitória das tropas espanholas. As colônias não tinham experiência em cooperar entre cidades, não havia vínculos formais entre governos locais. Devido a múltiplas disputas regionais, eles enfraqueceram uma defesa comum e esgotaram os recursos econômicos. Isso gerou desgaste na população, a ponto de quando a ordem espanhola foi restaurada, muita gente esperava apenas o retorno da paz e tranquilidade (PALACIOS; SAFFORD, 2002).

Na recuperação patriótica (1819-1825), Simón Bolívar, com seu exército, atacou em 1819 as forças monarquistas que estavam localizadas nas terras altas. Bolívar cruzou a Cordilheira dos Andes desde os Llanos em uma época em que havia muitas chuvas e inundações. Tal façanha custou a vida de seus homens, assim como seus cavalos, que não estavam acostumados com o clima e a geografia das altas montanhas da Cordilheira. Finalmente, Bolívar chegou ao planalto de Boyacá com os sobreviventes e reforçou seu exército com recrutas locais. Na batalha de Boyacá, ele derrotou as forças monarquistas em 7 de agosto de 1819. Com esta vitória, Bolívar obteve uma base segura para atacar e derrotar os exércitos monarquistas na Venezuela, Equador, Peru e Bolívia (PALACIOS; SAFFORD, 2002).

Entre os anos de 1819 e 1820, algumas fazendas foram palco de combates, outras abrigaram tropas por períodos mais ou menos longos e outras foram atacadas por bandos dedicados ao saque. Por outro lado, de forma mais uniforme, havia contribuições forçadas em dinheiro ou gado para manter os exércitos (COLMENARES, 1998, p. 105).

Era evidente o temor da elite latifundiária pela possibilidade de um desequilíbrio social ao perder o controle contra os escravizados devido à guerra. O primeiro decreto abolicionista obtido por Simón Bolívar, em 1820, criou a ambiguidade de declarar livres os escravizados, mas na prática isso só seria possível no próximo congresso. Mesmo assim, o decreto permitia o recrutamento de escravizados, de modo que os exércitos da República



ordenavam a incorporação de escravizados e libertos em troca de indenização aos senhores (COLMENARES, 1998).

Por sua vez, as forças monarquistas também prometiam liberdade aos escravizados que entrassem em suas fileiras. O caudilho José María Obando e Simón Muñoz, líder guerrilheiro do Patía, foram enviados pelo líder monarquista Sebastián Calzada, que ocupava a cidade de Popayán, para recrutar homens no cantão de Caloto. Desta forma, conseguiram que ele se juntasse a eles em troca da promessa de liberdade, ex-trafficantes de tabaco e escravizados, quase todos pertencentes à família Arboleda.

O administrador da fazenda Japio (propriedade da família Arboleda), Luis de Velasco, comentou que quando recebeu a propriedade em 1822 tinha apenas três prédios de capela, uma casa e um engenho de açúcar, ferramentas em muito mau estado e poucos escravizados porque alguns foram recrutados por Simón Bolívar e outros estavam foragidos no monte (ACC. Fondo Arboleda, assinatura 453).

Mi respetado don [Sergio Arboleda], en vida de la suya que antecede fechada en la de la corriente digo: que no podre dar a usted una razón positiva de los años 20 y 21 que me pide por razón que en ese entonces no era yo administrador de las haciendas que usted me indica; pues cuando yo entre a manejarlas fue el 1° de noviembre del 1822 que solo recibí los 3 edificios de capilla, casa y trapiche y unas pocas herramientas en muy mal estado igualmente recibí muy poco negros inválidos por cuya razón exilian , porque los negros y alentados mas se los había llevado el **general Bolívar** y otros se hallaban prófugos en el monte en orden a bestias y ganados nada recibí porque nada había [...] con respecto a las cercas acequias pilas y labranzas, los tuve que hacer todo de nuevo porque nada de esto existía [...] (ACC, Fondo Arboleda, sig. 453, grifo meu).<sup>85</sup>

Por ordem de Simón Bolívar, 3.000 "escravos úteis" deveriam ser recrutados, principalmente das antigas regiões de mineração de escravos. A região de Antioquia teve que abastecer 1.000 escravizados e a província de Popayán, os restantes 2.000. Entre março e junho de 1820, a província de Antioquia cumpriu laboriosamente sua cota de 1.000 escravizados. No entanto, o recrutamento na província de Cauca, com o maior número de escravizados, foi um fracasso. O general Manuel Valdés viu o seu exército dissolver-se

---

<sup>85</sup> Meu respeitável Sr. [Sergio Arboleda], durante sua vida datada acima, eu digo: não poderei lhe dar uma razão positiva para os anos 20 e 21 que você me pede, porque naquela época não era eu administrador das propriedades que você me indicar; Pois bem, quando comecei a gerenciar-los, foi em 1° de novembro de 1822 que recebi apenas os 3 prédios para a capela, a casa e o engenho de açúcar e algumas ferramentas em muito mau estado, mas o general Bolívar levou-as e outras eram fugitivos na serra a fim de bichos e gado, eu não recebi nada porque não tinha nada [...] com relação às cercas, valas, estacas e terras de cultivo, eu tive que fazer tudo de novo porque não tinha nada que isso existisse [...] (tradução nossa).

devido a deserções, o que obrigou o governador da província a ameaçar com pena de morte os escravos e libertos que não apareciam em quinze dias, a partir de 1 de setembro de 1820 (COLMENARES, 1998).

Na realidade, houve uma cumplicidade dos senhores em libertar os escravizados do exército. O grande problema para os proprietários durante o período das guerras de independência, mais do que os saques ou as fugas esporádicas de escravos para se juntar aos exércitos de Obando ou Simón Muñoz, foi o recrutamento sistemático para o exército regular.

Os registros elaborados nas cidades de Buga e Cali no início de 1821 confirmam isso, pois há uma ocultação de solteiros escravizados maiores de 16 anos, assim como pardos livres e montanhistas. Talvez por isso, Bolívar, a seu pedido, pediu que cada proprietário entregasse um ou dois escravizados. Por exemplo, em 1822 Rafael Arboleda entregou 16 escravizados como parte da taxa dos 200 escravizados que tiveram que deixar as fazendas da província de Popayán, por ordem de Simón Bolívar:

El Cabildo Justicia y Regimiento de esta ciudad de Caloto a pedimento del ciudadano José Rafael Arboleda: certifica: que el referido, Arboleda ha entregado dieciséis esclavos, de su haciendas entre ellos, (..) el mismo negro que se halla quebrado, para el contingente de doscientos esclavos, que ha mandado reclutar en esta municipalidad el excelentísimo señor Libertador y Presidente de la Republica de Colombia Simón Bolívar, mandando por el artículo sexto de su providencia de dos del corriente, que estos y los más esclavos que se tomen para dicho contingente sean pagados del fondo de este año de la manumisión de toda la República [...] (ACC, República JIV-18cv sig. 5664).<sup>8687</sup>

Embora o exército regular pudesse recrutar escravos, eles se juntaram espontaneamente às guerrilhas monarquistas ou republicanas. Segundo Federica Morelli (2016), a participação de negros escravizados e livres de ambos os lados (realistas ou republicanos), não se deveu a uma revolução “negra” ou “indígena”, mas sim à luta pela

<sup>86</sup> Os quinze (15) escravizados foram avaliados em trezentos pesos, e o que foi "quebrado" em cem pesos, o que deu uma soma total de 4.600 pesos. Este montante devia ser pago pelo Fundo de Alforria, mas apesar do pedido de anulação de José Rafael Arboleda em 1830, só foi pago pelo Estado 35 anos depois, em 1857. (ACC, República JIV-18cv sig. 5664).

<sup>87</sup> O Cabildo Justicia y Regiment desta cidade de Caloto, a pedido do cidadão José Rafael Arboleda: certifica: que o referido, Arboleda entregou dezesseis escravos, de suas fazendas entre eles, (...) o mesmo negro que é falido, para o contingente de duzentos escravos, que mandou recrutar neste município o excelentíssimo Senhor Libertador e Presidente da República da Colômbia Simón Bolívar, ordenando pelo artigo sexto de sua providência de dois dos atuais, que estes e os mais escravos que forem levados para o referido contingente sejam pagos do fundo deste ano da alforria de toda a República [...] (tradução nossa).

eliminação de seus incapacidades legais, a marginalização econômica e a indignidade moral que os afetou.

A revolução haitiana e o medo de um conflito racial fizeram com que os líderes políticos republicanos integrassem grupos capazes de provocar rebeliões no novo regime. Além disso, a presença dos escravizados e *livres de cor* nos exércitos da independência foi fundamental na vitória definitiva contra os espanhóis (Morelli, 2016). Estabelecida a ordem republicana, a discussão sobre a abolição da escravatura tornou-se mais importante, de modo que o Congresso de Cúcuta, reunido em 1821, aprovou a Lei da Liberdade do Útero como forma gradual de acabar com a escravidão e indenizar os senhores. A lei baseava-se em quatro postulados: 1) *A liberdade dos ventres*, ou seja, todos os filhos de mulheres escravizadas seriam juridicamente livres; 2) *trabalho semi-livre* em que os donos dos escravizados podiam se beneficiar do trabalho dos libertos até os dezoito anos; 3) *a alforria dos escravizados*, que criou as juntas de alforria locais; e 4) *a abolição do tráfico*, ratificou o decreto de 1811 que aboliu o comércio internacional de escravos (CASTELLANOS, 1980, p.31).<sup>88</sup>

Outras leis se seguiram, por exemplo, em 1823 foi proibido o comércio de escravos, com exceção da comercialização dos escravos utilizados nos serviços, que na prática deu continuidade ao comércio já que os escravos eram utilizados como servos. Isso resultou na reiteração da proibição do comércio em 1825 (TOVAR, 1994). A lei de 1821 também regulamentava as Juntas de Alforria, que eram compostas por um juiz local, o padre, dois vizinhos e um tesoureiro. O dinheiro para manter as Juntas geralmente vinha dos

---

<sup>88</sup> O Congresso de Cúcuta criou a Lei de 21 de julho sobre Liberdade de Parto, Alforria e Abolição do Tráfico de Escravos. “A lei estabelecia: 1) que os filhos dos escravos nascidos a partir do dia da publicação da lei nas capitais provinciais seriam livres, mas permaneceriam sob a jurisdição dos senhores de suas mães até a idade de dezoito anos; 2) que os senhores eram obrigados a cuidar e educar os "libertados" e estes, por sua vez, deveriam trabalhar para os senhores de suas mães até o momento de sua total libertação; 3) que os escravos não poderiam ser vendidos fora da província em que residiam, nem fora do território da Colômbia; 4) que era proibida a introdução de escravos sob qualquer forma; 5) que com certos impostos sobre heranças, especificados na lei, seria criado um fundo para a alforria de escravos; 6) que, para arrecadar esses fundos e utilizá-los na alforria dos escravos, foi fundada uma junta chamada alforria em cada chefe de cantão, composta pelo primeiro juiz do lugar, o vigário eclesiástico estrangeiro, se houver, e em na sua ausência, o pároco, dois vizinhos e um tesoureiro de responsabilidade, nomeados pelos governantes de cada província; 7) que anualmente, nos dias 25, 26 e 27 de dezembro, a Junta de cada cantão libertaria os escravos que pudesse de acordo com os recursos disponíveis; 8) que todos os escravos emancipados por ordem dos governos republicanos anteriores e posteriormente reduzidos à escravidão deveriam recuperar a liberdade perdida (CASTELLANOS, 1980, p. 30).

necrotérios. Os fundos foram depositados a um tesoureiro nomeado pelo governador da província (TOVAR, 1994).

O funcionamento das Câmaras era muito precário devido ao interesse dos proprietários em conservar seus escravizados. Entre 1831 e 1845, na província de Popayán, 58 pessoas foram alforriadas (TOVAR, 1994). Como vimos anteriormente, o número de alforriados nas fazendas de Los Arboledas excedeu em muito esse número. (TOVAR, 1994).

Em 21 de julho de 1839, deveria entrar em vigor a lei de 21 de julho de 1821, ou seja, os filhos ou filhas de mulheres escravizadas que tivessem 18 anos deveriam ser livres. Devido à pressão dos proprietários para não perder o que haviam investido em seus escravizados, o Estado buscou a conciliação na promulgação da lei de 27 de julho de 1839, que ordenava aos padres que enviassem relatórios dos filhos de escravizados nascidos entre 1821. e 1824, de modo que as Juntas deveriam entregar um documento aos escravizados informando-os quando seus filhos entrariam para gozar de sua liberdade. No entanto, a lei não foi eficaz porque entre 1839 e 1841 começou a Guerra dos Supremos. Terminado o conflito, o Estado promulgou a lei de 29 de maio de 1842, que estendeu a dependência dos escravizados por mais 7 anos por meio de concerto ou aprendizado. Essa lei estabelecia que os escravos de 18 anos seriam apresentados aos prefeitos que deveriam arranjá-los para servir seu antigo senhor ou outra pessoa que pudesse "educá-los e instruí-los" em um ofício, arte ou profissão (TOVAR, 1994).

As consequências *das guerras de independência* foram diferentes para as duas sub-regiões da província de Popayán. Na sub-região do vale do rio Cauca, onde havia fazendas com trabalho majoritariamente escravizado, excedente das minas, e onde predominavam engenhos de açúcar e pecuária, o impacto foi maior. Não conseguir garantir uma força de trabalho escrava estável, fez com que os proprietários de terras recorressem a outras formas de arrendamento e colonato e explorassem novos cultivos, como o fumo. À medida que a mineração entrou em declínio, a dinâmica das fazendas também foi afetada, de modo que as guerras de independência, em vez de causar uma crise na economia das fazendas, a acentuaram. Enquanto nas fazendas do planalto de Popayán, que se desenvolveram antes das fazendas do vale, sua força de trabalho era principalmente indígena. O que tornou sua dependência do trabalho escravo menos (COLMENARES, 1998, p. 116).

A *Guerra dos Supremos* teve início (1839-1841) em Pasto, no sul do país, devido ao levante religioso devido ao fechamento de conventos que tinham menos de oito religiosos. No entanto, esta guerra desenvolveu-se de forma diferente nos locais onde houve confrontos. Teve uma abrangência diferenciada nos níveis local, regional e nacional. As economias locais, a escassez de vias de comunicação, as dificuldades geográficas, a inexistência de um mercado nacional, fizeram com que o confronto se desenvolvesse de forma diferente e impossibilitasse uma afirmação comum ou unificada (DÍAZ, 2015).

O caudilho José María Obando<sup>89</sup> foi acusado de ter ordenado o assassinato do general Antonio José de Sucre em 1830. Alguns suspeitavam que Obando estava por trás da revolta religiosa. Na época em que o general Herrán foi a Pasto para controlar a situação, em 1840 Obando se revoltou quando não conseguiu encontrar um julgamento justo. Com o apoio do mulato Juan Gregorio Sarria e da população negra do vale do Patía, Obando proclamou-se o *Director Supremo da guerra* (PALACIOS; SAFFORD, 2002).

Depois de sofrer várias derrotas pelas forças do governo no início de 1841, Obando tentou se recuperar oferecendo liberdade aos escravizados que se juntaram às suas tropas. Isso o tornou uma ameaça para a elite regional no sudoeste do país, com medo de uma guerra de raça/classe (PALACIOS; SAFFORD, 2002).

A convocação para ingressar em suas fileiras foi bem recebida entre a população negra da região, pois viam a possibilidade de alcançar sua liberdade dessa forma diante da atuação ineficiente das Juntas de Alforria e da extensão do cumprimento da Lei do Ventre de 1821. também causou fugas em massa de escravos, saques das haciendas e muitos roubos (DÍAZ, 2015).

Em uma declaração contra Obando, o futuro governador liberal da província de Buenaventura, Ramón Mercado, mencionou a participação dos escravizados na Guerra do Supremo:

[Obando] entonces apuró los medios de desmoralización, porque asaltando por sí, i por medio de sus cómplices algunas de las haciendas i minas de la provincia de Popayán, puso en rebelión los esclavos de dichos establecimientos, dándoles

---

<sup>89</sup> José María Obando foi inicialmente um caudilho local, com uma base patronal como resultado de suas relações com os camponeses de suas haciendas e seu passado como líder guerrilheiro monarquista em El Patía. Mais tarde, passou a apoiar a causa da independência, tornando-se um político regional por seu papel de governante do Sul e sua intermediação com o governo central nas mãos de Francisco de Paula Santander. (GONZÁLEZ, 2004).

libertad i después de un saqueo casi general de dichas haciendas i desmoralización de las cuadrillas de esclavos consiguió reunir más de ochocientos hombres, la mayor parte negros esclavos.<sup>9091</sup>

Após vários confrontos e a derrota de várias cidades importantes pelo exército de Obando, a elite local assinou um ato de rendição, no qual Obando proclamou um quarto Estado independente de Nova Granada. Embora a elite local compartilhasse com Obando sua rejeição ao governo central, a criação de um novo estado foi prejudicada pelo caráter de "guerra de castas" que o conflito assumiu. Os setores populares participavam ativamente dos exércitos de Obando, que preocupavam latifundiários, garimpeiros e escravizadores, também tinham que pagar contribuições para a manutenção das campanhas militares que estavam em andamento. Conseqüentemente, as elites locais se levantaram contra os quatro Estados de Obando, enfrentando suas forças no local de Chanca em 11 de julho de 1841. Finalmente, Obando é derrotado e exilado no Peru, seus colaboradores e simpatizantes foram severamente punidos pelo general Tomás Cipriano de Mosquera, outros foram condenados à morte ou trabalhos forçados em Cartagena. Por sua vez, os escravizados que participaram das revoltas foram devolvidos às fazendas com seus proprietários (DÍAZ, 2015).

Apesar da derrota dos exércitos de José María Obando e Juan Gregorio Sarria e da forte repressão de Tomás Cipriano de Mosquera, a Guerra dos Supremos mobilizou diversos setores que continuaram com ações militares anos após o término do conflito. Por exemplo, a população negra (escravizada, liberta, alforriada) no final da guerra, entre 1841 e 1843, empreendeu uma série de saques, assassinatos, abandono e formação de guerrilhas que amedrontaram o restante da população. Um dos movimentos mais destacados foi o liderado pelo alfaiate de Cartago José Antonio Tascón e o camponês de Santa Ana Bernabé Rincón, que realizaram várias ações militares na província de Popayán. Seus exércitos eram compostos por camponeses, livres e escravizados em confronto aberto contra as elites regionais. O escravizado Antonino Arboleda, que havia apoiado Obando, juntou-se à

<sup>90</sup> Retirado da citação que María Camila Díaz faz do periódico “Variedades. Lo que va de ayer i hoy”, *El Ariete*, 1850, p. 177 (DÍAZ, 2015, p. 99).

<sup>91</sup> [Obando] então apressou os meios de desmoralização, porque assaltando por si mesmo, e através de seus cúmplices algumas das fazendas e minas da província de Popayán, ele colocou os escravos de ditos estabelecimentos em rebelião, dando-lhes liberdade e depois de saquear quase geral de essas fazendas e a desmoralização das quadrilhas de escravos conseguiram reunir mais de oitocentos homens, a maioria escravos negros (tradução nossa).

guerrilha de Tascón e participou de um dos eventos mais marcantes do conflito, o assalto à fazenda Japio, uma das propriedades mais importantes do filho mais velho de Rafael Arboleda, Julio Arboleda (DÍAZ, 2015).

Como consequência, o governo central, sob pressão das elites do sudoeste, promulgou a Lei de 22 de junho de 1843 sobre as Medidas Repressivas dos Movimentos Seduciosos dos Escravos, na qual permitia a exportação dos escravizados, que haviam sido proibida em 1821 com a Lei do Ventre Livre, e a pena de morte foi imposta para fuga, revolta e incitação a revoltas. Assim, enquanto no contexto internacional na primeira metade do século XIX várias colônias da América espanhola e portuguesa continuavam a importar escravos da África, em Nova Granada entre 1844 e 1847 foi legalizada a exportação de escravos para exílio aqueles que consideravam "nocivo", isso também representou uma oportunidade para muitos senhores de escravos do sudoeste recuperarem seus investimentos (DÍAZ, 2015)<sup>92</sup>.

Por sua vez, Julio Arboleda foi o encarregado de denunciar e alertar a elite através de seu jornal *El Payanés*, sobre os assassinatos e saques das fazendas. Em seus editoriais expressou seu medo de uma "guerra de castas" ou conflito racial, pois mencionou que os "brancos" foram ameaçados pelos escravizados armados e que Obando na Guerra do Supremo havia despertado neles um "espírito de rebelião". Julio Arboleda foi um dos fundadores do partido conservador no sudoeste da Colômbia e se tornou inimigo do governo liberal de José Hilario López, contra quem se revoltou em 1851 (DÍAZ, 2015).

A Lei de 28 de abril de 1847 voltou a proibir a importação e exportação de escravizados. No entanto, os traficantes de escravos no sudoeste continuaram a vender escravos. Por exemplo, em abril de 1847, Julio Arboleda (filho mais velho de José Rafael Arboleda) vendeu 212 pessoas, incluindo escravos e libertos, para o Peru. Esta venda gerou uma controvérsia internacional com a Grã-Bretanha. Os escravizados foram primeiramente transferidos para o Panamá e de lá para o porto de Paita, no Peru. Finalmente, na década de

---

<sup>92</sup> Inglaterra y Estados Unidos prohibieron la trata en 1806. Tiempo después diversos gobiernos europeos también declararon su abolición. El comercio de esclavizados quedó en mano de los portugueses. Brasil siguió importando el mayor volumen. En los años de 1820, ingresaron anualmente 32.000 esclavizados al país; en Cuba y Puerto Rico unos 120.000. Las importaciones cubano-puertorriqueñas alcanzaron su tope en el decenio de 1830 con 14.000 esclavizados anuales. En Brasil, la importaciones llegaron a 34.000 que por presiones internacionales terminó su trata en 1850 (Klein y Vinson, 2008).

1850, outra venda de escravos para o Panamá foi realizada por traficantes de escravos Payanes sob a liderança do ex-presidente Tomás Cipriano (ECHEVERRI, 2018).

Se nos detivermos na população alforriada das três fazendas da família Arboleda, observamos que a fazenda Japio em 1845 tinha um número de 77 escravizados e 152 alforriados, destes 59 homens e 93 mulheres. Para o ano de 1851, a mesma fazenda contava com 76 escravizados, dos quais 43 eram homens e 33 mulheres. O número de alforriados cresceu em relação a 1845, passou de 152 para 159, sendo 83 homens e 76 mulheres.

Por outro lado, a fazenda Quintero em 1845 tinha uma população escravizada de 79 pessoas, das quais 37 eram homens e 42 mulheres. Quanto aos alforriados, houve 115 com maior número de homens (76) em relação às mulheres (39). Para o ano de 1851, o número de escravizados diminuiu para 49 pessoas, sendo 18 homens e 31 mulheres. O número de alforriados também diminuiu, de 115 para 85, dos quais 47 eram homens e 38 mulheres. De acordo com essas informações, observamos que mais de 60% da população que trabalhou nas haciendas (Japio e Quintero) entre 1845 e 1851 foi alforriada e a maioria tinha menos de 18 anos.

A *guerra de 1851* não se caracterizou pela presença de grandes líderes como as guerras acima descritas, foi antes uma revolta de senhores tradicionais que viram ameaçada a continuidade do seu domínio e recorreram a ações de guerrilha. (Valência Llano, 2012). Vários acontecimentos políticos, sociais, econômicos e até religiosos foram o pano de fundo dessa guerra: a chegada do liberalismo ao poder com a presidência de José Hilario López (1849-1853); a alforria dos escravizados, considerada pelos senhores de escravos do sudoeste como um ataque à sua propriedade; a violência dos setores populares liberais contra os conservadores das províncias do sudoeste, com as chamadas *brincadeiras democráticas*; a expulsão dos jesuítas, considerada uma conspiração liberal contra o partido conservador; as medidas para reduzir o poder político e econômico da Igreja Católica através da constituição de uma nação laica e um "estado neutro" em matéria de moral religiosa e, finalmente, a divisão da província de Antioquia em três seções, para enfraquecer um dos fortes conservadorismo regional nacional (JURADO, 2015, p. 103).

No entanto, o fato definitivo que desencadeou a guerra foi a abolição da escravatura, aprovada pelo Congresso em maio de 1851, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 1852. Esse acontecimento é, para alguns autores, a gota d'água que quebrou a embarcação, os



escravos os latifundiários do sudoeste do país pegaram em armas contra o governo liberal, sob a liderança de um destacado representante da elite paya, Julio Arboleda, com o apoio do governo equatoriano (VALENCIA LLANO, 2012; CASTELLANOS, 1980).

Por sua vez, os setores populares (libertos, manumisos, pardos, brancos pobres e artesãos) também tiveram um papel preponderante nesse confronto. Eles apoiaram o partido liberal e lutaram pelas reivindicações de liberdade para os escravizados, a abolição das rendas do tabaco e da bebida e o acesso à propriedade da terra (DÍAZ, 2015).

Julio Arboleda conseguiu reunir um pequeno exército de não mais de quatrocentas pessoas, comandado por líderes conservadores de Pasto. Com este exército conseguiu desenvolver algumas acções de guerrilha em Túquerres e Yacuanquer, mas as suas tropas foram derrotadas. No entanto, as acções militares continuaram no Valle del Cauca. Para controlar a situação, o General Tomás Herrera foi nomeado Comandante Geral para as províncias de Cauca e Buenaventura e José María Obando para as de Popayán, Pasto e Barbacoas (VALENCIA LLANO, 2012).

Como acabamos de ver nesta parte II, havia uma **frágil estabilidade** nas famílias escravizadas de propriedade dos Arboledas, devido ao deslocamento físico ou migração interna da população escravizada entre as minas, Real de Minas e haciendas; tráfico interno e externo e recrutamento causado por guerras regionais. No entanto, podemos afirmar, pelo menos no caso dos Arboledas, que era comum as famílias escravizadas serem separadas ou fragmentadas quando o proprietário morria ou quando havia vendas ou deslocamentos físicos para outras propriedades ou locais. Ao contrário, identificamos uma ampla rede familiar ou de parentesco e uma estreita relação entre a população escravizada e a população livre, formando uma comunidade que não raro era o suporte para fugas, roubos de gado e rebeliões, pondo em causa a "paz" comunidades. fazendas, minas e Reales de Minas.

## **PREFACIO: EXPERIÊNCIAS FAMILIARES E CONFLITOS MATRIMONIAIS**

Em 1817, Francisco Javier Arboleda e María Ángela Arboleda escravizaram a fazenda Japio de José Rafael Arboleda. Ambos eram solteiros e queriam se casar, porém, tinham impedimentos legais por serem parentes de segundo e terceiro grau de consanguinidade, ou seja, eram primos de primeiro grau e primos de segundo grau. Por isso, Luis Charria, representante geral de Don José Rafael Arboleda e administrador da fazenda Japio, teve que ir ao tribunal eclesiástico para pedir a renúncia ou permissão para o casamento dos cativos. Felizmente para eles, a dispensa foi concedida com a penitência de se confessar por dois anos e comungar uma vez a cada dois meses, além de rezar cinco credos diariamente de joelhos "em reverência pelas chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo" (Archivo General de la Nación (AGN). Arquidiócesis de Popayán, Legajo 8344, folha 28, ano 1817).

A análise da dissidência matrimonial de Francisco Javier e María Angela, permite compreender as possibilidades que os escravizados tinham de se casar nas fazendas, minas e Real de Minas pertencentes à família Arboleda na primeira metade do século XIX.

Na Colônia, o casamento e a família eram considerados os pilares para a preservação dos costumes e tradições (LAVRIN, 1991, p.13). Portanto, as normas em torno do casamento e da instituição familiar estavam relacionadas à manutenção de uma ordem hierárquica baseada nas diferenças sociais, raciais e de gênero.

O modelo de casamento imposto pela Igreja foi regido pelos princípios do Concílio de Trento (1542-1563). O Concílio converteu a união conjugal em um dos sete sacramentos, símbolo da união mística de Cristo e da Igreja, onde imperavam os princípios da indissolubilidade e da fidelidade (ORTEGA, 1988, p.37).

A união matrimonial era entre um homem e uma mulher com o objetivo de garantir a procriação. Do ponto de vista tomista, os prazeres sexuais ou atos venéreos não eram considerados pecado se visassem à conservação da espécie ou à reprodução, caso contrário, caía na luxúria.<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> A obra de São Tomás de Aquino teve como objetivo a síntese e sistematização do discurso católico. No século XVI, o tomismo era a doutrina comum, principalmente no reino de Castela e suas colônias. Com o

A luxúria é um sentimento que se opõe à ordem da natureza, impede o julgamento, aumenta o egoísmo, leva ao apego ao presente e ao desprezo pelo futuro. Entre os atos lascivos estão: fornicação simples, estupro, sequestro, adultério, incesto, sacrilégio e pecado contra a natureza.<sup>94</sup>

Nesse sentido, a igreja criou um sistema moral baseado na sexualidade e qualquer conduta contra a norma era punida. A Igreja também controlava o sistema de linhagem com impedimentos ao casamento. Desta forma, ele conseguiu controlar um sistema de parentesco porque sua dispensa era necessária (GHIRARDI, 2009, p. 247).

Entre os impedimentos matrimoniais estava o *incesto por consanguinidade*, por *afinidade*, por *parentesco espiritual* e por *parentesco legal*. A consanguinidade é a relação entre pessoas que descendem de um tronco comum. A união entre pessoas consanguíneas vai contra a lei natural porque prejudica a prole. Portanto, era proibido o casamento entre parentes até o quarto grau de consanguinidade, como filhos, pais, netos, avós, tios e primos. Parentesco por afinidade era entre uma pessoa e parentes de sangue de seu cônjuge. Se um dos cônjuges morresse, quem sobrevivesse era impedido de se casar com os parentes do cônjuge falecido. Também era proibido casar pessoas com parentesco espiritual, ou seja, aquele que se estabelecesse entre uma pessoa e a pessoa que a patrocinava ao receber os sacramentos do batismo ou da confirmação. Por fim, as pessoas de parentesco legal que surgissem com a adoção não podiam ser casadas. (ORTEGA, 1988, p. 44).

Com essas disposições sobre o casamento, a sexualidade e a família, era inegável o controle exercido pela Igreja na vida doméstica. No entanto, seu poder foi disputado nessa área com a consolidação do Estado. Um exemplo disso foram as Reformas Bourbon, que não apenas buscavam estabelecer medidas para melhorar a administração tributária das

---

Concílio de Trento, o tomismo atingiu um grande pico para declinar no final do século XVII e ressurgir novamente em meados do século XIX, quando foi declarado a teologia oficial da Igreja Católica. (ORTEGA, 1988, p. 18).

<sup>94</sup> A *fornicação simples* é a relação extraconjugal entre um homem e uma mulher sem ofensa a terceiros. Estupro é a defloração ilícita de uma mulher virgem. Além de afetar os doze a se casarem, afeta o pai que está em custódia da virgindade da filha. Há estupro mesmo que a donzela consinta com o ato, e o homem é obrigado a satisfazê-la pela perda de sua virgindade. Arrebatamento é relação ilícita com violência. O adultério é a usurpação da mulher de outra pessoa. Este pecado se opõe ao bem da prole porque impede a certeza da paternidade e viola a fé matrimonial que os esposos devem um ao outro. Incesto é a relação sexual entre pessoas ligadas por laços de parentesco. O sacrilégio é o ato venéreo de uma pessoa consagrada a Deus por voto de continência e castidade. O pecado contra a natureza é emitir sêmen de tal forma que a geração não possa continuar, tais como: masturbação, coito interrompido, sodomia ou homossexualidade, e bestialidade (ORTEGA, 1988, p. 32).

colônias, mas também defendiam a hierarquia social existente, portanto eram basicamente conservadoras (TWINAM, 2000).

Uma das reformas implementadas foi a Real Pragmática de Casamentos, emitida em 1776 na Espanha e aplicada em 1778 em suas colônias. A alta miscigenação afetou o controle e a separação entre os diferentes grupos raciais e sociais. A Pragmática Real visava manter a igualdade racial e social entre os cônjuges, concedendo aos pais o poder de autorizar ou negar o casamento de seus filhos menores de 25 anos.

Como esperado, na prática era difícil seguir esses tipos de regulamentos ou normas em torno do casamento, mesmo para alguns setores era quase impossível. Para grande parte da população (mestiça, negra, indígena) as relações extraconjugais eram frequentes, pois os entraves econômicos e institucionais ao casamento faziam com que a união conjugal se tornasse sinônimo de status social e separação entre nobres e plebeus (DUEÑAS, 1996, p. 34). No caso das mulheres, nos locais onde elas eram maioria, aliada ao preconceito racial, as possibilidades de casamento eram limitadas, causando concubinato, maternidade solteira, filhos ilegítimos e abandono.

No entanto, a questão do casamento e das relações extraconjugais na população escravizada merece ser estudada com mais detalhes. As Siete Partidas ou Libro del Fuero ou Fuero de las Leyes eram um conjunto de leis inspiradas no Direito Romano e elaboradas por Afonso X, neles se combinavam as tradições greco-romana e cristã. As Partidas reconheciam o direito dos escravizados de se casarem sem a permissão dos senhores, embora de forma alguma anulassem sua condição servil. Os regulamentos estabeleciam que servos e servos podiam se casar; um servo poderia se casar com uma mulher livre e valeria a pena o casamento, se ela soubesse que era uma serva quando se casou com ele. Da mesma forma, o servo poderia se casar com um homem livre. Ambos tinham que ser cristãos para validar o casamento; os servos podiam se casar mesmo que seus senhores o contradissem, válido dito casamento; os servos casados continuaram a ter a obrigação de servir seus senhores como antes; Se um senhor tivesse que vender servos casados, ele garantiria que o casamento fosse para o mesmo senhor "para que quem os comprou possa morar em uma e prestar serviço e não pode vender um em uma terra e outro em outra, porque eles teriam que viver separados". Finalmente, se um servo se casasse com uma

mulher livre ou um homem livre se casasse com uma serva, cada um deles manteria seu status (Partida 4ª, tít. V, lee 1ª, retrado de LUCENA, 2000, p. 149).

Essas disposições permitiam aos escravizados o acesso à jurisdição eclesiástica em caso de impedimento de seus senhores (CRESPI, 2003, p.1 40; LUCENA, 2000, p. 24). A Igreja em geral resolvia possíveis conflitos entre senhores e escravizados favorecendo a união conjugal. Embora a lei escravista tenha transformado o escravizado em mercadoria, sem personalidade jurídica, devolveu-lhe parte de sua humanidade ao reconhecer alguns direitos como ser batizado, casar-se, denunciar os abusos de seus senhores e até possuir bens (GONZÁLES, 2018, p. 250).

No entanto, na prática, os senhores tinham muita influência no casamento de seus escravos, pois sua permissão era essencial para o casamento. Como esperado, esta situação gerou muitas tensões entre os mestres e a Igreja. Como dispor livremente de um imóvel, como eram os escravizados, se a igreja interveio na regulamentação do casamento dos escravizados e se opôs à separação ou transferência dos casados? Embora o direito de propriedade fosse protegido pela lei civil, a Igreja defendia os direitos espirituais dos escravizados, minando a autoridade dos senhores em muitas ocasiões (GONZÁLES, 2018). Por exemplo, em 1805, Don Manuel José Caicedo, Alférez Real de Cali, foi solicitado pela justiça eclesiástica por ter casado oito de seus escravizados na fazenda de Cañasgordas "sem os devidos procedimentos religiosos", pois aparentemente os escravizados eram menores. foi-lhe pedido que apresentasse as certidões de batismo. De acordo com a autoridade religiosa que cuidava do caso, até que essa situação fosse esclarecida, os escravizados seriam declarados solteiros.

Aqui vemos claramente a tensão entre dois poderes, o senhor e a Igreja, na vida doméstica dos escravizados. O mestre também era funcionário público, representante do Estado, isso não bastava para ser questionado e desmentido pelas autoridades eclesiásticas. Em uma parte do documento, é citada a Pragmática dos Casamentos, que esclarece que "índios, negros e outras castas da América" não precisam do consentimento dos pais para celebrar seu casamento, sendo os padres e mestres, no caso dos escravizado, o que deve ser entendido a este respeito:

[...] y en quanto a lo segundo estando declarado por la Pragmática de Matrimonios que los indios, negros, y demás castas de la América no estan

compreendidos en la necesidad de poder obtener el consenso paterno para celebrar sus matrimonios, pues se subrogan a los Padres, siendo libres los párrocos, cuya subrogacion debe entenderse con los amos quando son esclavos, por que se reunen en ellos todos los derechos de que en estado de libertad debían gozar, debe arreglarse a este concepto el Real decreto último de este asunto [...] (AGN, Fondo Arquidiócesis de Popayán, Impedimentos matrimoniales- CO. AGN.AP/APO/3677, folha 7).<sup>95</sup>

Essa situação não significava que não houvesse casos em que os pais realmente tivessem alguma influência nas decisões matrimoniais de seus filhos escravizados. Por exemplo, encontramos um caso em que o pai de Basília, escravizado pelas freiras do Carmelo, deu seu consentimento para que sua filha se casasse:

En el sitio de Quilichao jurisdicción de la ciudad de Caloto de este obispado de Popayán en 26 de octubre del año del señor de mil ochocientos y cinco [1805] (...) pareció presente **Eusebio, padre legítimo de Bacilia, negros esclavos de las Reverendas Madres Carmelas** de la ciudad de Popayán, natural de el real de Minas de Serrogordo perteneciente a la Parroquia de Santa María de Quinamayó, (...) y dijo que le daba, y **le dio su consentimiento y bendición a la referida su hija Basilia, mediante a no estar en la edad de casarse a su arbitrio**, para que obtenida la dispensa de 4º grado simple de consanguinidad, con que se haya ligada con Enrique negro esclavo de las referidas Madres Carmelas, celebre esponsales, y contraiga matrimonio según orden y disposición de N. S Madre, la iglesia con el citado Enrique hijo legítimo de Balentín y Thereza, esclavos todos de las dhas Reberendas madres Carmelas, y feligreses de esta parroquia de Santa María de Quinamayó. (Archivo General de la Nación (AGN). Arquidiócesis de Popayán, Legajo 8206, folhas 1-2, ano 1805. Grifo meu).<sup>96</sup>

Não encontramos mais casos em que os pais manifestaram sua permissão para que seus filhos menores de 25 anos se casassem, mas este caso nos dá uma ideia de que a intervenção do senhor de escravos nem sempre foi unilateral, podendo haver situações em que pais escravizados realmente tiveram interferência na vida de seus filhos e filhas.

<sup>95</sup> [...] e quanto ao segundo, sendo declarado pela Pragmática dos Matrimônios que os índios, negros e outras castas da América não são compreendidos na necessidade de poder obter o consentimento dos pais para celebrar seus casamentos, uma vez que são sub-rogados aos Pais, sendo livres os sacerdotes, cuja sub-rogação deve ser entendida com os senhores quando são escravos, porque neles estão reunidos todos os direitos que devem gozar em estado de liberdade, deve ser ajustado a este conceito [...](tradução nossa).

<sup>96</sup> No cerco de Quilichao, jurisdição da cidade de Caloto deste bispado de Popayán, em 26 de outubro do ano do Senhor de mil oitocentos e cinco [1805] (...) Eusébio, pai legítimo de Bacilia, compareceu presente, escravos negros das Reverendas Madres Carmelas da cidade de Popayán, natural do real de Minas de Serrogordo pertencente à Paróquia de Santa María de Quinamayó, (...) e disse que deu, e deu seu consentimento e bênção ao mencionada sua filha Basília, por não estar em idade núbil a seu critério, para que obtenha a dispensa do 4º grau simples de consanguinidade, com o qual se vinculou com Enrique, escravo negro das referidas Mães Carmelitas, celebra um noivado, e contrai matrimônio segundo a ordem e disposição de N Tua Mãe, a igreja com o já mencionado Enrique filho legítimo de Balentín e Thereza, todos escravos das Reverendas Mães Carmelitas, e paroquianos desta paróquia de Santa María de Quinamayó (tradução nossa).

Como vários estudos mostraram e como veremos no caso da província de Popayán, o sacramento do casamento na população escravizada foi um espaço de autonomia e fortalecimento da ideia de comunidade por meio de redes de parentesco (GONZÁLES, 2018).

Yobani Gonzáles (2018), constatou na Lima colonial do século XVII que nas demandas dos escravizados contra seus senhores, a causa principal era a defesa do casamento. Isso indica que, longe de assumir uma atitude passiva por parte dos escravizados contra a lei, eles a transformaram em um espaço de reivindicação. A América espanhola estava interessada em formar uma monarquia escrava e cristã ao mesmo tempo com esse tipo de legislação eclesiástica, então a ameaça de excomunhão para os senhores que não obedecessem a esses preceitos era real. No caso do Brasil colonial, não houve condenação dos senhores que desafiavam a autoridade da Igreja sobre o casamento entre a população escravizada, mas sim uma negociação constante com os cativos por medo de conflito, pois acreditava-se que a família escravizada favoreceu a paz na *senzala*<sup>97</sup>.

No caso da Argentina, Sandra Olivero menciona que em San Isidro durante o século XVIII, a escolha do casamento na população negra escravizada, embora estivesse sujeita aos interesses econômicos dos senhores, sua vontade não era decisiva na escolha do cônjuge. Por exemplo, de onze (11) casamentos, seis (6) escolheram o cônjuge do mesmo proprietário. Em outros dez (10) os cônjuges eram livres e escravizados, e cinco (5) entre a população livre de cor. O ideal branqueador que negros e afro-mestiços aspiravam para estimular as uniões com indígenas, mulatos e mestiços.

No entanto, no caso das mulheres escravizadas, observou que havia maior exogamia do que entre os homens da mesma condição. Aparentemente, as exigências dos senhores para promover a reprodução natural entre sua população escravizada não influenciaram muito as decisões das mulheres escravizadas na escolha de seu cônjuge (OLIVERO, 2011).

Havia diferenças entre os escravizados de acordo com suas condições de vida, pois a possibilidade de se casar também dependia do consentimento ou não de seus senhores, também de pertencerem a grandes, médias ou pequenas fazendas. Em várias situações, havia uma relação direta entre o tamanho da dotação escrava e as chances de construir

---

<sup>97</sup> A senzala era o quarto usado como alojamento pelos escravizados no Brasil durante o período da escravidão (séculos XVI-XIX). Veja também: Florentino e Góes...

famílias estáveis ou encontrar um cônjuge, pois as pequenas propriedades escravistas estavam sujeitas a divisões de herança e vendas (SALAZAR, 2017, p. 45-82).

Rafael Díaz, em seu estudo da área urbano-regional de Santafé de Bogotá entre 1700 e 1750, analisou as diferenças nas condições da população escravizada na formação das famílias. Descobriu que a exogamia entre os escravizados era mais frequente nas áreas urbanas devido às difíceis condições de estabilidade familiar. Nas áreas rurais havia mais relações *endogâmicas*, talvez pela concentração de escravizados em unidades agrárias (DÍAZ, 1996, p. 5-18).

Na Villa de San Gil, no nordeste de Nova Granada, Robinson Salazar descobriu que os escravizados tendiam a se casar fora de seu grupo, ou seja, procuravam seus parceiros em pessoas livres. Isso se deveu às dificuldades de encontrar um consorte dentro de unidades escravas de pequeno e médio porte (SALAZAR, 2017, p. 273).

Para o caso de Chocó, especificamente na província de Novita, Francisco Zuluaga analisou o processo judicial sobre a distribuição de bens dos herdeiros de Don Salvador Gómez de Lasprilla em 1762. Este importante mineiro era proprietário de um Real de Minas que foi feito de quatro minas com cerca de 550 escravizados distribuídos em 93 famílias. Embora Zuluaga não se aprofunde nas redes parentais e compadrazgo das famílias escravizadas, ele menciona que a presença dos garimpeiros favoreceu a formação de famílias nucleares e extensas com extensas redes de parentesco e consanguinidade (ZULUAGA, 1995, p. 64).

No caso de Campinas (Brasil), os senhores das grandes fazendas praticamente proibiam o casamento entre escravos de proprietários diferentes ou entre escravos e livres. O que significa que o escravizado que queria se casar na igreja quase sempre tinha que encontrar um cônjuge dentro de sua própria fazenda (SLENES, 1999, p.84).

Na Bahia, em meados do século XIX, havia uma tendência à endogamia, principalmente entre os membros da mesma origem étnica, cor e condição jurídica. No entanto, havia uma tendência para as uniões consensuais, mesmo muitos casamentos legitimavam relações antigas (FERREIRA, 2007, p. 91).

No caso do Peru, em contexto urbano, os proprietários de escravizados não necessariamente incentivavam o casamento entre seus cativos. Christine Hunefeldt refere que na freguesia de Santa Ana em 1808, de um total de 763 escravizados distribuídos em



187 unidades domésticas, apenas 132 eram casados, ou seja, 17,3%. Esse percentual, diz ela, reflete a resistência dos senhores aos casamentos de seus escravizados, bem como o percentual aproximado de escravos casados que residem fora da casa dos senhores. Isso porque os senhores não podiam vender seus escravos casados separadamente sem a aprovação da cúria e a cúria estava mais interessada em manter a unidade conjugal, então isso se tornou um problema para a vontade dos senhores. (HUNEFELDT, 1988, p. 22).

No entanto, os senhores também tinham controle na secreção do cônjuge de seus escravizados ou escravizados, já que para tanto era necessário o consentimento deles. Em geral, como os estudos mencionados acima mostraram e como veremos no caso da província de Popayán, os senhores das grandes propriedades preferiam que seus escravizados se casassem e apoiavam ou facilitavam essas uniões. Talvez o caso a que se refere Christine Hunefeldt tenha ocorrido em médios e pequenos proprietários que, por questões de rentabilidade econômica, muitas vezes tiveram que vender seus escravizados separadamente, por isso ser casado representava um problema.

No entanto, para os proprietários de grandes latifúndios também era um problema quando seus escravizados não encontravam uma esposa aceitável dentro de suas propriedades. Alguns e alguns se apaixonaram por pessoas livres ou escravizadas por outros senhores. Assim, as estratégias dos senhores e dos escravizados para formar casais demonstraram as tensões, negociações e resistências das partes envolvidas.

## 8. DISPENSAS DE CASAMENTO NA POPULAÇÃO ESCRAVIZADA

Na província de Popayán, os escravizados que trabalhavam na fazenda, mineração e comércio não se relacionavam apenas pelo trabalho, mas por redes de parentesco e compadrazgo. A fazenda fornecia produtos agrícolas para a mina e, por sua vez, a mina fornecia escravos para a fazenda. Os produtos excedentes foram vendidos no mercado local. Esse dinamismo econômico facilitou a circulação ou mobilidade física dos escravizados entre a fazenda, minas e Reales de Minas.

A família Arboleda possuía propriedades que abrigavam um grande número de escravizados (entre 200 e 300 cativos) e os vínculos entre parentes eram frequentes. Isso foi comentado por Hermenigildo Usuriaga, negro da fazenda Japio, testemunha em um dos

processos de dispensa: “[...] que quasi todos los esclavos estan emparentados en la Hacienda Japio, y que no siendo con parientes no hay con quien puedan casarse [...]” (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8821, folha5).<sup>98</sup>

Na fazenda Japio, por exemplo, encontramos dois casos em 1776, quando ainda era propriedade da Junta de Temporalidades. O primeiro caso é o de Ignacio e Mariana em 1776, eles foram impedidos por parentesco de terceiro grau. O segundo caso também em 1776, foi o de Pedro León e Juana impedidos pelo segundo grau de consanguinidade. Em ambos os casos as dispensas foram concedidas Arquivo Geral da Nação (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8043, folha 30).

Outro caso ocorreu em 1834, Manuel Mariano e María Francisca "morenos" escravizados por Dona Matilde Pombo, viúva de José Rafael Arboleda, eram inválidos por consanguinidade de segundo grau, linha transversal, ou seja, eram primos em primeiro grau por linha paterna. Gregoria (filha natural) e Matea (filha legítima) eram irmãs do mesmo pai, mas não da mesma mãe. Gregoria era mãe de Manuel Mariano (cônjuge) e Matea era mãe de Maria Francisca (cônjuge). (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8773, folha 30).

Na análise dos 23 casos de dispensa matrimonial de escravizados pertencentes à família Arboleda, identificamos que a endogamia prevaleceu em suas fazendas, minas e minas reais na província de Popayán. Também encontramos impedimentos por consanguinidade em todos os graus entre o primeiro e o quarto grau de consanguinidade.

O caso mais visível foi na fazenda Japio. Aqui encontramos três casos de casais, todos aparentados por ancestralidade comum a Antonio Fori da fazenda Japio.

### 8.1 DOMINGO VÁSQUEZ E LUCIANA FORI

O primeiro caso é o de Domingo Vásquez e Luciana Fori, escravizados por Julián Arboleda em 1800. Julián pediu uma dispensa para seus cativos por terem impedimento de consanguinidade de terceiro grau.

---

<sup>98</sup> “[...] que quase todos os escravos são parentes na Fazenda Japio, e que não estando com parentes, não há ninguém com quem possam se casar [...]” (tradução nossa).

En el interrogatorio a los testigos se hacen las siguientes preguntas sobre el parentesco de los contrayentes:

1ª. Si conocen a Domingo Vásquez y Luciana Fori; si son mis esclavos y feligreses de este curato.

2ª Si Domingo es hijo legítimo de Rosalia Fori, si ésta lo es de Pedro Fori y este lo fue de Antonio Fori.

3ª. Si Luciana es hija legítima de Alfonso Fori; si éste lo es de Xavier Fori; y Xavier Fori fue hijo de el ante dho Antonio Fori.

4ª Si consideran útil, al servicio de Dios este matrimonio, y que si verificandolo vivirán los contrayentes christianamente.

5ª Si es cierto que quasi todos lo esclavos de esta hacienda, tienen entre si parentesco por ser los más descendientes de el citado Antonio Fori. (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8821, ano 1800).

No processo de renúncia, também foi solicitada a certidão de batismo dos cônjuges, uma vez que não foi encontrada, foram chamadas para depor as testemunhas que eram os mesmos padrinhos:

Otro si digo: que por Vm se han solicitado las partidas de Bautismo, de los dhos Domingo y Luciana, y no se han encontrado en los libros parroquiales, ni estas ni otras que he pedido: por tanto suplico a Vm, que igualmente se digne admitirme información de testigos, que supla este defecto, sobre lo que pido, y juro. Julián de Arboleda. (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8821, folio 3, año 1800).<sup>99</sup>

No caso de Domingo, seus padrinhos foram: Baltazar Vásquez e Felipa, ambos padrinhos da fazenda Japio. No caso de Luciana Fori, sua madrinha foi Maria de Higuera, esposa legítima de Alejandro López, morador da cidade (Caloto).

## 8.2 CIPRIANO GUARECHE E FRANCISCA CARABALÍ

O segundo caso é o de Cipriano Guareche e Francisca Carabalí, também portadores de deficiência de terceiro grau, e são parentes por descendência comum de Antonio Fori:

Caloto Ciudad de año de 1800

Sor Vic

D. Julián de Arboleda, vecino de Popayán y dueño de la quadrilla de esclavos, que antengo en la hacienda de Japio... digo que Ciprian Guareche y María Francisca Huérfana mis esclavos pretenden contraer legitimo matrimonio,

<sup>99</sup> Outra se digo: que as certidões de Batismo de Dhos Domingo e Luciana foram solicitadas por Vós, e não foram encontradas nos livros paroquiais, nem estes nem outros que solicitei: por isso vos suplico, que também vos dignais admitir informações de testemunhas, que compensam esse defeito, sobre o que peço, e juro. Julián de Arboleda (tradução nossa).

y se ha adquirido noticia, que tienen parentesco en tercero grado de consanguinidad; sin la disposición de este impedimento no lo pueden afectar. Por tanto suplico a Vm se sirva admitir la información necesaria ...

2ª Si Ciprian su hijo legítimo de Antonio Guereche, y si a este lo reconoció por su hijo ilegítimo Xavier Fori; y si el expresado Xavier fue hijo legítimo de Antonio Fori.

3ª Si Francisca ha sido reputada, por hija natural de Apolonio Caravalí; y este fue hijo de Juana Fori, hija legítima de el Antonio Fori; expresado en la anterior pregunta.

4ª Si la dha Francisca es huérfana y desamparada, y por soltera expuesta a muchas miserias (...). (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8821, año 1800).

Testimonio de bautismo:

Leon Erola esclavo en la Hacienda de Japio, le consta que fue Baptizado Cyprian Guereché; dijo: que se acuerda del día que lo bautizaron en la Iglesia de Japio, pues asistió al Bautismo, y que vio lo cargó como padrino el mulato Cyprian Vivero; que lo bautizó el padre que vino a decir misa; pero que no se acuerda bien si fue el cura Dr. Dn Luis Xaramillo, o su coadjutor el padre Dn Gregorio Andrade; que esta es la verdad en fuerza al juramento.

En dho día compareció por tgo, del Bautismo de Francisca huérfana, que se va a justificar, Felipa negra esclava del Dr Dn Julián de Arboleda de este curato, a quien le recibí juramento según dro. Que hizo por Dios Nro Señor y una señal de cruz, y ofreció decir la verdad de lo que supiere y fuere preguntad, y dijo: que le consta que el Sr Vco Dn. Luis Xaramillo bautizó en la iglesia de Japio a Francisca huérfana hija de Cecilia ya difunta, que la declarante fue madrina, y que la cargó en pila, que esta es la verdad en fuerza del juramento (...) (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8821, folio 10, año 1800).

O padrinho de Cipriano era Cipriano Vivero, mulato, mas não se fala se era livre ou escravo. Por outro lado, a madrinha de Francisca era Felipa, uma escrava negra de Dn Julián Arboleda.

### 8.3 FERNANDO VÁSQUEZ E PETRONA DE CARABALÍ

E, por último, temos o caso de Fernando Vásquez (irmão de Domingo Vásquez, mencionado no primeiro caso) e Petrona de Carabalí, empatados em terceiro e quarto grau:

Sor Vic

D Julián de Arboleda vecino de la ciudad de Popayán residente en mi hacienda de Japio, de este curato, como mejor proceda según dro, ante v digo: que Fernando Vasquez y Petronila de Caravalí, mis esclavos en dha hacienda quieren contraer legítimo matrimonio, y se hallan ligados, com el parentesco de tercero, con cuarto grado de consanguinidad; y por consiguiente necesitan ocurrir a la piedad de Nro Ilma S. Obpo, para que se digne su S. Y dispensarles este impedimento para el efecto, suplico a Vm, se sirva admitir la información necesaria y paracticar todas las diligencias conducentes hasta su consecución;

examinando los testigos, que presentare, según dro, y por el interrogatorio siguiente:

1ª. Si conocen a los pretendientes..

2ª Si Fernando Vásquez, es hijo legítimo de Rosalía Fori esta de Pedro Fori; y este lo fue de Antonio Fori.

3ª Si Petronila, es hija legitima de Francisca, esta de Juana Vasquez, y esta de Francisca Fori hija de el ante dho Antonio Fori.

4ª. Si en estos siete años, sola ha habido dos casamientos en esta hacienda; con negros que he traído de fuera dificultandose los matrimonios, por estar emparentados quasi\* todos, por desendencia de Antonio Fori.

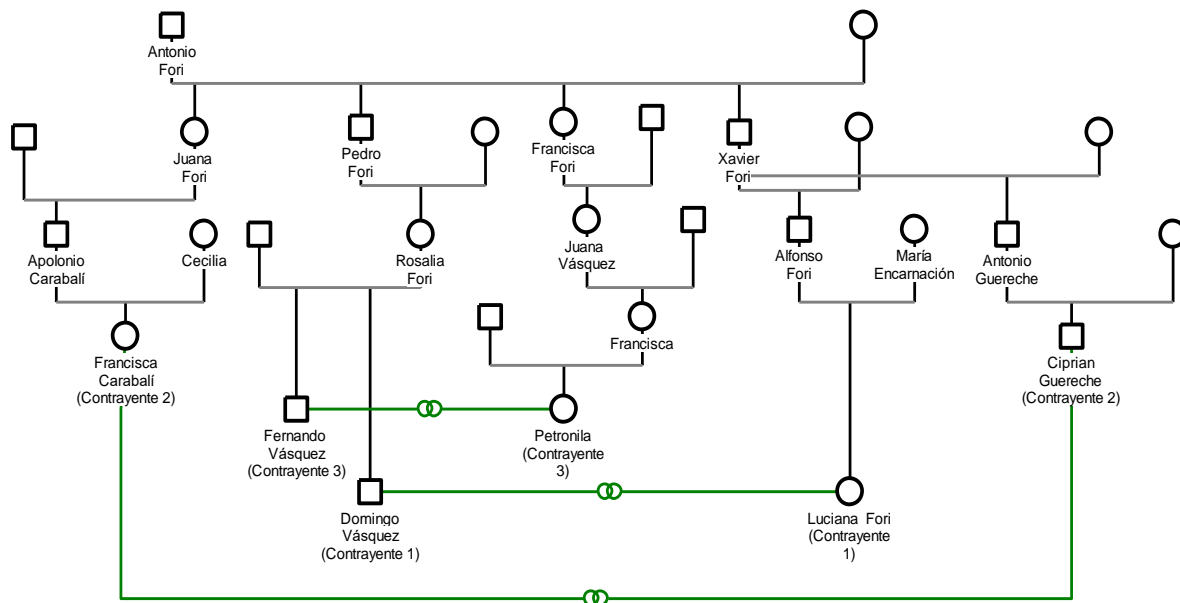
Testigos:

Maria Santos : esclava de la Hacienda de Japio, dijo: que la declarante y su marido fueron padrinos (de Petronila) que dn Cayetano Vivas le bautizó en la casa de Japio, y que algunos días despúes le puso el oleo el S. Vico Dn Jaramillo en la Iglesia de dha hacienda que esto ha más de veinte años. (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8821, folios, 22-25, ano 1800).

Nestes três casos observamos que as relações de parentesco eram encerradas na fazenda Japio, eram relações consanguíneas, uma testemunha comentou o seguinte: "É verdade que quase todos os escravos desta fazenda são da família Fories [...]".

#### 8.4 ÁRVORE GENEALÓGICA DA FAMÍLIA FORI

Figura 3



\*A linha verde representa o vínculo afetivo entre os cônjuges. Tentei rastrear as partes contratantes nas listas de anos posteriores e não foram encontradas.

## 9. REDES DE PARENTESCO E COMUNIDADE

Era comum que os escravizados se casassem entre os mesmos membros de uma fazenda ou entre diferentes fazendas de diferentes senhores na província de Popayán? Existiam redes de parentesco e/ou compadrazgo? Qual foi o grau de controle ou intervenção do mestrado na escolha do cônjuge?

Na província de Popayán, pelo menos nas grandes fazendas da Arboleda, podemos supor que, como em Santafé de Bogotá, Chocó, Campinas e Bahia, os escravizados de latifúndios se casavam entre os mesmos membros do grupo. As razões para isso eram diferentes, uma delas poderia ser uma estratégia dos proprietários de escravos para favorecer a reprodução natural em suas fazendas e minas e assim garantir o trabalho escravo. A outra razão era que para os proprietários de terras o casamento entre seus cativos e consequentemente a formação de famílias garantia harmonia ou paz em suas propriedades.

Não é por acaso, por exemplo, que Dona Matilde Pombo, esposa de Don José Rafael Arboleda, e administradora das propriedades de seu marido quando ele estava ausente a negócios, em 1842 foi às autoridades para denunciar o padre do cantão de Caloto Justo Jordán porque não cumpriu os serviços religiosos como batismos, casamentos e óbitos nas fazendas Japio, Quintero e La Bolsa. No documento fica evidente que pelo menos grandes latifundiários como os Arboleda pagavam anualmente a um padre para atender às necessidades religiosas ou espirituais de seus escravizados. As fazendas tinham suas próprias capelas ou pequenas igrejas onde se celebrava uma missa uma vez por mês, era também o local onde os escravizados eram batizados, confessados, casados e realizavam ritos fúnebres (ACC, Fondo Arboleda, sig 14, folhas 1-2.1842).

Aparentemente os senhores de escravos estavam interessados em que seus escravizados se casassem porque achavam que isso lhes permitiria o controle parental ou a organização entre seus escravizados, a família funcionava como elemento de estabilização ou pacificação social dentro de suas propriedades porque evitava ou reduzia tensões e confrontos entre cativos (FLORENTINO, 1997, p. 151).

Isso é do ponto de vista do mestre e do escravizado? Para os escravizados, casar e formar família também representava varias vantagens, como maiores possibilidades de obter

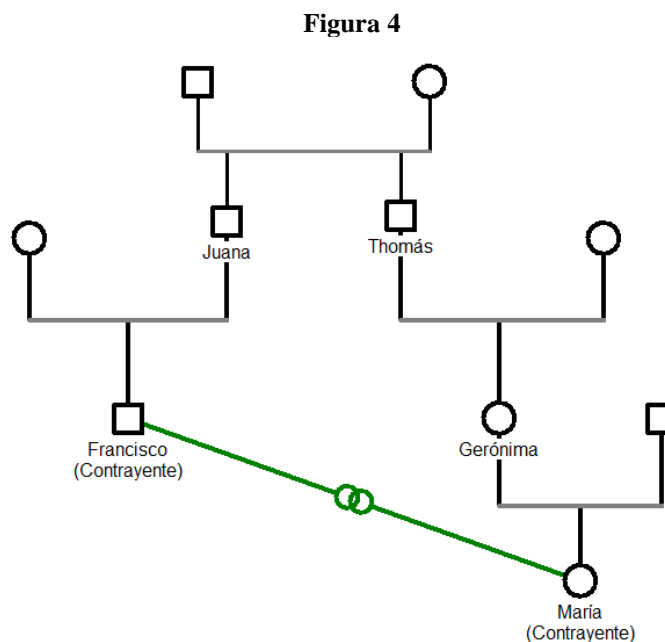
a liberdade ao compartilhar a carga económica para a sua compra para um dos membros da família; também, ao ampliar os laços parentais, podia-se aliviar as vicissitudes da escravidão. Para Romero, a família escravizada foi muito importante para a formação de redes de parentesco e comunidades que mais tarde incentivarão a ocupação de territórios no entorno das fazendas.

Embora nos documentos os motivos dos cativos não sejam tão explícitos quanto os de seus donos, podemos inferir as tensões que surgiram quando as preferências dos cativos não foram aceitas, aparentemente o casamento regulamentado em muitos casos uniões de fato que outrora existiam. Por exemplo, observamos que alguns casais escravizados ainda eram formados com ou sem o consentimento do proprietário de escravos, não deixando outra escolha a não ser conceder-lhes permissão para se casar. É o caso de Francisco e María (seus sobrenomes não são mencionados no documento), escravizados por Dom Bartolomé de Mosquera no ano de 1784:

El Dr Dn Bartolomé de Mosquera, regidor perpetuo de esta ciudad... deseo poner en estado de matrimonio a dos esclavos míos Francisco y María, que se hallan ligados con el parentesco de segundo con tercero grado de consanguinidad porque Juan y Thomás fueron hermanos; de Juana nació Francisco contrayente, de Thomás nació Gerónima y de ésta María contrayente (...), **y habiéndose estos conocido carnalmente temo algunas reincidencia** y aspirando ellos a casarse, suplico a la jurisdicción (...) se sirva dispensar este impedimento y mandar librar boleta para que el cura rector los case (...)" (AGN, Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 7762, folio 6, 1784. Grifo meu).



## ÁRVORE GENEALÓGICA DE FRANCISCO E MARÍA



Como vimos, para muitos proprietários era preferível que as uniões de seus escravos fossem legitimadas pelo casamento, mas não sabemos com que frequência eram as "uniões ilícitas" ou as coabitações. O que fica muito claro nos documentos é que os senhores se opunham às uniões entre escravizados de proprietários diferentes ou com pessoas livres. A justificativa apresentada pelos latifundiários era que, se os escravizados casavam com pessoas livres ou escravizavam a outros proprietários, a união conjugal era prejudicada pela tendência de abandono do cônjuge livre ou pelas dificuldades de permanecerem juntos.

Por exemplo, Don Francisco Antonio de Arboleda em 1768 em uma declaração solicitando a dispensa de seus escravizados, menciona a inconveniência de se casar com cativos de diferentes proprietários porque afetava a paz de sua mina em Santa María de Quinamayó:

[...] Atm: **Digan, si se siguen inconvenientes de que se casen los esclavos de un amo con los de otro, las perturbaciones de la paz** que se originarian entre unos y otros amos: La desunión del matrimonio y lo que más es las ofensas que se siguen a los consortes y al sacramento." (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 7978, folha 23, ano 1768, grifo meu).

No mesmo caso, uma testemunha que é sacerdote explica as razões pelas quais não é conveniente a união de escravizados de proprietários diferentes ou com pessoas livres e, por um lado, pela impossibilidade de convivência; por outro lado, os vazamentos do cônjuge livre são masculinos ou femininos. O caso também mostra a existência de uniões consensuais entre os cativos:

[...] y en quanto a los inconvenientes que se siguen en que se casen los esclavos de un dueño con los de otro como en que se casen los libres com esclavos, es cierto si siguen en muchos, asi por **la desunión del matrimonio que se ofrese por no poder vivir juntos los esclavos de un dueño con los de otro** com o tambien **la fuga** que continuamente hazen los libres sean hombres o mujeres (...) y así mismo certifico que por lo general hay incontinencia en todos los negros por lo que los curas nos vemos precisados en cumplimiento de nuestra obligación aunque se siguen **muchísimos inconvenientes a los amos, casar los libres con esclavos, porque continuamente después de muchos años de ilícita amistad, resultan los esclavos casándose con las libres o sus concubinas o las esclavas con los libres sus mancebos (...)**". (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 7978, folha 26, ano 1768, grifo meu).

Note-se que o padre que presenciou o caso também menciona que é dever da igreja casar os casais escravizados e livres, mesmo que seja inconveniente para os senhores. Como mencionamos no início, para a Igreja a vida sexual deveria ocorrer dentro do casamento, caso contrário era pecado. Assim, ele encorajou o casamento nos escravizados para evitar a coabitação, a imoralidade, a vida escandalosa e a superstição (HUNEFELDT, 1988, p. 21).

Para regular esta e outras situações, em 1789, através de um Decreto Real, foi concedido um tratamento justo e humano aos escravizados pelos senhores e as obrigações dos cativos para com os seus proprietários. Sobre o casamento, mencionou-se que os senhores deveriam promover os casamentos de seus escravos para evitar relações ilícitas entre eles. Disse ainda que os senhores não podiam impedir o casamento dos escravizados mesmo de proprietários diferentes: "se as fazendas fossem distantes, para que os cônjuges não pudessem se encontrar com o fim do casamento, a mulher seguirá o marido [...]" (CORTEZ, 1988, p.229).

No entanto, encontramos um caso na cidade de Buga em que o padre ou padre expressou que estava proibido de casar escravizados com pessoas livres. Finalmente, ele conseguiu casar Serafino escravizado por Dom Cristóbal de Mosquera com uma mulher livre porque pouco antes de morrer seu mestre lhe concedeu a liberdade:

Digo yo Cura y Vicario de la Villa de Roldanillo que estando de cura de Timbio se trató matrimonio entre Serafino esclavo que fue del finado Sr. Dr. Cristóbal de Mosquera, con María Manuela Valencia libre, de esa feligresía, y para proceder a autorizar dho matrimonio traté con la Señora María Rosa Polo haciéndole presente que en el Auto General de visita en una de sus capítulos estaba prohibido por el Ilustrísimo Señor Obispo Don Ángel Velarde y Bustamante que los curas no procedieran a los matrimonios de esclavos con libres y me contestó las referida Señora Polo que el negro Serafino era libre por disposición de su difunto amo, por cuya razón se verificó como constará por la Partida de Casamento que estata sentada en el Libro Parroquial [...]”(AGN, Arquidiócesis de Popayán, 5989, folhas 1-3, ano 1826).

Aqui vemos que a livre escolha conjugal que a Igreja tanto defendia também estava condicionada. Outra razão para não querer que os escravizados não se casassem com pessoas de fora das propriedades dos proprietários era que nas fazendas e minas da província de Popayán e nos grandes engenhos de açúcar, no caso do Brasil, as possibilidades de formar uniões com pessoas de fora a propriedade dos escravos era difícil por causa de seu isolamento ou distância de vilas e cidades.

No caso das minas e das quadrilhas, observamos que nas minas de Santa María, em 1784, D. Francisco Antonio de Arboleda pediu dispensa de casamento para seus escravizados Mariano e Pioquinta, por serem deficientes por consanguinidade de terceiro grau, ou seja, eram filhos de primos de primeiro grau. Em uma parte do documento ele expressou a dificuldade dos escravizados do mesmo dono ou quadrilha encontrarem um consorte sem serem parentes entre si:

Mariano y Pioquinta esclavos del Capitán Dn Francisco Antonio de Arboleda en sus minas de Santa María, como quieren contraer matrimonio y hallándose ligados con el impedimento de consanguinidad de tercer grado, por ser hijos de primos hermanos, cuales eran Bonifacio Balanta, padre del Mariano e Ignacio Banguera, que lo es de la Pioquinta, suplican a V.S – **se digne dispensarlos, atendiendo a la dificultad, que hay de encontrar consorte sin liga de parentesco entre los esclavos de un mismo amo y de una misma cuadrilla;** ya alas generales, que median con gente de esta clase [...]. (AGN, Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 7762, folha 5, 1784. Grifo meu )

Na mesma Mina de Santa María, 34 anos depois, em 1818, encontramos o caso de Santiago Cachimbo e Petrona García, propriedade de Manuel María Arboleda, que têm impedimento de consanguinidade de terceiro grau. Aparentemente a situação de parentesco entre os mesmos habitantes do Real de Minas não mudou muito, testemunha confirma isso:

En el pueblo de Quilichao jurisdicción de la ciudad de Caloto del Obispado de Popayán en diez y siete de enero de esta presente años de mil ochocientos diez y ocho, para la información mandada recibir la parte presentó por testigo a Joaquín María Popó negro esclavo del Dn Dr Manuel María de Arboleda, residente en su Real de Minas de Santa María [...] y declaro lo siguiente:

A la quinta dijo: **que las familias que componen dicho Real se hayan enlazadas con los parentescos de consanguinidad y afinidad por cuyo motivo no pueden matrimoniarse, sin impetrar dispensa** del Sr ordinario [...] (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8356, folha 21, ano 1818. Grifo meu).

Os escravizados se relacionavam não apenas na mesma fazenda ou quadrilha, mas também entre Real de Minas e fazendas, o que nos leva a compreender as redes de parentesco. Vejamos o seguinte caso que, embora tenha ocorrido em 1768, confirma que essa situação não era nova entre a população escravizada da família Arboleda:

O capitão Don Francisco Antonio de Arboleda, proprietário de escravos e minas de Quinamayó compareceu perante o juiz eclesiástico para solicitar a dispensa de seus escravizados Mariano Banguera e María Luisa Bonilla que trabalham na mina Santa María de Quinamayó. O juiz eclesiástico solicitou o depoimento das testemunhas a quem foram feitas as seguintes perguntas:

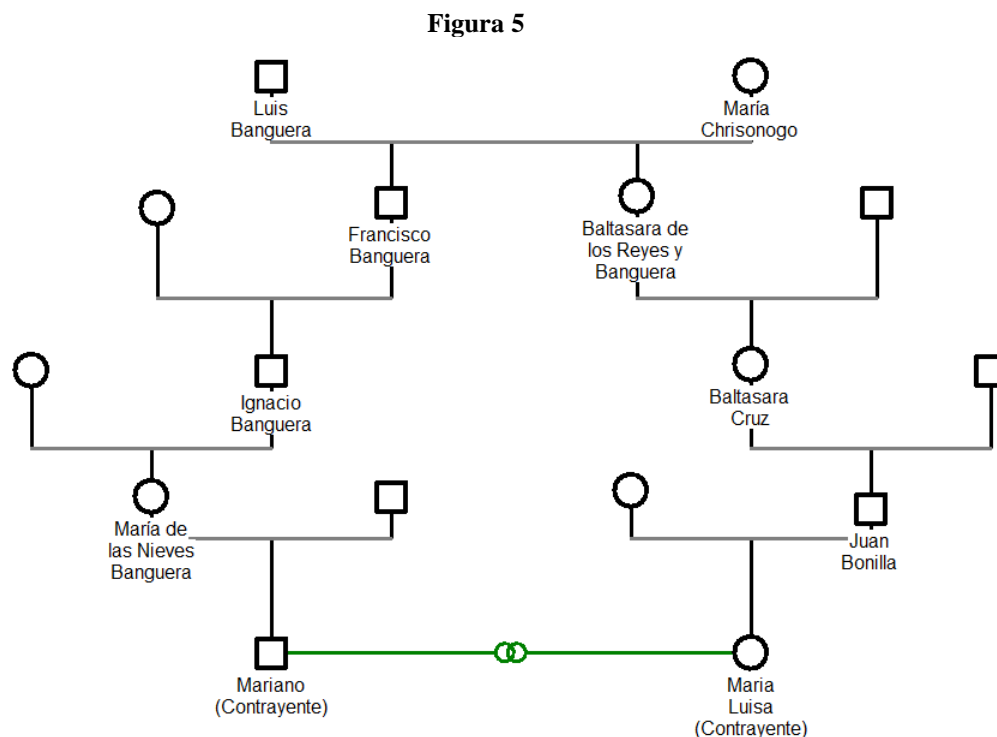
“Sr Vicario y Juez Eclesiástico

El Capitán Dn Francisco Antonio de Arboleda vecino de esta ciudad de Popayán dueño de esclavos y minas, residente – de Quinamayó; ante vmd parezco como más haya lugar en derecho por **Mariano y Maria Luisa**, mis esclavos de los que tengo en el Asiento de Santa María cabeza de este Curato, y digo que habiendo tratado los susos dichos de contraer el santo sacramento del matrimonio se hallan con impedimento directamente\* de parentesco consanguíneo, en **cuarto grado puro**. [...] Igualmente información de las justas causas que a ello me promueven y sirviéndose de hacer comparecer ante si a los testigos que tuviere por conveniente y le parecieren suficientes que bajo la gravedad de juramento depongan al tenor del interrogatorio siguiente, dando razón de su derecho:

Itm: Digan, si saven, que Luis Banguera y Maria Chisonogo\*, esclavos de mis abuelos, tuvieron por sus hijos legítimos a Francisco Banguera y Balthasara de los Reyes y Banguera, y si dho Francisco Banguera fue padre legítimo de Ignacio Banguera que vive y si este lo es de María de las Nieves, y si esta es madre del dho, Mariano pretendiente.

Itm: Digan si saven o les costa que la dha Baltasara de los Reyes fue madre legitima de Baltazara de la Cruz, y si ésta lo es de Juan Bonilla y si éste es padre legítimo de Maria Luisa pretendiente. Unos y otros mis esclavos.” (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 7978, folha 23, ano 1768).

## ÁRVORE GENEALÓGICA DE MARIANO E MARÍA LUISA



Nas seguintes perguntas do interrogatório, Dom Francisco Antonio de Arboleda menciona que tem mais de oitocentas pessoas escravizadas em diferentes fazendas e minas, e destas o número de mulheres predomina sobre o de homens. Ele também menciona as dificuldades de se casar escravizados com senhores diferentes devido às tensões que podem surgir com possíveis separações dos cônjuges.

“Itm: **Digan si saben o les consta que sin embargo de tener mas de ocho cientos esclavos; en diferentes haciendas y minas, es mayor el número de hembras que tengo, que el de varones, y si esto acontese comunmente en los demás pueblos esclavos, y --- libres.**

Atm: Digan, si se siguen inconvenientes de que se casen los esclavos de un amo con los de otro, las perturbaciones de la paz que se originarian entre unos y otros amos: La desunión del matrimonio y lo que mas es las ofensas que se siguen a los consortes y al sacramento.”

Itm: Digan, si por lo común (siendo como son cortos Pueblos de esclavos los de los Reales de Minas) se hallan emparentados unos con otros. Y si saben que los pretendientes **Mariano y Maria Luisa, mis esclavos lo están con los más de los que tengo en el dho, Sta Maria y con otros que tengo en diferentes Haciendas y minas** ya por parentesco de consanguinidad de afinidad o (ilegible) espiritual.

Ytm: Digan, si saben han oido decir o les consta, la incontinenca que por lo común hay entre muchos esclavos por la falta de varones, y los incestos\*, que se

siguen de la incotinencia por su miserable constitución y lo mas que supieren”. (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 7978, folio 23, año 1768).

Dom Miguel Sánchez, padre, confirma a situação dos escravizados dizendo que é verdade que "comum acontece que os livres se ausentam, deixando a escrava consorte, fugindo da sujeição". Além disso, também afirma que é verdade que em geral os escravizados "estão ligados por sangue, afinidade ou parentesco espiritual aos negros das Reales de Minas y Haciendas do mencionado Dn Francisco Antonio" e que os pretendentes de Mariano e Maria Luisa são ligados à maioria dos negros de Santa María, bem como de outros Reales e haciendas (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 7978, folha 24, ano 1768).

Por fim, foi concedida permissão ao contratante, isentando-o do impedimento de consanguinidade no quarto grau puro, “desde que o dha não tenha sido abduzido, ou se o foi, não existe em poder do sequestrador [...]” Isso significa que a permissão foi concedida se o cônjuge não estiver morando com o namorado. Segundo o estereótipo de feminilidade da época, a mulher deveria ser virgem antes de se casar, ou seja, não ter tido relações extraconjugais, mas sabemos que na prática muitos casamentos estavam legalizando as uniões consensuais. Também lhes foi imposta a penitência “que por um período de três meses confessem e comungem a cada quinze dias; jejuar às sextas-feiras (exceto se estiver doente) e rezar de joelhos todas as noites uma parte do Rosário ” (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 7978, folha 27, ano 1768).

Encontramos um caso de 1818 em que Santiago Cachimbo e Petrona García, escravizados por Manuel Arboleda, das minas de Santa María de Quinamayó, foram impedidos de se casar por serem primos de segundo grau. O que diferencia este caso em relação aos demais é que o documento menciona a procedência dos pais dos cônjuges e identifica seus padrinhos de batismo, o que permitiu verificar que na construção de suas redes parentais ambos os pais, padrinhos ou outros parentes faziam parte de uma rede mais ampla que transcendia os limites da fazenda ou mina dos próprios cônjuges, vejamos:

Município de Quilichao jurisdição da cidade de Caloto do Bispado de Popayán em dezessete de janeiro do presente ano de mil oitocentos e dezoito, para a informação ordenada para receber a parte apresentou como testemunha Joaquín María Popó, escravo

negro do Dr. O Sr. Manuel María de Arboleda, residente no seu Real de Minas de Santa María (...) declarou o seguinte:

“Primeramente declaro que conozco de trato y comunidad a los pretendientes y que aunque le tocan las generales de la Ley, ni por eso falta a la religión del juramento que ha prestado y responde,

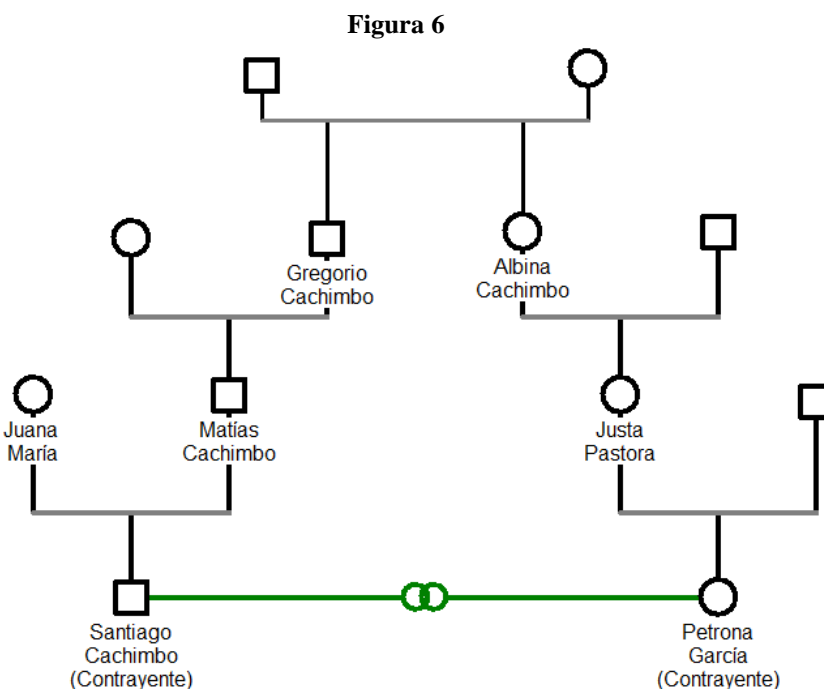
A la segunda dijo: que Gregorio Cachimbo y Albina Cachimbo, a quien conoció, eran hermanos legítimos, y de legítimo matrimonio y responde...

A la tercera espresó, que de Gregorio Cachimbo nació Matías Cachimbo y de éste Santiago Cachimbo pretendiente y responde

A la quarta dijo: que Albina Cachimbo nació Justa Pastora y de ésta Petrona García pretendida y responde.

A la quinta dijo: que las familias que componen dho Real se hallan enlasadas con los parentescos de consanguinidad y afinidad, por cuyo motivo no pueden matrimoniarse, sin impetrar dispensa del Sr ordinario y responde.” (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8356, folios 19-24).

### ÁRVORE GENEALÓGICA DE SANTIAGO E PETRONA



Uma forma de verificar o grau de parentesco entre os cônjuges era solicitar as certidões de batismo, caso não fossem encontradas, solicitava-se a declaração da madrinha ou do padrinho e dos anciãos do Real de Minas ou da Fazenda. Este foi o caso dos contratantes, nos depoimentos foi mencionado que os pais de Santiago Cachimbo foram escravizados pelo Capitão Don Francisco Antonio Arboleda. Sua madrinha era Isabel de

Arrechea, uma mulata escravizada por Dona Ignacia de Arrechea. No caso de Petrona García, mencionou-se apenas que sua madrinha de batismo era María Luciana, escravizada por Manuel Antonio Arboleda e o Real de Minas de Santa María. Nos poucos casos em que vimos a madrinha ou padrinho aparecer, eles também eram escravizados e podiam pertencer ao mesmo lugar que sua afilhada/afilhado ou outros senhores de lugares próximos. Isso confirma que as redes de parentesco podem transcender os limites de outras fazendas ou cidades. Aparentemente, se não podiam casar com outros proprietários ou pessoas livres, a estratégia dos escravizados e escravizadas era ter padrinhos e madrinhas de outros proprietários, fazendas ou vilas. Observamos também que as certidões de batismo não foram encontradas, sendo frequente o depoimento dos próprios padrinhos ou das testemunhas.

O caso a seguir não ocorreu nas propriedades de Los Arboledas, mas aconteceu em seu entorno vizinho e nos dá uma ideia do que significava estar relacionado entre diferentes Reales de Minas.

Em 1805, Enrique e Maria Basilia, escravizados pelo Real de Minas de Santa María de Quinamayó e pertencentes ao convento das freiras carmelitas, pediram a dispensa do casamento por serem impedidos no quarto grau de consanguinidade. O que chama a atenção no caso é que o pai de María Basilia compareceu perante as autoridades eclesiásticas para declarar que deu seu consentimento para que sua filha se casasse com o namorado. o que indica que os pais dos escravizados estavam envolvidos nas decisões matrimoniais de seus filhos e filhas se tivessem menos de 25 anos de idade, conforme estabelecido pela Pragmática Real.

En el sitio de Quilichao jurisdicción de la ciudad de Caloto de este obispado de Popayán en 26 de octubre del año del señor de mil ochocientos y cinco, ante mi pareció presente Eusebio, padre legítimo de Bacilia, negros esclavos de las Reberendas Madres carmelas de la ciudad de Popayán, natural de el real de Minas de Cerrogordo perteneciente a la Parroquia de Santa maria de Quinamayó, (...) y dijo que le daba, y le dio su consentimiento , y bendición , a la referida su hija Basilia, mediante a no estar en la edad de casarse a su arbitrio, para que obtenida la dispensa de 4º grado simple de consanguinidad, con que se halla ligada con Enrique negro esclavo de las referidad Madres Carmelas, celebre esponsales, y contraiga matrimonio según orden y disposición de N. S Madre, la iglesia con el citado Enrique hijo legítimo de Balentin y Thereza, esclavos todos de las dhas Reberendas madres Carmelas, y feligreses de esta parroquia de Santa María de Quinamayó (...). (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8206, folhas 1-2).



Na certidão de batismo de María Basilia consta que ela é filha legítima de Eusébio e Rafaela, escravizados pelas freiras carmelitas, e seus padrinhos foram Pedro Lucas e Thomasa, escravizados por Dom Miguel Izquierdo. Na certidão de batismo de Enrique consta que ele é o filho legítimo de Balentín e Theresa escravizados pelas freiras de Carmen e seus padrinhos no batismo foram Pedro Domingo e Maria Barthola Muñoz, que aparentemente "livres" porque não é mencionado que eles são escravizados.

Outra situação que nos dá uma ideia sobre as redes parentais, além do fato de que os padrinhos e madrinhas poderiam ser de outras fazendas, proprietários ou população livre, é que eram parentes de diferentes Reales de Minas das menores carmelitas, em neste caso o Real de Mina de Cerrogordo e o Real de Mina de Quinamayó, é o que atesta Francisco Negro escravizado das Reverendas Madres Carmelitas, quando lhe perguntam “se as famílias que compõem os dois Real de Minas de Cerrogordo e Quinamayó estão relacionados, e se a relação com a qual os pretendentes estão vinculados for a mais remota, ou se souberem que têm outro impedimento público ou oculto (...). Ao que ele responde o seguinte:

(...) A la 4ª [pregunta] dijo: que las familias que componen los dos Reale de Minas citados, se hallan ligadas con los parentescos de consanguinidad, y afinidad lícita; y que el parentesco de los contrayentes es el más remoto; y que no sabe, ni ha oido decir que se hallen ligados con otro impedimento (...). (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8206, folio 6).

Houve também casos em que o impedimento ao casamento não era por parentesco consanguíneo, mas sim por afinidade, ou seja, aquele que ocorria entre uma pessoa e os parentes consanguíneos de seu cônjuge. É o caso de José María de Congo e María Ignacia Vásquez, escravizados por Dom Antonio Arboleda na fazenda Matarredonda em 1800. José María é viúvo de Manuela Paula Vásquez, prima em primeiro grau de María Ignacia.

Sor Vicario

El D. D. Antonio de Arboleda, vecino de Popayán residente en mi hacienda de Matarredonda, ante V. como más haya lugar digo: que María Ignacia Vasquez, quiere contraer matrimonio, con José María de Congo, viudo de Manuela y se hallan ligados en segundo grado de afinidad ha de recibir por Vn, como lo suplico, la correspondiente información, y practicar las demás diligencias necesarias, para la consecución de la dispensa del impedimento y que los testigos que presentaré, declaren:

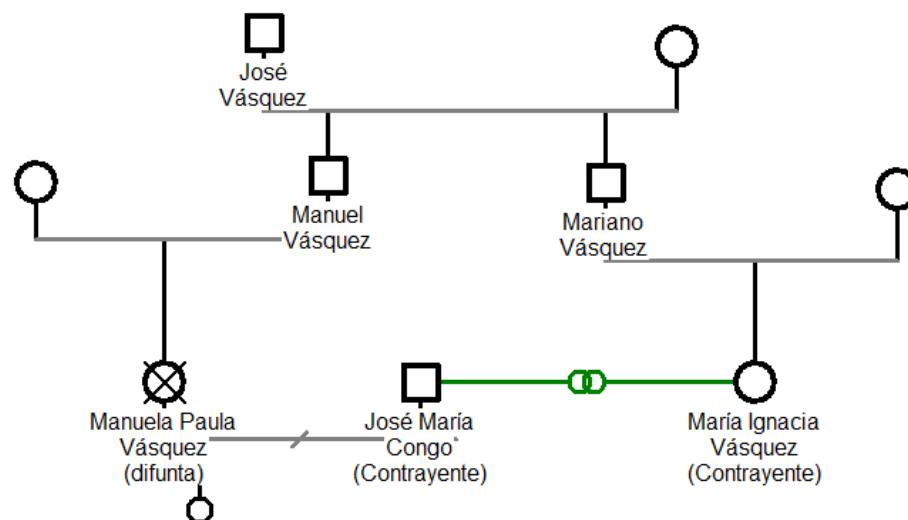
1ª Si conocen a María Ignacia Vásquez y José María Congo y si son mis esclavos residentes en esta Hacienda de Matarredonda y si les tocan las generales.

2ª Si José María fue casado en primeras nupcias con Manuela Paula Vásquez, y si esta es ya muerta.

3ª Si Manuela Paula, era hija legítima de Manuel Vásquez y este hijo legítimo de José Vásquez.

4ª Si María Ignacia Vásquez, es hija de Mariano Vásquez y este hijo de José Vásquez. (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 8821, folha 16, ano 1800).

**Figura 7**



Outra se digo: que não há certificado de batismo feito nesta Vic Parroquia sendo registrado nos livros paroquiais, foi necessário receber as declarações de Da Basilia de Amaya, que foi madrinha de José María e de Gregorio Fori e Matías Vásquez, que viu batizar María Ignacia por ter falecido seus padrinhos, para cumprir este requisito.

## 10. O ADULTÉRIO ENTRE OS ESCLAVIZADOS

Na concepção do matrimônio como sacramento, prevalecem os princípios da indissolubilidade e da fidelidade. O objetivo também era evitar o concubinato e o adultério, já que a sexualidade deveria ser exercida dentro dos limites do casamento com o único propósito de procriar. Assim, as relações extraconjugais eram consideradas ofensivas à moral cristã e eram punidas pela Igreja e pela Lei.

No caso dos escravizados, como vimos, a Igreja favoreceu e protegeu as uniões conjugais dos cativos. No entanto, quando se tratava de adultério, parecia haver exceções à regra. Encontramos um caso nas minas de Los Arboledas em que o homem casado decide colocar seu casamento para casar com a prima de sua esposa e no outro caso, o homem, enquanto casado com sua esposa, pede sua sobrinha em casamento. Em ambos os casos, são concedidas isenções.

O primeiro caso de adultério ocorreu em 1804 no Real de Minas de Santa María. Dom Francisco José Arboleda, proprietário do Real de Minas de Santa María na paróquia de Quinamayó, jurisdição de Caloto, solicitou dispensas matrimoniais para seus escravizados Domingo Mariano Viáfara e María Francisca Carabalí. O impedimento foi que Domingo cometeu adultério por ser casado com Juana María Cambimbo, também escrava, quando teve relações extraconjugais com María Francisca, prima de sua esposa, e dessa relação nasceu um filho:

Illmo Señor

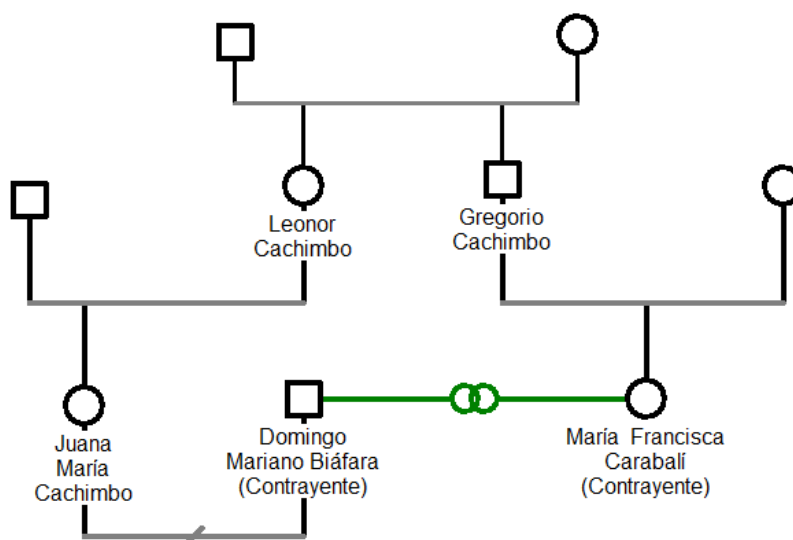
Dn Franco Jose Arboleda, vecino de esta ciudad, dueño del Real de Minas y esclavos de Sta María, en el curato de Quinamayó jurisdicción de Caloto; ante V.S y con mi mayor respeto digo: que Domingo Mariano Biáfara mi esclavo, marido de Juana María Cambindo, tuvo cópula ilícita con María Francisca Carabalí, prima en segundo grado de su mujer, este impedimento se ha hecho público y notorio y en su consecuencia están separados los consortes y necesitando de la correspondiente habitación. (AGN, Archivos privados. Arquidiócesis de Popayán, signatura 8133, folio 1).

A solução encontrada por Francisco José é separar Domingo de sua esposa e casá-lo com sua amante. Como se pode inferir dos depoimentos das testemunhas, a relação que mantinha com María Francisca Carabalí era antiga, pois todos na mina conheciam a relação, inclusive sua própria espos:

En el mismo día presentó por tgo a Agustín Dias esclavo de la referida mina de Sta Maria a quien, yo el Provisor y Vicario General tome juramento (...) dijo: que conoce a Domingo Mariano Biáfara, y a Francisca Carabalí de vista trato y comunicación como que son todos de una misma mina y también a Juana Maria Cambindo, mujer legitima del citado Domingo y responde.

Preguntado sobre el parentesco que tiene la Juana María, con María Francisca dijo: que son primas hermanas por que la Juana María es hija legitima de Leonor Cachimbo, hermana legitima de Gregorio Cachimbo de que es hija y legitima la expresada Maria Francisca Carabali.

**Figura 8**

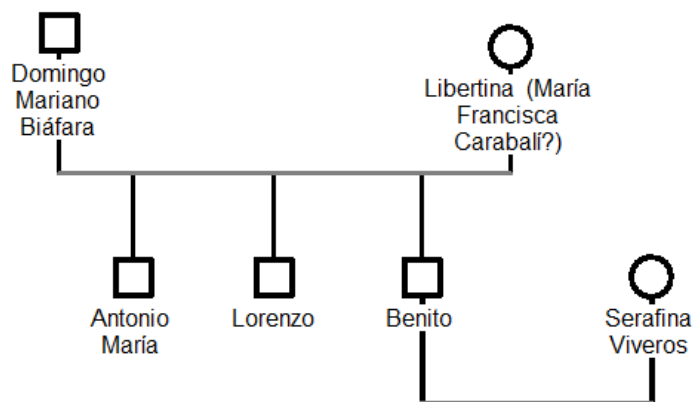


Preguntado sobre el comercio ylicito del Domingo Mariano con la Maria Francisca dijo: que es cierto y le consta al declarante como que es público y notorio en todo el real (Real de Minas) y resultó un hijo varón y que por este motivo los amos del declarante separaron al Domingo Mariano de su mujer enviandolo a la hacienda de la Bolsa, entre tanto se solicita la dispensa para que pudiera cohabitar con ella [o sea, con Francisca], y que lo dho es la verdad y quanto sabe (...)" (Arquidiócesis de Popayán, signatura 8133, folio 2v).

Tentamos acompanhar este caso de diferentes fontes, começamos primeiro com a lista de pessoas escravizadas da fazenda La Bolsa. Na lista de 1812, encontramos Domingo Mariano Biáfara, pai de Antonio María e Lorenzo, mas o nome da mãe não é mencionado. Na lista de 1819, Domingo aparece novamente, 54 anos, embora diga que é casado com uma libertina, o nome também não é mencionado, podemos supor que seja María Francisca Carabalí. Seus filhos são Antonio María (22 anos), Lorenzo (20 anos) e Benito (27 anos).

Serafina Viveros (22 anos), esposa de Benito, também aparece no grupo familiar. Desta lista de 1819, esta é uma das poucas famílias extensas que encontramos.

**Figura 9**

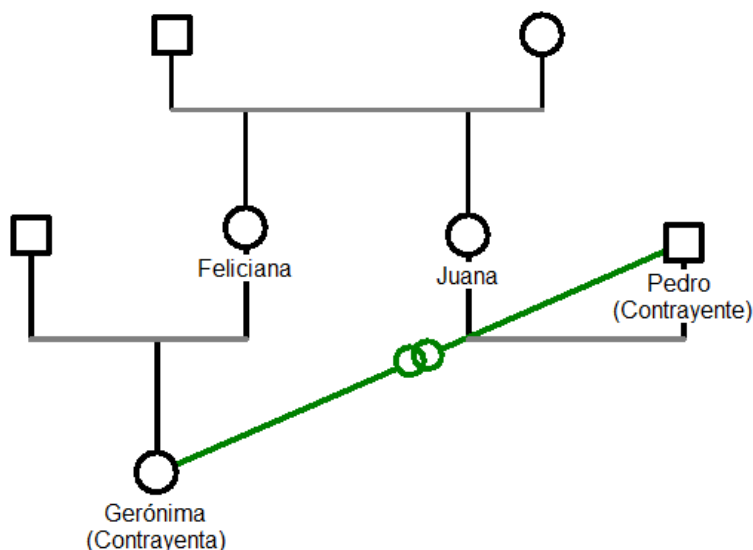


O segundo caso ocorre em 1781, trata-se do adultério de Pedro e Gerónima, escravizados por Dona Bartola Arboleda, que são impedidos por serem parentes por afinidade. Pedro era tio-de-lei de Gerónima, e era casado com Juana, tia de Gerónima, quando deu sua palavra de casamento à sua sobrinha Gerónima:

Ilmo Señor

Da. Bartola de Arboleda vecina de esta ciudad (Caloto) com devido respeto ante V. S Ilma. Paresco y digo: que han deliverado de su espontánea y libre voluntad dos esclavos míos llamados Pedro y Gerónima contraer matrimonio; el que juntamente para descargo de mi conciencia, poniéndolos en estado deseo se verifique por haber ya el tiempo de una año que se tiene dada palabra y resueltos a cumplirla, sin embargo, que los he mantenido siempre separados, y como resulte impedimento en primero con segundo grado de afinidad, por haber sido Juana mujer legítima del mencionado Pedro y ésta hermana de Feliciano madre de la referida Gerónima contrayente, suplico encarecida y rendidamente a la natural piedad de V.S Ilma se digne dispensarles, para que válida y licitamente puedan contraer el matrimonio, que esto recibiré merced y gracia ella mediante. (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 7837, folha 16, ano 1781).

Figura 10



Pelo que observamos no caso, Juana, que é esposa legítima de Pedro, ou seja, tia de Gerónima, estava viva na época em que Pedro decidiu se separar para casar com sua sobrinha. Lembremos que o divórcio na Colônia era na verdade uma separação de corpos, mas não de espíritos, porque quando um casal se casava, o fazia "até que a morte os separasse", naquela época o casamento era dissolvido até que isso acontecesse, ou seja, desde que um dos cônjuges não fosse viúvo ou viúva, eles só poderiam se separar fisicamente, mas nenhum deles poderia se casar novamente. O divórcio só era permitido se um dos dois cônjuges decidisse ingressar em uma ordem religiosa ou por causa do pecado de fornicação, ou seja, se a mulher cometesse adultério. No entanto, o adultério do marido não era motivo para o divórcio. As mulheres divorciadas, não estando sob a tutela do marido, tinham que observar a castidade e voltar para a casa dos pais, viver com pessoas honradas ou permanecer sob a proteção de um convento (LÓPEZ, 1857).

Transcrevemos a íntegra da resposta da autoridade eclesiástica que finalmente concedeu a dispensa a Pedro e Gerónima:

“Popayán Abril 27 de 1781”

Por presentada: En atención a lo que esta parte representa y atendiendo así mismo la rusticidad de los contrayentes y al bien espiritual de sus almas; usando de la facultad apostólica que generalmente nos está concedida, dispensamos el impedimento de segundo grado mixto con primero de afinidad por cópula lícita con que se hallan ligados Pedro y Gerónima, negros esclavos de esta parte, para que puedan contraer el matrimonio que pretenden. librese boleta para que el cura o a quien a propio párroco le corresponda, procediendo las

amonestaciones prevenidas y requerimiento de la contrayente, no resultando otro impedimento le imponga las penitencias saludables por conveniente y los case según orden de Nuestra Santa madre Iglesia. Ante mí Dr. Manuel Antonio Rubiano. (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 7837, folha 16, ano 1781).

Não sabemos o que aconteceu com Juana, talvez ela tenha ficado no mesmo lugar com o ex-marido e a sobrinha; talvez ela tenha sido transferida ou talvez os recém-casados tenham sido transferidos. O que sabemos é que, aparentemente, com a população escravizada havia um grau maior de flexibilidade nas normas matrimoniais.

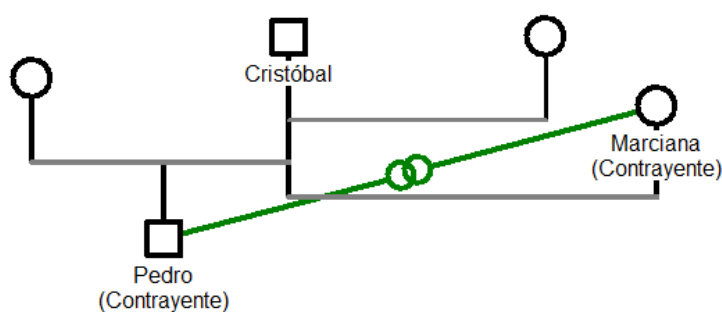
O terceiro caso de adultério é o caso de Pedro e Marciana, escravizados da Mina San Miguel de Gélima, também propriedade de Dona Bartola Arboleda. Pedro quer casar com a concubina de seu pai Cristóbal:

Sr Provisor y Vicario General

Da Bartola de Arboleda viuda vecina de esta ciudad ante V. S. premiso lo necesario en derecho digo: que dos esclavos míos llamados Pedro y Marciana quieren de su espontánea y libre voluntad contraer matrimonio, y como el iniciado Pedro sea hijo de Cristóbal negro también esclavo, habido en adulterio según presunción, y derecho de la madre del memorado Pedro, e igualmente como hubiese tenido el referido Cristóbal padre presunto de Pedro trato ilícito con la iniciada Marciana, parece incide el caso de quererse casarse dho Pedro con la que fue concubina de su padre, y por lo mismo hallase ellos impedidos en primer grado de afinidad, por lo que suplico a V.S se digné dispensarles para que los referidos puedan contraer matrimonio; que en ello recibiré gracia ella mediante. (AGN. Archivos privados. Arquidiócesis del Popayán, Legajo N° 7876, folha 5, ano 1782).

De acordo com o que foi exposto, Cristóbal, sendo casado, teve duas "relações ilícitas" ou concubinato, uma com a mãe de Pedro, seu filho ilegítimo, e outra com Marciana, que queria se casar com Pedro.

Figura 11



Por fim, a resposta do padre e vigário foi isentá-los do "impedimento do primeiro grau de dúbia afinidade devido à cópula ilícita com que Pedro e Marciana, escravos de Dona Bartola Arboleda da quadrilha que ela tem na Mina San Miguel , jurisdição da Gélima, estão vinculados." . Isso sim, com "alguma penitência leve e saudável que possam cumprir", sentenciou o padre.



## 11. VIOLÊNCIA CONJUGAL

Na cidade de Popayán, em 6 de fevereiro de 1837, o Juiz de Primeira Instância Doutor Manuel María Muñoz disse que o senhor Felipe García, inspetor encarregado da mina Gélima pertencente ao convento de Carmen nesta cidade, veio informar da morte de um negro da referida mina chamado Apolinário “executado alegremente pela esposa do referido negro chamado Eugênia”.

Os acontecimentos ocorreram na serra de Portugaleta da mina Gélima, onde viviam os escravizados Apolinário e Eugenia. Na terça-feira, 31 de janeiro, por volta das 19h, Francisco García estava sentado no pátio da fazenda de María Bárbara, uma escrava da mina Gélima. Esta fazenda ficava a pouca distância da fazenda de Apolinário e Eugênia, então os dois vizinhos puderam ouvir a discussão que o casal teve. Ouviram Apolinar dizer a Eugenia “ah preta de merda, se afaste de um de mim”, logo em seguida Eugenia correu para a casa de María Bárbara, fugindo do marido que estava atrás dela. Então o marido também entrou na casa de Bárbara com a mão no ombro dela e pegou uma tulpa do fogão para atacar Eugenia, momento em que Bárbara se levantou e colocou as mãos nos ombros dele e o parou, mandando ele sair. rancho. Nisso Apolinário deixou a tulpa no chão e disse para Bárbara, apontando com a mão no ombro dela: "olha como Eugênia me colocou", e dando alguns passos para trás disse "estou morto" e desmaiou, nisso apareceu Francisco e Ele o agarra tentando encontrar a ferida porque estava muito sangrenta, então Apolinário embranqueceu os olhos. Bárbara foi procurar o capitão Manuel María para o informar do ocorrido, enquanto Francisco continuou a procurar a ferida e encontrou-a "no ombro esquerdo no buraco junto ao pescoço e aplicou um pouco de palha para já". o Capitão e os outros servos da mina chegaram e Apolinar já estava morto. (ACC, Signatura: 79 Rep. J I - 3 cr, folhas 4-5).

O caso de Apolinar e Eugenia não aconteceu nas minas da família Arboleda, embora tivessem minas na mesma região de Gélima, no entanto, dá-nos uma ideia de como era a vida dos escravizados, particularmente as suas experiências familiares nos Reales de Minas.

Neste capítulo estou interessado em compreender o cotidiano das experiências familiares dos escravizados nas minas, Reales de Minas e fazendas do cantão de Caloto.

Alguns estudiosos e acadêmicos afirmam que as famílias escravizadas nos Reales de Minas que eram instáveis e fragmentadas:

Las cuadrillas eran divididas por sus propietarios sin tener en cuenta la existencia de núcleos y relaciones familiares. Pocos esclavistas de las regiones mineras comprendieron que el favorecimiento de la unión familiar esclava podía mejorar el rendimiento de los mismos, reducir su rebeldía y disuadirlos de escapar. La prédica eclesiástica sobre el matrimonio católico no tuvo difusión en las rancherías mineras. Los amos mineros prestaron poco o ningún interés en oficializar las uniones de hecho que surgían en las cuadrillas. Por los inventarios de los esclavos de estas propiedades se sabe que el madresolterismo era frecuente. Tampoco era desconocido el hecho de que una esclava fuera madre de niños de distintos esclavos. En este contexto, el rol de esposo o padre debió de estar completamente ausente (RODRÍGUEZ; BORJA, 1996, p. 67-68).

Embora reconheçam que no final do século XVIII a relação entre os sexos começou a se equilibrar, com o número de mulheres aumentando em algumas regiões da província de Popayán, não encontramos uma análise igualmente profunda sobre o impacto do equilíbrio dos sexos, na formação e características das famílias escravizadas. (GUTIÉRREZ DE PINEDA; COLMENARES; RODRÍGUEZ, BORJA, 1996).

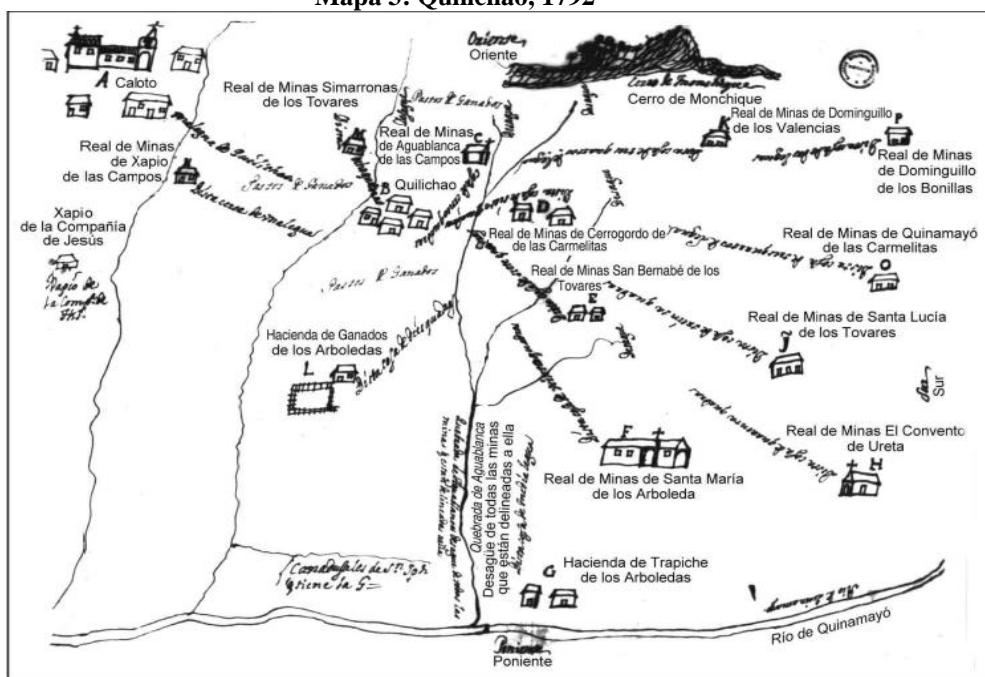
No caso das minas do cantão de Caloto, particularmente as deste estudo, não predominava a maternidade solteira, como vimos no capítulo 2. Sem negar a existência de relações extraconjugais, encontrei famílias com certa estabilidade, o que me permitiu formular o seguinte perguntas que procurei responder ao longo deste capítulo: quais foram seus conflitos conjugais?; Quais eram os acordos dentro das famílias? O que aconteceu quando você foi deslocado para outras fazendas? O que aconteceu quando houve adultério? o que acontecia se houvesse falta de amor entre os casais?; Existia a noção de honra entre escravizados e escravizados?; Como era a relação dos escravizados com a população indígena e qual era a importância da família escravizada em tempos de paz e guerra?

Focar nas vivências dos escravizados, na sua subjetividade, nas suas emoções, é uma proposta metodológica e conceitual que surge na linha de pesquisa sobre a história das emoções, a subjetividade dos escravizados, Maria Helena Machado... falar sobre a vida cotidiana. Isabel Reis.

Voltando ao caso de Apolinário e Eugenia, o casal morava em um Real de Minas de Gélima, localizado no cantão de Caloto. Os Reales de Minas eram rancherías ou grupos de fazendas que se construía perto dos rios e serviam de moradia para as pessoas que trabalhavam nas escavações e garimpos de ouro. Dependendo do tamanho e importância do

Real, poderia ter uma capela com sino, um rancho para a cozinha, outro para ferramentas e ferraria, outro para guardar sal e comida e, em muitos casos, um estoque para os rebeldes escravizados. Em prédios diferentes e separados viviam o capataz e os tenentes. O mestre, que quase nunca visitava essas posses, ficava nessas casas. A fazenda, como também era conhecida, possuía plantações de milho e mandioca nas proximidades. (RODRÍGUEZ; BORJA, 1996, p. 60-61).

Mapa 3: Quilichao, 1792



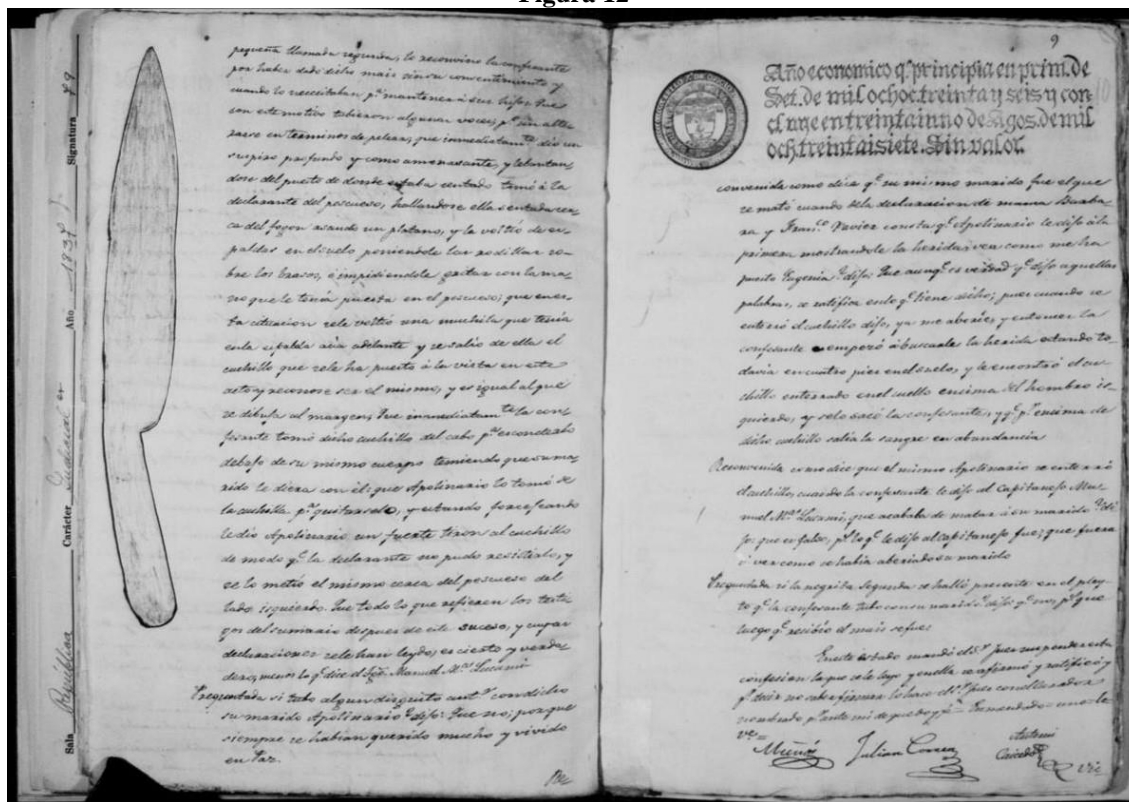
Fonte: A.G.N (Bogotá), Mapoteca 4,372 A.

Um estabelecimento de mineração era composto por um capataz ou administrador de mina, uma gangue de escravos de diferentes tamanhos e um capitão de gangue. Os capitães também eram escravizados ao comando da quadrilha, eram como uma espécie de patrão por isso gozavam do respeito e estima do mestre para garantir sua lealdade. Suas obrigações eram a manutenção da disciplina, a distribuição de alimentos e a coleta de ouro semanal para entregá-lo ao administrador da mina. (RODRÍGUEZ; BORJA, 1996, p. 64).

O capitão encarregado da mina Gélima era Manuel María, ele tinha a responsabilidade de relatar o ocorrido às autoridades competentes. Assim, começaram as investigações e os interrogatórios das testemunhas, claro que Eugenia foi presa enquanto

sua inocência foi provada. Os servos a acusaram de ter matado o marido com uma faca, como mostra o desenho.

Figura 12



Em sua confissão, Eugenia Mandigna disse ter 24 anos, lavadora de ouro por profissão e escravizada pelo convento de Carmen. Ela disse que estava na serra de Portugal trabalhando no corte até as duas da tarde, hora em que pararam de trabalhar e foram para sua fazenda às cinco da tarde. Quando chegou em casa, começou a limpar e preparar a comida. Sabemos que o casal teve filhos, mas o documento não diz quantos. Eugenia, após um dia de trabalho, voltava para casa para continuar com as tarefas domésticas como limpar, preparar comida, cuidar dos filhos e do marido. Isso nos leva a supor que as mulheres escravizadas tinham uma jornada dupla, trabalhavam em conjunto com os escravizados nas tarefas produtivas das fazendas e minas e depois voltavam para casa para continuar trabalhando nas tarefas domésticas.

Em geral, a jornada de trabalho nas minas aluviais começava cedo, havia um intervalo às onze horas para o almoço e o trabalho continuava até duas ou quatro da tarde (Rodríguez e Borja, 1996, p. 70). Uma das técnicas utilizadas para a extração do ouro era

trabalhar o cascalho dos leitos dos córregos com uma panela em épocas de pouca água ou períodos de seca; o barro retirado das grandes pedras nos leitos dos riachos continha grandes quantidades de ouro fino. No entanto, a técnica mais importante foi a calha, que consistia em passar uma corrente de água por um canal paralelo a um depósito de ouro. Assim, a força da água e a extração manual de materiais pesados do canal permitiram que resíduos de pó de ouro permanecessem no fundo. (WEST, 1972, pp. 52-53). Enquanto os homens construíam calhas e faziam cortes com barras na terra, as mulheres com água até os joelhos lavavam os granitos de ouro e metal. (RODRÍGUEZ; BORJA, 1996, p. 66).

Figura 13



Aquarela "Arruelas de ouro no rio Guadalupe" de Henry Price, ano 1852. In: Álbum da Comissão Corográfica, Biblioteca Nacional da Colômbia. Disponível em: <http://babel.banrepcultural.org/cdm/singleitem/collection/p17054coll16/id/426>.

Enquanto Eugênia e Apolinário estavam em casa, depois de um árduo dia de trabalho, uma negrinha chamada Segunda bateu à porta para pedir um pouco de milho, que

Apolinar lhe deu. Isso incomodou Eugênia, pois segundo ela, aquele milho era para sustentar os filhos, por isso começou a brigar com o marido.<sup>100</sup>

Para Eugênia, o marido estava descumprindo suas obrigações porque não estava garantindo a manutenção da casa dando milho ao vizinho, pois era a base da alimentação dos filhos. A reação de Apolinário à afirmação de sua esposa foi agressiva: “Então aquele que imediatamente deu um suspiro profundo e ameaçador e se levantando de onde estava sentado pegou a declarante pelo pescoço, encontrando-a sentada perto do fogão usando uma banana, e a acendeu as costas no chão, colocando-a de joelhos sobre os braços e impedindo-a de gritar com a mão que estava em seu pescoço.” Apolinário reagiu com violência porque estava exercendo seu direito de aplicar punições moderadas à esposa - segundo a lei canônica - porque Eugênia não estava cumprindo suas obrigações conjugais, incluindo obediência e silêncio. Por sua vez, as esposas poderiam protestar se considerassem que essa punição era excessiva porque ameaçava suas vidas, o que foi chamado de crueldade (LEÓN GALARZA, 1997). Na realidade, a violência conjugal foi a resposta às tensões entre homens e mulheres sobre seus direitos e obrigações de gênero (STERN, 1995). É por isso que quando Eugenia foge de casa e vai se refugiar onde Bárbara e Apolinário estão atrás deles, Bárbara só intervém quando ele vai bater nela com um pedaço do fogão, e diz para ela ir lutar um contra o outro. rancho.

Quando perguntada a Eugenia se ela brigava com o marido dessa forma, ela respondeu que era a primeira vez que discutiam dessa forma porque também se amavam muito e viviam em paz. Infelizmente para Apolinário, essa discussão foi a primeira e o último para ele. As testemunhas também confirmaram que o casal vivia em harmonia e que nunca tiveram reclamações sobre suas brigas.

---

<sup>100</sup> Sabemos que a alimentação dos escravos variava em cada lugar. “Em algumas minas recebiam uma ração semanal de dois quilos de carne e quatro cabeças de banana; em outros, apenas meio quilo e meio de carne era fornecido. No entanto, em muitas minas, e especialmente desde o final do século XVIII, os proprietários preferiam dar-lhes um dia de folga por semana e fornecer-lhes terras e ferramentas. Certamente nas minas próximas às regiões agrícolas os escravos recebiam uma dieta melhor e mais estável. Em regiões isoladas e de difícil acesso, o fornecimento de carne, sal e outras provisões era muito irregular e caro. Lá, os proprietários foram forçados a dar tempo livre aos escravos para encontrar seu alimento através da pesca, caça e agricultura. É claro que esse caminho foi o que finalmente levou à liberdade dos escravos e à fundação das vilas negras. Assim, em seu trânsito, o escravo dedicado à mineração tornou-se também agricultor, caçador e pescador.” (RODRÍGUEZ; BORJA, 1996, p. 66)

Continuando com o depoimento de Eugenia, naquele momento de calor da luta, e Apolônio em cima dela a atacando, ele deixou cair uma faca que trazia em uma pasta que carregava nas costas. Ela, com medo de que ele a usasse contra sua pessoa, “pegou a referida faca da ponta para escondê-la sob o próprio corpo, temendo que o marido a golpeasse com ela; que Apolinário segurou a faca para removê-la e, enquanto lutava, Apolinário deu um puxão forte na faca que a testemunha não resistiu, e a enfiou perto do pescoço do lado esquerdo”. (ACC, Signatura: 79 Rep. J I -3 cr, folha 9).

Segundo Eugenia, ela não matou o marido, foi ele mesmo quem acidentalmente enfiou a faca no pescoço dele. O que aconteceu em seguida foi o que as testemunhas narraram, disse Eugenia. Finalmente, quatro meses após o início do processo judicial (fevereiro), no mês de junho o Tribunal Superior de Apelações de Cauca emitiu uma sentença de absolvição proferida em primeira instância em favor de María Eugenia Mandinga.

O casamento também estava relacionado ao código de honra em que se estabeleciam estereótipos de masculinidade e feminilidade. No caso dos homens, esperava-se autoridade ou poder pessoal, manutenção do lar e posse sexual. Por outro lado, esperava-se das mulheres a castidade, a submissão e a obediência, o silêncio, o cumprimento dos deveres domésticos e o dever conjugal. O código de honra foi concebido para perpetuar ou reproduzir uma ordem hierárquica baseada em desigualdades raciais, sociais e morais, pela qual apenas setores privilegiados poderiam ter "honra" (STERN, 1999). No entanto, diferentes setores sociais se apropriaram do código de honra, ressignificando-o muitas vezes dentro de suas realidades e/ou condições. Por exemplo, na província de Popayán (1780-1810) pudemos verificar que os homens e mulheres dos setores subalternos geralmente iam ao tribunal para restaurar sua honra (Tascón, 2015). O código de honra e os papéis de gênero eram exercidos dentro de um pacto de reciprocidade, que, quando não cumprido, gerava muitas tensões entre homens e mulheres. É interessante observar que dentro da população escravizada o código de honra também operou no cumprimento das obrigações de gênero e conflito devido ao descumprimento do acordo de reciprocidade entre os cônjuges

## 12 FAMÍLIA, HONRA E GÊNERO

O uso do código de honra ou códigos de honra não era exclusivo das elites, os setores populares ou "livres de todas as cores" ressignificavam o que era para eles a honra de acordo com o gênero e suas condições ou possibilidades (TASCÓN, 2014). Os escravizados também o faziam e era uma estratégia para convencer o juiz a exigir sua liberdade ou restaurar sua reputação perante sua própria comunidade (GONZÁLEZ UNDURRAGA, 2012). Também encontrei o caso de María Ventura, que usou o argumento de sua honra como estratégia para obter a empatia do juiz para permitir que ela se casasse com o namorado, apesar de ter dois impedimentos "um de consanguinidade e outro de afinidade pública ilícita".

O caso ocorreu em 1835, María Ventura queria se casar com Felipe, ambos escravizados da mina San Nicolás de propriedade de Don Manuel Esteban Arboleda. O impedimento de consanguinidade resultou quando as testemunhas de Ignacio Negro liberto e Manuel Santos, capitão da quadrilha, formaram a árvore genealógica dos pretendentes e descobriram que eram parentes em segundo e terceiro grau; Além disso, María Ventura teve um "relacionamento ilícito" com o primo de Felipe, do qual resultaram os dois impedimentos.

O representante do mestre em defesa de María Ventura, mencionou a dificuldade dos escravizados em encontrar um parceiro dentro da mesma quadrilha, e apelou à "fragilidade e miséria que María Ventura sofreu em sua homenagem" para convencer o juiz eclesiástico a dispensar o impedimento das partes contratantes, o que finalmente aconteceu. (AGN, Arquidiocese de Popayán, 8666, folha 6).

O controle da sexualidade das mulheres era fundamental para a honra masculina. As mulheres eram consideradas frágeis e sem vontade, portanto, os homens tinham que responder por sua conduta, principalmente sexual (PITT-RIVERS, 1968). A "masculinidade" de um marido era exercida em defesa da honra de sua esposa, caso a esposa cometesse adultério estaria questionando sua virilidade, considerando-se uma "corno" (Pitt-Rivers, 1968). A ideia de honra masculina foi assumida pela população escravizada. Por exemplo, encontramos um caso de briga entre dois homens escravizados



porque um deles ofendeu verbalmente a esposa do outro, deixando a reputação dela e a “masculinidade” do último no meio ao insinuar que sua esposa era infiel.

O caso aconteceu em 1826 na fazenda Coconuco, propriedade de José María Mosquera. Segundo o depoimento do mesmo senhor, a inimizade entre seus escravos devia-se ao fato de Manuel María ter ofendido a negra Estefanía, esposa do negro Julián, "dizendo palavras muito indecorosas à fidelidade de seu matrimônio", não era o primeira vez que isso aconteceu porque já havia recebido uma denúncia de Julián contra Manuel “sobre a honra de sua esposa”. Por isso, Julián reagiu com violência e atacou Manuel María com um facão, deixando-o gravemente ferido.

Julián não agiu sozinho, seus cúmplices também foram os escravizados da mesma fazenda de Coconuco: Camilo José, José María, Martín, María Antonia, Estefana, Juana e Manuela. Segundo depoimentos de testemunhas, Manuel María não era uma pessoa muito popular entre seus pares, também havia ofendido a esposa do escravizado José María. Assim, todos esperavam a oportunidade perfeita para confrontar Manuel. A oportunidade era no dia da missa dominical, os escravizados tinham o dever e a obrigação de ir à missa todos os domingos, em caso de faltas sem justificativa eram punidos entre seis a oito chibatadas (RODRÍGUEZ; CASTRO, 1996, p.96).

Em geral, a missa era recebida na capela localizada na mesma fazenda de seus mestres. No caso dos escravizados da fazenda Coconuco, a missa foi ouvida na igreja da cidade de Puracé. Depois da missa, eles tinham o dia de folga para atividades de lazer, que geralmente eram danças. Enquanto José María, Camilo Martín, Julián, María Antonia, Estefana, Juana e Manuela estavam nessa atividade, conheceram Manuel María e o desafiaram a sair e apelar, o que ele fez, e voltaram ao baile, “onde jogaram mãos enluvadas, e continuando para a fazenda e na planície de Achaquio para a dança, eles foram carregados de aguardente, eles se bateram, que continuaram depois até chegarem a um pântano” (ACC, Signatura, 6684 (Ind. J II - 3 cr , folha 6). Neste lugar, Julián e Manuel María se enfrentaram com um facão, sendo este último gravemente ferido.

É interessante ver a participação das mulheres na situação, as duas primeiras foram ofendidas em sua reputação ou honra pelo que esperavam reparação, ou seja, uma lição para o ofensor; segundo, estão o tempo todo acompanhando os homens na briga, até encorajaram seus maridos a enfrentar Manuela María. Eles também estavam lá para ajudá-

los, quando feriram Manuel María, algumas mulheres pediram ajuda, por exemplo Luciana, sua sogra apareceu com outra mulher e o levaram para a casa do prefeito pedindo ajuda, "onde aqueles que tinha prejudicado Manuel María foi insultar o Mayordomo que foi bom o suficiente para se trancar e dizer-lhe se eles se retiram (ACC, Signatura, 6684 Ind. J II -3 cr, folha 5).

Os escravizados não só se enfureceram com Manuel María, como também enfrentaram o prefeito da fazenda. Desafiar a autoridade do prefeito e de outras autoridades também foi um gesto de "masculinidade", por exemplo José María disse "que não tinha medo do prefeito porque era um homem para competir com ele, na presença de seus mestres e de qualquer corte, (...) que ele era negro de dia e de noite para parar com qualquer um e responder com seus senhores e qualquer outro senhor (...)" (ACC, Signatura, 6684 Ind. J II -3 cr, folha 5).

O Segundo Prefeito Municipal iniciou um processo sumário contra os escravizados Camilo José, José María e Martín da fazenda Coconuco do senhor Doutor José María Mosquera "pelos crimes de desrespeito aos prefeitos paroquiais de Puracé e graves maus-tratos que fizeram a outro escravo da mesma fazenda chamada Manuel María", que foi ferido até ser colocado em perigo de morte. Também participou dos eventos um negro escravizado chamado Julián, que foi quem mais "cruelmente" atacou Manuel María e que fugiu depois do ocorrido.

Por fim, é a autoridade masculina do senhor que prevalece e que exerce a punição exemplar de seus escravizados. O mestre mencionou que Manuel María também havia ofendido a esposa de outro escravizado José María e que por todos os excessos ele teve que punir seus escravizados para que servisse de lição para os outros:

(...) quedarán reparados los excesos en que han incurrido con la corrección y **castigo que yo les puedo dar como su amo**; y reparándolos de la expresada hacienda de Coconuco para evitar nueva reincidencia y que esto les sirva de escarmiento. La complicidad de Martín es muy inferior a la de ellos, y más que de todos la de Camilo, como lo acredita el expediente. El José María ha tenido también resentimiento con Manuel María por haberle este atribuido a su mujer defectos en su matrimonio; y por esto y otros repiquetes que han tenido se ocasionó la contienda de ambos, originada también de la bebida que habían tomado, y por todo daré también a este la corrección que corresponde, y al Julián cuando se presente en la hacienda (...).(ACC, Signatura, 6684 (Ind. J II -3 cr, folio 11, grifo meu).

### 13 AMOR OU FALTA DE AMOR ENTRE MARIDOS E FILHOS

Nos documentos oficiais apresentam poucas expressões que expressam sentimentos e/ou emoções. O caso de Marcela "mulata" é um daqueles poucos casos em que podemos ver o que uma pessoa de uma esfera social não privilegiada, na verdade, uma pessoa situada na esfera mais baixa da pirâmide social, expressa abertamente seus sentimentos, o que além disso, servem como argumento para solicitar a anulação do casamento. Vamos ver:

Em 1781 Marcela, uma "mulata" escravizada pelo Dr. Don José María de Mosquera Real Minas de San Joaquín de Palo de Leche, solicitou a anulação de seu casamento com Pedro, escravizado pelo mesmo Real pelo "comércio que tinha anteriormente com o negro Julián irmão do mencionado Pedro, meu marido".

#### **Señor Provisor y Vicario General**

Marcela mulata esclava del Dr. Dn José María de Mosquera en los autos sobre la nulidad del matrimonio que contraje con Pedro esclavo de él mismo: Ante VS como más halla lugar en derecho, parezco y digo: que habiéndome recibido esta causa a prueba para dar la que me corresponda se ha de servir VS librar superior Despacho cometido al Mro Don Pedro Contreras que se halla de coautor en el Curato de Santa Lucía y haga una información entre los negros de la mina que está en aquel Sitio perteneciente al referido mi amo, preguntándoles a todos los que fueren de quarenta años para arriba y se hallaron presentes al casamento que contraje en el sitio de Palo de Leche, y que después se afirma por el Señor Vicario Don Cristóbal Sorteño haberlo revalidado en el de San Antonio, si es público y notorio en ese Real de minas **el impedimento dirimente de cópula ilícita que mediaba para la celebración de aquel matrimonio, por el comercio que anteriormente havia tenido con el negro Julián hermano de el citado Pedro mi exestimado marido.** (Impedimentos matrimoniales-CO.AGN.AP/APO//3494, folio 15, grifo meu)

Aparentemente Marcela não tem nenhum problema em admitir sua relação extraconjugal ou "ilícita" com Julián. As relações extraconjugais existiam e eram toleradas desde que não representassem um escândalo para a comunidade. O que chama a atenção nesse caso é que Marcela usa esse argumento do escândalo a seu favor, justamente expor publicamente sua vida sexual é o que para ela validaria seu pedido de anulação do casamento. Ela também é muito explícita ao expressar sua falta de amor pelo marido, e aparentemente não teve relações sexuais com ele, ou seja, não havia consumado o casamento:

Yten digan, si haviendose sabido el impedimento que anulaba este matrimonio y hechome separar por esto de mi exestimado marido Pedro **permanecí yo siempre terca e inflexible en continuar la unión de éste**, aún por medio de la revalidación del sacramento.

Yten, digan, si cuando me llevaron a San Antonio Parra que allí se revalide dho matrimonio, fui con **positiva repugnancia** y solo de temor del castigo con que me amenazaba el Minero si no volvía a reunirme con el dho Pedro.

Yten digan, si cuando nos retiramos al sitio de Sta Lucia después de esta revalidación supuesta, volví siempre renitente\* sin quererme juntar con dho Pedro, ni aceptarlo por mi marido?

Yte digan, si les consta que por esto mismo siempre hemos vivido con la desunión más desviada, y en continua discordia, sin que jamás hallan observado ente nosotros aquella **armonía que suele calificar los animos acordes, y la familiaridad** que exige el trato conyugal. (Impedimentos matrimoniales-CO.AGN.AP/APO//3494, folio 16, subrayado mío)

Em seu depoimento, observamos o que para Marcela eram os valores de um casamento, harmonia, família, união. Diz ainda que foi obrigada a casar com Pedro, por um lado ameaçada pelo mineiro e por outro pela própria mãe:

Iten, digan, y les constó, que el primer contrato o matrimonio celebrado en Palo de Leche se hizo por instancias de mi madre quien violentamente me compelió a ello con amenazas de catigos muy severos, maldiciéndome también repetidas veces si no verificaba el casamento que se me habia propuesto (Impedimentos matrimoniales-CO.AGN.AP/APO//3494, folha 15, grifo meu)

Como vimos, os escravizados recorreram à justiça como estratégia de resistência ou reclamação sobre algumas situações. Muitos não sabiam ler nem escrever, diziam isso no final do documento porque não sabiam assinar e era a pessoa que os representava que fazia. Pelo que observamos no caso de Marcela, ela sabia escrever porque no final de sua inscrição colocou sua assinatura. Além disso, as testemunhas disseram que era falso que Marcela e Pedro não tivessem planejado se casar ou que tivessem um relacionamento distante, prova disso foram os papéis ou cartas que foram enviados durante o tempo em que estiveram separados (ela em Real e ele em Popayán). Onde aprenderam a ler e escrever? isso era comum?

Por fim, a sentença nega o pedido de anulação do casamento de Marcela e a mandam para uma “vida conjugal”. Para a Igreja, o casamento era uma união indissociável, para toda a vida, pela qual procuravam resolver os conflitos conjugais favorecendo a continuidade do casamento.

En la causa civil que ante nos y en este Juzgado se ha seguido ente Marcela y Pedro esclavos del Sor Regidor Dr. Dn Josef María Mosquera, residentes en el Real de Minas de San Joaquin de Palo de Leche de la parroquia y feligresía del Real de Minas de San Antonio, sobre la nulidad del matrimonio que contrajeron con el impedimento de primer grado de afinidad por cópula ilícita; vistos los Autos con todo lo dicho y alegado por las partes y los expuesto por el Defensor del Matrimonio y el Promotor Fiscal Eclesiástico. Fallamos que debemos declarar y declaramos que la dha Marcela no ha probado su acción y demanda como probar debia; la damos por no probada. Y que el Pedro ha probado sus excepciones bien y cumplidamente, las damos por bien probadas y en su virtud declaramos y debemos declarar por válido, firme y legítimo el matrimonio que entre los dos celebraron con dispensa del dho impedimento de primer grado de afinidad (...). (Impedimentos matrimoniales-CO.AGN.AP/APO//3494, folio 27, grifo meu)

O amor filial entre um filho e seu pai idoso também se refletia nos documentos. Em 1819, vinte e sete (27) escravizados do Real de Mina de San Vicente, propriedade de Don José Rafael Arboleda, localizado na costa do Pacífico, foram transferidos para o cantão de Caloto para serem colocados em uma de suas outras fazendas. No entanto, restam três pessoas, uma delas é Gregorio Manno\*, 54 anos, "ligado a uma negra livre chamada Marcelina", e que comprou sua liberdade por meio quilo de pó de ouro, que aparentemente foi feito para ele. por sua dor reumática em uma perna.

O negro Juan Ignacio Chinasu também permaneceu no Real de Mina de San Vicente "que, considerando sua idade, que é de 81 anos, e suas doenças que o tornam inutilizável". Juan Ignacio fazia parte da "ralé", ou seja, um grupo formado por crianças, doentes ou idosos que não trabalhavam e como vimos no capítulo 2, a população infantil e idosa equivalia a quase 60% nas fazendas e minas dos Bosques.

O filho de Juan Ignacio, movido por seu amor filial, implora para ser deixado na mina para cuidar de seu pai "até que Deus o leve embora". O administrador decide deixá-lo no dito Real de San Vicente, avisando-o "que a ordem era transferi-lo [para seu pai] para Timbiqui para mantê-lo lá até sua morte"; e que por causa "do amor natural pela criança, e por causa da promessa que ele faz de cuidar dela e sustentá-la pelos anos de vida que restam, chegamos a um acordo". (ACC, Fondo Arboleda, Sig 379. folha 6).

## **PREFACIO: MULHERES ESCRAVADAS E FAMÍLIA**

Em 1841, várias mulheres escravizadas da fazenda Japio se queixaram ao administrador Manuel Antonio Tello sobre as punições que o prefeito Julián Delgado lhes infligia. Por sua parte, Manuel Antonio Tello escreveu uma carta a Julián (aparentemente eram amigos muito próximos devido à familiaridade com que se correspondiam em correspondência) comentando que algumas mulheres "chegaram com queixas contra você porque você as pune como era costume antes." Ele o alertou para tratar bem as mulheres, não exatamente por consideração, mas como estratégia para manter o controle ou a estabilidade na fazenda"(...) Faça assim, agora que estamos no início do arranjo que deve ser feitos, e pouco a pouco vão se espremendo, até esquecerem a vagabundagem em que estiveram". (ACC Arboleda Fund sig. 89, folhas 18-19)

Os administradores das propriedades, em muitos casos, eram parentes próximos dos proprietários e eram racialmente brancos de uma posição inferior à dos proprietários. Era comum que o proprietário e o administrador mantivessem uma correspondência semanal sobre os últimos desenvolvimentos das atividades da fazenda e registrassem as despesas em um livro de contabilidade. Por sua vez, os prefeitos eram responsáveis pela disciplina e atuação em áreas específicas da produção de haciendas. Alguns se encarregavam do trabalho de campo, outros do engenho, engenho ou destilaria. Os prefeitos ou capatazes podiam ser mestiços ou mulatos com habilidade em seu ofício. (Rodriguez e Castro, 1996, p.83-84).

A comunicação entre o administrador e o mordomo também era frequente, como vemos neste caso. Entre as mulheres incomodadas com o comportamento do mordomo estava Inés, que alegou que sua filha havia sido separada dela porque o mordomo, ou seja, Julián Delgado, a levava para casa para trabalhar nos afazeres domésticos. O administrador Manuel Tello pediu a Julián que a devolvesse à fazenda e a trocasse por outra escrava "para evitar queixas desses demônios, que já me aborrecem". (ACC Arboleda Fund sig. 89, folhas 18-19).

De acordo com as listas de escravizados da fazenda Japio, encontramos em 1845 o nome de Inés Mesú, mãe, chefe de família com dois filhos, Cipriana Mesu e Benito Mesu.

Seu nome aparece novamente na lista de alforria do Japio de 1851, mas ele não diz sua idade e seus filhos não aparecem. Talvez seja a Inês que o administrador Manuel Tello menciona e a filha que ele reclama ansiosamente é Cipriana.

Inês era mãe solteira, como vimos anteriormente (Parte I), a família matrifocal não predominou nas herdades de Arboleda, pelo menos até 1832 <sup>101</sup>. Embora nos anos de 1845 e 1851 os grupos familiares não apareçam nas listas de escravizados, assumimos que a família matrifocal não foi a que prevaleceu, pois o número de mulheres escravizadas para essas duas datas foi menor que o de homens. Quando isso acontecia, ou seja, quando a diferença entre os sexos não era muito grande, facilitava ter um parceiro estável e reduzia a possibilidade de relacionamentos extraconjugais <sup>102</sup>(DÍAZ, 1996; MANARELLI, 1994; PÉREZ, 2001; RODRÍGUEZ, 1991;).

Matrifocalidade era uma realidade constante na cidade de Santa Fé e Bogotá. Das 417 entidades familiares (famílias com filhos, cônjuges sem filhos e famílias com mais de duas gerações) que envolveram 1.050 escravizados na primeira metade do século XVIII em Santafé de Bogotá, em 95% dos casos uma mãe foi registrada ou, em menor grau, uma avó como chefe de família; também, uma alta participação percentual da mãe com apenas um filho. Situação semelhante ocorreu nas áreas rurais, embora não com percentuais tão altos quanto os de Santafé de Bogotá. A diferença é explicada pela existência de um maior número de mulheres escravizadas na cidade e porque na zona rural existiam quadrilhas agrárias e mineradoras que facilitavam a criação ampliada ou ampliada e permanente de redes consanguíneas e de parentesco.

No caso da província de Popayán, no censo da população total de 1835, o número de mulheres era de 23.896 (50,3%) superando o número de homens 23.610 (49,7%). Enquanto no Cantão de Caloto em 1835, em relação à população escravizada, 50,6% eram mulheres e 49,4% eram homens. No entanto, na fazenda Japio o número de mulheres escravizadas era inferior ao de homens, representando 44,8% em 1845 e 41% em 1851. No caso das outras duas fazendas de Quintero e La Bolsa, nessas mesmas duas datas, a diferença entre os sexos não foi muito grande, pois variou de 47% a 53%.

---

<sup>101</sup>Pelo menos até 1832, após esta data nas listas de 1845 e 1851, não se especificam os grupos familiares, pelo que não se sabe se houve mudança na organização familiar escravizada nas haciendas após a Guerra dos Supremos (1839-1842). ). ).

<sup>102</sup> O desequilíbrio entre os sexos não foi o único motivo para a formação de famílias matrifocais. Também podem ser diferenças raciais, gênero, honra, impedimento parental, entre outros.

As redes de parentesco e comunidades que a população escravizada podia formar nas fazendas significavam algumas vantagens para Inés e sua filha sobre as mulheres escravizadas e libertas da cidade. O que quero demonstrar nesta quarta parte é que nos latifúndios (pelo menos nos latifúndios de Los Arboledas) as mulheres escravizadas e seus filhos poderiam ter mais mecanismos de proteção contra a violência exercida sobre seus corpos, pois tinham redes de relações familiares e apoio da comunidade (como vimos na Parte III). Inés juntou-se a outras mulheres para reclamar ao administrador sobre os castigos ou maus tratos ao mordomo e aparentemente, devido à carta do administrador ao mordomo, foram ouvidas.

Agora, se Inés tinha melhores redes de apoio na fazenda, seu desespero é compreensível quando soube que sua filha foi exposta a maus-tratos na casa do prefeito como ela fazia com ela na fazenda, mas sem uma rede familiar ou comunitária. sua.

Analisar o papel das mulheres escravizadas e livres deve ser feito em um contexto de dupla exploração como trabalhadoras em atividades produtivas e como reprodutoras da força de trabalho escravizada. A escravidão na América desde o seu início foi baseada no princípio do *partus sequitur ventrem*, estabelecendo o útero como o próprio locus da escravização. Assim, a condição materna - ou o útero - definirá o cativo da prole. Como produtoras e reprodutoras da riqueza escrava, os corpos das mulheres sempre estiveram sob estrito controle. Estupro, sexualidade, concepção, parto, amamentação de seus filhos e filhas e de outros, e criação dos filhos eram esferas íntimas atravessadas por interesses senhoriais, que obrigavam mulheres e mães a resistirem duplamente à exploração da escravidão. (MACHADO *et al.*, 2021)

A maternidade era um local particular de conflito nas sociedades escravistas, pois englobava a exploração laboral das mulheres nos aspectos mais íntimos de suas vidas, ao mesmo tempo em que oferecia um espaço para a construção de relações que possibilitassem a sobrevivência. O estudo de Jessica Spicker analisa a maternidade das mulheres escravizadas em Nova Granada (nome que a Colômbia era chamada na época). O autor menciona que entre 1750 e 1810 o tráfico de escravos diminuiu no porto de Cartagena, o que fez com que as mulheres escravizadas e seus descendentes adquirissem um valor especial para o sistema escravista. Representando uma solução para o problema de oferta de trabalho escravo, as escravas grávidas recebiam tratamento privilegiado. Por exemplo, a



ração alimentar era maior e mais equilibrada em comparação com a dieta básica de um escravo que se reduzia a milho e bananas. As mulheres grávidas recebiam o privilégio de comer carne, além de mel, arroz, vinho, açúcar e óleo como incentivos. No entanto, isso não significou que as mulheres escravizadas não sofressem violência doméstica e sexual como resultado dessa política de incentivo à reprodução.<sup>103</sup>

Ao contrário de Nova Granada, nas colônias inglesas do Caribe não havia proteção para as mulheres escravizadas durante e após o parto. Segundo Barbara Bush, isso dificultou a gravidez, elas tiveram mais abortos espontâneos do que as mulheres brancas e alta mortalidade infantil. As exigências contraditórias da plantação e do lar colocaram as escravas sob pressões e contradições psíquicas não experimentadas na mesma medida pelas mulheres livres ou, na verdade, pelos escravos homens.<sup>104</sup>

Para o caso dos EUA, Emily West e Erin Shearer, usando a conceituação de Stephanie Camp dos *três dimensões do corpo das mulheres escravizadas*<sup>105</sup>, argumentam que a maternidade escrava era um local de refúgio para as mulheres escravizadas desfrutarem de seus filhos e da camaradagem de seus pares. No entanto, para outras mulheres a maternidade não era bem-vinda, principalmente se resultasse de agressão sexual. Esses sentimentos de ambivalência em relação à maternidade caracterizaram a vivência das mulheres escravizadas.<sup>106</sup> Por sua vez, Sasha Turner aborda um assunto difícil de estudar, não apenas pela crueza do próprio assunto, mas também pela dificuldade de encontrar fontes que dêem conta da dor, do luto e do trauma das mães escravizadas no Caribe diante da morte de seus bebês e crianças pequenas.<sup>107</sup> Cassia Roth, por sua vez, explora o aborto e o infanticídio após a abolição da escravatura no Rio de Janeiro. Ele

<sup>103</sup> SPICKER, Jéssica. O corpo feminino em cativeiro: aborto e infanticídio entre os escravos de Nova Granada, 1750-1810. Santa Fé de Bogotá, Colômbia: Instituto Colombiano de Cultura Hispânico, 1998.

<sup>104</sup> BUSH, Bárbara. "Trabalho Duro : Mulheres , Parto e Resistência na Sociedade Escrava do Caribe Britânico" In: GASPAS, David Barry, HINE, Darlene C., *More Than Chattel. Mulheres Negras e Escravidão nas Américas*. Bloomington: Indiana University Press, 1996, p. 193-217.

<sup>105</sup> Stephanie Camp menciona três dimensões do corpo das mulheres escravizadas : 1. Lugar de dominação e exploração dos proprietários de escravos; 2. A experiência subjetiva de sofrimento ou terror; 3. O corpo como fonte de prazer, orgulho e autoexpressão, lugar de resistência.

<sup>106</sup> WEST Emily t & SHEARER Erin. "Controle de fertilidade , nutrição compartilhada e dupla exploração: as vidas de mães escravizadas nos Estados Unidos antes da guerra". *Women's History Review*, nº 30, vol. 1, 2017.

<sup>107</sup> TURNER Sasha. "Os sem nome e os esquecidos: luto materno, proteção sagrada e arquivo da escravidão". *Slavery & Abolition*, Vol. 38:2 2017, p. 232-250.

explica como algumas mulheres negras foram acusadas e criminalizadas por induzir deliberadamente o aborto ao privar a nação de potenciais futuros trabalhadores.<sup>108</sup>

Levando em conta essas principais investigações e discussões teóricas, tentaremos entender através dos seguintes sete casos (María Rudecinda , Rita Marín, María Joaquina Ospina e Valeria Piñeiro, María Isabel Chávez, Catalina unda e Helena Criolla) em que não existiu ou era frágil o parentesco e as redes comunitárias para sua proteção e a de seus filhos. E ainda , as mulheres escravizadas tentaram resistir à violência por meio de diferentes estratégias.

---

<sup>108</sup>ROTH Cassia "Do ventre livre à mulher criminalizada: controle da fecundidade na escravidão e liberdade brasileira". *Slavery & Abolition* , Vol. 38:2 2017, pp. 269-286.

## 14 CONFLITOS INTER-RACIAIS E FILHOS ILEGÍTIMOS

María Rudecinda , era uma jovem liberta, filha de Marcelina Vidal, uma negra escravizada, e Ignacio Fernández, um homem branco livre. Em 1831, no departamento de Cauca, Ignacio Fernández foi ao tribunal para exigir que Manuel Esteban Arboleda, outro homem branco e proprietário de vários escravizados, entregasse María Rudecinda por ser sua filha natural, que havia fugido de seu lado. Rudecinda foi comprada por Ignacio de Juana Vidal, esposa de Manuel Esteban Arboleda, pelo valor de cento e cinquenta pesos (150), concedendo-lhe assim sua *carta de libertad* com a condição de que ela o servisse e o acompanhasse até o final de seus dias. No entanto, Rudecinda fugiu duas vezes da casa de Ignacio Fernández, devido aos maus-tratos que ele lhe deu, e foi buscar proteção na casa de seus antigos donos, onde estava sua mãe, Marcelina Vidal. Enquanto isso, Ignacio ameaçou revogar a liberdade de Rudecinda se ela não voltasse para cumprir suas obrigações.

Señor Alcalde Municipal 2º

“Yo Ignacio Fernández de este vecindario ante V. en toda forma de derecho parezco y digo: que hace algunos días compre a la ciudadana Juana Vidal, vecina de San Buenaventura, una mulata llamada María (Rudecinda), en precio y cantidad de ciento y cincuenta pesos. Habiendo estado dha mulata en mi casa bien tratada como le probaré en caso necesario, se huyó de mi poder por haberle reprendido faltas muy notables como son haberse quedado sin oír misa un día domingo, y se dirigió a donde su antigua señora, en donde fue aprendida y conducida a mi poder por mi yerno Miguel Pérez. **Luego que fue puesta en mi casa la reprendí segunda vez con la moderación que conste a mis esclavizados: de aquí dimano que la madre de esta puso demanda que se versó ante el Alcalde Municipal primero Don Matías (ilegible), y resultando esta ser hija natural mía, le otorgué un documento en forma de carta de libertad** ante el mismo señor Alcalde y el Sr Procurador Municipal; pero en el referido documento consta con expresiones bien claras que sería libre después de mis días. Hará como que mes y medio que segunda vez se **fugó** la referida esclavizada, expresándome antes de esto que no me quería servir, que la vendiera porque de lo contrario la perdería, y esto dimanó también de una nueva falta de tanta consideración como la primera. En este mismo día estaba en este lugar el marido de la indicada Juana Vidal, a quien se le dio parte de la huida de la mulata, y el, oficio (sic) que si la encontraba en su casa cuando regresara la mandaría inmediatamente lo que nunca cumplió, pues, habiéndola encontrado no tubo ni el comedimento de darme parte como debió hacerlo también por ser esclavizada (ilegible) viva, como por haber sido la misma mujer la vendedora de la esclavizada. En esta virtud Sor. Alcalde y en consideración a que no tiene lugar la **carta de libertad** referida por no quererme servir dha mulata se ha de servir V. mandar que Manuel Esteban Arboleda marido de la referida Vidal me ponga dentro el término de la distancia a dha mulata en mi poder, y me pague los jornales como es de justicia, y costas, AV. Suplico así lo provea y mande pues juro no proceder de malicia. Popayán Noviembre 24 de 1831.” (ACC, 4003 (Rep. J III -8 em) fólío 1-1v).

No entanto, devido ao aumento da escravidão no século XVIII, a propriedade dos escravizados deixou de ser um atributo das famílias nobres, pois a compra de um ou vários escravizados passou a ser patrimônio das famílias mestiças e pardas. Nos centros urbanos, os escravizados cumpriam tarefas semelhantes às das haciendas e ranchos. Em particular, as mulheres escravizadas desenvolviam outras atividades relacionadas ao comércio ambulante e também trabalhavam como mensageiras, parteiras e curandeiras. Este parece ser o caso de Rudecinda, porque Ignacio Fernández não parecia ser de uma elite escrava, pelo contrário, ele menciona sua situação econômica precária por ter que sustentar mais seis filhos.

O texto nos dá muitos elementos para analisar, vou focar principalmente nos seguintes aspectos: primeiro, a defesa da mãe para reivindicar a liberdade de sua filha, o que nos leva a observar a forma como a escravizada foi à justiça e por meio de o “Defensor dos escravizados” aceitou o discurso jurídico para defender a sua liberdade. Em segundo lugar, nas *cartas de liberdade* que os senhores concediam aos escravizados - ou pelo menos era o que lhes prometiam mantê-los como suas concubinas - e os filhos ou filhas resultantes das relações que mantinham com eles. O terceiro aspecto, nascimentos ilegítimos em decorrência de estupro pelo mestre. O quarto aspecto, recorrer à fuga por maus-tratos de seu senhor ou senhora por ciúmes e solicitar a mudança de dono como estratégia de resistência à violência exercida contra o corpo das mulheres escravizadas.

## RECORRER À JUSTIÇA PARA DEFENDER A LIBERDADE

Segundo o historiador Rafael Díaz Díaz, a questão da liberdade e da escravidão estava longe de ser uma relação unilateral senhor-escravo, mas essa relação deve ser vista como dinâmica, ambígua e tensa na qual homens e mulheres escravizados conseguiram influenciar ativamente <sup>109</sup>. Por exemplo, quando Marcela Vidal recorre à justiça para denunciar os maus-tratos sofridos por sua filha e para que sua liberdade não seja cassada, ela o faz por meio da linguagem jurídica, onde provavelmente foi aconselhada por uma Ouvidoria do Escravo ou pela Procuradoria Geral da República. Municipal que fazia a

---

<sup>109</sup>DIAS Rafael. “Entre a coesão e a dissolução: a família escravizada na área urbano-regional de Santafé de Bogotá, 1700-1750”. Estudos preliminares. *Memória e Sociedade* 1, n.º. 2, 1996, pp. 5-18

mesma função. Muitos escravizados recorreram a esses funcionários para defender sua liberdade ou reivindicar as cartas de liberdade que haviam sido negadas ou revogadas.

## CARTAS DE LIBERDADE COMPRADAS E DOADAS

*Cartas de liberdade* eram documentos que concediam liberdade a uma pessoa escravizada. A liberdade podia ser concedida ou comprada pelo escravizado ou por um parente deste. Quando a liberdade foi concedida, ela estava sujeita a condições e com a possibilidade de ser revogada se essas condições não fossem atendidas. Assim explica o documento:

Las Leyes de Partida tratando de la libertad dada graciosamente por los amos a sus siervos, las equiparan a las donaciones, y es bien sabido que estas pueden hacerse bajo alguna condición, y revocarse por razón de ingratitud de los donatarios. Véase la Ley 9 Título 22 Partida 4ta. Que pone las razones por que se revocan las libertades y dice así: “si les fuese desconociente en alguna de las manera porque (ilegible) que da algo a otro, lo puede después revocar, así como dijimos -en el título de la donaciones- en la quinta partida: decimos que puede el Sr. tornar en servidumbre por ende querellando, e averiguando alguna de estas cosas en juicio”.<sup>110</sup>

Vejamos a carta de liberdade concedida por Fernandez a Rudencinda:

Ignacio Fernandez de este vecindario con asistencia del Sr Procurador Municipal Dr. Manuel Antonio Bueno, y en presensia de dos testigos que abajo firman, **doy la presente carta de seguro y libertad a Ma. Rudecinda, hija natural de Marcelina Vidal a quien compre en la cantidad de ciento y cincuenta pesos, con la condición de que me sirva y acompañe hasta el fin de mis días. Y entre tanto no podrá ser vendida, ni enajenada, por ser hija mia natural a quien reconosco**, y le doy el nombre de tal, haciéndoles como le hago voluntaria donación de la cantidad expresada que di por ella, y declarándola libre, y esenta de toda servidumbre. Y que en caso de que yo o algún heredero mio quiera esclavisada, puede libremente presentar esta **carta de libertad** que quiero tenga toda la fuerza de una escritura (ilegible), y que tengo todo el valor que en derecho se requiere. Dada en Popayán a primero de junio de 1831.<sup>111</sup>

Este tipo de carta de liberdade, semelhante a uma doação, não era na verdade um passe para a liberdade em si, a pessoa que supostamente se beneficiava da carta tinha que estar em condição de servidão total a quem lhe concedeu a liberdade, na realidade

<sup>110</sup>Arquivo Central do Cauca (ACC, 4003 (Rep. J III -8 em ) folha 10).

<sup>111</sup>Arquivo Central do Cauca (ACC, 4003 (Rep. J III -8 em ) folha 3).

continuava a ser escravizada, mas com a diferença de que uma vez que seu "benfeitor" morresse, ela não poderia ser vendida ou escravizada novamente.

Vimos que no caso de Rudecinda há um pedido de Ignacio Fernandez para revogar a liberdade de sua filha, para o qual começa um processo de alforria ou julgamento. Esse processo é considerado parte de um processo judicial, pois o documento apresenta uma estrutura semelhante à de um processo *civil* entendido como um ato praticado para prejudicar outra pessoa, para o qual a vítima buscou algum tipo de reparação, especialmente econômica por meio de conciliação ou acordo, entre as partes. Nesse tipo de caso, foi ajuizada uma ação judicial, composta por despacho para *encabeçar o processo*, onde foram explicitados os motivos da reclamação do autor. Por seu lado, o arguido tinha a possibilidade de se defender através de respostas e, em alguns casos, ambas as partes podiam invocar testemunhas. No caso dos escravizados, podiam recorrer a um "Protetor dos escravizados", figura que lembrava o "protetor dos índios", porém, isso só ocorreu até o final do século XVIII. Antes desse período, as reclamações dos escravizados tinham que ser direcionadas diretamente aos ouvintes, aos governadores ou aos prefeitos.<sup>112</sup>

## NASCIMENTOS ILEGÍTIMOS E VIOLÊNCIA CONTRA O CORPO DE MULHERES ESCRAVIZADAS

Nas sociedades escravistas era comum que muitas crianças fossem fruto da submissão sexual dos escravizados por seus senhores ou outros homens de diferentes grupos sociais. Esse fenômeno se manifestou cedo na América Latina colonial, então em 1563 a lei ordenou que os espanhóis que quisessem dar liberdade aos filhos nascidos de mulheres escravizadas tivessem a prioridade ou preferência de compra.<sup>113</sup>

mãe de Rudecinda, é a primeira a entrar na justiça para processar Ignacio pelos maus-tratos que deu à filha e para que sua carta de soltura não seja revogada. Nesse

---

<sup>112</sup> MEJIA Karen. *Escravidão e liberdade. Uma abordagem sobre a dinâmica da alforria dos escravizados e a busca por espaços independentes na Província de Antioquia, 1780-1830*. Trabalho de pesquisa Magister in History. Medellín: Universidade Nacional, 2016.

<sup>113</sup> DIAS Rafael. "Entre a coesão e a dissolução: a família escravizada na área urbano-regional de Santafé de Bogotá, 1700-1750". *Estudos preliminares. Memória e Sociedade* 1, n.º. 2, 1996, pp. 5-18

processo, ela conta como foi estuprada por Ignacio e como foi seduzida por ele com a promessa de que a libertaria:

[...] es posible que un padre se obstine en esclavizar su misma sangre si guardar siquiera una buena fe a la promesa de libertad que le ha hecho? Horrorisa, sr Alcalde semejante conducta, y yo muy me horroriso quando considero, que dicho señor Fernandez, **me hizo la misma oferta quando me corrompió, y me hiso conocer el mundo, seduciendome y violentandome con esta oferta, y habiendome perder por la fuerza, la prenda muy estimable que posee una muger [...]**<sup>114</sup>

Em uma sociedade patriarcal e racista como Granada, não era o mais comum uma mulher escravizada se apresentar às autoridades para defender sua filha e acusar um homem branco de estupro, mas sabemos por outros estudos em diferentes regiões que era não algo excepcional. Para muitos setores subalternos, ir à justiça poderia representar uma estratégia para obter sua liberdade ou pelo menos, como no caso de Rudecinda, para preservá-la. Uma estratégia argumentativa dos defensores dos escravizados nesses casos de estupro foi dizer que a mulher escravizada que mantinha relações com o senhor deveria permanecer livre e que seu próprio sangue ou descendentes não poderiam ser escravizados:

El Procurador Mpal a la vista corrida dice que la libertad nunca puede ser condicional año presente es muy sabido que cuando un amo coabita con una sierva esta queda libre; pero prescindiendo de esto el Sor Fernández ha reconocido solemnemente a Rudesinda como su hija natural, como lo manifiesta el adjunto documento, que pido se me devuelva original. De aquí que sigue que siendo su hija no puede ser su esclavizada, ---- a todo hombre de buen sentido, que haya persona que esclavise a su propia sangre. A demás por el mismo documento consta que el Sor. Fernández se desapodera de todo el dro que tenía sobre ellas agregando que en su caso de que algún heredero suyo, quisiere esclavizarla podrá ella libremente presentarse al juzgado reclamando este don precioso que dado por la naturaleza solo puede perderse por el capricho de los hombres. Con este hecho queda Rudesinda señora de su libertad de --- siguiente sin dro el Sor Fernández para esclavizarla como pretende por tanta es de sentir este minist<sup>o</sup> entregue a Rudesinda a su padre para que la mantenga como su hija natural prohibiéndoles todo castigo horroroso, porque como libre y racional también cuidará de su padre, dándole este un honroso tratamiento pero V. con su acostumbrada prudencia resolverá lo que crea en justicia, Popayán Diciembre 1<sup>o</sup> De 1831. Archivo Central del Cauca (ACC, 4003. Arquivo Central del Cauca (ACC, 4003 (Rep. J III -8 em) folha 2).

Por sua vez, o defensor de Ignacio Fernández diz que Marcelina não era sua escrava, pelo que é falso que viveu com ela e sobre ter filhos com uma escravizada, diz que Rudecinda não nasceu sob a Lei do Ventre Livre, o que significa que ele nasceu em cativo:

<sup>114</sup>Arquivo Central do Cauca (ACC, 4003 (Rep. J III -8 em) folha 24).

[...] Lo que dice el mismo sor. Procurador sobre la libertad de la sierva con que cohabita su amo, es muy falzo y mal aplicado al caso presente, porque la Rudecinda no procede de esclavizada de su amo como lo manifiesta el citado documento; y aunque la madre hubiera sido de el, no había tal libertad pues ninguna ley lo previene sino es cuando el señor se casase con su cierva como lo decide la Ley 5ta. del citado Titulo 22 Partida 4ta. Tampoco es cierto el absurdo que supone el mismo Sr. Procurador de tener por esclavizada a la Rudecinda siendo su hija natural, pues las leyes no prohíben tal servidumbre, con la cual nació la referida, y como tal la compró el ciudadano Fernández que solicita revocar la libertad que le dio por los motivos expresados. (ACC, 4003 (Rep. J III -8 em) folha 2).

Observa-se que Ignacio conhecia bem as leis para se safar, mas é evidente a violência exercida contra o corpo da escrava, de um lado há o estupro de Marcelina e de outro há o abuso físico a que sua filha Rudecinda foi submetida, obrigando-a a fugir duas vezes em busca da proteção da mãe:

Marcelina Vidal vecina del Cantón de Caloto, y acudiente en esta, paresco y digo: [...] El motivo de este litis fue el maltrato que le dio el sr. Ignacio Fernandez poniendola en cadena, trasquilandola, y descargando su furia irracional sobre una hija suya, cuya relacion de sangre debia habero contenido y mairarla con otras consideraciones. Dicho sr. Fernandez le otorgó carta de libertad, cuyo testimonio corre con los autos; pero con la condicion de servirle toda su vida. Los Procuradores Municipales trataban de probar, que ya por el maltrato debia ser libre, mucho muy si se consideraba la relación de sangre que intervenia con ella, y que asi no era necesaria la condición exigida por dho Fernandez. El litis sigue hasta ponerse en estado de sentencia, que pronuncio el antecesor de Vmd con dictamen del Sr. Dr Rodriguez declarandose valido, y legal el documento de libertad que le habia otorgado dho sr. Fernandez a su hija Maria Rudecinda. Este señor no apeló dha sentencia, y por consiguiente pasó en autoridad de cosa juzgada, cosentida, y no apelada, la qual se la ha confirmado absolutamente, y sin lugar de ninguna refora por el ultimo dictamen, que al cabo del año ha pronunciado dho Dr Rodriguez. Todo esto consta de los autos, que pueden traer si a la vista, y de ellos resultaria, que mi hija Rudecinda será libre con la condicion de que le sirva a su padre el sor. Ignacio Fernadez, al efecto se le he llevabado y este señor no quiere recibirla, y me ha dicho que la ba a vender, crueldad --- procedimiento barbaro; es posible que un padre se obstine en esclavizar su misma sangre si guardar siquiera una buena fe a la promesa de libertad que le ha hecho?

[...] que yo como madre sensible a la suerte de una hija, me adelanto a proponer, que los servicios que le debia prestar mi hija adicho sr. Fernandez, que es la condición para la libertad, se conmuten por una pequeña cantidad para hacer positiva la libertad de mi hija y que no sea victima del furor de su padre desnaturalizado para todo lo qual Avd. pido y suplico se sirva decretar lo que estime conveniente y que intentando permanezca dha mi hija en depósito pues todo es justicia que imploro, protestando, --en derecho protesto, los recursos al tribunal superior, en --- contrarios, y tambien los costos, y costas contraquien haya lugar. Popayán abril 11 de 1834. 6 Archivo Central del Cauca (ACC, 4003 (Rep. J III -8 em) folha 24)

Por sua vez, Esteban Arboleda também se defende da acusação de Fernández, que o acusa de manter Rudecinda em sua casa, e menciona a violência exercida por ele contra sua filha:



[...] El sabe muy bien que yo no debo responder a esta demanda por que por esto seria presiso que la mulatica que el reclama hubiera salido de su casa por causa mia, o que huviendose refugiado ella en mi casa la hubiera retenido en mi poder, pero ninguna de las cosas, no la primera por que todo el mundo sabe la causa por que salió la mulatica de la casa del Sr. Ignacio Fernandez que fue haverla puesto con cadena, haverla trasquilado, y maltratado con suma ferocidad irracional sin respetar siquiera su misma sangre que ignomiosamente ha esclavisado, como se provara si llega el caso. Tampoco la segunda, pues la mulatica ha estado en poder de su madre Marcelina Vidal, quien la ha tenido todo este tiempo, y por consiguiente contra ella es que de vera repetir su amo el Sr. Fernandez, que como esclavizada quiere que le pague, sin ruborizarse de estamparlo en sus escritos. (ACC, 4003 (Rep. J III -8 em) folha 22).

Finalmente, a sentença diz que Rudecinda é obrigado a servir Fernández, mas ele não tem o direito de maltratá-la ou vendê-la. Não sabemos o que aconteceu depois desta sentença, se Fernández cumpriu a lei ou não, mas o que está claro é que os escravizados poderiam recorrer à justiça para reivindicar sua liberdade e denunciar os maus-tratos e em alguns casos como o que vimos foram ouvida, demonstrando assim as diferentes estratégias de sobrevivência da população escravizada.

A história de Rudecinda e Marcelina nos permitiu ver a centralidade de gênero e raça em um contexto de interações com os senhores, com as comunidades escravizadas e com os setores livres. Seu caso nos aproximou de alguns aspectos da sociedade escravista de Popayán, como a maternidade escravizada, as relações interétnicas, a dinâmica familiar e as tensões raciais dela decorrentes.

## RITA MARIN

Outro exemplo é o de Rita Marín que em 1792 também foi ao tribunal acusar seu mestre Andrés Marín de seduzi-la em troca de prometer sua liberdade e a filha que teve com ele. Rita conta que devido à morte de Hipólito Marín, seu primeiro senhor, seus bens ficaram, entre eles os escravizados, aos cuidados de seu testamenteiro Andrés Marín (seu filho) e que ele pediu que ela fizesse “comércio ilícito” com ele. Ela recusou porque era muito jovem ou de “terna idade” – entre onze e doze anos – pelo que Andrés a puniu para forçá-la a ser sua amante. No entanto, os castigos contra Rita não foram suficientes porque ela continuou a se recusar a satisfazer os desejos sexuais de Andrés, então ele, diz Rita, “me seduziu prometendo liberdade a mim e a todos os filhos que tive ; com que conseguiu me

privar de minha integridade virginal e ter uma filha (...)”. (ACC, JII-14 co-sig 10.252, folha 1).

Recorrer aos estereótipos de gênero, ou aos valores da feminilidade, neste caso, à virgindade, era um argumento frequente em defesa dos escravizados. Esta não era apenas uma estratégia para ser mais convincente em suas declarações e apelar à sensibilidade dos juízes, na verdade as mulheres escravizadas consideravam uma afronta à sua pessoa perder a virgindade ou ser agredida sexualmente. Como mostram diferentes estudos sobre a honra relacionados aos papéis de gênero, para as mulheres nas sociedades pré-modernas e modernas até o século XIX, sua honra dependia principalmente de ter uma reputação sexual "imaculada", ou seja, se fossem solteiras, tinham que serem virgens até o casamento, se casadas deveriam ser fiéis e no caso das viúvas deveriam abster-se definitivamente de ter relações sexuais. Embora o Código de Honra tenha sido criado para setores privilegiados, no século XVIII seus ideais foram adaptados por setores subalternos (Pitt- Rivers , 1968; Caro, 1968). Embora os homens pudessem ganhar ou aumentar sua honra, mesmo que a perdessem, poderiam recuperá-la por meio de ações. Para as mulheres era mais complicado, porque sua virtude, relacionada ao seu comportamento sexual, tinham ou não, e uma vez perdidas não conseguiam recuperá-la. (Gutierrez , 1993 ). ( exemplo Ortega, 1988, pág. 44 ).

Embora se pudesse supor que, no caso dos escravizados, “virtude” era algo que eles não podiam manter porque seu corpo era *propriedade* de seu senhor ou senhora, na prática, eles resistiam a não ter nenhum tipo de controle sobre seu corpo. corpo e muito mais se isso significasse colocar em risco o que para eles era sua honra ou sua própria vida. Então, para Rita, perder a virgindade à força era humilhante . Para muitos homens e mulheres escravizados, recorrer à justiça foi uma estratégia para obter sua liberdade, assim como no caso de Rita , para protestar contra os abusos contra seu senso de honra ou seu próprio valor.

Por sua vez, Andrés Marín se defendeu com vários argumentos. Primeiro, disse que era verdade que "solicitava" a mulata Rita para ter relações sexuais e que, embora ela se recusasse várias vezes, ele nunca a punia por isso. Que quando a "pediu" e a trouxe para esta cidade (Caloto) do engenho de açúcar, a considerou uma donzela. Ela também negou tê-la engravidado e que a própria Rita lhe disse que o pai de seu filho era um "estrangeiro"

que havia passado pelo engenho de açúcar. Mais tarde disse que era verdade que lhe deu algumas chicotadas, mas foi por tê-la fodido no engenho de açúcar com um homem e que nunca lhe ofereceu liberdade nem a nenhum dos filhos que ela deu à luz. (ACC, JII-14 co-sig 10.252, folha 5).

Infelizmente para Andrés, seu irmão, Don Cayetano Marín, nega totalmente, pois diz que é verdade e sabe que a relação que seu irmão tem com Rita é "pública e notória" e que foi na época em que ela preservou integridade e sua virgindade. Que ele sabe que seu irmão puniu Rita porque ela recusou "seu desejo desajeitado" e que Andrés estava com ciúmes de seus irmãos Dn Lorenzo, Dn José Marín e Manuel Quiñones "a quem ele despojou de sua casa por nenhum outro motivo além do ciúme que tinha deles com a mulata dha Rita". Que Andrés tem uma filha com Rita chamada Polônia e que ele sabe que seu irmão ofereceu uma "Carta de Poupança" à dita mulata e que ele fez essa oferta a ela mesmo não tendo dado à luz. (ACC, JII-14 co-sig 10.252, fólhos 14 e 15).

Uma testemunha disse que Rita Marín servia a seu senhor Andrés em todas as tarefas do dia e que à noite ia acompanhá-lo na mesma sala de seu quarto quando tinha entre onze e doze anos.

Após os depoimentos dos envolvidos e das testemunhas, felizmente para Rita, o Pai de Menores toma seu lado e diz o seguinte: que esses depoimentos deixam claro que Andrés é o autor do "defloramento", já que "o que ele pediu com muitos instâncias e tê-lo na opinião de uma donzela". Diz ainda que se Rita tivesse sido uma "escrava corrupta (...) é fácil entregar-se ao seu senhor ao menor sinal" mas não é assim que dizem as testemunhas. (ACC, JII-14 co-sig 10.252, folha 17).

Por fim, a sentença diz:

Las Leyes del Reyno disponen que el Amo que cause\* con su esclavizada por el mismo hecho se entienda haberle dado la libertad. Es cierto que ninguna Ley extiende esta disposición a los hijos de los amos con sus esclavizadas; pero parece muy justo y muy conforme a la naturaleza, que los padres, estén obligados a liberarlos. La causa de la libertad es muy favorecida en el derecho, como que se dirige a reestablecer al hombre en su primera dignidad; y las leyes del Reyno provienen que los Jueces deben buscar carrera para favorecerla; (...) En atención a todo lo expuesto se ha de servir Vmd **proceder a la determinación de esta causa en méritos de Justicia en orden a la libertad de la esclavizada Rita y su hija, condenando en costas a Andrés Marín** (ACC, JII-14 co-assinatura 10.252, folha 17).

## 15 O CIÚME DA PATROA COMO CAUSA DE MAUS TRATOS AOS ESCRAVIZADOS

A violência exercida contra o corpo da escravizada não poderia vir apenas de um senhor autoritário ou ciumento, como no caso de Rudecinda e Rita. A violência também poderia se originar do ciúme das Damas, em relação aos seus escravizados. Deve ter sido uma situação muito tensa para as esposas dos senhores de escravos tolerar a infidelidade de seus maridos em sua própria casa e também compartilhar sua vida cotidiana com o "amante" de seus maridos e seus filhos. Por sua vez, para os escravizados por estarem em condição de servidão, foram submetidos a castigos e humilhações não só eles, mas também seus filhos e filhas. Às vezes a situação era tão insustentável que os escravizados recorriam à justiça para solicitar a mudança de dono por maus-tratos ou fugiam do lado de seus agressores.

É o caso de María Joaquina Ospina Vera y Pesares, moradora de Cali, escravizada por Juan María Ospina Vera y Pesares, que lhe ofereceu a *carta de liberdade* em troca de ser concubina de seu mestre. O caso se passa em 1821, conta María Joaquina que depois de passar oito anos a serviço de seu dono e de lhe ter oferecido a liberdade, tiveram um filho chamado José Antonio, “desde que ele consentisse nos desejos que tentou verificar comigo; Não foi o amor que me obrigou, mas os sofrimentos da minha escravidão, e tendo-os alcançado, tendo um filho seu, em mim (...)” ( ACC, Signatura 5975 ( Ind . J II -2 cv), folha 2).

Agora seu mestre quer vendê-la, ignorando sua promessa e, claro, sua paternidade. Não basta a difícil situação de María Joaquina, diz que teve que tolerar “tormentos e castigos imponderáveis como os que sofri com o justo ciúme que meu mestre causou a mim e a minha Senhora, sua esposa (...)”, e disse talvez devesse fugir da Província. (ACC, Signature 5975 ( Ind . J II-2 cv), folha 2).

Em sua defesa, Juan María Vera y Pesares diz que não ofereceu a sua escravizada sua liberdade em troca de "ter liderança e sucessão com ela" devido à sua idade avançada que não permite tal excesso e que devido à notória prostituição de María Joaquina , " (...) você não poderá apurar com certeza quem é o pai de seu filho, e assim, sob esses

procedimentos, você deve desdenhar o pedido do escravizado." Depois diz que talvez o pai do filho de María Joaquina seja Marcelo Guerrero e que está procurando provas. Não sabemos o que acontece a seguir, o caso continua inacabado. (ACC, Signature 5975 ( Ind . J II-2 cv), fólhos 6-11). Mas muito provavelmente, Maria Joaquina teve que fugir da violência de seus senhores.

## 16 A FUGA COMO RESISTÊNCIA À VIOLÊNCIA

Já vimos que Rudecinda fugiu duas vezes. Valeria Piñeiro vai fazer isso também, mas não é uma menina que busca a proteção da mãe. É uma mulher casada com Francisco Caicedo, homem livre com quem tem vários filhos. Qual é o problema aqui? Novamente o ciúme do mestre, não sabemos se foi ciúme porque ele tinha algum interesse afetivo ou sexual por Valéria, o que fica claro em um dos depoimentos de uma testemunha é que havia um problema de autoridade e controle entre o mestre e o marido de Valéria sobre seu corpo, sua vida e sua liberdade.

Em 1794, Valeria Piñeiro, uma negra escravizada da cidade de Barbacoas, recorreu à justiça para apresentar queixa contra os maus-tratos de seu senhor, para a qual solicitou a mudança de proprietário.

Valéria era casada com um negro livre e tiveram vários filhos, trabalhava na casa de Dom Manuel Piñeiro no serviço doméstico, o que poderia significar algumas "vantagens" em relação a outros escravizados que trabalhavam nas minas, onde as condições de vida eles poderiam ser mais duros. Além de trabalhar na casa do patrão, parece que também pode significar uma demonstração de apreço ou favoritismo. Nesse sentido, Dom Manuel Piñeiro menciona o apreço que teve por Valéria por tê-la tirado da mina para trabalhar em sua casa. Portanto, ele não excederia em puni-la como ela o acusa:

Ni es creíble señor teniente, que con una esclavizada a quien había escogido entre las otras para el cuidado de la casa, y empleo de mi cocina mientras estaba en la mina, me excediese a castigarla con tanta crueldad, pues estos géneros de ocupación se dan a las criadas que se han llevado más nuestra estimación y aprecio. (ACC, 10253 (Col. J II-14 cv) folha 18).

No entanto, para Valéria não representava uma “vantagem” morar na casa de Dom Manuel, muito pelo contrário, nos últimos seis anos seu mestre começou a puni-la com tanta violência que colocou sua vida em risco.

Em seu depoimento, Valéria conta que sofreu vários castigos: o primeiro castigo de duzentas chicotadas amarradas nas mãos e nos pés “ **encontrar-me grávida recentemente, o que me fez dar à luz mal** ”; a segunda punição foi a de vários golpes, chicotadas e pancadas repetidas; e o terceiro castigo, “ **é a cruel quebra de cabeça** que ele finalmente me causou com uma vara forte cheia da maior impiedade e sem nenhum temor de Deus”. Além de receber uma centena de chicotadas apesar de estar “**quase morrendo e toda banhada em sangue**”.<sup>115</sup> As formas de resistir a essa situação de violência por parte de Valéria consistiam em: pensar em suicídio, fugir e, por fim, ir à justiça.

(...) ha sido tanta mi desventura, como si la esclavitud fuese constitutivo de la sevicia, que sin embargo de mi constante deseo, y aparejado ánimo de agradecerle (a su amo), para hacerme capaz de su estimación, me tiene reducida al infeliz y deplorable estado de la miseria desde ahora seis años (...); pues no contento con escasear los alimentos así a mi como a mis hijos y negarme absolutamente el vestuario preciso y obligatorio, ha procurado reducirme triste víctima de furor sin perder ápice ni momento en el ejercicio de la tiranía, largando enteramente las riendas del rencor y la ira que por lo común dictan los fatales y reprobados impulsos del castigo (...) (ACC, 10253 (Col. J II -14 cv) fólío 1-1v).

Observamos que Valéria tenta agradar seu mestre como estratégia de sobrevivência, mas não funcionou para ela, pois começou a sofrer os castigos há seis anos. Além disso, Dom Manuel Piñeiro a insultou tratando-a como uma prostituta, ela diz: "sem reflexão sobre meu estado, apenas com a autoridade de ser meu Senhor", para o qual ela fugiu desesperadamente para tirar a própria vida e foi seu marido que a encontrou e Ele evitou o desfecho trágico. Eles finalmente fogem e partem para Popayán com um filho para continuar com o processo . Deixam outros dois filhos na posse do proprietário que infelizmente não podem sobreviver após sete (7) meses de ausência dos pais e talvez por descuido do proprietário.

Em sua defesa, Dom Manuel diz que os tratou com doçura e caridade cristã, e que quando os puniu o fez com a devida moderação. “(...) Por outro lado, não sou cristão?; Não professo uma religião, cujo caráter é o amor ao próximo?; Não estou convencido de que, se

<sup>115</sup>ACC, 10253 (Col. J II-14 cv) fólío 1-1v.

os escravizados perderam sua liberdade natural, ainda mantêm os doces laços da humanidade? (...) Como, então, me é feita uma sindicalização tão injuriosa, e que transgride os mais sagrados direitos da natureza e da sociedade?" (ACC, 10253 (Col. J II-14 cv) folha 18).

Sabemos pelos depoimentos de testemunhas e de seus próprios escravizados que Dom Manuel Piñeiro era dono de uma quadrilha. Também sabemos por uma testemunha, Dom Mariano Estácio, que Dom Manuel foi condescendente com seus escravizados porque não nomeou um administrador ou administrador para vigiá-los, "deixando-os completamente à sua liberdade". No entanto, em alguma ocasião quando Dom Manuel foi à mina achou-os muito "preguiçosos" e teve que puni-los e seus escravos subordinaram-se a isso:

(...) Con el largo conocimiento que ha tenido de Dn Juan Manuel Piñeiro, jamás le ha notado sevicia, ni rigor demasiado para con sus esclavizados, antes si al contrario una (...) condescendencia y contemporización\* con ellos, lo que se deja entender por la falta de asistencia a su mina; sin que esto haya sustituido jamás en Administrador, u otra persona el cuidado y vigilancia que debe tener en hacer trabajar a sus esclavizados, dejándolos en el todo a su libertad, de donde resulta que acostumbrados a la vida holgazana, cuando en alguna temporada ha pasado el enunciado Dn Juan Manuel Piñeiro a asistir su mina con el designio de poder en orden su cuadrilla y hacerlos trabajar, por un leve castigo y corrección que les ha hecho, se han exasperado y han procurado sacudir el yugo de la subordinación a que los sujetó su esclavitud, valiéndose de la intrepidez, y del orgullo, alterando la voz, y aun perdiendo el respeto (...) (ACC, 10253 (Col. J II-14 cv) folha 10).

Observamos que as relações entre senhores e escravizados eram atravessadas pela violência. Embora Dom Manuel diga que foi "suave" ou "condescendente" com seus escravizados, ele os puniu quando achou necessário. A dificuldade foi definir os limites dessas punições, o que era permitido e o que não era para não atingir a crueldade?

Para Valéria, o limite da punição era que sua vida não corresse risco. Enquanto isso, seus escravos diziam que era culpa de Valéria que seu senhor a punisse pela "arrogância e falta de subordinação que ela alegava ter com as influências do marido".

O marido Francisco Caicedo, marido de Valéria e negra livre. Conforme declaração do Senhor Guillermo González Prefeito Provincial Perpetuo Regidor da cidade de Barbacoas,

A família de Valéria e outros escravizados foram hipotecados em favor de Dom Guillermo González Alcalde Prefeito Provincial Regidor Perpetuo, por uma dívida que

tinha com Dom Manuel Piñeiro. Don Guillermo é chamado como testemunha para depor e diz que o problema de tudo foi o marido de Valéria, Francisco Caicedo, por causar "desagrado ao senhor da escrava" porque queria que sua esposa e família fossem livres.

De acordo com a Lei das Siete Partidas, quando um escravizado se casava com um livre, ambos continuavam a manter seu status. O escravizado tinha a obrigação de continuar servindo ao seu senhor ou senhora. Por sua vez, o proprietário ou proprietária, se tivesse que vender o escravizado, tinha que garantir que o casamento permanecesse unido. A união com uma pessoa em estado de cativo poderia representar para a pessoa livre que ela acabou praticamente sujeita à servidão por morar na mesma propriedade que o senhor de seu cônjuge. Assim o expressa Don Guillermo González:

El Francisco Caicedo cuando casó con esta esclavizada estaba muy impuesto de cuanto ahora ocurre y de la servidumbre de la esclavizada, sin que ignorase nada, y **para verificar el matrimonio el amo de ésta le hizo presente la sujeción y subordinación, así de parte de él como de la que pretendía para su mujer.** Él a todo se humanó\*, nada contradijo ni tampoco ha encontrado nada de nuevo desde que verificó el matrimonio hasta lo presente, por lo que no tiene motivo de suponer quejas, pues él mismo ha dado muchas veces sobrada causa a los disgustos del amo por falta de no quererse sujetar a lo mismo que se le manifestó antes de verificar el matrimonio. También es culpado porque después de esto ha querido faltar al amo a que su mujer logre de la libertad que era imposible en una esclavizada, que debe estar sujeta a la servidumbre de su amo y faltando ésta a la debida subordinación (...) y todo esto ha promovido el desazón del amo con su esclavizada (ACC, 10253 (Col. J II-14 cv) fólíos 23-24).

Muitos cônjuges livres não se contentavam em perder sua autonomia casando-se com uma pessoa escravizada. Era comum que o consorte livre abandonasse o casamento para escapar da escravidão. Isso foi expresso pelo padre Dom Miguel Sanchez "Digo ser verdade (...) que comumente acontece que os livres se ausentam deixando o consorte escravizado, fugindo da sujeição" (AGN. Archivos particulares. Arquidiocese de Popayán, Arquivo N° 7978, folha 24, ano 1768).

No caso de Valéria, seu marido Francisco não a abandona, mas parece que sua influência ou presença incomoda o mestre porque vê sua autoridade de homem branco sobre o corpo e a vida de sua propriedade que é Valéria sendo contestada. Um homem negro desafia a autoridade de um homem branco, além da autoridade viril sobre o corpo de seu escravizado.



Aparentemente, o senhor Guillermo González, preocupado com a perda de seu negócio, representado em parte pela família de Valéria, já que era a hipoteca ou a garantia do pagamento da dívida contraída com o senhor Manuel Piñeiro, disse ao marido de Valéria que poderia lhe fornecer um local para sua casa em sua mina que é “imediato ao do dono de sua esposa”. No entanto, Francisco não aceitou a proposta, expondo sua esposa aos maus-tratos do senhor, pois sentia que estava perdendo a autoridade sobre seus escravizados. Como Valéria expressou as consequências dessa situação, estava colocando sua vida em risco devido à violência de seu mestre. Assim, Francisco e Valéria fogem com um filho pequeno para Popayán para pedir uma mudança de mestre por maus-tratos a Valéria.

## **17 LIBERDADE E FAMÍLIA**

Agora vejamos o caso oposto, uma mulher livre que se casa com um escravizado e deve recorrer à justiça para que sua liberdade e a de seus onze filhos sejam reconhecidas.

O processo judicial para o reconhecimento da liberdade de María Isabel Chávez tem 130 páginas e sua voz não aparece em nenhum lugar. É seu marido, José María Velasco, escravizado pelo falecido Don Agustín Velasco, que pede a liberdade de Isabel e de seus onze filhos perante o prefeito municipal da cidade de Popayán em 16 de julho de 1829. José María argumenta que Isabel está livre desde a pia batismal desde que seu padrinho, Sr. Juan José Chávez, comprou sua liberdade por 25 patacones de seu irmão, o padre Sebastián Santiago de Chávez. O executor do espólio de Don Agustín Velasco rejeita tal pedido, argumentando que Isabel e seus filhos são escravizados pelo falecido, porque Isabel e sua mãe Valeria Chávez foram vendidas ao testador como escravizadas no ano de 1791 e que ele não entende por que depois quase 40 anos de servidão, Elizabeth só agora pede sua liberdade:

El marido de la esclavizada se casó sabiendo la calidad servil. La madre fue vendida juntamente con ella por su amo Obregón vecino de Caloto a mi testador de el dicho año de 1791, sin habérseles ocurrido al marido, ni a la madre el sueño de la manumisión desde la pila, en la dilatadísima serie de años de su servidumbre bajo el dominio de los dos amos mencionados. La madre no pudo ignorar el bautismo de la hija verificando con la consignación del precio por su libertad. Así, el silencio en el particular presenta la mala fe del marido de la

esclavizada en mover, después de la muerte de mi testador una solicitud contraria a su propio conocimiento [...] (ACC, 4002 (Rep. J III -8 em ) fólío4) .

A princípio, a liberdade de Isabel é negada e a sentença é apelada pelo Defensor dos Escravizados Francisco Angulo e somente após quatro anos da abertura do processo judicial, a liberdade de Isabel e seus onze filhos é reconhecida.<sup>116</sup>

María Isabel morava na Fazenda de Cajibío, zona rural da cidade de Popayán, capital da província de mesmo nome. As atividades de María Isabel estavam provavelmente mais relacionadas ao cuidado e manutenção da casa e algumas tarefas agrícolas do que ao comércio. No entanto, esta situação não impediu a possibilidade de circular pela cidade de Popayán ou cidades vizinhas para comprar ou vender alguns produtos.

Viver no campo significou algumas vantagens para María Isabel em relação às mulheres escravizadas e libertas da cidade. Por exemplo, a relação país-cidade oferecia diferenças na quantidade de filhos e na formação do casal. Para o caso da cidade de Santafé de Bogotá e da região rural à qual estava vinculada, Rafael Díaz analisa que a matrifocalidade era uma realidade constante na cidade. Das 417 entidades familiares (famílias com filhos, cônjuges sem filhos e famílias com mais de duas gerações) que envolveram 1.050 escravizados na primeira metade do século XVIII em Santafé de Bogotá, em 95% dos casos uma mãe foi registrada ou, em menor grau, uma avó como chefe de família; também, uma alta participação percentual da mãe com apenas um filho. Situação semelhante ocorreu nas áreas rurais, embora não com percentuais tão altos quanto os de Santafé de Bogotá. A diferença se explica pela existência de um maior número de mulheres escravizadas na cidade e porque na zona rural existiam quadrilhas agrárias e mineiras que facilitavam a criação ampliada ou ampliada e permanente de redes consanguíneas e de parentesco ( Díaz, 1996:5 - 18 ).

Na Província de Popayán , segundo o censo de 1797, viviam em seu território um total de 23.145 escravizados, discriminados em 11.063 homens e 12.082 mulheres. No registro do Governo de Popayán em 1835, o número de escravizados caiu para 18.338,

---

<sup>116</sup>Na época, os escravizados que precisavam entrar na justiça para fazer uma reclamação, tinham um “protetor dos escravizados”, figura que nasceu levando em conta o “protetor dos índios”, porém, isso só ocorreu até o final. do século XVIII. Antes disso, as queixas dos escravizados tinham que ser dirigidas diretamente aos ouvidores, aos governadores ou aos prefeitos (Mejía Karen, 2016).

incluindo 8.509 homens e 9.799 mulheres (Tovar, 1994). Deve-se esclarecer que o maior número de mulheres estava presente na área urbana, ou seja, na própria cidade de Popayán. Essas mulheres pertenciam à população indígena, mulata, livre e escravizada. É justamente nesses grupos, especificamente entre índios e negros, que um número maior de mulheres do que de homens veio para a cidade para trabalhar como serviçais e escravizados (Pérez, 2005: 217-245). Um aspecto marcante do censo de 1807, como assinala María Teresa Pérez, tem a ver com o maior número de mulheres do que de homens como chefes de família, de um total de 1.094 chefes de família, 51% mulheres e 49% homens. Fica claro que o maior número de mulheres favoreceu o estabelecimento de relações ilícitas. No entanto, não foi a única razão para o aumento de mães solteiras na cidade de Popayán, como apontam Pablo Rodríguez (1991), María Emma Manarelli (1994) e María Teresa Pérez (2005), outros fatores também influenciaram, como como desigualdades de gênero, diferenças sociais, raciais e de honra, além de controles sobre casamentos entre desiguais, quebra de casamento ou promessas conjugais e intervenção dos pais na decisão matrimonial de seus filhos.

Se Isabel tinha melhores condições do que as mulheres da cidade para formar uma família livre, pelo menos ela e seus filhos, por que Isabel não falou antes sobre sua liberdade? por que o silêncio? e também se sabe de acordo com os autos que uma filha de Isabel de nome Pascuala foi vendida sem que os pais aparentemente a reutilizassem, no entanto, o mesmo documento refere que os pais não reagiram porque souberam da venda no mês seguinte. O senhor Agustín Velasco era tão poderoso que Isabel e sua família, por medo ou trepidação, nada disseram sobre sua liberdade enquanto ele estava vivo?

A advogada de defesa de Isabel diz que ela não sabia que ela estava em liberdade, porém no depoimento de várias testemunhas fica evidente que ela sabia e que uma vez perguntou ao seu suposto dono por que ele não deixou seus filhos em liberdade, se ela estava livre e ele respondeu que era para evitar que fossem transformados em soldados.

Seria essa a estratégia de Isabel, proteger os filhos da guerra? Sabemos que na primeira metade do século XIX a Colômbia já havia passado pelas guerras de independência (1810-1821) e outra guerra civil regional se aproximava no sul da Colômbia muito perto da Província de Popayán, foi a Guerra de dos Supremos ou dos Conventos, que

começou em 1839 e terminou em 1842. Esta guerra, que durou 3 anos, começou por motivos religiosos, pois durante o governo de José Ignacio de Márquez foi aprovada uma lei que ordenou a supressão dos conventos que abrigavam menos de 8 religiosos. Essa rebelião foi explorada por caudilhos do sul conhecidos como Supremos, que buscavam se opor ao governo Márquez. Embora o governo tenha conquistado a vitória, ela não duraria muito, pois nove anos depois, em 1851, os latifundiários da província de Popayán se levantariam em armas contra a abolição da escravatura. Foram tempos turbulentos.

No entanto, o argumento de Dom Agustín para Isabel sobre considerar seus filhos como escravos para impedi-los de ir à guerra não coincidia com a realidade da época. Ao contrário, era o contrário, neste contexto de guerra era comum os funcionários do governo visitarem as haciendas para avaliar seus bens e assim recolher impostos ou recrutar escravos como soldados. Segundo o executor de Agustín, ele negou ter escravizado os funcionários que o visitavam por medo de ser expropriado:

Está bien clara en los autos la razón porque dijo (Agustín) que Isabel era libre. Era este el triunfo de la revolución: no se podía contar con la propiedad; y los afectos al gobierno Español eran objetos de odio: se les perseguía y privaba de sus bienes. Ya con este pretexto mi testador lo habrá sido en una parte, muy natural era temer que si ponía como esclavizados los hijos de Isabel en el momento se los habrían arrebatado para soldados: el temor fundado de perderlos fue el que hizo asegurar que eran libres (ACC, 4002 (Rep. J III -8 em) folha 122).

Assim, vemos que a categoria de livre ou escravizado poderia ser utilizada como estratégia em algumas circunstâncias, principalmente para os senhores.

Outra possibilidade do silêncio de sua liberdade, segundo o Defensor dos Escravizados que defende a causa de Isabel, foi o carinho ou gratidão a Dom Agustín:

(...) siendo la dha María Isabel libre como lo es y como yo lo probaré a su tiempo, debe ella y puede pedir el goce de su libertad cuando quisiera; y si ella en tiempo de su amo no lo pidió, de allí no se sigue que ella no es libre, (porque ella pudo o por afecto a su amo o por agradecimiento estarle sirviendo como una esclavizada) porque para esto bastan las declaraciones de los testigos (...) (ACC, 4002 (Rep. J III -8 em) folio 5).

Ou será que Isabel não exigiu sua liberdade porque não achou necessário porque em troca de seu trabalho e de seus filhos recebia algum tipo de proteção? A população escravizada podia casar-se com pessoas livres, mas isso não significava que obtivessem a liberdade para isso, nem poderiam deixar seu senhor para ir com seu cônjuge. O dilema era

para o casal livre, se morava na residência do cônjuge escravizado ou morava separado. Enidelce Bertin comenta que no caso de São Paulo, entre os escravizados casados, a liberdade do companheiro implicava a condição *sui generis* de continuar em cativeiro mesmo estando livre. No entanto, a condição de liberto significava uma situação diferenciada em relação aos demais escravizados e uma maior possibilidade de autonomia (BERTIN, 2004, p.107-150).

No caso de Isabel, casada com um escravizado, ela foi morar na fazenda a que pertencia o marido. Não sabemos se essa situação realmente significou mais autonomia como casal ou como indivíduos, os documentos não nos dão muita informação sobre isso. O que sabemos é que Dom Agustín aproveitou a situação e conseguiu ter mais doze pessoas em sua fazenda, Isabel e seus onze filhos como escravos, talvez em troca de abrigo e comida e algum tipo de proteção.

Com o aumento da escravidão no século XVIII, a propriedade dos escravizados deixou de ser um atributo das famílias nobres, pois a compra de um ou vários escravizados passou a ser herança das famílias mestiças e pardas. Este poderia ser o caso do proprietário de María Isabel, Sr. Don Agustín Velasco. De acordo com as declarações de seu testamenteiro, Dom Agustín não tinha muitas propriedades e talvez um dos motivos para tratar os filhos de Isabel como escravizados fosse porque eles representavam a única força de trabalho que ele tinha.

Isabel sabia que estava livre, mas não tinha como provar, não tinha a carta de liberdade nem a certidão de batismo para comprovar sua condição. Talvez, Don Agustín acreditasse que ela foi escravizada como sua mãe Valéria, portanto, a descendência de Isabel também estaria nas mesmas condições. Ou talvez Dom Agustín soubesse que Isabel era livre, mas como ela não podia provar, na prática teve que ser tratada como escrava. O tratamento implícito ou explícito de Isabel e Dom Agustín sobre sua liberdade condicional e a de seus filhos foi rompido com a morte deste último e o perigo da família de Isabel ser vendida como escrava tornou-se iminente, só neste momento é que ela decidiu ir às autoridades para provar sua liberdade.

VALÉRIA CHAVEZ (MÃE)

Valeria Chávez, mãe de Isabel, é a outra protagonista desta história. Antes de Isabel nascer, Valéria foi escravizada pelo padre Sebastián Santiago de Chávez na localidade de Caloto, zona rural da cidade de Popayán. Não sabemos quanto tempo permaneceu em poder do padre, o que podemos inferir pelos depoimentos das testemunhas é que Valéria foi vendida logo após o parto, pois o padre não gostou da "fragilidade" em que ela incorreu . menos por ter tido uma menina em vez de um menino: "[...] prazer em dar a quem diz a vitória (...)"(ACC, 4002 (Rep. J III -8 em) fólíio 92 v). Segundo uma testemunha, ouviu o padre dizer: "[...] que se fosse um homenzinho o que seu mulato tivesse dado à luz, ele agradeceria; mas como ela era mulher, deveria tirá-la de sua vista, e deixar a mãe ver quem era seu pai e criá-la que já era livre" (ACC, 4002 (Rep. J III -8 em) folio 91 v) .

O caso de Valéria e sua filha não coincide com o que afirma Jessica Spicker (1998), já citada, quando menciona que as mulheres escravizadas e seus filhos em Nova Granada eram tratados com certos privilégios porque representavam a oferta de trabalho escravo. Em depoimento de testemunha, diz-se que o pai de Isabel era o mesmo irmão do padre, em outros depoimentos, dizem que ele era o padrinho. Se realmente o irmão religioso era o pai de Isabel, talvez essa fosse a razão convincente para não querer um bastardo na família.

Não temos certeza se ele era realmente o pai, mas pode ser uma possibilidade, já que era comum que muitos filhos fossem resultado da subjugação sexual de mulheres escravizadas por seus senhores ou outros homens brancos. No caso de Santafé de Bogotá, parte do aumento da população mulata na cidade e no campo foi produto das relações entre as mulheres escravizadas e seus senhores. Esse fenômeno se manifestou cedo na América hispânica colonial, de modo que em 1563 a lei ordenava que os espanhóis que quisessem dar liberdade aos filhos nascidos de mulheres escravizadas tivessem a prioridade ou preferência de compra (DÍAZ, 1996, p. 5-18).

Para a Província de Popayán não temos evidências se o aumento da população mulata se deveu às relações das mulheres escravizadas com seus senhores brancos. Sabemos que no censo de 1797 a população de Popayán e sua jurisdição era de 136.183 habitantes, com 39% da população concentrada na cidade de Popayán, na província de Los Pastos e na cidade de Cali. Quanto à sua composição sócio-racial, a população branca equivalia a 23,6%, mestiça ou livre 36%, índia 23,5% e escravizada 17%.

Observamos que os mestiços ou livres eram a maioria, 36%. O conceito mestiço não implicava apenas a descendência de brancos e índios, mas também de diferentes mestiças, que também eram chamadas de castas. Embora a condição de mestiço ainda fosse estigmatizada pela nobreza provincial, pois estava associada à ilegitimidade de nascimento, ascendência africana e pobreza, uma parcela da população mestiça podia ser percebida como superior a índios, negros e mulatos. e escravizado. Assim, chamar-se mestiço era uma forma de promoção racial (PÉREZ, 2005:217-245).

Em uma sociedade estratificada como Nova Granada, interessada em reproduzir uma ordem hierárquica baseada nas diferenças de raça, gênero e status social, o aumento da miscigenação tornou-se uma preocupação constante. Por exemplo, em 1776 e por decreto de 1778, foi promulgada a Pragmática Real evitar casamentos entre pessoas de diferentes condições sociais e étnicas. A obtenção do consentimento dos pais tornou-se obrigatória para os menores de vinte e cinco anos de idade e a obtenção do conselho dos pais para os mais velhos para se casar. Embora essas leis tenham sido criadas inicialmente para preservar a integridade dos setores privilegiados, os setores populares, em sua maioria mestiços, também as aceitaram para impedir que seus filhos se casassem com alguém que consideravam de "qualidade inferior" por terem grande interesse em ascender socialmente através do branqueamento de seus descendentes e afastar-se o máximo possível de um passado de escravidão.

Talvez tenha sido essa a preocupação de Valéria ao tentar casar sua filha Isabel com um homem livre, provavelmente mestiço ou mulato. Segundo uma testemunha, Valéria pediu a Juana Velasco, uma mulher livre, que permitisse que seu filho se casasse com Isabel. Ao que Juana respondeu negativamente porque Isabel foi escravizada. No entanto, Valéria insistiu, propondo que ela comprasse a liberdade da filha já que deveria ter um preço baixo por causa de sua cor, lembrando que Isabel era mulata.

Nos documentos, Valéria quase não aparece novamente, ela só é mencionada de vez em quando. Sabemos que também foi vendida a Dom Agustín Velasco. Mas não sabemos quantos anos ele viveu, ou como era sua vida na fazenda com sua filha e onze netos. As informações também são insuficientes para afirmar se essas duas mulheres, Isabel livre e Valéria escravizada, com atividades semelhantes e tratadas socialmente de forma

semelhante, diferiram no privilégio do deslocamento geográfico permitindo maior autonomia para os espaços afetivos e familiares.

No caso de Isabel e Valéria, as mulheres escravizadas e libertas desempenharam um papel importante no agenciamento da liberdade de seus familiares utilizando estratégias e conhecimentos a partir de sua experiência pessoal como mulheres em contextos patriarcais e racistas. Mãe e filha, escravizadas e livres, tentaram utilizar diferentes estratégias para garantir a proteção de sua família dentro das possibilidades que cada uma podia contar e das redes ou alianças que cada uma podia construir.

A estratégia de Valéria de casar Isabel com um homem livre, para melhorar seu status e, portanto, suas condições de vida, embora não tenha funcionado, era o que ela acreditava que deveria fazer. A estratégia de Isabel de proteger seus filhos da guerra fazendo-os passar por escravos, ou de trocar a servidão por proteção, mudou diante da iminente separação de sua família após a morte de Dom Agustín; sua nova estratégia era ir às autoridades e mostrar que estava livre.



## 18 CORPOS ESCRAVIZADOS: DOR E DOENÇA

O que a liberdade significava para uma mulher escravizada no século 19? A liberdade era um tanto difusa, ou seja, os limites entre liberdade e escravidão nem sempre eram claros. Muitos escravizados apesar de obterem sua liberdade por compra ou doação, na prática essa liberdade muitas vezes não era reconhecida ou era condicional, a ponto de continuarem em uma relação de servidão com seu antigo senhor ou senhora. Catalina Unda queria comprar sua liberdade, mas não tinha dinheiro, então aproveitou sua doença e transformou aquele momento de fraqueza em uma oportunidade de ser livre. No entanto, seu caso também nos leva a indagar sobre as doenças e seus tratamentos na população escravizada. Particularmente aquelas doenças “femininas”, ou seja, aquelas relacionadas aos órgãos reprodutores femininos. A doença dela era grave, ela teve uma hemorragia uterina, estamos lidando com um caso de aborto, talvez? Quais eram as doenças sofridas pelas mulheres escravizadas? A alusão a uma doença foi uma estratégia comum para alcançar a liberdade?

O outro caso que também analisarei é o de Helena “criolla” uma mulher escravizada por Dom Antonio Arboleda, que aparentemente tinha vaginismo <sup>117</sup>, pelo qual não pôde consumir o casamento com o marido Francisco, que pediu sua anulação. Embora o caso tenha ocorrido em 1739, fora do nosso período de estudo, pareceu-me que pela situação que apresenta e pela rica informação do caso (depoimento dos cônjuges, depoimento de várias testemunhas, depoimento das comadres curanderas, depoimento dos médico, depoimento do promotor, entre outros.) foi importante expor aqui para entender melhor a relação entre o corpo feminino escravizado e a doença.

---

<sup>117</sup> O vaginismo é uma condição na qual os músculos da vagina se contraem e se contraem involuntariamente em resposta à penetração sexual ou ao exame ginecológico. As causas do vaginismo incluem: preocupação de que o sexo seja doloroso ou cause danos; história de abuso sexual; ter causado danos anteriores à vagina, uma episiotomia; condições dolorosas da vagina ou áreas circundantes; a primeira relação sexual foi dolorosa e/ou desconfortável; problemas do parceiro; medo de engravidar Extraído de: Top Doctors, <https://www.topdoctors.es/dictionary-medico/vaginismus->.

## CATALINA UNDA

No ano de 1822 na cidade de Caloto, Catalina Unda escravizada por Dona María Josefa Céspedes, apresenta-se ao Prefeito, para solicitar uma nova avaliação de seu preço (200 patacones) considerando que é muito alto porque está doente. Desta forma, Catalina poderia pagar por sua liberdade:

Catalina Unda esclavizada de mi Señora María Josefa Céspedes ante Vs parezco y digo: que habiendo venido a esta capital con el objeto de buscar un amparo en Vs sobre conseguir mi libertad a causa de que en Caloto se me exigió doscientos pesos por ella siendo constante que yo parezco de enfermedades penosas tales como la de dormirme medio lado y la del pasmo y no habiendo facultativos en Caloto y aquí ni los ai para mi reconocimiento Vs tanto a bien afiliar al señor Alcalde Ordinario de aquella ciudad y como yo me recelo de la parcialidad de aquel juez de la de protector de esclavizados ocurro\* a la justificación y equidad de Vs para que se sirva mandar que aquí se me avalúe con las formalidades legales y poder de ese modo salir del pesado yugo que me oprime (...)<sup>118</sup>

Catalina foi uma das muitas mulheres escravizadas que pertenciam a viúvas na cidade de Caloto ou Popayán. Tanto nos centros urbanos como nas fazendas, as mulheres escravizadas realizavam tarefas domésticas como cozinhar, lavar, passar, costurar, servir e acompanhar seus senhores. Eles também podem ser vendedores ambulantes, parteiras e curandeiros. Não sabemos exatamente quais tarefas ela realizou se Catalina. No entanto, assumimos a partir das declarações de sua amante María Josefa Céspedes, que Catalina trabalha nos afazeres domésticos.

Por outro lado, mulheres como Dona María Josefa Céspedes não eram pessoas muito ricas. Em geral, possuíam pequenas propriedades - produto de heranças - como um terreno, uma casa e um ou dois escravizados. Por isso, para Dona Céspedes, vender ou conceder a *carta de alforria* a Catalina por um preço inferior ao inicialmente acordado significou um golpe em sua economia. Então, a questão aqui era a liberdade de Catalina versus a situação econômica da senhora María Josefa. Nenhum queria perder e se esforçaram para defender seus interesses, cada um à sua maneira e com os recursos que cada um tinha.

<sup>118</sup>Arquivo Central do Cauca (ACC), assinatura 5979 ( Ind . J II -2 cv), folha 1

## ESTRATÉGIA DE CATALINA UNDA

Em 13 de julho, o Protetor dos Escravizados envia Catalina para um exame médico para depois fazer uma nova avaliação. De fato, 6 dias depois, em 21 de julho, o Dr. Joaquín Cagiao \*professor formado em medicina, examina Catarina e diagnostica que ela sofre de “uma menorragia ou fluxo de sangue sobrenatural da cavidade do útero, que resultou em uma febre contínua lentidão, falta de apetite e um estado de fraqueza geral com alguma falta de jeito no exercício dos movimentos dos animais (...)”.<sup>119</sup>

A menorragia é o sangramento uterino anormal, caracterizado por ser abundante e prolongado. Existem várias causas para a menorragia, como: desequilíbrio hormonal, doença inflamatória pélvica, miomas uterinos, aborto espontâneo ou gravidez ectópica, infecções, tumores na cavidade pélvica, doença hepática, renal ou da glândula tireóide.<sup>120</sup>

Como podemos ver, o que Catalina sofria era grave, talvez ela também tivesse anemia por hemorragia, daí sua fraqueza por "movimentos de animais", como disse o médico. Na realidade, sabemos muito pouco sobre as doenças sofridas pelos escravizados e em Germán Colmenares menciona que entre as doenças mais frequentes entre a população escravizada estava o “gálico” ou “gálico aleijado”, com o “gálico quebrado”, que poderia se referir à sífilis ou a uma grande variedade de doenças venéreas. e as lesões eram frequentes, como hérnias e mutilações de membros. Estar "quebrado" poderia ser uma hérnia de disco ou uma coluna vertebral "quebrada", perna ou virilha "quebrada".<sup>121</sup>

Entre as doenças relacionadas ao aparelho reprodutor feminino, havia também "gálico" ou "aleijado gálico", "estar doente com a menstruação" ou "fechado por natureza" para se referir ao vaginismo.

Não sabemos se a doença de Catalina era comum entre as mulheres escravizadas, mas presumivelmente diferentes doenças relacionadas à menstruação, gravidez ou parto devem ter ocorrido. Tampouco sabemos no caso de Catalina se a causa de sua menorragia foi devido a um aborto espontâneo ou induzido. O que sabemos é que ele usou sua doença a

<sup>119</sup> ACC, número 5979 ( Ind . J II -2 cv), folha 2

<sup>120</sup> Tirado de; Crianças de Stanford Saúde , <https://www.stanfordchildrens.org/es/topic/default?id=menorrhagia-85-P03664>

<sup>121</sup> Colmenares, alemão. *História econômica e social da Colômbia. Volume II: Popayán uma sociedade escravista 1680-1800* . (Bogotá: Editora Tercer Mundo, 1997), p. 95.

seu favor ou como estratégia para conseguir uma redução no preço de sua avaliação e assim comprar sua liberdade.

### A ESTRATÉGIA DA AMANTE MARÍA JOSEFA

Por sua vez, Dona María Josefa escreve uma carta ao filho em 25 de agosto, na qual pede sua ajuda no caso de Catalina. Ele lhe diz que é mentira que sua escrava está doente, “ porque em minha posse ela nunca sofreu nenhum acidente, mulata, incentivada , prestativa parindera , que nenhuma, e se ela diz, que sofre um acidente (... ) tudo o que ela diz é mentira, e se for libertada ou vendida por menos de duzentos pesos, será pela força que a justiça assim decidir (...)”.<sup>122</sup>

Dona María Josefa não está disposta a abrir mão de nenhuma redução no preço de Catalina, na mesma carta ela alude à sua condição de "viúva pobre" afetada pela guerra (guerra de independência) porque perdeu vários de seus filhos. E pede ao filho que venda Catalina em breve, ou que a sirva em casa e pague três meses de salário porque "está foragido".

No dia 3 de outubro, Nicolás Hurtado faz a primeira avaliação de Catalina e diz que devido aos seus rebuses ela tem direito a ter o valor de duzentos (200) patacones mas devido ao atestado do médico Cagiao, dá-lhe o preço de um cento e sessenta (160). ) Patacones.

Em 8 de outubro, o segundo avaliador, Manuel José Castrillón, diz, como atestado pelo Dr. Joaquin Cagio, professor de medicina, que a condição de Catalina é perigosa "e ninguém iria querer comprá-la com as doenças de que sofre, sem se expor ou perdê-la muito em breve." ou ficar privado de seu serviço por muito tempo”. Portanto, sua avaliação é de cento e vinte e cinco (125) patacones.

No entanto, em "atenção à discórdia resultante das avaliações" é nomeado o terceiro avaliador, Sr. Regidor Manuel Cuevas, que estima que o preço de 160 patacones do primeiro avaliador seja correcto.

---

<sup>122</sup>ACC, assinatura 5979 ( Ind . J II -2 cv), folha 8

Enquanto isso, Catalina, vendo que o preço do terceiro avaliador ainda estava alto, pede outro avaliador:

(...) me veo obligada a representar mi derecho por mi misma cuasa de que el Señor Procurador General es tio del Señor Ordoñez apoderado de mi señora e interesado por ella por otros mil motivos. Se me ha valuado, señor Intendente por tres sujetos. El nombrado por mi ni se ha desentendido de la certificación del falcultativo, ha procedido com imparcialidad, haciendose cargo de la recomendación que en todos tiempos y con mayor razón en el presente debe tener la cuasa de la libertad: pero los otros dos olvidandose de esto, sin meditar en el prejuicio que me cusan y llevandose solamente de mi aspecto (...) me han valuado en un precio excesivo que superaría\* mis esperanzas. Yo los recuso porque es indubitable que el uno es patrón del apoderado de mi señora y el otro su amigo y de su casa.<sup>123</sup>

O pedido de Catalina é ouvido pelas autoridades, que reconhecem que ela tem razão sobre a relação de um dos avaliadores “com os senhores dos escravizados”. E dando prioridade à questão da liberdade porque deve ser protegida segundo a Lei dos Sete Itens, expressam o seguinte:

En atención a estar dispuesto por la ley de Partidas, que el juez proteja la libertad, que es conforme a la naturaleza que aborrece la servidumbre, por los sólidos fundamentos que contienen los escritos presentados por la esclavizada Catarina, pasese al señor Síndico Procurador General para que promueva con arreglo a la solicitud que se hace, y sea más conforme a derecho.<sup>124</sup>

Para o dia 26 de outubro, o avaliador para resolver a disputa é o senhor Manuel Dueñas, alguém imparcial, segundo as autoridades, por não ter nenhum vínculo com os mestres de Catalina, e que finalmente a avaliou por cem (100) patacones.

É claro que o dono do Catalina não ficou satisfeito com essa situação e nomeou Antonio Arboleda como seu agente, que fez ampla defesa:

Sor Intendente Gobernador

Antonio Arboleda vecino de esta, ante V.S com más haya lugar digo: que presentó una carta en la que me da la Señora Josefá Cespedes todo el poder necesario, para otorgar la **carta de la libertad** que solicita su esclavizada Catalina. (...) No comprendo a que se reduce este juicio, cuando la (Josefá) Cespedes no ha hecho la menor oposición. Si la mulata hubiera propuesto a su señora desde Quilichao que pretendía libertarse, allá no más se habrían nombrado los evaluadores sin escritos, sin recusaciones, y se habría determinado verbalmente el legítimo valor de ella, y consignado, se le habría dado la carta; **pero ella se fuga, y viene a buscar en V.S amparo de lo que no se ha negado**

<sup>123</sup>ACC, número 5979 ( Ind . J II -2 cv), folha 12.

<sup>124</sup>ACC, assinatura 5979 ( Ind . J II-2 cv ) , folha 13v.

**y se entabla una actuación inútil, y** en punto de menor cuantía que lo resiste, y aunque hubiera habido resistencia de mi parte, se ha omitido el juicio conciliatorio, esencial para seguir cualquiera acción.

El amparo se busca ante el juez, cuando hay motivo de queja ¿cuál es la de Catalina? Su señora no le ha negado que se libre. **La ha criado desde su niñez a la par de sus señoritas, ha sido una hija no una esclavizada.** Ella misma le ha proporcionado la adquisición de peculio, **a sus hijos los tiene como propios. Yo conozco el carácter de la Céspedes, su religiosidad, su apacibilidad y demás virtudes, lo que me hace admirar la ingratitud de la Catalina.** Yo he hablado con ésta y dichole el poder que tengo para otorgarle la libertad me ha dicho que no tiene el dinero, y le ha repuesto, que busque amo a su satisfacción, pero en lugar de allanar la cosa, sus protectores levantan el grito como si hubiese motivo: que el querer que consiga la libertad ---- a este fin la ponderación de males que no tiene; la recusación injurídica de evaluadores después de hecho el avalúo y consentido en el nombramiento alegar parentesco que no tiene el ciudadano Cuevas, pues la afinidad no produce afinidad. Un hijo de la Céspedes cayó con una sobrina de Cuevas, ¿Qué parentesco resulta de esto? No sale el avalúo a su placer y este es el parentesco, y la causa para brotar mil insultos contra sugetos de conocida probidad. Todo hace ver la mala fe, con que se procede y que resiste actuaciones inútiles costas sin necesidad, y perjuicio de mi parte. Así se ha de servir V.S determinar el asunto verbalmente conforme a su naturaleza: que estoy pronto a asistir y allanar cualquier abstáculo, en vista de lo que se ha actuado, y que mi parte no carezca de su propiedad como es justo (...) A V.S suplico así lo determine en Popayán octubre 31 de 1822. Antonio Arboleda. (ACC, telefone 5979, Ind . J II -2 cv, folha 18. Grifo meu).

É interessante como Antonio Arboleda apela à emoção para buscar o anúncio do juiz. Era comum nesse tipo de defesa utilizar argumentos relacionados a emoções como: gratidão, compaixão, amor, sofrimento, honra, etc., para sensibilizar o público e obter um veredicto a seu favor. Por exemplo, quando Antonio Arboleda diz que Dona Céspedes criou Catalina “como uma filha e não como uma escrava”, ele quer apelar para um sentimento de gratidão que Catalina deve ter para com sua patroa para não prejudicá-la. Além disso, apela às virtudes da amante como religiosidade e brandura, qualidades que segundo o estereótipo feminino da época eram as corretas em uma mulher. Além disso, ele quer desmentir o argumento de Catalina de que não há imparcialidade na avaliação do Sr. Manuel Cuevas porque ele é parente de seu proprietário. Finalmente, eles se reúnem para fazer uma conciliação na segunda-feira, 13 de janeiro de 1823. Não sabemos se chegam a uma conciliação ou não porque não há mais informações nos autos.

No caso de Catalina vemos algumas das estratégias de resistência ao sistema escravista que os escravizados poderiam utilizar, neste caso as mulheres. Um sistema que oprimia, mas escravizava buscava formas de ver alguma oportunidade ou saída para reconquistar sua liberdade. Por esta razão, Catalina viu na sua doença a oportunidade de ser

livre, recorrendo às autoridades para obter uma redução do seu preço e poder comprar ela própria a sua liberdade.

## HELEN CREOLE

Dom Pedro Sánchez de Sala, morador desta cidade de Caloto e administrador da quadrilha de negros escravizados da mina de Dom Francisco Joseph de Arboleda e seus irmãos vizinhos da cidade de Popayán, disse que há mais de oito ou dez anos Francisco , negra da nação Arará, e Helena, negra crioula, casaram-se antes do doutor Don Salvador de Mora, pároco dos Reales de Minas de Quinamayó . Passados mais de seis anos, o dito Francisco Arará foi procurar o Lic. Gerónimo Lucio Morcillo, atual pároco do dito Real de Minas, e informou-lhe que desde que se casou "achava sua mulher impenetrável", e que não sabe o que deveria fazer, então o dito padre, tendo feito algumas indagações, informou ao Vigário Geral e sob sua ordem levou a negra a Popayán para consultar cirurgiões com cujas instruções às comadres Rosa Feliciano Daza e Alejandra de Zúñiga, "capaz e mulheres de confiança registraram a organização da referida Helena e não tendo encontrado causa perceptível à vista para a referida impenetrabilidade", voltou a coabitar com o marido, que novamente comunicou o impedimento da esposa. ( Causa conjugal - CO.AGN.AP/APO//3243 folio1)

No depoimento de Francisco Arará, disse que há sete ou oito anos é casado com uma crioula negra Helena, que foi casado com o senhor Santiago de España, sendo padre Doctrinero das Minas Reais de Quinamayó , e que desde então até cerca de um ano, ele não conseguiu consumir o casamento com " *apta adgenere coito* ", por não ter conseguido penetrar no vaso natural [vagina] da referida Helena, embora tenha feito todos os passos possíveis de sua parte, e que ele só teve a difusão da virtude seminal fora do referido vaso e que nunca houve *uma Commixtio Sanguinum* ", ou seja, o casamento não foi consumado porque eles não conseguiram ter relações sexuais.<sup>125</sup>

---

<sup>125</sup> *Composição Sanguinum* era la cópula carnal o el coito sexual que debían tener el hombre y la mujer recién casados para que su matrimonio fuese definitivo, en otras palabras, el matrimonio se consumaba cuando el hombre y la mujer eran una "sola carne" al igual como Cristo y a Igreja. O vínculo matrimonial poderia ser dissolvido se não houvesse consumação ou relação sexual. Na Bíblia especialmente Efésios 5, 28-32 e Coríntios 6,16. São Paulo assinala que: "Aquele que ama sua esposa ama a si mesmo, porque ninguém odeia sua própria carne, pelo contrário, ele a alimenta e cuida dela, como Cristo faz com a Igreja. Por isso, o homem

Por sua vez, Helena Criolla declarou que durante todo o tempo em que esteve casada com Francisco Arará, nunca conseguiu ter cópula consumada com sua *ad generatione*. embora ele tenha feito sua parte "tantas tarefas quanto pôde". À pergunta sobre se havia colocado algum impedimento de sua parte, respondeu que não, e que sempre se colocara de acordo com a ordem natural, e que "reconhece em si mesmo na parte anterior uma grande estreiteza, causada (em sua opinião) por algum osso que tem na dita parte interna, que impede a penetração de seu vaso". Esta situação foi confirmada por Dona María Prudencia de Manzano e Dona Bárbara Montenegro, que lhe disseram que havia um osso ali, ponta de uma vela de sebo para revistá-la, e que, tendo feito diligências com ele para ver se ela poderia se intrometer na peça, ela não pôde fazê-lo. E que esta é a verdade, sua acusação de juramento (...) tendo lido sua declaração para ele, ele tem cerca de vinte anos, mais ou menos, ele não assinou porque não sabia (...)” ( Causa do casamento - CO.AGN. AP/APO//3243 fólío 2)

No depoimento de Dona Bárbara Moriones de Montenegro, uma das que examinaram Helena, disse que, por ordem de Mestre Gerônimo Lúcio, ela registrou a referida crioula Helena, e "achou-a incapaz de seu vaso natural ser penetrado por nenhum homem, por ter um osso interno que cobre demais o ducto, e só tem uma passagem muito estreita por onde ele urina, e nada mais". Perguntaram se isso poderia ter acontecido depois do casamento por causa de um acidente, e ela respondeu que Helena sempre foi assim porque cuida dela desde criança e não teve nenhum acidente envolvendo suas partes íntimas e que "nem a menstruação desacelerou, porque Ele não tem onde". fólío 2

Dona María Prudencia, a outra pessoa que examinou Helena, disse que a pedido de Francisco Arará, marido de Helena, foi procurá-la e descobriu que estava "fechada com um osso interno, e que para verificar a veracidade osso, um nervo\*, ou carne, o que ele tinha, cortou a ponta de uma vela e afiou sua ponta, para que ficasse tão fina quanto a ponta do dedo mindinho, e com ela tentou quebrá-la, e tendo começado a inseriu a dita ponta da vela, encontrou grande resistência e ao apertar deu um grito de felicidade negra, onde reconheceu

---

deixará pai e mãe e se apegará à sua mulher, e os dois se tornarão uma só carne". A consumação do casamento como força moral no direito canônico. Trabalho de graduação. Universidad Austral de Chile, 2005, p 17.  
[https://www.researchgate.net/publication/294426912\\_La\\_CONSUMACION\\_del\\_MATRIMONIO\\_como\\_FUERZA\\_MORAL\\_en\\_el\\_DERECHO\\_CANONICO/link/56edb3c508aea35d5b992fe4/download](https://www.researchgate.net/publication/294426912_La_CONSUMACION_del_MATRIMONIO_como_FUERZA_MORAL_en_el_DERECHO_CANONICO/link/56edb3c508aea35d5b992fe4/download)



que era osso, e parou de procurá-lo, encontrando nele apenas aquele conduto, pelo qual ele urina, e nenhum outro, e isso o que ele disse é a verdade (...)" .( Causa conjugal - CO.AGN.AP/APO//3243 folio 3)

Não bastando a revisão das duas mulheres, outras mulheres são nomeadas para gravar a dita Elena "tentando averiguar a causa de sua impenetrabilidade". Um deles foi Andrea Sandoval, Professo Beato de Nossa Senhora do Carmo, disse que:

(...) habiéndola registrado con todo cuidado, halló que la dicha está incapaz de poder ser penetrada y que esto es naturalmente porque es sumamente cerrada y fuera de eso tiene una punta de hueso a manera de paleta que le tapa la vía, y haciendo más exacta experiencia le tentó con el dedo chiquito y no fue posible le entrase de él nada, y haciéndole alguna fuerza no lo pudo sufrir la dicha Elena (...) ( Causa conjugal - CO.AGN.AP/ APO//3243 folio 3)

Francisco Arará, não escapa a um cartório, para o qual foram nomeados dois homens. Um deles foi Ignacio Flores Mallorca, ele disse que:

habiendo reconocido a Francisco Arará, esclavizado, halló en él ser regular y cómodo en su naturaleza, como hombre y que ha conocido al dho Francisco casado, con otras dos mujeres, que la primera se llamaba Bernabela, de color negro; y que después de ésta, lo conoció casado con una mulata llamada María, que en vida de éstas no oyó hubiesen reclamado, si no es que vinieron casados, hasta su fallecimiento de las dichas; que esto es la verdad (...) ( caso conjugal - CO.AGN.AP/APO//3243 folio5).

O outro homem que procurou Francisco foi Gaspar de Caicedo, que também disse que estava bem e que não havia encontrado nenhum excesso nele.

O procurador se pronunciou sobre o caso e disse que como a anulação do casamento era tão pesada, Helena deveria se submeter a um exame na cidade de Caloto por pessoas de experiência ou “ciência” como médicos e cirurgiões credenciados. Dependendo do resultado do exame, ele teria provas suficientes para declarar a nulidade do casamento ou não.

A opinião do médico Dr. Dn Juan Duque, professor de medicina, foi a seguinte:

Certifico haber examinado con toda la aplicación posible los fundamentos del impedimento que se refiere en estos autos, yo hallo que aunque **la obstrucción que la dha Helena padece en el conducto de la madre\* sea suficiente para impedir el uso del matrimonio no es bastante para dirimir y anular sin mejor examen esta santo sacramento** y así para pasar a una determinación de

tanta importancia se necesita de mejores luces que las que nos **incitan la opinión dudosa de los testigos** que por la impericia de su conocimiento **tienen por un hueso lo que sin duda es alguna membrana o algunas carnosidades** que la naturaleza suele por contingencia producir en esas partes y como estos accidentes no siempre son repusados\* por incurables, es muy posible de que este impedimento se pueda remover por medio de una operación diestra mediante se halle formado en una parte en donde el cirujano pueda sin peligro conducir el instrumento para cuyo fin es necesario que concorra el consentimiento de la dha esclavizada y el beneplácito de sus amos porque por muy diestro que sea el operario no todas veces se sale con lauro\* de la empresa por razón de un **flujo de sangre que priva de la vida a la miserable doliente** en cuya atención si después de haberla hecho capaz a la dha esclavizada de su peligro quiere no obstante exponerse con consentimiento de su amos a la contingencia del suceso, esta operación se debe practicar en favor del matrimonio pero si la doliente se niega de correr este riesgo entonces sin más pruebas que las que constan de los autos el matrimonio es por naturaleza nulo por ser constante el impedimento que el marido encuentra para su consumación, así lo siento. (Causa conjugal - CO.AGN.AP/APO//3243 folio 9)

A cirurgia que possivelmente resolveria a obstrução de Helena e assim poder consumir seu casamento, poderia custar-lhe a vida, a saída desta encruzilhada foi dada por Sua Excelência o Mestre Dom Diego Fermín de Vergara, bispo desta diocese, que ordenou que outras testemunhas ser chamado novamente. Desta vez expressaram outros aspectos da intimidade e do corpo de Helena. Por exemplo, Manuela López disse, que sabe por voz pública e fama, que Francisco Arará e Helena Criolla, não puderam consumir o casamento, devido à impotência da referida Helena; e também sabe que embora o dito Francisco Arará tenha posto em prática os meios naturais, não conseguiu consumir-lo. Também disse,

(...) que le ha visto con los ojos y **palpado con sus manos los pechos y que están como los de los hombres** y que siendo así es imposible criar los hijos, por ser natural en las mujeres el tenerlos; y dijo mas, que ha oído decir públicamente en el dho Real de Santa María, que **otros negros de la misma cuadrilla, han tenido cópula ilícita con la dha Elena y que estos han hallado el mismo impedimento que el marido**. Y que esto es lo que sabe (...) (Causa conjugal - CO.AGN.AP/APO//3243 folio 10)

Outra testemunha, Esteban de Mera, disse que sabe por voz pública e fama, que o defeito está na dita Elena e não nele (Francisco), e que disse ao declarante, que colocou os meios naturais para consumir o casamento, e ele não conseguiu e a testemunha também diz que outros negros do Real de Santa María lhe disseram que Miguel Arará queria se casar com a referida Elena, e que por causa da notícia, ele tinha esse impedimento que a dita Elena tem, não queria casar com Miguel Arará, e que também disse ao declarante Martín Pombo, que

foi o primeiro, que tentou casar com o dha , que ouviu falar do impedimento dho e **que foi experimental** , e achou que era verdade, por cuja razão cessou em sua reivindicação . ( Causa conjugal - CO.AGN.AP/APO//3243 folio11)

A testemunha Dom Pedro Sánchez disse que viu e reconheceu que Elena não tem seios para criar filhos. Outra testemunha acrescenta a esse respeito que os seios de Helena “são da mesma forma que os dos homens”. Como podemos ver, o caso de Helena fez com que metade do Real de Minas comentasse sobre seu corpo e sexualidade. Por fim, o Promotor Eclesiástico declara nulo o casamento, afirmando que ficou comprovada a impotência de Helena para consumir o casamento dada a sua “impenetrabilidade” e que, segundo a opinião do Dr. mas que esta operação a colocou em risco de morte, o que torna a impotência moralmente perpétua neste caso e, portanto, um impedimento ao casamento, parece ao Promotor que ele deve V:SI **declarar o casamento nulo e sem efeito** por ser para justiça que o Promotor pede.” ( Causa conjugal - CO.AGN.AP/APO//3243 folio15)

Os casos de Catalina e Helena foram uma “janela” para aquele mundo mais íntimo do corpo feminino cativo e também para as diferentes estratégias de liberdade utilizadas pela população escravizada no século XIX.

## CONCLUSÕES

Nas três fazendas, minas e no Real de minas da família Arboleda, predominou a família nuclear, seguida pela família matrifocal. Observamos que mais de 80% da população escravizada tinha algum tipo de vínculo familiar, ou seja, tinham cônjuge, filhos, irmãos, netos. Em alguns casos de famílias numerosas, encontramos um genro ou uma nora, mas isso não era freqüente. Não encontramos nenhum outro tipo de relação familiar, tais como sogra, sogro, cunhado, primos, etc.

A idade média dos cônjuges era de quase 40 anos para os homens nas três fazendas e na mina de San Vicente. Para as mulheres, a idade média era de 35 anos. Somente na mina de Asnenga e no Real de Minas de Santa Maria, a idade média para ambos os sexos era de menos 32,6 anos para os homens e 30 anos para as mulheres.

O número médio de crianças nas fazendas e na mina de Asnenga e Real de Minas de Santa Maria estava entre 2,5 e 3 crianças. Enquanto na mina de San Vicente, nos três períodos (1819, 1821 e 1829) eram 1,6 filhos por família.

Só as listas não explicam a estabilidade das haciendas. Nossa tese é que a estabilidade das famílias escravizadas nas fazendas era frágil (se entendermos como a possibilidade de permanecer em um único lugar por muito tempo) e dependia do contexto econômico e político da região, que foi assolada por várias guerras civis.

Havia uma estabilidade frágil nas famílias escravizadas de propriedade dos Arboledas, devido ao deslocamento físico ou migrações internas da população escravizada entre as minas, Real de minas e fazendas; o recrutamento causado pelas guerras regionais; e o tráfico interno e externo. Entretanto, podemos afirmar, pelo menos no caso dos Arboledas, que não era comum que as famílias escravizadas fossem separadas ou fragmentadas quando o proprietário morria ou quando havia vendas ou deslocamentos físicos para outras propriedades ou lugares. Pelo contrário, podemos identificar uma ampla rede familiar ou de parentesco e uma estreita relação entre os escravizados e a população livre, formando uma comunidade que não raro foi a base para fugas, roubos de gado e rebeliões que colocaram em questão a "paz" nas fazendas, minas e propriedades mineiras.

A história de Popayán e das famílias escravizadas não pode ser compreendida sem compreender as guerras. Embora este contexto pudesse gerar rupturas, deslocamentos geográficos, como vimos, paralelos a isto, formaram famílias e isto lhes garantiu mais possibilidades de sobrevivência. Os próprios proprietários de escravos tiveram que se exilar, as fazendas foram saqueadas, apreendidas, os escravizados foram forçados a participar de guerras, outros escaparam e se juntaram à guerrilha ou formaram palenques, e mesmo assim, algumas famílias, não muitas, conseguiram permanecer mais ou menos unidas mesmo após a abolição.

É possível que tornar a formação familiar possível de alguma forma fosse uma forma de garantir a "paz na senzala", garantindo assim a força de trabalho - o que eles precisavam?

A paz nas propriedades e nas minas não era garantida pela formação de famílias, embora esta fosse a crença dos senhores, pois na prática a realidade da escravidão era tão complexa que tal "paz" muitas vezes dependia da capacidade de adaptação e resistência dos escravizados, ou seja, das possibilidades de negociação, e claro que a família era um elemento chave nestas situações. Em outras palavras, as famílias dos escravizados sempre estiveram presentes em tempos de paz e em tempos de guerra; não foi por acaso que em 1847 várias famílias de escravizados foram exportadas para o Peru para sedição. Em tempos de "paz", ou seja, quando não havia guerra civil, as famílias escravizadas e as redes comunitárias de cativos e libertados serviram de apoio para outras formas de resistência, como fugas, maroonamento e roubo de gado. Eles também estavam presentes na vida cotidiana em pequenas negociações e resistência diária nas fazendas, minas e propriedades mineiras.

Da análise de vários casos de manumissão e pessoas nascidas após a Lei do Ventre Livre, surgiu a pergunta: O que era a liberdade em um contexto de escravidão? No caso de Isabel, talvez a liberdade não significasse muito para ela até que fosse importante evitar a separação de sua família. E Don Agustín? Ele realmente tinha controle total sobre a vida de Isabel e de seus filhos? Era uma relação de dominação ou de conveniência mútua? Concordamos com a historiadora María Eugenia Chavéz (2005), quando ela menciona que o casamento e a família dos escravizados não podem ser analisados apenas de um ponto de vista ou como uma estratégia de resistência dos escravizados ou como uma estratégia de

dominação pelos senhores. A família escravizada é um espaço de possibilidades que pode ser definido de acordo com condições particulares.

O serviço doméstico na casa do mestre expõe ainda mais as mulheres escravizadas à violência sexual e física, e não raro também à violência da esposa do mestre por ciúmes. Em caso de "liberdade condicional" como Rudecinda, eles também foram expostos a maus-tratos pelo mestre. A principal razão para isto era porque eles estavam sozinhos ou porque suas redes eram frágeis, não lhes deixando outra escolha senão fugir ou recorrer à justiça como último recurso. Estar na fazenda ou em um Real de Minas não necessariamente as excluiu da violência porque também não receberam um tratamento mais "paternalista", mas tiveram mais recursos para se defenderem, seja voltando-se para outras mulheres ou para seus parentes, e se isso não funcionou, voltaram-se para outras autoridades. Além disso, as mulheres escravizadas das fazendas e propriedades mineiras poderiam ser mais autônomas porque não estavam diretamente sujeitas à autoridade do mestre, já que o mestre geralmente não vivia na fazenda, e porque viviam em casas ao redor da fazenda ou mina, permitindo-lhes construir comunidade com outras mulheres e homens escravizados, não apenas da mesma fazenda ou propriedade mineira, mas também de outras fazendas ou vilas. Na realidade, a comunicação entre haciendas, minas e Real de Minas era fluida. O regime de trabalho lhes permitiu ter um "roza" para sua própria manutenção.

O controle sobre a vida sexual e familiar dos escravizados era um campo de tensões e negociações permanentes. Garantir que os cativos pudessem se casar legitimamente e formar suas famílias poderia significar três coisas: primeiro, beneficiar os grandes senhores escravos da província de Popayán, a partir de uma lógica de produtividade ou custo/benefício, garantindo a paz ou o controle de suas propriedades e uma reprodução vegetativa de sua população escravizada. Em segundo lugar, os latifundiários não foram os únicos beneficiados, pois casar e formar uma família oferecia vantagens aos próprios escravizados, como a expansão e/ou consolidação de suas redes parentais e, portanto, de suas redes territoriais, solidariedade e resistência. Em terceiro lugar, favorecer o casamento entre os cativos também se devia à forma de organização social e à mentalidade da época. O casamento era um sacramento, um símbolo da união mística de Cristo e da Igreja. Portanto, relações extraconjugais como concubinato e adultério eram uma afronta à

moralidade cristã. A população escravizada, embora num sistema violento como o da escravidão, onde sua humanidade foi negada, para a Igreja, ao contrário, eles eram filhos de Deus e sua humanidade tinha que ser reconhecida para cumprir com os preceitos religiosos, incluindo o casamento.

## **CONCLUSIONES ESPAÑOL**

En las tres haciendas, minas y en el Real de Minas de la familia Arboleda, predominaba la familia nuclear, seguida de la familia matrifocal. Observamos que más del 80% de la población esclavizada tenía algún tipo de vínculo familiar, es decir, tenía cónyuge, hijos, hermanos, nietos. En algunos casos de familias numerosas, encontramos un yerno o una nuera, pero no era frecuente. No encontramos ningún otro tipo de relación familiar, como suegra, suegro, cuñado, primos, etc.

La edad media de los cónyuges era de casi 40 años para los hombres de las tres haciendas y de la mina San Vicente. En el caso de las mujeres, la edad media era de 35 años. Sólo en la mina de Asnenga y en el Real de Minas de Santa María, la edad media para ambos sexos era de menos 32,6 años para los hombres y de 30 años para las mujeres.

El número medio de hijos en las explotaciones agrícolas y en la mina de Asnenga y el Real de Minas de Santa María era de entre 2,5 y 3 hijos. Mientras que en la mina de San Vicente, en los tres períodos (1819, 1821 y 1829) había 1,6 niños por familia.

Las listas no explican por sí solas la estabilidad de las haciendas. Nuestra tesis es que la estabilidad de las familias esclavizadas en las haciendas era frágil (si la entendemos como la posibilidad de permanecer en un mismo lugar durante mucho tiempo) y dependía del contexto económico y político de la región, asolada por varias guerras civiles. Hubo una frágil estabilidad en las familias esclavizadas propiedad de los Arboledas, debido al desplazamiento físico o las migraciones internas de la población esclavizada entre las minas, el Real de minas y las granjas; el reclutamiento causado por las guerras regionales; y el tráfico interno y externo. Sin embargo, podemos afirmar, al menos en el caso de los

Arboledas, que no era común que las familias esclavizadas se separaran o fragmentaran cuando el dueño moría o cuando había ventas o desplazamientos físicos a otras propiedades o lugares. Por el contrario, podemos identificar una amplia red familiar o de parentesco y una estrecha relación entre los esclavizados y la población libre, formando una comunidad que no pocas veces fue la base de fugas, robos de ganado y rebeliones que pusieron en cuestión la "paz" en las granjas, minas y haciendas mineras.

A partir del análisis de varios casos de manumisión y de personas nacidas después de la Ley de Vientre Libre, surgió la pregunta: ¿Qué era la libertad en un contexto de esclavitud? En el caso de Isabel, quizás la libertad no significó mucho para ella hasta que fue importante para evitar la separación de su familia. ¿Y don Agustín? ¿Tenía realmente un control total sobre la vida de Isabel y sus hijos? ¿Era una relación de dominación o de conveniencia mutua? Coincidimos con la historiadora María Eugenia Chávez (2005) cuando menciona que el matrimonio y la familia de los esclavizados no pueden ser analizados sólo desde un punto de vista o como estrategia de resistencia de los esclavizados o como estrategia de dominación de los amos. La familia esclavizada es un espacio de posibilidades que puede definirse según las condiciones particulares.

El servicio doméstico en la casa del amo expone además a las mujeres esclavizadas a la violencia sexual y física, y no pocas veces también a la violencia de la esposa del amo por celos. En el caso de los "libertos" como Rudecinda, también estaban expuestos a los malos tratos del amo. La razón principal era que estaban solos o que sus redes eran frágiles, lo que no les dejaba otra opción que huir o recurrir a la justicia como último recurso. Estar en la granja o en un Real de Minas no las excluía necesariamente de la violencia porque tampoco recibían un trato más "paternalista", pero tenían más recursos para defenderse, bien recurriendo a otras mujeres o a sus familiares, y si esto no funcionaba, recurrían a otras autoridades. Además, las mujeres esclavizadas de las granjas y fincas mineras podían ser más autónomas porque no estaban sometidas directamente a la autoridad del amo, ya que éste no solía vivir en la granja, y porque vivían en casas alrededor de la granja o la mina, lo que les permitía hacer comunidad con otras mujeres y hombres esclavizados, no sólo de la misma granja o finca minera, sino también de otras granjas o pueblos. De hecho, la



comunicación entre las haciendas, las minas y el Real de minas era fluida. El régimen de trabajo les permitía tener una "roza" para su propio mantenimiento.

El control de la vida sexual y familiar de los esclavizados era un campo de tensiones y negociaciones permanentes. Asegurar que los cautivos pudieran casarse legítimamente y formar sus familias podía significar tres cosas: primero, beneficiar a los grandes propietarios de esclavos de la provincia de Popayán, desde una lógica de productividad o costo/beneficio, garantizando la paz o el control de sus propiedades y una reproducción vegetativa de su población esclavizada. En segundo lugar, los terratenientes no eran los únicos beneficiados, ya que casarse y formar una familia ofrecía ventajas a los propios esclavizados, como la ampliación y/o consolidación de sus redes parentales y, por tanto, de sus redes territoriales, la solidaridad y la resistencia. En tercer lugar, el hecho de favorecer el matrimonio entre los cautivos se debía también a la forma de organización social y a la mentalidad de la época. El matrimonio era un sacramento, un símbolo de la unión mística de Cristo y la Iglesia. Por lo tanto, las relaciones extramatrimoniales como el concubinato y el adulterio eran una afrenta a la moral cristiana. La población esclavizada, aunque en un sistema violento como el de la esclavitud, donde se les negaba su humanidad, para la Iglesia, por el contrario, eran hijos de Dios y había que reconocerles su humanidad para cumplir con los preceptos religiosos, incluido el matrimonio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHER Margareth. *Teoría Social realista. Enfoque morfogenético*. Chile: ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2009.

AYALA SOTO, Diana Yanneth “La esclavitud en la ciudad de Tunja: Primera mitad del siglo XVIII”, en Memorias de XIII Congreso Colombiano de Historia, Bucaramanga, Universidad Industrial de Santander/Universidad Nacional de Colombia sede Medellín, 2006.

BACELLAR, C. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus Revista de História*, 14 (1), 113-132, 2008.

BACELLAR, C. A. P.; SCOTT, A. S. V.; BASSANEZI, M. S. C. B. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 22(2), 339–350, 2005.

BACELLAR, C. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Centro de Memória/UNICAMP, 1997.

BELMONTE POSTIGO, José Luis, “Notas sobre el tráfico de esclavos en Santiago de Cuba”, en Memorias. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe, 4: 8, (noviembre 2007), p. 11; MORENO FRAGINALS, Manuel, El ingenio, p. 293.

BOWSER, Frederick P. *El esclavo africano en el Perú colonial (1524-1650)*, México, Siglo XXI Editores, 1977.

CASTRO, B. (Ed). *La historia de la vida cotidiana en colombia*. Grupo editorial Norma, 1996.

COLMENARES, Germán. “La economía y las sociedades coloniales 1550-1800”, Cap. I. *Varia selección de textos*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1998.

COLMENARES, Germán. *Popayán una sociedad esclavista 1680-1800*. Historia económica y social de Colombia, 1680-1800, tomo II. Bogotá; Editorial La Carreta, 1979.

CORTÉS J., María Elena, “El matrimonio y la familia negra en las legislaciones civil y eclesiástica coloniales. Siglos XVI-XIX”, en Seminario de historia de las mentalidades y religión en México colonial, *El placer de pecar y el afán de normar*, México, Editorial Joaquín Mortíz, 1988, pp. 222 y 224.

CRESPI Liliana. Cristianismo y esclavitud. Discusiones sobre la evangelización de los esclavos en Hispanoamérica. *Memoria & Sociedad* No. 15. Noviembre de 2003. Pags 133-144.

CUNHA, F. Maísa. Demografia e família escrava. Franca-SP, século XIX. Tese de doutorado, Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2009.

CURTIN, Philip D. (1969). *The Slave A. Census*. The University of Wisconsin Press.

DIAZ, Rafael. Entre la cohesión y la disolución: la familia esclava en el área urbano-regional de Santafé de Bogotá, 1700-1750. Estudio preliminar. *Revista memoria y espacio*, v.1, .2, universidad pontificia javeriana, 5-18, 1996.

DUEÑAS, Guiomar. *Los hijos del pecado. Ilegitimidad y vida familiar en santafé de bogotá colonial*. Universidad Nacional, 1997.

DÍAZ, Zamira. *Guerra y economía en las haciendas. Poayán 1780-1830*. Bogotá; Talleres Gráficos del Banco Popular, 1983.

ECHEVERRI, Marcela. Esclavitud y tráfico de esclavos en el Pacífico suramericano durante la era de la abolición. *Historia Mexicana*, [S.l.], p. 627-692, oct. 2019. ISSN 2448-6531.

ESCORCIA, José. *Sociedad y economía en el Valle del Cauca. Desarrollo político, social y económico*. Cali: Biblioteca Banco Popular, 1983.

FLORENTINO, M.; GOES, J. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, rio de janeiro, 1790-1850*. Civilização brasileira, 1997.

GHIRARDI, M.; Irigoyen, A. El matrimonio, el concilio de trento e hispanoamérica. *Revista de indias*, v. Lxix, n. 246, 241-272, 2009.

HENRY, L. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

GUTIERREZ, Idelfonso. Comercio y mercado de negros en Cartagena de Indias (1533-1650). *Quinto centenario*, nº12, 1987, pp 187-3.

GUTIÉRREZ NEGRETE, F.. El concepto de familia en Colombia: una reflexión basada en los aportes de la antropóloga Virginia Gutiérrez sobre la familia colombiana en el marco de la doctrina constitucional. *Temas Socio-Jurídicos*, 38(76), pp. 130-154, 2019.

HAMILTON, John Potter. *Viaje por el interior de las provincias de Colombia*. (1827) Vocabulario Dirección y responsabilidad del proyecto: Fundación El Libro Total.

HERNÁNDEZ, A. El virreinato de la nueva granada. *Credencial historia*, n. 20, 1991.

HUNEFELDT Christine. *Mujeres, esclavitud, emociones y libertad*. Lima 1800-1854. documento de trabajo No. 24 Instituto de Estudios Peruanos IEP. 1988.

KLEIN Herbert y VISON III Ben. *La esclavitud africana en América Latina y el Caribe*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos IEP, 2008.

KLEIN, Herbert S., “A Demografia do Tráfico Atlântico de Escravos para o Brasil”, en *Estudos Econômicos*, 17: 2, 1987, pp. 139-140.

KLEIN, Herbert S., “Las características demográficas del comercio Atlántico de esclavos hacia Latinoamérica”, en *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, Tercera serie, 8, (2do semestre de 1993), p. 12.

LASLETT, P. (Ed.). *Household and family in past time*. Cambridge University Press, 1972.

LAVRIN, Asunción. *Sexualidad y matrimonio en la América hispánica. Siglos xvi-xviii*. Editorial Grijalbo, 1991.

LLANOS h. (1979). Japio: modelo de hacienda colonial del valle del río Cauca. (s. Xvi-xix). *Historia y espacio*, n 2 1-71

LÓPEZ AYALA, Ignacio (Trad.) *Doctrina sobre el Sacramento y Ecuménico Concilio de Trento*. Según la edición auténtica de Roma publicada en 1564, París, 1857.

LOZANO Armendares (eds), en *Sin distancias. Familia y tendencias historiográficas en el siglo XX*, pp. 143-164, 2003

LUCENA, Manuel Salmoral. *Leyes para esclavos*. El ordenamiento jurídico sobre la condición, tratamiento, defensa y represión de los esclavos en las colonias de la América Española, 2000.

MARCILÍO, M. *Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

MEJÍA, Eduardo. *Origen del campesino vallecaucano, siglo XVIII y siglo XIX* Segunda edición. Cali, Universidad del Valle, 1996.

MOLINIE BERTRAND, ANNIE; RODRIGUEZ JIMENEZ, PABLO. *A Traves Del Tiempo: Diccionario De Fuentes Para La Historia De La Familia*. Editorial: Editum. Ediciones de la Universidad de Murcia. Año Public: 2000.

MOTTA, José Flavio; AGNALDO, Valentín. “La estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP)”. *Afro-Ásia*, núm. 27, 2002, pp. 161-192 Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.

MOTTA, José Flavio; VALENTIN, A. *A estabilidade das famílias em um plantel de escravos de Apiaí (SP)*. *AfroAsia*. Salvador: Centro de estudos Afro Orientais (CEAO:FFCH:UFBA), n. 27, 2002, p. 161 192.

NADALIN, S.O. Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la communauté evangelique luthérienne à Curitiba (Brésil) entre 1886 et 1969. Tese de doutorado. Paris: EHESS, 1978.

O'MALLEY Gregory E y BORUCKI, Alex. "Patterns in the intercolonial slave trade across the Americas before the nineteenth century". *Revista Tempo*, Vol.23 n.2 Mai/Agos 2017, 315-338

OLIVERO, Sandra. *Sociedad y Economía en San Isidro Colonial. Buenos Aires, siglo XVIII*. Universidad de Sevilla - Secretariado de Publicaciones, Sevilla – España, 2006

OLIVERO, Sandra .“Ni propietario ni conchabado; agregado. Fuerza laboral y solidaridad en la familia rural rioplatense: el pago de la Costa a mediados del siglo XVIII”, en Margarita Estrada y América Molina (coords.), *Estampas familiares en Iberoamérica. Un acercamiento desde la antropología y la historia*, CIESAS, México, pp. 199-226, 2010

OLIVERO, Sandra .“Hogares femeninos en el Buenos Aires colonial”, en Pilar Gonzalbo Aizpuru (coord.), *Familias y relaciones diferenciales: género y edad*. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de publicaciones, 2009, pp. 37-51.

OLIVERO, Sandra . “La familia como modelo de diversidad. Los matrimonios interétnicos en Buenos Aires, 1656-1760” en David Carbajal López (coord.), *Familias pruriétnicas y mestizaje en la Nueva España y el Río de la Plata*, Universidad de Guadalajara, 2014, pp. 309-343.

OLIVERO, Sandra . “Familias borradas de la historia: las uniones conyugales de indígenas y africanos en los registros parroquiales de la villa de Itu, capitanía de São Paulo, Brasil (c.1700-c1750)” en Margarita Estrada Iguíniz y América Molina del Villar (coord.), *Matrimonio: intereses, efectos, conflictos. Una aproximación desde la antropología, la historia y la demografía (siglos XVIII al XXI)*, CIESAS, México, pp. 39-58

ORTEGA, S. *El placer de pecar y el afán de normar*. Contrapuntos, 1988.

OTERO, Hernán. “De la demografía histórica a la historia de la población”. En Celton, D.; Ghirardi, M. ; Carbonetti, A. (coord..) (2009). *Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación*. ALAP. Serie Investigaciones Número 9. 13-39, 2009.

PALACIOS, Jorge. *La trata de negros por Cartagena de Indias*, pp. 64 y 199-200 Cartagena.

PALACIOS PRECIADO, Jorge “La esclavitud y la sociedad esclavista”, en Manual de historia de Colombia. Tomo I, Bogotá, Instituto Colombiano de Cultura, 1978/1979, pp. 301-346.

PÉREZ- VILLA Angela. Cena, Baile y Muerte: cotidianidad y administración de justicia en Popayán durante la restauración monárquica, 1815-1819. *Revista Historia y Justicia*, 15 ,

2020. DOI : <https://doi.org/10.4000/rhj.7437>

PÉREZ-VILLA Ángela. Disorderly Love: Illicit Friendships, Violence, and Law in a Slave Society at War, Popayán-Colombia, 1809-1830, 2017 [Tesis Doctoral, History and Women's Studies in the University of Michigan].

PINEDA, Virginia Gutiérrez de; GIRALDO, Roberto Pineda. Miscegenación y Cultura en la Colombia Colonial. 1750-1810. Bogotá: Colciencias-Facultad de Ciencias Sociales Universidad de los Andes, 1999.

REIS, I. FERREIRA DOS. *A família negra no tempo da escravidão: bahia, 1850-1888*. [tese doutoral, programa de pós-graduação história, universidade estadual de campinas], 2007

REIS, Joao José e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito. Resistencia escrava no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

ROBICHAUX, David. *Familia y parentesco en México y Mesoamérica*, Universidad Iberoamericana, México, 2000.

ROCHA, Cristiany Miranda “A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, p. 175-192 – 2006.

RODRÍGUEZ, P.; BORJA, J. La vida cotidiana en las minas coloniales. En B. Castro (Ed.), *La historia de la vida cotidiana en colombia* (pp.59-78). Grupo editorial Norma, 1996.

RODRÍGUEZ, Pablo. *Seducción, amancebamiento y abandono en la colonia*. Fundación Simón y Lola Guberek, Bogotá D.C -Colombia, 1991.

RODRÍGUEZ, Pablo. *Sentimientos y vida familiar en el Nuevo Reino de Granada siglo XVIII*. Ariel, Bogotá D.C Colombia, 1997.

RODRÍGUEZ, Pablo. “La familia en Colombia”, en Pablo Rodríguez (coord.), en *La Rodríguez, Pablo. Familia en Iberoamérica 1550-1980* Universidad Externado de Colombia-Convenio Andrés Bello, Bogotá, pp. 246-288, 2004 .

RODRÍGUEZ, Pablo. “La sociedad y las formas. Siglo XVIII” en Alonso Valencia (Eds.), en *Historia del Gran Cauca*, pp. 73-78, Universidad del Valle , Cali Colombia, 1996

RODRÍGUEZ, Pablo. “Un acercamiento a la historiografía de la familia en Colombia” en Francisco Chacón Jiménez, Antonio Irigoyen López, Eni de Mesquita Samara, Teresa

RODRÍGUEZ, P.; CASTRO, B. La vida cotidiana en las haciendas coloniales. En B. Castro (Ed.), *La historia de la vida cotidiana en colombia* (pp.79-102). Grupo editorial Norma, 1996.

ROMERO JARAMILLO, Dolcey Esclavitud en la provincia de Santa Marta 1791-1851, Santa Marta, Fondo de Publicaciones de autores magdalenenses – Instituto de Cultura y Turismo del Magdalena, 1997.

ROMERO JARAMILLO, Dolcey *Esclavitud en la provincia de Santa Marta 1791-1851, Santa Marta*, Fondo de Publicaciones de autores magdalenenses – Instituto de Cultura y Turismo del Magdalena, 1997.

ROMERO, Mario. *Territorialidad y familia entre sociedades negras del sur del valle del río cauca*. Programa editorial universidad del valle, 2017.

SALAZAR, Robinson. Las familias esclavas en Pamplona y San Gil (Nuevo Reino de Granada), 1700-1779. *Historia y Espacio*, v.13 n.48, 45-82, 2017.

SALAZAR, Robinson. *Familias de esclavos en la villa de san gil (nuevo reino de granda), 1700-1779: parentesco, supervivencia e integración social*. [tesis doctoral en historia. Colegio de México, 2017.

SCHMID, A. *Korea Between Empire*. 1895-1919 [Corea entre imperios. 1895-1919]. Columbia University Press, 2002.

SCOTT, A. S. Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836). São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SEGALEN, Martine. *Antropología histórica de la familia*, Taurus Ediciones, Madrid, 1992

SHARP, William Frederick. Slavery on the Spanish Frontier. The Colombian Chocó, 1680-1810. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1976.

SLENES, Robert *Na senzala uma flor*. Nova fronteira, 1999.

STERN Steve. "Feudalismo, capitalismo y el sistema mundial en la perspectiva de América latina y el Caribe". *Revista Mexicana de Sociología*, México, Vol. 49, No. 3, pp. 3-58, Jul. - Sep., 1987. Disponible en: <http://www.jstor.org/stable/3540474>. Acceso: 05-06-2018.

TASCÓN, Lida. *Sin temor de Dios ni de la real justicia. Amancebamiento y adulterio en la Gobernación de Popayán, 1760-1810*. Editorial Universidad Autónoma de Occidente, 2015.

TOVAR, H; TOVAR, C.; TOVAR, J. *Convocatoria al número. Censos y estadísticas de la nueva granada 1750-1830*. Tercer mundo editores, 1994.

TWINAM, A. Las reformas sociales de los borbones: una interpretación revisionista In: *naciones, gentes y territorios. Ensayos de historia e historiografía comparada de américa latina y el caribe*. Editorial universidad de Antioquia, p.73-101, 2000.

VELÁSQUEZ, C.; DIAZ, M.; MORALES, S. Recuerdo de una molienda. Hacienda Japio. En *Huellas históricas y arquitectónicas de las haciendas caucanas*. Instituto Universitario Colegio Mayor del Cauca, Gobernación del Departamento del Cauca, 2010.

VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. Alma en boca y huesos en costal. Una aproximación a los contrastes socio-económicos de la esclavitud. Santafé, Mariquita y Mompo 1610-1660, Bogotá, Instituto Colombiana de Antropología e Historia, 2003.

VALENCIA, Alonso. La insurgencia social y la consolidación de los campesinos vallecaucanos. *Historia y Espacio*, No. 20, 2003, p. 73-84.

VÉLEZ, Diana Bonett. “*De la conformación de los pueblos de indios a la conformación de las parroquias de vecinos. El caso de la parroquia cundiboyacense*”, Bogotá, 2006.

UNDURRAGA, Carolina González (2012). “Los usos del honor por esclavos y esclavas: del cuerpo injuriado liberado (Chile, 1750-1823)”, *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos Coloquios*. <http://nuevomundo.revues.org/2869>.

WEST Robert. *La minería de aluvión en Colombia durante el periodo colonial*. Bogotá: Imprenta Nacional, 1972.